

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE GOIÁS**

REVISTA

1982

DO INSTITUTO

HISTÓRICO

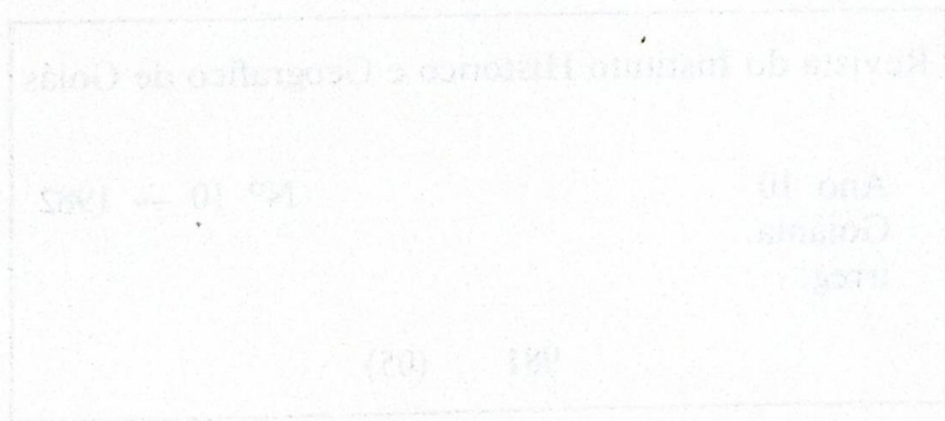
E GEOGRÁFICO

DE GOIÁS

10

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Nº 10



Revista do Instituto
Histórico e Geográfico
de Goiás

Nº 10

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Ano 10
Goiânia.
irreg.

Nº 10 — 1982

981 (05)

Todos os artigos do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

INTERCAMBIO DAS UNIVERSIDADES

Luiz Carlos de Azevedo

A GUERRA DOS ENRIABADOS

Manoel Gomes

BANDAS DE MÚSICA

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA

CIGANOLOGIA NO BRASIL

Alcides de Azevedo

HOMENAGEM A JOSE MARIA MARTINS SILVA

O BALSAMO DE FERRAS

Manoel Gomes

CONSIDERAÇÕES SOBRE O

DE VIGIA

**À memória de
Antônio Americano do Brasil,
no 50º aniversário de sua morte.**

20.04.1932

20.04.1982

DO CABINETE

Manoel Gomes

RESUMOS

ÍNDICE GERAL

ENDEREÇO:
Rua 82, nº 422 - Centro
Fone: 234-4622
74.000 - Goiânia - Estado de Goiás - BRASIL

Diretor:

Basileu Toledo França

Colaboradores:

Todos os sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Aceitamos permuta com publicações de cunho cultural.

Só publicamos colaboração quando solicitada e não nos responsabilizamos pelos conceitos dos seus autores.

ENDEREÇO:

Rua 82, nº 455 - Centro

Fone: 224-4622

74.000 - Goiânia - Estado de Goiás - BRASIL

ÍNDICE

EDITORIAL / 7

PERFIL DE UM HOMEM LÚCIDO / 9

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DE GOIÁS
Antônio Brasil / 17

INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES
Lena Castelo Branco / 51

A GUERRA DOS EMBOABAS
Manuel Onofre / 59

BANDAS DE MÚSICA / 61

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA
CIGANOLOGIA NO BRASIL
Atico Vilas Boas da Mota / 77

HOMENAGEM A COLEMAR NATAL E SILVA / 117

O BÁLSAMO DE FERRABRÁS
Maria Thereza L. de A. Camargo / 121

CONSIDERAÇÕES SOBRE O INVENTÁRIO
DE VEIGA VALE
Heliana Angotti Salgueiro / 129

HISTÓRIA DE UM LIVRO
Basileu Toledo França / 139

DO GABINETE LITERÁRIO GOIANO
Élder Camargo de Passos / 159

RESENHAS / 185

ÍNDICE GERAL E REMISSIVO
DA REV. I.H.G.G. - (DE I A X) / 189

EDITORIAL

Em dezembro de 1972, circulou o primeiro número desta revista, poucos meses depois de recebermos de volta a nossa sede, na esquina da rua OITENTA E DOIS com OITENTA E CINCO (Centro), onde funcionaram durante vários anos alguns serviços da Universidade Federal de Goiás, gratuitamente.

Dois fatos auspiciosos.

Contudo, se o órgão oficial do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás vem sendo editado, com maior ou menor regularidade, apesar das dificuldades inerentes à iniciativa, até hoje não conseguimos erguer naquele local uma casa melhor e digna das funções culturais da entidade, a despeito do trabalho constante do companheiro e presidente Colmar Natal e Silva, junto aos poderes públicos estaduais e federais.

Isto nos acabrunha e entristece, mas de forma alguma nos tira o idealismo e a esperança de que dias melhores virão em breve. Se Deus quiser.

Hoje, dez anos já passados, quando publicamos mais um número de nossa revista especializada, apelamos mais uma vez aos políticos e administradores, no sentido de que nos ajudem a construir o novo edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, como investimento inadiável em benefício da cultura regional, que ali se preserva e ali se cultua.

Com o 10º número, dedicado à memória de Antônio Americano do Brasil, que ora circula — graças à ajuda financeira da Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Centro Oeste (Sudeco) — encerramos a primeira fase deste periódico, que, além de estudos originais, conta com um índice geral de todas as revistas até agora publicadas, para facilitar o trabalho dos pesquisadores, o que devemos à colaboração técnica do prof. Ático Vilas Boas da Mota.

A partir da próxima edição, esta revista será inteiramente reformulada, da primeira à última capa, e para isto desejamos receber sugestões de todos os leitores, confrades e colaboradores.

Goiânia, abril de 1982
A Direção

PERFIL DE UM HOMEM LÚCIDO

Antônio Americano do Brasil é a maior cabeça que Goiás já produziu e um dos homens mais lúcidos dos seus duzentos e cinquenta anos de história. Ninguém se lhe compara, em qualquer época, porque as qualidades de vários cidadãos ilustres se acham reunidas neste goiano excepcional, glória perene das nossas letras. Em uma tentativa de síntese, poderíamos resumi-las assim, apesar do risco de não abarcar totalmente as suas características:

- inteligência super-dotada;
- tenacidade nos estudos, com sede insaciável de saber;
- capacidade incomum de pesquisar e apreender a realidade histórico-social;
- gosto variado pelas coisas da cultura;
- premonição: indiscutível quanto ao futuro do Planalto;
- amor inesgotável pela história, tipo de vida e folclore de Goiás;
- uma vocação constante para as ciências médicas e a arte da palavra escrita e falada;
- militar por circunstância da época e influência do tio-avô Henrique Silva, nunca deixou de ser fundamentalmente civil;
- nasceu, viveu e morreu fiel a nossa terra e nossa gente, que não o esquece e, constantemente, o homenageia por várias formas, em lugares diferentes;
- foi e continua sendo, sem dúvida alguma, um ídolo isolado e solitário na paisagem humana de pequenos talentos municipais.

Ele era o resultado feliz da reunião de vários fatores providenciais, que uma vez ou outra a natureza consegue aproximar no momento exato, para gerar espíritos superiores e inigualáveis. Os elementos aparentes responsáveis pelo seu aparecimento, com

tantas qualidades que normalmente só se encontram distribuídas em várias pessoas, são os seguintes:

- aptidões inatas e variadas;
- ambiente de estudo incessante no lar, que era uma escola permanentemente ativa;
- assistência pessoal e diuturna do pai, que lhe transmitiu como ex-seminarista os métodos de trabalho intelectual dos conventos, já testados com êxito durante séculos, no mundo todo.

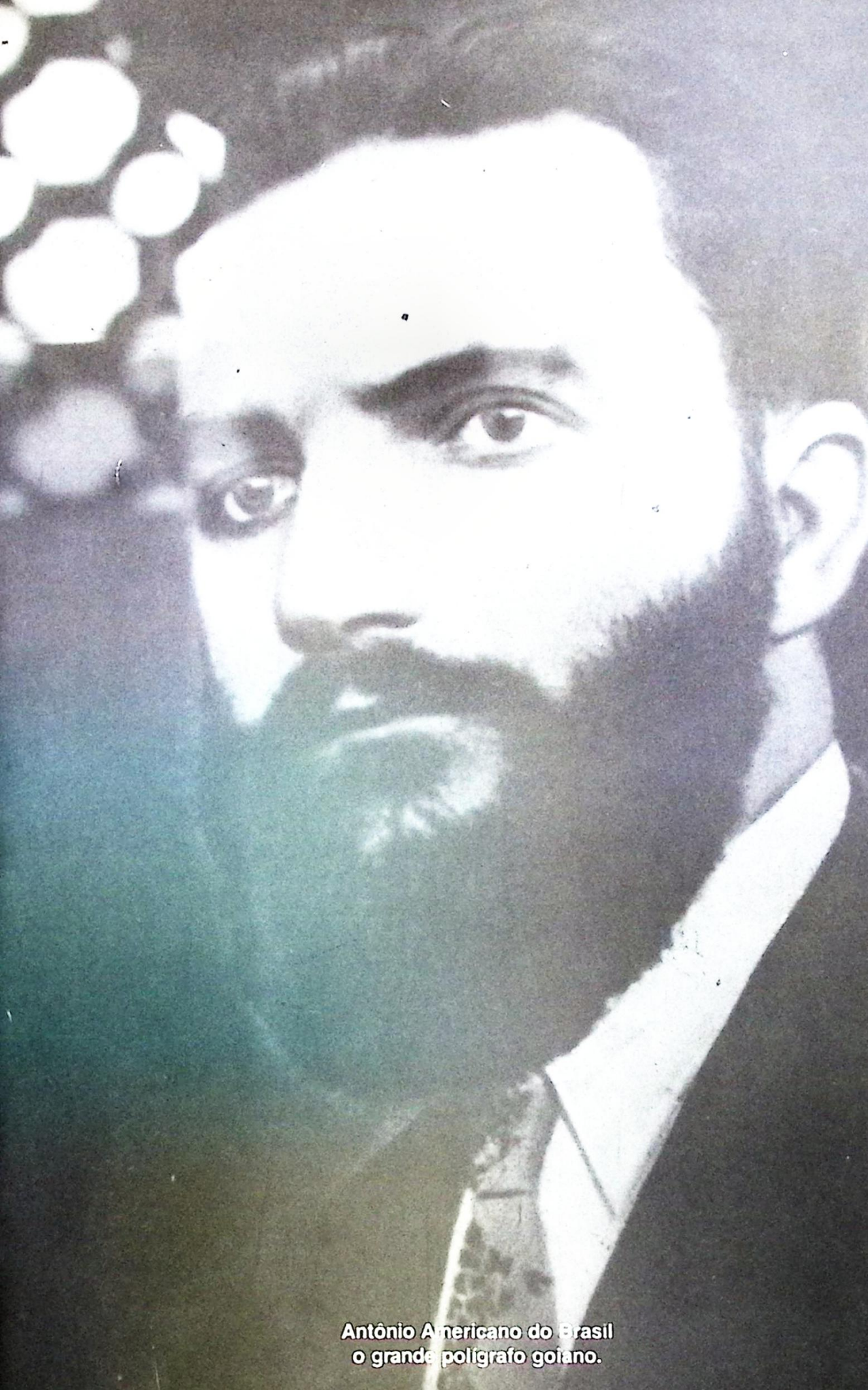
Qualquer destes itens, em separado, produziria um talento médio, que se confundiria com milhares de seres na vida social. Mas o encontro dos três na hora certa, e outros fatores imponderáveis do meio e do tempo, resultariam no que podemos hoje apreciar, pela perspectiva de algumas décadas: um homem lúcido, culto e solidário com a sua gente. Modelo difícil de ser imitado, contudo digno da maior admiração, pelo que foi e pelo que fez em benefício da coletividade.

Ele se formou até os 18 anos em meio à história viva da família, da cidade e do Estado de Goiás, sempre enaltecida e cultuada em sua casa, por isso jamais abandonaria o estudo do passado com a dedicação e o amor da pesquisa, que ninguém entre nós superou até hoje.

Vicente Miguel, seu parente e herói da Guerra do Paraguai, que morreu de cólera-morbo, na Retirada da Laguna, era uma figura presente no dia a dia da família, através de suas últimas cartas, repassadas de fé, coragem, resignação e amor à pátria. Todos conheciam e admiravam essas páginas, inclusive o estudante bonfinense.

Da meninice à adolescência, quando aprendeu de viva voz com o pai a vida de grandes figuras históricas, formou-se o seu caráter profundamente nacionalista, que se fortaleceu em contatos diretos, desde tenros anos, com o folclore rico e variado da nossa gente humilde e operosa do campo.

Até seguir para o Rio de Janeiro, em 1910, só teve um professor: seu pai, de quem era o aluno dileto. Trabalhou com ele alguns anos, na nobre e meritória tarefa de ensinar, tornando-se conhecido então como devorador insaciável de livros e mostrando-se, simultaneamente, interessado por vários campos do saber. Era a grande revelação do mestre Nico de Abreu, que — no fundo da alma — se regozijava em verificar que a criatura se tornava maior do que o criador.



Antônio Americano do Brasil
o grande polígrafo goiano.



Antônio Americano do Brasil em companhia dos pais e da irmã Galiana,
em 1914.

João Accioli, o conhecido poeta de “Olho d’água”, fala-nos em carta de 1976 alguma coisa sobre essa época:

“... Vim a ser aluno dele algo mais tarde, em Uberaba, lá por 1926, quando frequentava também aulas dos padres dominicanos. Estes lecionavam no Colégio São Domingos, também do prof. Eusébio, e com eles o Americano, que gostava de dar aula fardado, era oficial do Exército e andava quase sempre fardado na cidade. As aulas, como antes, em Campinas, eram dadas num único grande salão, todos reunidos, sem classificação regular e éramos conhecidos apenas como alunos “mais atrasados” ou “mais adiantados”. Uns participavam das aulas de outros, ouvindo-as. Foi assim que ouvi muitas vezes as aulas do Americano, proferidas com eloqüência, à maneira de discurso. Ele era professor de um grupo. professor de Física e proferia suas aulas sempre em tom discursivo, mesmo descrevendo um aparelho de Física, como um termômetro ou um aparelho elétrico. Americano era fundamentalmente orador”.

Na verdade, uma personalidade multifacetada, com talento imenso e tenacidade incalculável, ele não via em nada obstáculo intransponível. Embora gago na meninice dominou a deficiência, graças à orientação de Nico Eusébio, que o obrigava a falar alto e apressadamente e, com o tempo, se tornou o maior orador de Goiás. Por isso, dava aulas em tom de oratória, como nos fala João Accioli. Era a maneira de dominar a gagueira, que acabou sendo um dos maiores desafios para o talentoso homem de letras. Desafio que venceu galhardamente.

A par deste traço inconfundível — têmpera de aço — o nosso autor tinha também a humildade e a coragem dos grandes caracteres, de modo especial no infortúnio, que o atingiu pelo menos duas vezes. Mesmo assim não se abateu em nenhuma delas. Em 1915-16 curou-se de tuberculose pulmonar, voltando à vida normal, para continuar o seu destino. E em 1925, quando o mundo parecia desabar-lhe em cima da cabeça, tirando dele tudo que era mais caro, teve forças para reiniciar a vida no Planalto Central, sem nunca demonstrar a menor revolta, além dos versos doloridos que escreveu.

O escritor, que de ex-deputado federal passara a simples médico da roça, nos deu um exemplo prático da arte de viver. De viver em paz com o mundo e com a consciência: recomeçando — se necessário — a cada dia, a cada hora, porque nada é definitivo para todos nós, que temos quando muito a posse transitória dos bens. Inclusive do bem supremo, a vida.

Essas experiências temperaram-lhe de modo certo o caráter forte e resistente, dando-lhe uma visão não só filosófica mas também altruística do mundo. Ele passou a dedicar-se cada vez mais à coletividade. em permanente esforço de desdobramento para servi-la melhor. A participação na vida pública — municipal, estadual e federal — a partir dos 26 anos, representava um aspecto altamente elogiável da sua psicologia, constituindo, para prazer íntimo. a forma mais alta de servir ao povo. que até hoje o conserva, como consequência, na memória e no coração.

Contudo, embora fosse — além de bem preparado para as funções político-administrativas — um sonhador impenitente, no bom sentido, era tido por alguns como visionário, porque acreditava e previa o futuro atual do Estado de Goiás, com a clarividência dos gênios e a obstinação dos loucos. Estava por certo cinqüenta anos à frente dos contemporâneos. como provam os fatos e a história.

Este talento enorme, que o tornava um homem-oceânico pelas dimensões da inteligência, foi ao mesmo tempo a causa de muita admiração irrestrita e outro tanto de declarada oposição de alguns espíritos tacanhos da época. Se o brilho das idéias e a beleza do porte físico representavam atrativos irresistíveis, em particular para as mulheres, também criavam arestas incontornáveis com os medíocres dentro do Partido Democrata do governo, que o levariam a abandonar a carreira de legislador em dezembro de 1923, quando ficou ciente de que a sua reeleição não seria proposta, ou sequer permitida através da lista usual dos donos do poder em Goiás.

Retirou-se para o seu exílio voluntário, primeiro no Rio e depois em Formosa, e nem mesmo a Revolução de 1930, de que era partidário, o tiraria do isolamento escolhido depois de mortalmente machucado pelos ciúmes, incompreensões e medo de homens provincianos e sem a altitude necessária para os verdadeiros chefes.

Permaneceu onde se encontrava, dedicado às pesquisas de folclore, como ilha solitária no Planalto Central, que ele soube

compreenderie amar. O exemplo e os ensinamentos de João Ribeiro e Sílvio Romero, papas nacionais da cultura popular, frutificariam em ricos levantamentos diretos, livros substanciais e divulgação variada, dignos do nosso carinho e da nossa admiração, muitos anos depois.

Aí ficou até 20 de abril de 1932, quando teve um fim inglório e, por todos os motivos, lamentável e triste. Desapareceu brutalmente assassinado por ex-aluno de seu pai, sem nada ter feito por merecê-lo. Simples fruto de intrigas e maledicências de lugar pequeno, onde — no dizer da sabedoria do povo — o inferno é grande.

A estes traços do perfil psicológico, devemos juntar aqui as características físicas do homem, que era belo e elegante — no depoimento dos contemporâneos — com particularidade rara em biologia, o olho esquerdo verde e o direito da cor-de-folha-seca. Um elemento a mais na sua figura charmosa, que o tornava admirado e querido das mulheres bonitas daquele tempo, às quais em contrapartida sempre ofereceu, tanto quanto pôde, versos, carinho e amor. Ele não viveu em vão.

B.T.F.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DE GOIÁS

Antônio Brasil

PARTE III

87 Carta vinda da “Praça de Santos” de 28 de fevereiro de 1748, de D. Luiz Mascarenhas para o capitão de dragões, Antônio de Sá Pereira:

“Acusando o recebimento de uma carta de 9 de novembro de 1747, pela qual se dava parte de Antônio Pires de Campos ter chegado a essa Villa com os seos Bororós e q’ pello mao estado em q’ ficavão lhe concederão VM. trez mezes para descansarem. Tudo quanto VM tem rezolvido a respeito dos Bororós approvo”.

88 Na carta datada de “Vila Boa. 26 de julho de 1750”, D. Marcos de Noronha avisava ao padre Simão da Cunha que “hoje 26 do corrente chegou a esta V^a o Cel. Antônio Pires de Campos que me entregou a carta que VM me escreveo em 17 e della vejo as dezordens q’ tem havido nesse Arrayal. Ao Intendente delle mando ordem para se acautelar”.

89 Carta datada de 21 de agosto de 1750, de D. Marcos de Noronha ao cel. Antônio Pires de Campos:

“Hoje recebi a carta de VM de 20 com a qual me remeteo juntamente a que havia recebido no mesmo dia do capitão Antônio de Sá Pereira em que sariravada nova trilha de gentio que tinha aparecido para a parte do Funil, a qual VM me diz hia seguir para ver se encontrava o mesmo gentio para o afugentar visto não poder seguir athe as suas aldeyas que seria o unico modo de previnir q’ para o futuro não conseguir com elles o intento q’ tem de fazerem mal a esses moradores.

VM sabe m^{to}. bem q’ as ordens del Rey me dão liberdade para eu mandar fazer guerra offensiva. Esta he a cauza porque não dou a VM ordem para hir atacar nas mesmas aldeyas nem VM presentemente tinha armas bastantes com q’ pudesse ir a semelhante diligencia porque me lembro na carta q’ me escreveo do Cam^o de Povoado me dizia das aldeyas do gentio erão numerosas q’ merecião o nome de Reyno.

Nestes termos o q’ posso dizer a VM he q’ me dezembarrace de tal sorte q’ fiquem livres de grande susto em q’ se achão

esses moradores, e em quanto VM não conseguir isso, não he justo que continue a outra viagem q' tinha destinado.

Vendo a necessidade do cap.^{tão} Lemos, eu mando revogar a ordem q' tinha dado ao Intend.^e e que o mesmo acompanhe em quanto parecer necessario''.

90 Carta datada de 26 de fevereiro de 1751, de D. Marcos de Noronha ao Intendente de Pilloens:

“O P.^e Bento Soares he de opinião de q' o gentio deve passar para o Rio das Velhas porem o tempo he improprio p.^a se poder fazer logo esta viagem e está a chegar o P.^e José de Castillo.

Em elle indo e chegando a esse Arrayal tomaremos a ultima resolução. Se no principio quando chegarão estes Indios se houvesse feyto isto logo, e não houvessem tantos pareceres em contrario, não teriamos obrigados a tantas mudanças e todas com prejuizo na Fazenda Real''.

91 Carta de 16 de maio de 1751, de D. Marcos de Noronha ao P.^e Bento Soares:

“Hontem 14 do corrente as 7 horas da noute recebi duas cartas do P.^e José de Castillo dizendo que tendo principiado a sua jornada para esta Villa, sobreveio uma febre que o pôs no justo receyo de q' seria maligna. Posto q' convalescente brevemente intentasse continuar a jornada, succedeo ao mesmo temp' chegarem alguns viandantes e dizeremlhe q' o gentio que elle vinha destinado tinha fugido todo o q' o obrigou a retroceder e de escreverme pedindo novas ordens de q' deve seguir.

Este P.^e diz q' tem estabelecido huma Aldea couza notavel, não he com grande abundancia de mantimentos, mas com muitas fructas, e todos os mais regallos que permite a abundancia daquelle Certão, boas cazas p.^a assistencia dos P.^{es}, Capella para dizerem missa, muitas e largas accomodações p.^a os indios, porque ainda que fossem duzentos cazaes todos poderião viver sem aperto. Tudo ysto com grande está feyto com g.^{de} trabalho do P.^e e com não menos despezas da Fazenda Real e não havendo q.^m habite estas cazas e cultive estes campos, ficarão se não perdido, ao menos com grande deterioração.

Isso assim suposto, pareciam a mim ter convencido mudarmos este pouco gentio p.^a o Rio das Velhas, porem não me rezolvo a tomar determinação positiva sem ouvir o parecer de V.

R.^{ma} que como Missionario e Theologo, poderá resolver o q' lhe parecer mais justo, livrandome a mim do escrupulo que sempre cauza qualquer constrangimento q' se faça aos Indios.

Consulte V. R.^{ma} theologicam.^{te} o ponto comsigo e pello q' pertence à conveniencia da Fazenda Real e ouça ao Intendente, e no Cap.^{tam} Joaquim Cald.^a (refere-se ele ao capitão Joaquim Caldeira Brant) q' sem affeyção alguma dirá o seu parecer como entenderem. Parecendo conven.^{te} a mudança dos Indios podemos não a dilatar porque o tempo já permite q' elles se possão pôr em viagem. Na ocazião presente achase Manoel Carvalho de Lima nesta Villa e como sertanista com grande pratica do brabo gentio, morador junto à Aldea do P.^e Castillo, e de quem elle fez tão boa confiança como certifico as m.^{tas} comiçoens q' rellata na sua carta. Este homem m.^{to} voluntariamente se me offereceo a conduzillos. Eu não aceytoy logo por esperar a determinação de V. R.^{ma}''.

92. Carta do Conde dos Arcos, datada de 28 de junho de 1751 ao padre José de Castilo, fundador da aldeia de Santana do Rio das Velhas:

“Poucos dias he que respondi a carta de V. R.^{ma} de 12 de Mayo e depois disso me forão entregues duas ambas com datas de 6 de Junho, com q' R.^{ma} quer fazer huma grande justificação a respeito do q' antecedentemente me havia escripto pella falta de polvora e xumbo q' havião experimentado os soldados que assistião na Aldea.

Não era necessario que V. R.^{ma} tomace tanto cuidado para querer justificar a sua verd.^e porque bem certo estou della, porque V. R.^{ma} está situado em hum Certão tal, e com gente tão fora de proposito, como são esses seus vizinhos, com quem eu considero huma total opposição, entre Ant^o Pires de Campos e o Alferes João Guadieley, q' supposto nenhum delles se me queyxe, estou informado q' pouco lhe falta para serem inimigos declarados.

Bem desejava eu q' V. R.^{ma} me informace da causa dysto para ver selhe podia dar alguma providencia, porque qualquer dos dous he muito capaz de fazer algum dezatino. A carta que V. R.^{ma} me diz escreveo em 30 de Mayo me não tem sido entregue athe ao presente, entendo q' o que nella se continhão, era a respeito da que eu lhe havia escripto, juntamente com a Provizão p.^a V. R.^{ma} haver de assistir com todos os sacramentos nos Bororós de Ant^o Pires de Campos, e quanto ha de custar a V. R.^{ma} o poder reduzir este homem a que dê liberdade p.^a que os indios falem com V. R.^{ma} em confiança eu o não ignoro, porque estou informado q' o sitio de Antonio Pires, não he outra couza senão

hum serralho em que estão vivendo a ley da natureza, tanto elle como os seus amigos especiaes, e como nenhum delles hade querer largar as occasioens, precisamente e andem embaraçar q' V. R.^{ma} faça a sua obrigação, e procure cazar os Indios. Ao mesmo Coronel escrevi, explicando a Provizão, e dizendolhe quaes erão as intenções de S. Mag.^{de}. Espero eu q' a grande crystand.^e e paciencia de V. R.^{ma} possa conseguir q' Antônio Pires de Campos venha ao conhecimento do q' he justo.

Em q.^{to} porem aos ciumes que elle tem de se haver estabelecido Aldea nessa districto, não dê V. R.^{ma} cuidado algum, porque em nenhum tempo poderão as diligencias de Antonio Pires de Campos desmanxar humia obra, em q' se tem gasto o q' V. R.^{ma} não ignora.

93 Conde dos Arcos escreveu a seguinte carta, datada de 28 de junho de 1871, ao alferes João Guadieley:

“Não ha duvida q' a que se me disse que VM tinha soldados no Salgado e nos Bugres, e os mesmos viandantes confirmavão que não havia necessidade alguma delles naquelles districtos: como presentemente o gentio cayapó tem insultado aquelles moradores, e sendo as hostilidades de q' VM me dá parte, no caso q' VM entenda q' p.^a poder rebatelo lhe serão necessarios outra vez os seis soldados o que se deo bayxa poderá novamente tornar assentar-lhe praça. Em q.^{to} continuarem as mesmas hostilidades poderá VM pôr alguns soldados ou no Salgado, ou nos Bugres, ou em qualquer outra parte, desde VM entender q' a assistencia delles pode ser util p.^a a segurança dos comboyos e viandantes.

Logo que na Aldea esteja feyto o monjollo que determiney e que com elle se possa fazer farinha, moniciará VM a sua comp.^a dos mantimentos da mesma Aldea o q' tenho ordenado ao P.^e José de Castillo. Torno a recomendar a VM q' indo o P.^e José de Castillo em Agosto a Santa Cruz, VM he de mandar soldados que o acompanhem porque de outra sorte não poderá conduzir os Indios q' mandey ir para essa Aldea”.

94 Carta de D. Marcos de Noronha, datada de 7 de agosto de 1751, ao padre Dionízio Dias da Costa, acusando o recebimento da carta de 1^o de junho “em que me expoem as m.^{tas} apreensões q' padeceu os moradores de todo esse sertão occasionadas das muitas hostilidades q' faz o gentio brabo; o evitar estes ainda q' não he impossivel, não deixa de ser difficultoso em q.^{to} os mesmos moradores não quizerem convir em algum arbitrio q' lhe possa ser favoravel.

Vejo o encontro q' teve o Venceslao Gomes com o gentio brabo, e não posso deixar de extranhar m.^{to} q' elle sem cauza alguma lhe fizesse huma guerra offensiva, sendo esta prohibida

por todas as Leys de S. Mag.^{de}, e o q' mais me admira he q' este homem tomasse a barbara rezolução de julgar por preza todos os indios q' tinha apanhado na mesma guerra, e q' com taes os quintou, e mandou vender; absurdo este o mais detestavel q' se pode imaginar, porque assim os compradores como os vendedores sabem tambem q' nenhum Indio pode ser vendido e q' a intenção de S. Mag.^{de} não he nenhuma outra senão livralos de todas as Leys de captiveiro, e trazelos p.^a o Gremio da Igreja por meios doces e afaveis, p.^a o q' tem mandado vir Missionarios q' seacham sem exercicio neste governo.

Por ultima conclusão não tenho q' dizer a VM, senão q' conforme a resposta mandarem esses moradores, se tomará a resolução, e tão promptamente q' pela demora não tenham V.M.^{cês} nem o mais leve incomodo''.

95 Carta datada de 7 de agosto de 1751, do Conde dos Arcos, dirigida ao Ouvidor Geral:

“Hoje 7 do prez.^{te} mez q' corre, as 9 horas da manhã, recebi a carta de VM de dois, e juntam.^{te} com ella duas cartas que lhe havia escripto o T.^{te} Cel. Venceslao Gomes da Silva e outras duas de Francisco Roiz de Mattos, contador da Tabatinga.

Em todas ellas, e em outras q' recebi do mesmo T.^{te} Cel. vejo q' tiveram grande xoque com o gentio, em q' houve excessivas mortandades feitas contra o q' determinam as ordens de El Rey, porem a dezordem com q' se fez esta dilig.^a já agora não tem remedio, nem eu concidero outra senão acautelarme p.^a o fucturo se não torne a fazer o mesmo com o resto do gentio q' deste assalto.

Eu julgo q' da hida de Venceslao Gomes da Silva a Natividade, se hade seguir outro xoque senão mayor, igual ao q' ouve na Ribeira da Palna (Paraná, a antiga Palma. O parêntese é do copiador) ainda q' assim suceda, e seja preciso puxarmos por outro Missionario não tenho duvida em mandar chamar o P.^e Castillo, porem, não me rezolvo a deixar de fazer a remeça do gentio de Pilloens p.^a a Aldea do R^o das Velhas, principalm.^{te} achandome aquy com mais huns poucos de indios q' me vieram do Alojam.^{to} de Amaro Leyte, e q' huns e outros farão o n^o de 30 pessoas q' dentro em poucos dias passarão por esse Arrayal em direitura a S.^{ta} Cruz, adonde os está esperando o mesmo P.^e Castillo p.^a os conduzir p.^a a sua Aldea, e como o Contador está p.^a sahir de Pilloens, e o P.^e Bento Soares vay p.^a S. Felix he precizo q' este gentio se entregue alguma pessoa q' tenha cuidad^o delles: nestes termos se nos virmos necessitado apuchar pelo P.^e Castillo, veremos se podemos achar algum clerigo q' interinam.^{te} em q.^{to} se avisa ao Reytor do Colegio de Sam Paulo, vá assistir

no R^o das Velhas, até q' o Reytor mande missionario p.^a aq.^{la} Aldea; não poderá o Reytor eximirse desta obrig.^{çao}, porquanto tem ordem de El Rey p.^a remeter todos os q' eu mandar pedir".
96 Carta-circular, datada de 10 de agosto de 1751, às pessoas principais dos arraiais das Arrayas, Terras Novas e S. Felix:

"Em carta de 29 de junho e 12 de julho q' chegaram a esta V.^a em 7 do presente, me participa o T.^{te} Cel. Venceslao Gomes da Silva haver passado a esse continente convidado da mayor p.^{te} dos moradores de todas essas Povoações que incessantem.^{te} desejavam verem-se livres das grandes hostilidades que experimentam com os gentios brabos q' cruzam esses sertoes.

Na concideração de q' não houvera duvida alguma porque dos Povos em satisfazerem do q' tem promettido, não só hey por confirmada a mesma eleição q' fizeram os mesmos Povos na pessoa de Venceslao Gomes da Silva, mas juntament.^e nesta occazião lhe remetto o Regim.^{to} porque se deve governar, e todas as mais pessoas de q' se compuzer a sua Band.^a.

Como nas mesmas cartas recebo a noticia q' depois do encontro q' este homem teve com a nação Acroá, e este gentio tem pedido a paz, a qual lhe está promettida e aceita por elles, q' não tem duvida a receberem Missionarios e como o estabelecimento das Missoens neste Continente, he sobre todas as dependencias a q' S. Mag.^{de} me tem encarregado com mais especiaes recomendações logo ponho em marcha o P.^e Bento Soares da Cia. de Jesus para hir situar este gentio naquella parte q' merecer mais commoda.

P.^a este P.^e possa fazer este estabelecimento logo ordeno a Venceslao Gomes da Silva e a Francisco Roiz de Mattos, q' o acompanhem e lhe ponham prompto, tudo oq' for necessario tanto p.^a a segurança da sua pessoa como para a subsistencia dos mesmos Indios, cuja despesa se hade fazer p.^a a Fazenda Real, p.^a o q' ordeno aos Juizes dos Arrayaes, e a todas as mais pessoas de distincão delles, queiram pôr prompto o q' pelo P.^e ou Venceslao Gomes da Silva e Francisco Roiz de Mattos lhe for pedido p.^a este estabelecimento".

Nota: Para os Juizes Ordinários dos Arrayaes, das Terras Novas e de S. Felix, na mesma data, ordenou que se cumprisse a sua determinação, sem perca de um instante de tempo para a conclusão deste negócio, obrigando aos moradores com violência, quando eles por bem não quisessem fazer o que era justo.

97 Carta de D. Marcos de Noronha, datada de 11 de agosto de 1751, ao padre José de Cerqueira Pinto, vigário da Vara de Natividade:

"Ao tempo q' esta for entregue a VM, já lhe terá chegado a not.^a do encontro q' teve o T.^{te} Cel. Venceslao Gomes da Silva

com a nação dos chacriabá, q' ultiman.^{te} tem pedido pazes e se sojeita a querer-se aldear, e a receber Missionarios, q' os catequize, e lhe administre o pasto espiritual.

Esta novidade me obriga a mandar logo o P.^e Bento Soares da Cia. de Jesus, p.^a hir erigir huma aldea, em q' se vão recebendo todos os gentios q' se poderem hir reduzindo ao Gremio da Igreja; como present.^{mente} senão acha mais Missionarios neste Governo e ha esperança de q' o gentio Acroá q' fica nas vizinhanças da Natividade, poderá querer admitir paz e aldear-se rogo a V. M.^a q' por serviço de S. Mag.^{de} queira nomear hum clerigo dos mais capazes do seu Districto p.^a hir interinamente administrar o pasto espiritual ao gentio q' se quizer reduzir em q.^{to} avizo ao Reytor do Colegio de São Paulo''.

98. Carta de 11 de agosto de 1751, de D. Marcos de Noronha, dirigida a Francisco Roiz de Matos. O capitão general depois de ventilar o grande encontro que o T.^{te} Cel. Wenceslau Gomes da Silva teve com a nação dos xacriabá, quando o gentio experimentou grande destroço, ao receber a notícia de que o gentio queria a paz, disse:

“Essa noticia me obriga a pôr em marcha o P.^e Bento Soares da Cia. de Jesus para hir aldear este gentio naquella paragem q' VM e Venceslao Gomes da Silva, julgarem he mais conveniente. A este P.^e mando q' vá em direitura de S. Felix, adonde deve esperar q' VM, e Venceslao Gomes da Silva, o avizem, o caminho q' deve seguir, porque me consta q' hindo em direitura a Natividade faria huma viagem m.^{to} mais prolongada e desnecessaria, e como eu não posso saber em q' altura se acha a aldea deste gentio, nem tão bem a parte certa donde se achará Venceslao Gomes da Silva, não posso destinar a este P.^e viagem mayor, do q' athe S. Felix adonde deve esperar o avizo de VM.

Como Venceslao Gomes da Silva passou a Natividade e poderá ter tido algum encontro com a nação do Acroá, q' talvez queira seguir o mesmo exemplo de se aldearem como tem promettido os chacriabás, attendendo a q' a prim.^a couza q' mais lhe he necess^o he missionario, emquanto me não chegam os q' tenho mandado a pedir ao Colegio de S. Paulo, escrevo ao Vig^o Geral desse Districto p.^a q' no cazo q' os mesmos Acroás se queiram aldearem-se lhe nomeye hum clerigo interinamente''.

99 Carta de D. Marcos de Noronha ao T.^{te} Cel. Wenceslau Gomes da Silva, datada de 12 de agosto de 1751:

“Em 7 do presente recebi duas cartas de VM de 29 de Junho e 25 de Julho, na 1^a me participa a noticia de haver passado a esses Continentes, rogado por Francisco Roiz de Mattos e m.^{tos} outros moradores dessas Povoaçoes, q' desejam verse livres das grandes hostilidades q' experimentam com o gentio Acroá, Xacriabá, e Guaguê.

Pelo q' pertence aos quarenta e tres indios da nação Xacriabá q' VM quintou e tirou Joia p.^a mim, esta tal Joia q' me pertence se ainda existirem em ser os Indios, os deve VM entregar na Aldea, q' novamente se erigir, e se acaso estiverem vendidos, o producto delas o deve VM entregar as pessoas q' os compraram, p.^a q' reivindicando-se outra vez os mesmos Indios, possam serem entregues na Aldea, adonde devem ficar livres de todas as Leys da escravidão''.

100 Carta de 22 de agosto de 1751, de D. Marcos de Noronha ao padre José de Castilo:

''Pela relação inclusa entregará a V. R.^{ma} o capitão Antonio de Lemos Faria vinte e nove indios, entre pequenos e grandes das nações Bororó, Curumarê e Carahá. Ainda aqui ficam alguns inda q' poucos q' não puderam hir nesta ocasião por estarem doentes. A grande quantid.^e q' tem morrido desta gente, he a cauza do pequeno n.^o delles q' vão p.^a o principio da Aldea''.

101 Carta de 24 de agosto de 1751, de D. Marcos de Noronha ao cel. Antonio Pires de Campos:

''Lembrandome do q' VM me disse quando veyo do sertão adonde foi buscar os curumarê, mandey a Bandeira de Amaro Leyte buscar o gentio Carahá q' lá tinha ficado não tiveram duvida aquelles a entregallos, porem fazem huma representação em q' todos assignaram, em q' mostram q' VM chegando áquelle Districto dicera q' levava ordem minha p.^a conquistar todo o gentio, e para pagar a todas as pessoas q' o acompanhasse, e movidos aquelles homens dos seus rogos, e do interece do premio q' em meu nome lhe offerencia, acompanharam a VM, fazendo todas as despesas a sua custa. Voltando pois do sertão, mandou VM distribuir pelas mesmas pessoas q' o acompanharam, a cada hum seu Bugre, da mesma nação Carahá e com alguns outros q' lhe ficaram, pagou VM os mantimentos q' tomou para sy e p.^a os seus Bororós.

Esta representação he totalm.^{te} diversa da informação q' VM medeu, em consequencia daquial, eu mandey satisfazer a VM p.^{la} Fazenda Real, os gastos daquella viagem. Para poder deferir as supplicas q' fazem aquelles homens, he preciso q' VM mostre documentos autenticos, pordonde os contradiga, aliás lhe deve satisfazer os mantimentos q' tomou, porque não persuade a razão q' seja justo, q' El Rey os pagasse da sua Faz.^{da} e VM ficasse com esse Lucro, pelos ter traidos violentamente aquelles moradores, ou pagandolhes com os indios q' não podiam ser vendidos, o q' VM não ignora. Espero a resposta de VM p.^a saber o q' heide deferir a elles''.

102 Carta de 24 de agosto de 1751, de D. Marcos de Noronha ao alferes João Guadieley:

“O cap.^{tam} Ant^o de Lemos Faria, hade entregar 29 indios entre pequenos e grandes, p.^a serem conduzidos p.^a a Aldea do Rio das Velhas, o q’ VM fará acompanhando o P.^e José de Castillo se achar nesse arrayal e q.^{do} elle ahy não esteja, tomará VM conta dos mesmos Indios, e pessoalmente os hirá entregar na sua Aldea.

Em carta de 25 de Julho, me dá VM p.^{te} das grandes hostilidades q’ tem feyto o gentio cayapó, e das providencias q’ VM tem tomado p.^a lhas rebater. Por conta de VM, e do cel. Antonio Pires de Campos está a segurança com q’ devem andar os viandantes, e terem a Estrada limpa, e desembaraçada”.

103 Na carta de 29 de agosto de 1751, de D. Marcos de Noronha, há este tópico:

“O P.^e Bento Soares sahio desta Villa p.^a Ouro Fino, em huma rede por não poder ser de outra sorte, p.^a ver se naquelles ares convalecia mays depressa p.^a se poder pôr em viagem”.

104 D. Marcos de Noronha na sua carta datada de 27 de setembro de 1751, dirigindo-se, isoladamente, a Francisco Roiz de Mattos e ao cel. Wenceslau Gomes da Silva, dizia:

“O portador desta q’ he o P.^e Bento Soares que sahe desta Villa para o Arrayal de S. Felix a esperar os avisos q’ VM lhe fizer, e Wenceslao Gomes da Sylva, para saber q’ caminho deva seguir p.^a chegar áquelle Districto q’ V. M.^{ces} tiverem escolhido p.^a o estabelecimento da nova Aldea”.

105 Carta de 25 de outubro de 1751, de D. Marcos de Noronha dirigida a Belchior Izidoro Barreto:

“Até agora não há mais noticia dos ladroens q’ queriam roubar os Quintos, senão as primeyras q’ se divulgaram, posto q’ a opinião mais commum q’ hoje corre he q’ seria falsa. Espero q’ tenham chegado a salvam.^{to} ao Paracatu porque a terem tido algum encontro já havia tempo p.^a se ter recebido alguma noticia.

Sem fundam.^{to} algum querem persuadir q’ esta voz se espalhou da partida da gente q’ sahia do Paracatu com Joaquim de Macedo, porque as duvidas q’ houve p.^a este homem sahir daquelle Arrayal, ainda q’ foram grandes, e cauza de muitas desordens, comtudo, tanto q’ se poz em marcha não consta q’ ninguem o seguice pelo caminho, porq.^e os seus credores acharam q’ lhe era mais conveniente deixalo hir, do q’ por na mesma contig.^{ça} as suas vidas do q’ o dinheiro q’ lhe tinham emprestado.

Tanto porque VM me diz, como por aviso q’ me fez o P.^e Francisco Miz... (ilegível), vejo o pouco q’ vão produzindo os serviços de Diamantes, porq.^e cada dia vão em mayor decadencia, e se havemos de dar credito as conjecturas q’ se podem fazer, não posso esperar grande melhora.^{to} daqui athe ao fim de Dezembro.

Tenho por sem duvida q' no dia 16 sahe o resto do contrato em direytura p.^a o Serro do Frio, porq.^e assim o ouvi a Joaquim Caldeira Brant q' sahio impaciente desta V.^a por lhe faltar o proprio do Serro e me disse q' em qualquer parte adonde o encontrace q' o havia remeter ao P.^e Francisco Mlz p.^a saber a forma com q' se havia regular em todo o mais tempo de administração. A vista disto ainda VM pode esperar receber as cartas q' lhe vierem do Tejuco''.

106 Carta de "Vila Boa, 8 de Novembro de 1751", de D. Marcos de Noronha para o dr. Manoel Gomes da Costa:

"Hoje 8 do corr.^{te} as duas horas da tarde recebi a carta de VM de quatro em q' me participa a noticia de ser morto o Coronel Antonio Pires de Campos, dequem VM he fiador de oito centas oitavas q' por emprestimo selhe deram da Fazenda Real desta V.^a. Este homem alem da sobredita quantia, he devedor de outra tanta a Fazenda Real, por outro emprestimo. q' no tempo de Dom Luiz Mascarenhas, selhe havia feito debaixo de fiança, e como não he justo q' os seus fiadores, tendo elle bens pordonde pague, venham a ficar prejudicados; rogo a VM que queira tomar a sua conta esta dependencia, e para q' a possa fazer sem embaraço algum, no mandado q' mandei passar pelo Provedor da Fazenda vay VM incluido como Procurador da Coroa, para poder fazer todas as diligencias a favor della, e como poderá ser preciso passar a sequestros os bens que tiver raiz ou movens, remetto huma portaria, dando nella todos os poderes que cabem na minha jurisdição, p.^a q' sem contradição alguma possam ser validos todos os actos judiciays q' forem precisos p.^a esta arrecadação. Devo dizer a VM que me consta de sciencia certa q' este homem alem dos trez sitios q' tem no caminho de S. Paulo, tem mais de trezentas cabeças de gado, alguma prata de seu uzo, emedizem q' não pouca; o movel da sua caza, e fora disto os seus escravos, cujo n^o eu não sey, porem a respeito destes pode haver algumas contendas, porque alguma parte delles estão ainda por pagar, e o direito de seus donos he mais bem fundamentado do q' o da Fazenda Real.

Outra questão mayor espero eu com os Credores q' não havendo com q' sejam pagos, handem querer entender com os Bororós, rematando administração, fundados no diabolico estyllo q' se tem introduzido nestas Minas, contra todas as Leys Divinas, e humanas, porem no cazo presente eu espero q' elles sejam m.^{to} mal sucedidos, porq.^e os tays Bororós, assim homens, como mulheres, e rapazes devem ser todos recolhidos a Aldea do R^o das Velhas, e entregues ao Missionario della, q' p.^{la} nova ordem de S. Mag.^{de} deste anno, está nomeado seu parochó com amplo poder de os poder governar em tudo o q' pertencer ao Espiritual.

Constame tambem q' Antônio Pires tem hum Irmão, q' conforme o direito dos Paulistas, hade querer q' recaya nelle a sucessão da administração dos mesmos Bororós, o q' por nenhum principio pode ter lugar, porque repugna inteiram.^{te} as Leys da Liberdade, o q' VM não ignora.

Cazo q' seja necessar^o fazerce algum requerim.^{to} p.^a q' senão entenda com os tays Bororós rogo a VM tanto pelo serviço de D.^r como p.^{lo} de El Rey, q' queira contribuir da sua parte, com as mais eficazes dilig.^{ças} p.^a q' todos sejam entregues na Aldea do R^o das Velhas, eu escrevo a carta incluza ao P.^e José de Castillo p.^a q' logo logo (sic) tome conta delles e lhe assista com tudo o que lhe for necessar^o tanto p.^a o espirital, como p.^a o temporal, por ser assim conforme as ordens de S. Mag.^{de}.

Como o D.^r Ouv.^r acabou mezes ha de exercer de Provedor da Fazenda sabe m.^{to} bem q' o Juizo dos Ausentes não pode fazer apreensão alguma nos bens de Ant^o Pires, sem q' prim.^{ro} seja paga a Fazenda Real, o q' eu lhe posso segurar he q' em ella se achando satisfeita do q' se lhe deve, havendo remanicentes nomesso instante selhe remette p.^a o Juizo dos Ausentes, e nesta conformid.^e será desneces.^{ro} movesse huma questão de jurisdição, mil vezes debatida, e outras tantas sentenciadas com preferencia da Fazenda.

Espero q' o Ouv.^r convenha a este arbitrio, porq.^e he o mais conforme com a razão e com a equid.^e.

Só lhe digo q' para a execução destas ordens, forem nescess.^{ros} alguns soldados q' se poderá servir de qualquer q' estiver nesse Arrayal q' faça menos falta, e q.^{do} os não haja, poderá VM tomar algum proprio, e o custo delle será pago p.^{la} Fazenda Real.

Com a chegada do Dr. Antonio Frr.^a a esse Arrayal, receberá VM duas cartas minhas p.^a o R^o de Jan^o; estimarey eu q' cheguem em occazião tão opportuna q' possam servir p.^a livrar a VM do cuid^o em q' se acha sobre a má situação das dependencias de seu Irmão.

Quando VM entende q' eu possa haver mais algum prestimo, sempre me achará prompto p.^a tudo o q' for servillo".
Nota do copiadore: Os sítios a que se refere o capitão general, nesta longa e importassíma carta, vieram compor o vasto território da minha terra natal — Estrela do Sul — e se denominam: Rio-das-Pedras — Estiva e Piçarrão.

107 Carta de 8 de novembro de 1751, de D. Marcos Noronha ao dr. Ouvidor Geral, que revela, a exemplo da carta anterior, pela primeira vez, a morte do famoso caçador de índios, cel. Antônio Pires de Campos:

“Hoje recebi a noticia da morte do Cor.^{el} Antonio Pires de Campos, e como seacha sendo devedor a Fazenda Real da q.^{tia} de seis mil cruzados, he precizam.^{te} necess^o por em arrecadação os seus bens, para q' não venham a padecer os seus fiadores.

Como hum delles he o Dr. M.^{el} Gomes da Costa, a elle lhe remetto hum mandado geral da Provedoria para se fazer apreheção em todo os bens do mesmo defunto.

Eu estou certo q' VM como Provd.^r dos Ausentes não hade querer pôr em questão huma matr.^a q' já está rezolvida mil vezes a favor da Fazenda Real.

Creyo q' VM quererá convir a este arbitrio, porq.^e he racional e justo.

No cazo presente o meu mayor Cuid^o são os Bororós, porq' contra estes não pode ter coação nem a Fazenda Real, nem o Juizo dos Ausentes, e m.^{to} menos pode allegar o Irmão de Antônio Pires o dir.^{to} da sucessão p.^a pretender q' recaya nelle a administração dos mesmos Bororós; tão pouco poderão os credores pretender arrematar a mesma administração, porq.^e em qualquer destas circunstances se verificariam as Leys do captiveiro legitimo, ou simulado, de q' totalm.^{te} são izentos por numeraveis ordens de S. Mag.^{de} e duas outras Bulas de Matto Grosso.

Temo q' o irmão de Antonio Pires com grande cafila de mulatos, q' tem nos seus sitios, fiado na distancia em q' se acham, trabuquem totalm.^{te} as minhas ordens e q' senão venha a conseguir nada do q' nellas determino.

Como VM passou por aquelles sitios, e conhece os moradores q' nelles há, e talvez q' o mesmo yrmão de Ant^o Pires queira escreverlhe algumas cartas exortatorias p.^a q' sem escrupulo, ou violencia convenham no q' hé justo”.

108 Carta de 8 de novembro de 1751, de D. Marcos de Noronha ao padre José de Castillo:

“Com huma not.^a q' aqui me participaram de haver morrido no Arrayal de Paracatú o Cel. Antonio Pires de Campos, se faz precizam.^{te} necessario dar prompta providencia a todos os gentios q' elle tinha debaixo de sua administração, a qual não pode passar a seus herdeyros, nem contra ella pode ter coacção os seus credores, nem tão pouco a Fazenda Real ou o Juizo dos Ausentes.

Nestes termos deve V. P.^e, não só como Missionario da Aldea de Santana do Rio das Velhas, mas como Parocho nomeado por S. Mag.^{de} dos mesmos Indios, a quem o mesmo Sr. tem encarregado toda a jurisdição Espiritual nelles, passar logo aos sitios donde estão os Parentes de Ant^o Pires, p.^a q' em virtude desta Carta, e da Portaria q' com ella vay junta, lhe entregue todos os Indios machos, femeas, e crianças p.^a hirem p.^a a Aldea

adonde estarão, athe nova rezolução minha, por escripto, assistindolhe V. P.^e com tudo o q' lhe for necces^o pa.^{ra} o espiri-
tual, e para o temporal''.

109 Na carta datada de 8 de novembro de 1751, dirigida ao alferes João Guadieley, o Conde dos Arcos ordenava que fosse "aos sitios adonde estão os Bororós e dirá aos herdeiros de Antonio Pires q' lhe entreguem todos e os conduzirá p.^a a Aldea do R^o das Velhas para serem entregues ao P.^e José de Castillo.

Agora mais q' nunca, recomendo a VM o cuid^o q' deve ter no cam^o, p.^a q' os cayapós não possam continuar os seus insultos, não só com os seus soldados, mas com os mesmos Bororós poderá VM trilhar a Campanha tão frequentem.^{te} q' possam os viandantes continuar a sua viagem sem o receyo de serem atacados.

O P.^e José de Castillo não poderá embaraçar a VM servirão p.^a estas dilig.^{ças} dos ditos Bororós, porem deve deixar sempre na Aldea os q' bastarem p.^a plantarem as rossas p.^a o sustento de todos''.

110 O Conde dos Arcos dando pasto aos seus dissabores que não sabia frear, em decorrença da morte do cel. Antonio Pires de Campos, ora não admitindo que os índios bororo ficassem senão sob a tutela do governador ora que não fossem administrados pelos irmãos do defunto, como legítimos herdeiros que eles eram. Vale a pena a transcrição de mais este documento inédito e de muita utilidade à história, que é uma carta de 12 de novembro de 1751 que o governador endereçou ao dr. Ouvidor Geral, Agostinho Luiz Ribeiro Vieira, que ao longo desta momentosa questão se revelou, enérgico, independente e que se não curvava à vontade dos poderosos:

"Hontem 11, as 7 horas da tarde chegou a esta V.^a a parada por donde recebi a carta de VM, de 10, feito as nove horas da manhã, em q' me diz haver rettido em seu poder as cartas que escrevi p.^a o P.^e José de Castillo e João Guadieley, athe q' chegassem novas ordens minhas p.^a ver se haviam ou não expedir as mesmas cartas.

Vejo o q' VM apponta a respeito das dependencias do Cel. Antonio Pires de Campos, reconheço q' todas as reflexoens q' faz a este ponto são justas porq.^e de nenhuma couza se necessita tanto como a de amparar aos seus herdeiros, de tal sorte q' se possa conservar tudo no estado antecedente. O descubrir hum tempoeram.^{to} tal q' assim se consiga hé toda a difficuld.^e, havendo por huma parte hum grande n^o de credores, e tendo tão bem a Fazenda Real q' tem toda a sua segurança nos fiadores... sem que se tenha respeito as comodidades dos herdeiros do

defunto... e q' os seos escravos com a noticia da sua morte poderão m.^{to} facilmente meterse no matto.

Todas estas razoens me obrigarão a inclinar mays p.^a as regras do direyto, do q' as da pied.^e e especialm.^{te} certificandome q' o Irmão de Antonio Pires era hum verdadeiro mezanthropo incapaz de selhe poder encarregar dilig.^{ça} alguma, e posto que do irmão natural medecem menos maz informaçõens do seu prestimo, comtudo sempre mediçeram q' era hum rapaz, de quem se não podia fazer toda a confiança (todos os historiadores ignoravam que o cel. Pires de Campos — até mesmo o famoso linhagista Pedro Taques — tinha um irmão natural de nome Cláudio Pires de Campos, e outros parentes (ou filhos?) e outros descendentes que ainda moram na região, sobretudo em Cascalho Rico, Dolearina e Estrela do Sul), sempre benquistos e conceituados. O parêntese é do copiador).

Eu não conheço — continua a carta— nenhum destes homens, nem com elles tive trato algum, e assim precisam.^{te} havia estar pelas informaçõens q' mederam, porem como VM, e o Dr. Manoel Gomes assentam, q' os homens não são tão máos como semetempintado, eu os mando convidar p.^a q' venham logo a esta V.^a, promettendolhes o favorecelos em todas as suas dependencias, tanto pelo q' pertence aacomodaçãõ dos seus creadores, como p.^a q' S. Mag.^{de} lhe faça effectivas as mercés q' tinha promettido á seu Yrmão. Se este modo não bastar, eu não sey qual seja outro, p.^a convencer homens irracionais, como eu supponho a estes dous, p.^{la} vida em q' foram creados.

Pelo q' pertence ao Genticio Bororó, todos os discursos q' VM faz seriam acertados senão fossem debaixo de fundamentos falços: Primeiramente direy a VM, de nada do que dice, Antonio Pires a este respeito, sede fazer cazo algum, porque este homem entrou na imaginaçãõ q' o mesmo era estabelecer-se Aldea ao Rio das Velhas, q' tirarem lhe todo o gentio q' elle administrava. Confir mouçe nesta opiniãõ m.^{to} mais depois q' S. Mag.^{de} mandou por huma Provizãõ Sua q' o Missionario da mesma aldea, fosse administrar o pasto espirital do mesmo gentio da sua administração. Acresceu a isto mais q' confeçãõ-se a huma india filha do Cassique, pedia ao P.^e q' fizesse com Antonio Pires a deixace cazar, tanto q' lhe falou nesta materia; concebeu hum tal odio, e tomou tal vingança na india q' pela primeira vez lhe deram 600 asoutes, de q' esteve a morte, e Antonio Pires em g.^{de} cuidado, porq' os Paes da mesma India lhe disseram se vinham queixar a mim. E p.^{la} carta q' remetto do P.^e José de Castillo verá VM os motivos das desconfianças de Antonio Pires.

Posto q' os pagens do mesmo Antonio Pires digam a VM que os Bororós não querem hir p.^a a Aldea, nem se conservarão

nella, eu me não persuado a q' isto seja verd.^e antes entendo q' são influencias do q' ouviram o seu Snr., a razão q' tenho p.^a assim o entender, he porq' pelos ditos dos mesmos Bororós, quando estiveram em Pilloens, me consta q' elles estavam m.^{to} mal saptisfeito da administração de Ant^o Pires, pelo m.^{to} trabalho q' lhe dava, ao mesmo tempo dandolhe pouco, ou nada de comer, e nenhum vestuario, e o q' mais se lhe fazia sencivel, era o entenderlhe com as filhas, e as mulheres. Todas estas confições fizeram o mesmo gentio em Pilloens, e o q' lá ficou doente declarou q' se obrigacem a voltar p.^a a sua administração q' fogia, e se hia embora.

A vista disto entendo q' com hum pouco de geito, não seria difficulতো conseguir q' o gentio fosse p.^a a Aldea, e nella se conservarce.

Como ultima concluzão o q' tenho rezoluto he q' vá ao R^o das Pedras o Cappt.^{am} Antonio de Lemos q' conhece o Irmão de Antonio Pires, e q' leve em sua companhia hum parente seu que seacha, p.^a q' ambos com as m.^{as} cartas procure persuadir aos Irmaons de Antonio Pires a q' venhão falar, p.^a ver o q' posso concluir com elles e pelo q' pertence ao n^o de molatos forros e ... alejados (?) q' sey desejam sentar praça p.^a lograrem o beneficio do soldo, q' crie logo huma companhia delles mesmo, para por este modo os entreter a q' não façam alguma dezordem e pelo q' pertence ao gentio se este quizer vir acima, q' lhe não embarçem e se quizerem fivar nos mesmos sitios em q' se acham, q' elles os fique administrando, athe que voltem os Yrmaons de Antonio Pires e se o mesmo gentio quizer hir p.^a a Aldea do R^o das Velhas, por reconhecerem q' serão mais fartos, e mais bem tratados, q' os leve p.^a lá, convidando-os para isso com aquellas Drogas necessarias p.^a se vestirem, q' hé o de q' mais se enamora semelhante casta de gente.

No cazo q' tomem pior exito, o q' nada disto se possa conseguir, não haverá outro remedio, senão fazer sequestro em tudo, p.^a q' a Fazenda Real, e os Credores, não fiquem prejudicados''.

111 Carta de 12 de novembro de 1751, do Conde dos Arcos, ao dr. Manoel Gomes da Costa:

“Hontem 11, recebi a carta de VM de 10 e não posso deixar de dizerlhe q' o contexto desta hé bem differente da q' antecedentemente me havia escripto porque nella me pedia VM toda a segurança sobre os bens de Antonio Pires, e nesta quer VM toda a pied.^e com seu Irmão. Eu ateria uzado do principio senão encontrace com as Leys da Justiça, sendo VM a mesma p.^{te} q' pediu a execução della.

A vista do q' VM novam.^{te} me diz, eu não tenho duvida nenhuma em patrocinar q.^{to} couber em mim aos Irmaons de Antonio Pires; todo opponto está em q' possa descobrir meyo q' lhe seja favoravel a elle a aos credores, e a Fazenda Real.

Em q.^{to} as not.^{as} q' tem o Dr. Ouvidor de q' os Bororós senão davam bem com o P.^e José de Castillo, como estas foram dadas por Antonio Pires, e pelos seus pagens, não me merecem a mim credito algum, porq' sey de certo o grande ciume q' teve sempre Antonio Pires, de q' estabelecida a Aldea do R^o da Velhas, se haviam tirar p.^a ellas os Indios da sua administração. Confirrouce m.^{to} mais neste errado pensamento depois q' S. Mag.^{de} mandou por huma Provizão sua q' o mesmo Missionario fosse Parocho daquelles indios, e lhe administrace todos os sacramentos.

Acresceu a isto q' na Quaresma, confeçandose algumas indias ladinhas pediram ao P.^e q' falace com q' Antonio Pires as deixasse cazar p.^a se livrarem do miseravel estado em q' viviam. O falar o P.^e nesta mat.^a a deu motivo para os grandes escandalos q' publicou contra elle, e passou a vingança nas mesmas indias e só huma levou 600 asoutes, e porq' Antonio Pires julgou q' João Guadieley era parcial do P.^e e contribuhia p.^a a reedificação da Aldea, tomou-lhe tal odio e fez me tantas queixas contra elle q' menão custou pequeno trabalho o conseguir q' senão matassem huns a outros, porq' subiram as desconfianças a tão alto ponto q' a não medear o meu respeito, e as minhas ameaças teriam cido m.^{to} mayores as desordens.

A segunda razão do odio de Ant^o Pires com o P.^e Castillo foy porq' como o P.^e deytou huma grande Rossa, e teve huma prodigioza quantid.^e de mantimentos, persuadio-se Antonio Pires, e como eu mandey ordem ao P.^e q' todos os mantimentos q' sobraçem da sustentação dos Indios, e do moniciamento dos soldados, se vendessem p.^a o vestuario dos mesmos Indios, e para a reedificação da Aldea, a execução desta ordem contribuhio p.^a se aumentar o disprazer de Antonio Pires e estes são as cauzas das suas declamaçoens, e o contr.^{io} disto não he tão certo como V. Mercê tem imaginado.

Hé infalivelm.^{te} certo q' nem huma couza convem tanto, como o conservar os Bororos naquelle Districto, porq' delles depende o socego dos moradores e segurança dos viandantes. Constame q' p.^a esta dilig.^a he totalm.^{te} inhabil o Irmão mais velho de Antonio Pires, e outro q' tem natural hé um rapaz de q.^m senão pode fazer toda confiança; nestes termos rezolvome amandar Antonio de Lemos p.^a q' conseguido persuadir os doys

Irmaons a q' venham acima, fique entretanto administrando os tais Bororós, se estes quizerem tão bem vir porq' medizem q' dezejam falar comigo os cassiques, ordenolhe q' toda a boa passagem q' for possível, e se quizerem passar p.^a a Aldea adonde tem m.^{ta} fartura de mantimentos e cassas q' os leve consigo, convidando-os com algumas drogas para os vestuarios, q' hé o deque mays se enamora semelhante casta de gente, e como agrande cafila de molatos e ... (ilegível) q' tinha Antonio Pires, são os q' podem dar mays algum cuidado, de q' farão alguma dezordem, como sey q' pelo interece do soldo e do mantim.^{to} de-sejam ser sold.^{os} doulhe ordem para que possa crear huma Comp.^a de todos aquelles q' voluntariam.^{te} se quizerem alistar''.

112 A carta que vamos transcrever abaixo, datada de 12 de novembro de 1751, D. Marcos de Noronha revela, pela primeira vez, a causa da morte do cel. Antonio Pires de Campos que os historiadores debitam à ferida aberta com a flechada que ele recebera em plena campanha, quando ela adveio da terrível malina, termo usado por corrupção, tratando-se de febre perniciosa, de mau caráter, febre maligna, dirigindo-a a Manoel de Campos e, com o mesmo teor, a Cláudio Pires, seus irmãos:

“Com grande pezar meu faço esta Carta por se incluirem nella os pezames q' vou a dar a VM pela morte de seu Irmão o Coronel Antonio Pires de Campos, aquem não poderam aproveitar os muitos remedios, e a cuidadoza assistencia q' se lhe fez porq' a furioza malina q' lhe sobreveyo, em menos de cinco dias o reduzia ao ultimo estado. Creyo q' VM como bom catolico procurará quanto hé obrig.^{do}, com a vont.^e de Deus.

Como não hé justo q' o grande trabalho de seu Irmão deyxio de ter aq.^{la} renumeração q' lhe é devida pareceme precisam.^{te} necessario q' tanto VM como Cláudio Pires, venham logo logo (sic) a esta V.^a adonde eu os espero com huma boa vont.^e p.^e servilos em todos os seus particulares, tanto pelo q' pertence a acomodação dos acredores de seu Irmão, como pelo q' elle ficou devendo a Fazenda Real desta V.^a e sobretudo me acharão V. Mercês m.^{to} ao seu favor p.^a q' S. Mag.^{de} lhe verifique as mercês q' tinha promettido ao seu Irmão.

Estas materias são tão importantes, e tanto da conveniencia de V. M.^{cês} q' não hé possível q' sepossam tratar por cartas, e expecialm.^{te} em huma distancia tão grande, q' p.^a se rezolver qualquer duvida, ou se tomar qualquer determinação, hé preciso gastar innumeravel tempo. Como a duvida q' V. M.^{cês} podem pôr para esta jornada, julgo que será o não terem pessoa aquem deyxem encarregados os Bororós; hé o portador desta o cap.^m Antonio de Lemos e Faria, q' foi bem conhecido de seu Irmão, e q' tem bast.^e pratica dos costumes dos mesmos Bororós, e os

sabe tratar com aquella afabilid.^e que elles necessitam; este os poderá ficar administrando, athé q' V. M.^{cês} voltem desta V.^a, q' não só delles, mas de tudo o mais q' se lhe entregar, espero dê uma prompta satisfação.

Devo dizer a V. M.^{cês} q' a m.^a principal intenção não hé outra, senão conservalos, e procurarlhe todos os meyoos do seu socego, e p.^a isto hé precizo q' V. M.^{cês} de sua parte concorram com a dilig.^{ça} de me virem fallar, q' hé o q' sobretudo julgo mais importante”.

Nota do copiadór: Esta carta é o modelo da autoridade que se revelando a princípio, hábil na arte de lograr e trapacear, procurou todos os recursos para retirar dos seus legítimos herdeiros o direito à herança deixada pelo irmão. Agora, aos irmãos do cel. Antonio Pires de Campos, diante da enérgica reação do digno Ouvidor Geral, agindo como defensor da lei, o capitão general buscou enlear-se na humildade e na complacência, sem ostentar a arrogância que procurou imprimir nos seus primeiros atos, quando somente pensava em proteger a Fazenda Real; os credores do defunto e, por último, chamar a si a administração dos bororos.

113 Neste mesmo dia — 12 de novembro de 1751 — o Conde dos Arcos dirigiu esta carta ao alferes João Guadieley:

“Com a noticia de haver falecido no Paracatu o Cor.^{el} Antonio Pires, me vejo obrigado a mandar a este Districto o Capp.^m. Antonio de Lemos e Faria, q' vay a communicar alguns particulares com Manoel de Campos e Claudio Pires, p.^a o q' leva as m.^{as} ordens.

Dasquê o mesmo Cap.^m ler a V. Mercê a este respeito .cumprirá VM em tudo inviolavelm.^{te}, deve m.^{to} individualmente dar assistencia ao Cap.^m Antonio de Lemos, p.^a q' elle me possa fazer os avizos necessarios, principalmente a respeito dos Bororós se estes gostozamente se conservarão com os novos administradores, ou se pela fartura da Aldea do R^o das Velhas, e p.^{lo} bom trato q' veem ter aos mais Indios q' hoje lá acham, quererão voluntariamente passar p.^a o poder do P.^e para dahy fazerem as suas exploraçoens como athe agora, porem deve VM ficar entendendo q' estas noticias q' selhe pedem as deve dar sem afeição alguma, p.^a a vista dellas eu poder tomar no tempo por fucturo as medidas q' me forem mais convenientes, ficando VM na certeza q' deve guardar de tudo isto inviolavel segredo”.

114 Ao Padre José de Castillo, com a mesma data de 12 de novembro de 1751, d. Marcos de Noronha mandava esta carta:

“Com a noticia q' recebi de Paracatu, de haver falecido de huma furioza malina o Cel. Antonio Pires de Campos, me vejo na percizão de mandar dizer a seus dous Irmaons Manoel de Campos e Claudio Pires, p.^a q' logo logo (sic) mevenham a esta V.^a o que

lhe será m.^{to} conveniente para poderem compor com a minha intervenção as suas dependencias, porque me consta q' o Irmão deyxou hum grande n.^o de credores, alem da parcela q' deve a Fazenda Real.

Se estes homens não tiverem q.^m os proteja entrarão a devoralos de tal sorte q' lhe não ficará nada de q' se possa manter, e posto nesta consternação poderão dezemparrar os requerimentos q' justam.^{te} devem fazer a Portugal p.^a q' S. Mag.^{de} lhe renumere os serviços de seu Irmão, fazendo-lhes effectivas as m.^{cês} que lhe havia promettido.

V. P.^e com a Sua grad.^a charid.^e, e zello cristão, queira persuadilos p.^a q' venham logo a esta V.^a segurandolhe q' hade achar em mim hum bom procurador p.^a os seus intereces. Huma das principais difficuldades q' estes homens terão p.^a não quererem sahir dos seus sitios, e vir a esta V.^a hé dizerem q' não tem q.^m lhe fique administrando os Bororós, p.^a remover este embaraço mando o Capital Ant.^o de Lemos e Faria, p.^a q' este possa ficar fazendo esta administração em q.^{to} estes homens durar a sua auzencia.

O Capitão Antonio de Lemos leva as instruçoens q' julgo sejão necessarias. Hade participar a V. P.^e algumas dellas p.^a q' o ajude com a sua grande prudencia, e q' consiga com bem o q' lhe determino''.

115 Carta de 13 de novembro de 1751, de D. Marcos de Noronha ao capitão Antonio de Lemos e Faria.

“Sahirá V. M.^{cê} desta V.^a em direitura a Meya Ponte, e receberá da mão do Dr. Ouv.^{dor} G.^{al} algumas cartas pertencentes a Manoel de Campos e Claudio Pires, Irmaons, e herdeyros do Cor.^{el} Antonio Pires de Campos q' athe agora assistia no sitio do Rio das Pedras, cam.^o de S. Paulo p.^a donde VM continuará a sua viagem, com toda a brevd.^e q' lhe for possivel.

Logo q' VM chegue ao tal sitio do Rio das Pedras, entregará a m.^ã carta a M.^{el} de Campos, e com toda a brevid.^e despachará hum proprio a Claudio Pires, p.^a q' venha falarlhe ao mesmo Districto; e ambos .estes dois homens procurará VM viva e efficazm.^e persuadir a q' venham logo logo (sic) a esta V.^a falar commigo.

A duvida principal q' VM encontrará nestes homens p.^a não virem a esta V.^a julgo será o dizerem não tem aq.^m deyxem encarregados os Bororós e mais administrados q' ficaram de seu Irmão. Para remover esta difficuldade hé preciso q' VM uze de todo o jeyto, e brandura, offerecendose nos mesmos homens p.^a ficar administrando os tais Bororós, e enquanto elles vem a esta V.^a, promettendolhe q' se hade dar conta delles, e de tudo o mais que entregaram ao tempo q' voltarem p.^a os seus sitios.

Como me consta q' entre os mesmos Bororós desejam fallarme e caso elles entram na pertença de quererem vir a esta V.^a não embaraçe por nenhum modo, e sendo conveniente q' venham na mesma ocazião em q' vier Manoel de Campos, e Claudio Pires, porem procurará VM m.^{to} persuadir os Bororós o q' não venham todos, senão som.^{te} aquelles q' elles entre sy reconhecem por seus superiores, porq' bastará q' estes depois vão certificar aos mais do q' ajustaram comigo.

No cazo q' os tais Bororós e mais administrados não entrem nesta pertença vendo VM q' elles se querem conservar nos sitios q' se achão, ficará VM com elles, fazendolhe toda a boa passagem e tratam.^{to}, porem deve VM uzar toda a cautela p.^a q' elles não fujam e se metam no matto.

Como me consta q' Antonio Pires, não tinha os mantim.^{tos} necessarios p.^a a sustentação de toda esta gente, q' a mayor p.^{te} do anno vivem de montaria não lhe poderá VM embaraçar q' elles possam hir ao matto, e aos Rios procurar o de q' se mantenham, mas nestas licenças, se haverá VM com grande cautela, não os deixando hir todos juntos p.^a q' não fujam.

Como a fartura, e a abundancia de mantim.^{tos} hé o de q' mais se enamora os Indios, e na Aldea do Rio das Velhas os há com grande abundancia, procurará VM com todo o jeyto persuadir tanto a Manoel de Campos, e Claudio Pires, como aos mesmos Indios, a q' venham a q' os Bororós interinam.^{te} possam hir p.^a a Aldea, no q' rezulta grande utilidade aos mesmos dois administradores, porq' se poupam a toda a despeza q' estão fazendo com os mantimentos q' comprar p.^a os sustentarem.

No cazo q' venham a esta V.^a Manoel de Campos e Claudio Pires, e passam p.^a a Aldea os Indios, terá VM particular cuidado de q' os trez sitios q' pertencem a Antonio Pires, fiquem as guardas necessarias p.^a terem cuidados nas rossas, e q' selhe não furtem as creaçoens.

Chegado q' VM seja aos tais sitios em virtude do mandado do Prov.^{dor} da Fazenda q' lhe entregará em Meya Ponte o Dr. M.^{el} Gomes da Costa, fará sequestro pela Fazenda Real em todos os bens q' se comprehende no d.^o sequestro. Não passará VM a vender, ou remataçoens alguns, sem expreça ordem q' p.^a isso lhe vá da mesma Procuradoria, e conservará VM os bens em seu poder, igualm.^{te} como são obrigados os depositarios de Juizo. p.^a q' os animos dos herdeyros senão inquietem com esta dilig.^{ça} q' a elles mais do q' a todos hé conveniente, procurarão VM persuadilos com bom modo a q' venham, q' ella se faça com paz, e quietação, e q' deêm huma fiel conta de tudo o q' tiver ficado de seu irmão''.

116 Carta de 20 de dezembro de 1751, de D. Marcos de Noronha, ao padre José de Castillo:

“Juntamente com esta carta receberá V. P.^e dous Indios e tres Indias das mesmas naçoens q’ antecedentemente mandey para essa Aldea. Todos foram batizados pelo P.^e Bento Soares, e Antonica quem elle a cazou com o Indio mais moço q’ agora vay. Com a morte do cel. Antonio Pires de Campos poderá V. P.^e mais livrem.^{te} fazer o officio de Missionario, porq’ supponho removidos os embaraços q’ havia p.^a fazellas os Missionarios q’ desejavão os Indios, e também creyo q’ daqui p.^a diante andarão mais bem vestidos. E creyo porq’ M.^{el} de Campos assim me promete. Elle aqui fica ainda lidando nas suas dependencias, entendo q’ brevemente as concluirá e por elle escreverey a V. P.^e com mais vagar”.

117 Carta de 20 de dezembro de 1751, de D. Marcos de Noronha, ao alferes João Guadieley:

“Duas cartas recebidas de VM de 19 e 21 de 9bro. Na 1.^a me diz VM os novos cuidados em q’ se achava com a morte do cor.^{el} Antonio Pires de Campos, deste estará VM mays socegado depois q’ ahy chegou o cap.^m Antonio de Lemos e Faria, a quem encarreguey o mesmo gentio q’ estava em poder de Ant.^o Pires, e juntamente levou todas as ordens do q’ interinam.^{te} havia obrar athé nova disposição minha, em q’ por ora não tem VM q’ lher o seu capitão.

O portador desta vay na companhia de hum tropeiro, a q.^m encarreguey cinco Indios q’ tinham ficado em Pilloens, os quaes devem ser conduzidos p.^a a Aldea do Rio das Velhas, p.^a q’ o Missionario tome conte delles.”

118 Carta de 23 de dezembro de 1751, de D. Marcos de Noronha, ao capitão de Soldados Aventureiros, Antonio de Lemos e Faria.

“Recebi a carta de VM de 30 de 9bro de q’ foi portador Claudio Pires q’ aqui chegou passados alguns dias depois de Manoel de Campos andar nesta V.^a na deligencia de se compor com os seus credores.

Do q’ ultimam.^{te} se ajustou a este respt.^o e tão bem das novas negociaçoens em q’ VM quer entrar com o mesmo Manoel de Campos, dará a VM individual noticia seu Procurador o Dr. M.^{el} Gomes da Costa, porq’ ao seu arbitrio deyxey estes composições, p.^a q’ procurace o meyo mais seguro tanto p.^a VM, como para Manoel de Campos, q’ está prompto a entrar na socied.^e fazendose esta com todas as seguranças necess.^{as}. Eu lhe admiti q’ fizesse o ajuste desde q’ aceitace a satisfazer em tudo as mesmas obrigaçoens a q’ se tinha sogeytado seu yrmão, p.^a q’ selhe fizecem effectivas as m.cês q’ S. Mag.^{de} lhe tem prometti-

do. Nesta frota hey de dar conta ao mesmo Sr. p.^a q' queira confirmar estenovo ajuste, porem, para q' em nenhum tempo possa haver duvida em se verificarem as m.cês julgo m.^{to} conveniente q'se procura desenfestar o Cam^o de tal sorte q' não possa haver queyxa alguma dos viandantes, porq' este hé o principal motivo porq' se prometeu a Antonio Pires tão grande premio, o q' VM não ignora, nem tampouco o q.^{to} lhe hé conveniente contribuir da sua parte com as mays eficazes dilig.ç^{as} p.^a q' elle reconsiga.

Como tudo fica no mesmo estado em q' esteve no tp^o de Antonio Pires, não há razão nenhuma p.^a gravar a Fazenda Real com a despesa de mais huns poucos de soldos, por esta cauza não só não defiro a pertença de q' Claudio Pires vença o soldo dobrado de cabo de Esquadra mas ordeno a VM q' dê baixa a todos os administrados ou Bastardos, o q' de novo tinham assentado praça porq' deste meyo só se devia uzar não se pondo este neg.ç^o nos termos em q' agora fica.

O mesmo M.^{el} de Campos leva hum Bororó com dous filhos q' VM mandará ao P.^e José de Castillo''.

119 Carta datada de 20 de janeiro de 1751, do Conde dos Arcos a el-Rei.

“Em o anno de 1725, pertenderão os moradores de S. Paulo q' se lhe concedesse a administração de todos os indios que conquistassem passando a d.^a administração aos herdeyros e administradores, e na falta destes serem postos os taes indios nas Aldeas de V. Mag.^{de}. Para melhor poderem obter esta graça alle-gavão que não podiam sem gentios andar pellos certoens, nem tambem fazer os descobrimentos do ouro. Tendo pois presente a V. Mag.^{de} este requerimento, foy servido ordenar ao Governador de São Paulo Rodrigo Cezar de Menezes por Provizão de 10 de Julho de 1726, cuja copia remeto, que como a liberdade dos indios seja tão estimavel, e por direyto natural convir que sejam conservados nella, e q' não devão ter sogeyção de captivos o q' deve prevalecer a tudo, que inviolavelmente fizece observar a ley passada sobre esta materia em 7 de Fever^o de 1722, e que quando os moradores necessitarem de Indios p.^a os descobrimentos do ouro, ou para alguns outros empregos q' fossem uteis ao Serviço de S. Mag.^{de} ou ao bem comum dos seus vassalos, se lhe podem dar debaixo da condição q' serão bem tratados, e que se lhe satisfaria o estipendio que lhe está constituida, segundo as ordens Reaes; Esta Resolução de V. Mag.^{de}, não tem, nem teve nunca observancia em toda esta Capitania, porq' sendo certo que não ignorão os moradores della q' o captiveiro dos indios está defendido, por esta, e por outras muitas ordens de V. Mag.^{de} que repetidas vezes se tem feyto publicar para os livrar de toda ignorancia, comtudo não cessão os certanistas, e cabos das

Bandeiras q' entrão para o Certão de fazerem muitos captiveiros que todos elles seão injustos senão pode negar, pela forma com q' são feytos, porq' em sahindo huma Band.^a procurão logo buscar as terras em q' habitão os gentios, e como estes vivem de montaria, ordinariamente andão esparcidos pello matto buscando de q' se sustentam e encontrandose brancos com gentios, a pr.^a diligencia hé captivallos; e elles se resistem vão matando todos os que podem, e logo captivandolhes as mulheres e os filhos. Se a Band.^a he numerosa de gente, vão atacar os mesmos alojamentos dos indios, com q' são inumeraveis as mortes, e não menos os captivos, q' logo se repartem, pellas pessoas de q' se compõem a mesma Band.^a. Estes reputados Senhores em chegando a qualq.^r povoação ou arrayal deste governo, procurão vender cada hum os Indios q' lhe couberão, destes são huns vendidos e outros trocados pellas Fazendas de que necessitão, e p.^a se livrarem de todo o escrupulo q' podião ter de semelhantes vendas, se tem introduzido entre sy o abuso, de dizerem q' não vendem indios, mas que vendem somente a administração (O grifo não é do original. É do copiador que observa que, desde época remota, já se burlava as leis, por todos os meios, com dolo e malícia). Não só com os Indios Bravos, mas tambem com os mansos já aldeados se praticão estas dezordens, ainda que essa diferença emquanto ao modo de os cativarem porq' supposto não seja a força de armas, procurão induzilos a q' fujão das mesmas aldeyas, alem dos muitos que nellas furtão, e em passando de hum governo a outro os vão vendendo, e daqui provém haver neste governo a grande quantidade que ha de administrador, sendo muita parte delles pertencentes ás Missoens de S. Paulo, Pernambuco, Maranhão e Pará.

Devo por na presença de V. Mag.^{de} q' estas administraçoens dos indios não são outra couza, senão captiveiros simulados, e ainda mais rigorosos do q' os dos negros porque como os Senhores comprão estes por muito mayor preço, tratãonos com muito mais cuidado, ordinariamente Indio administrado anda nú, a sua sustentação não passa de algum pouco de milho; se se auzenta da caza do administrador, hé preso e açoutado asperamente. Se o mesmo administrador caza alguma filha como parte do dote se lhe dão tantos indios. Se tem dividas e os credores podem judicialmente contra os bens são os indios penhorados, e vendidos em praça publica. Se morre o administrador, erdão os filhos a administração, e repartem por elles os Indios. Se o administrador não tem herdeiro, testa (sic) livremente da administração, e se os bens de alguns destes vem p.^a a Juizo dos defuntos e auzentes, por ordem do mesmo Juizo são os mesmos indios vendidos em praça publica, o q' eu já

tenho presenciado. Além de todas estas violencias não hé menor a q' uzão com as indias, cazandoas com os seus escravos, e sendo os filhos destes matrimonios livres de toda a escravidão, nem porisso deixão de ser reputados como captivos, e como taes tratados, e vendidos por seus Sen.^{es}.

Pareceme que o unico remedio que há paraq' não continuem tão injustos captiveiros, e ser V. Mag.^{de} servido determinar que se passem nova ordem em que se declarem serem livres todos os indios administrados, e que não querendo estes servir a seus reputados Sn.^{res} voluntariamente, estes os não poderão constranger de nenhum modo, e serão obrigados a pôlos em sua total liberd.^e e não o fazendo assim, e requerendo as Justiças os Indios, sumariam.^{te} lhe defferirão, e para q' a mim possa parecer, se deve encarregar aos Ministros, q' as correçoens procurem pella execução desta Ordem, e para evitar as omissoens q' ellas podem ter se lhe deve impor a penna, de q' nas suas Residencias se lhe dará em culpa todo o descuido que houver da sua parte, advertindo tambem as mesmas Justiças q' não devem permitir penhoras, nem concentir vendas publicas ou particulares de indios administrados. V. Mag.^{de} mandará o que for servido. Vila Boa, 20 de Janeyro de 1751. D. Marcos de Noronha. Conde dos Arcos''.

120 Carta de 14 de abril de 1751, de D. Marcos de Noronha.

Nesta carta consta que, por alvará régio de 31 de janeiro de 1736, foi Sebastião Mendes de Carvalho nomeado Intendente destas Minas, ordenando-lhe que serviria juntamente de Provedor da Fazenda deste Distrito.

121 Carta de 2 de dezembro de 1754 do Conde dos Arcos a el-Rei

“Devo por na presença de V. Mag.^{de} q' p.^a a pacificação do gentio Acroá, e de todas mais naçoens q' infestão as vizinhanças da Natividade, Arrayas, Terras Novas, e Ribeira do Paranã, difficultozam.^{te} se achará homem mais capaz do q' hé Wenceslau Gomes da Silva, porq' além de ser sum.^{te} pratico de guerra, q' costumão fazer estas naçoens, tem conseguido fazelas conceber hum grande temor circumstancia esta porq' me parece m.^{to} conveniente q' V. Mag.^{de} mande celebrar com elle, o ajuste q' se lhe propoz, augmentando ou diminuindo nas condições o q' parecer mais conveniente a Real Fazenda de V. Mag.^{de}”

122 Na carta de 14 de fevereiro de 1751, consta que D. Marcos de Noronha em o ano de 1735 pôs na presença de S. Mag.^{de} Gregorio Dias da Silva, Superintendente que então era destas minas.

123 Uma anotação perdida no meio de muitas outras:

“D. João Manoel de Mello chegou no dia quatro de Julho de 1759 e a sete tomou posse do governo”. Americano do Brasil, grande pesquisador, citou certa essa passagem.

124 Carta do Conde D. Marcos de Noronha, datada de 13.09.1749, a el-Rei:

Na conferencia que por ordem de V. Mag.^{de} tive com o Governador Gomes Freire de Andrada, entre varios papeis que me entregou pertencente a este Governo, vinha juntamente huma p.^{am} (o copiador esclarece que esta abreviatura nada mais é do que: **petição**) do Coronel Antonio Pires de Campos, a cujo cargo está a Comissão de dezenfestar o Cam^o que vem de Sam Paulo para Goyaz, donde antecedentemente o gentio cayapó fez aos vassallos de V. Mag.^{de} as mais crueis hostilidades.

Será V. Mag.^{de} informado da pertensão que nella contem; os pontos essenciaes deste requerimento se deduzem a que da Fazenda Real se lhe mande dar por ordem de V. Mag.^{de} huma ajuda de custo com que possa remediar a vexação em que se acha, e continuar a despesa que faz com os Bororós, e mais pessoas que chegão a completar o numero de 500 que tantas lhe são necessarias para continuar a destruição dos mesmos indios. Pertende mais, além desta graça, que hajão por isentos de pagar Capitação os seos escravos e que se lhe conceda por sesmaria toda a Campanha do Rio Caiapó, quer logo a patente de Cap.^{tam} Mor de sua conquista e que se lhe confirmem em tudo as Mercês que S. Mag.^{de} foi servido fazer-lhe. Sendo presente a V. Mag.^{de} por varias representações do General de São Paulo, D. Luis de Mascarenhas, nos anos de 1741, 1742 e 1743, as repetidas mortes, roubos, queymas de rossas e outras varias hostilidades, que o gentio vagava nas vizinhanças desta Villa fazião, houve V.M. por bem resolver o que dispõe a Sua Real Ordem de 23 de Mayo de 1734 (“), e repetindo o mesmo Governador outras representações sobre a mesma materia, no mesmo ano de 1734 (’), houve V.M. por bem resolver o que determina a Sua Real Resolução de 8 de Mayo de 1746, e em consequencia do que nella se dispoem, fez o Governador D. Luis de Mascarenhas, em o anno de 1748, com Antonio Pires de Campos, o ajuste no qual vai inserto o Regt^o do que devia obrar, não só p.^a fazer desinfestar os caminhos de quem vem de São Paulo para Goyaz, donde antecedentemente o gentio cayapó fez aos vassallos de S.M. as mais crueis hostilidades, mas p.^a poder alcançar as mercês que S.M. lhe tem prometido em remuneração do seu trabalho.

Presentemente se acha Antonio Pires de Campos, situado no Rio das Pedras, caminho que vem de São Paulo para esta Villa, tem sido muito util a sua assistencia para os viandantes porque ha mais de hum anno que trazem as suas importantes

carregaçoens, sem experimentarem damno algum do gentio cayapó, e ainda que este homem não tem razão p.^a pedir nenhuma ajuda de custo em virtude do ajuste que fez, pela qual se obrigou a fazer toda a limpeza a sua custa como tudo como consta plenamente que por ora se acha falto de meyo p.^a poder continuar com as despezas precisas, e como a sua assistencia naquelle Paiz he tão necessaria, p.^a a conservação dos povos que experimentavão, pareceo que não era justo sem melhor exame rejustar este requerimento, e conferindo com o Governador Gomes Freire de Andrada sobre esta mat.^a foi de parecer que se devia dar a este homem huma ajuda de custo, porque sem ella seria impossivel que pudesse continuar como até agora, e vendo os Bororós que o acompanhavão que elle lhe não assistião com os mantim.^{tos} necessarios naturalmente o dezampararião.

Chegando pois deste governo, e vendo que S.M. tem passado tantas ordens “para que os seos Vassallos não experimentem vexação dos indios barbaros, e que p.^a se chegar a este fim havia necessidade prometer os meyo ainda que expressam.^e os não tivesse declarado por alguma ordem sua estive nos termos de tomar a resolução de mandar a ajuda de custo; mas examinando os livros desta Sect.^a, achei varias ordens por onde se prohibe aos governadores o fazerem tal, e por isso me abstive de tomar sobre mim só esta Resolução, mas attendendo á justa necessidade p.^a que ella se pedia, convoquei huma Junta, áqual chamey o Intend.^{te} da Fazenda Real, o Ouvidor actual da Comarca, e ao que tinha sido Manuel Antunes da Fonseca, e ao Capitão de Cavalos, Antonio de Sá Pereira, e todos forão de parecer, que por emprestimo se dessem da Fazenda Real a este homem outocentos oitavas de ouro, e que p.^a as receber será obrigado a dar fiança a satisfação do Tesoureiro, ficando alem desta obrigado as Mercês de S.M. lhe tem prometido, p.^a do rendimento dellas, restituir para Fazenda Real as d.^{as} outo centas outavas de ouro”.

Nota do copiadór: Os dois pontos assinalados com (‘’) se refere a equívocos de data, por certo, de quem fez o traslado, pois a data exata é 23 de maio de 1743, de uma ordem real que ordenava que se declarasse guerra aos índios selvagens. Nessa época — 1749 — o Ouvidor da Comarca era o dr. Agostinho Luiz Ribeiro Vieira e o Intendente da Real Fazenda chamava-se Luiz de Moura Coutinho.

125 Carta de 22 de maio de 1753, de D. José, Rei de Portugal, ao Conde dos Arcos.

Nesta carta fazia saber ao governador que recebera a sua carta de 25 de janeiro de 1752, em que insinuava que havendo o cel. Antonio Pires de Campos desinfestado essas Minas, e o caminho para elas do gentio caiapó pelo prêmio das mercês, que

lhe mandara prometer debaixo das condições declaradas na Ordem de 8 de maio de 1746, e falecendo abintestado (a), sem outro algum herdeiro mais, que seu irmão Manoel de Campos Bicudo (b) "pertendera este continuar no mesmo serviço, debaixo do dito contrato, cuja proposta aceitaveis e conditionalm.^{te} pelas razoens que expendesteis na vossa carta, sobre a qual sendo ouvidos os Procuradores da m.^a Faz.^a e Coroa: Hey servido determinar por Resolução de 19 do corrente se pratique o ajuste condicional que fizestes com Manuel de Campos Bicudo, e assim vos ordeno prometais em meu Real Nome as mercês que estavam prometidas a seo Yrmão, obrigando-se tão bem a satisfação das outavas que setinhão emprestado a seo Yrmão.

Outro sim, sou servido recomendarvos vejaes como podeis mandar reduzir estes indios com brandura, e ainda com promessas de privilegios no caso de se aldearem, e que não sejam acometidos senão em defesa dos caminhos".

Nota do copiadore: a) — Abintestado ou ab-intestado, significa: Bens abintestados. Não se fez testamento. Diz-se, em direito, da sucessão que se abre sem que o defunto tenha feito testamento, do herdeiro que neste caso recebe a herança.

b) — Uma outra prova mais que evidente que os historiadores desconheciam. a exemplo do próprio rei de Portugal e o capitão general, que o cel. Antonio Pires de Campos tinham um irmão natural, chamado Claudio Pires de Campos, (convindo) deixar claro aqui que o seu irmão tinha o nome de Manoel Pires de Campos e não Manuel de Campos Bicudo.

126 Carta de 24 de janeiro de 1751, de D. Marcos de Noronha, a el-Rei.

"Em carta de 12 de Janeyro de 1750, puz na presença de V.M. que tinhão chegado os dous Missionarios da Cia. de Jesus que havia dous annos estavam nomeados no Colegio de S. Paulo por ordem de V.M. para passarem a este governo e estabelecerem algumas aldeias e procurarem reduzir ao Gremio da Igreja alguma parte do grande nº de gentios que andão esparcidos por estes sertões.

Como o gentio Arachás que vivia sobre a passagem do Rio Grande no caminho que vay para S. Paulo tinhão pedido Missionarios e que queirião ser governados por homens brancos, pareceo conveniente essa primeira aldeya se estabelecesse junto ao Rio das Velhas no mesmo caminho de São Paulo, não só porque o citio tinha todas as commodidades, q' costumão agradar aos gentios, como seja abundancia de caça, e de peixe, muitos cocos e todas as mais fructas silvestres de q' elles usão, e o Paiz hé abundante mas tambem porque depois de situada a tal aldeya naquelle dystricto ficaria o caminho que vem de S. Paulo p.^a esta

Vila defendido das grandes hostilidades que tem feyto o gentio cayapó, não só aos moradores que nelle o sitião, mas tambem aos viandantes q' por elle passavão.

Suppostas todas essas utilidades, e atendendo haverem pedido os gentios arachás Missionarios, determinei q' o P.^e José de Castillo passasse para o Rio das Velhas e q' fizesse logo casas e huma capela e plantasse roças, para q' no tempo que se recolhesse o gentio, achar logo mantimentos e tudo o mais que lhe fosse necessario. Estando amayor parte destas obras feitas, com q' se dispenderão da Fazenda de VM outocentas e huma oitava de ouro, avisou-me o Coronel Antonio Pires de Campos a quem estava concedida a diligencia de conduzir os indios para a aldeia, e aquem elles tinhão pedido Missionario, q' o gentio cayapó tinha feito tal hostilidade aos gentios Arachás, que não só lhe fizerão huma grande mortandade, mas depois lhe cativarão todas as mulheres e crianças as quais levarão para o seu alojamento p.^a as comerem porque sempre que tem ocazião, se sustentão de carne humana.

Com esta novidade foy preciso tomar diversas medidas, porque da nação dos Arachás não ficou mais do que o nome, porque os homens extinguios o gentio caiapó totalmente, porem como os gentios Taperapé, e Mangarirubas, e Curumarê q' são de lingua geral havião dito a Amaro Leyte que se querião aldear e que estavam promptos a receber Missionarios, ordeney ao cel. Antonio Pires de Campos que passasse aos seus alojamentos, e lhe mandey dar missangas, baetas, e varias bagatelas com q' se costumão catequizar os gentios, porem estes tinhão já mudado de opinião porq' João Leme, certanista de Cuyabá, tinha no anno antecedente vindo áquelle certão e tratou os mesmos gentios tão bruscamente, q' depois de os convidar para se aldearem e elles darem o seu assentimento, em huma madrugada cercou-lhe as aldeyas, e alem das muitas mortes q' se fizerão cativoulhe mais de 200 pessoas, que foi vendendo e trocando no mesmo certão. Esta infelicidade tem escandalizado de tal sorte os gentios que logo que chegão a encontrarse agora com Antonio Pires de Campos, quizerão porse em campanha com elle o q' não admitio, porque as ordens que eu lhe tinha dado era para que os Catequizasse com toda a brandura. Convierão com effeito a que hum dos seus caciques falace com Antonio Pires de Campos e que em quanto estivesse discorrendo não houvesse hostilidade alguma de parte a parte. Ajustado isto assim ouvio o gentio toda a proposta q' se lhe fez a q' respondeo q' os brancos os tinhão já tratado a elles como se fossem viados, ou outros animais silvestres e que o que lhe tinhão feyto não permitia que se fizessem outra vez delles (o gr̃fo não pertence ao original), e entrando a declamar,

efazendo algumas acçoens com os braços deo signal a sua gente q' vierão logo acudindo innumeraveis q' pertenderão logo matar a Antonio Pires, e posto q' o não conseguissem sempre o ferirão com huma flexa perigorsamente. Como a condição dos gentios todos he em fazendo a hostilidade fugirem logo e meteremce aos matos, não houve ocazião de se tomar vingança da infelicidade q' tinhão feyto. Convalecido Antonio Pires da ferida que havia recebido passou ao alojamento da nação Curumarê, e fallando com os caciques da tribu deo a todos os premios q' havia levado. **Convierão em quererem aseytar Missionario, e vierão com o mesmo Antonio Pires mais de cento e sincoenta pessoas, porem com o rigor da estação e grande epidemia que ordinariamente se encontra nos rios no tempo em q' elles vão cheyos, morrerão muito mais de cem pessoas e chegando ao Rio Claro, compareceo mais de 50 indios de ambos os sexos, estes tomarão a determinação de não quererem passar daquelle districto para diante, e que ali se querião aldeyar** (2); veio a esta V.^a o cacique, e prometeome que no verão futuro metia de paz toda a sua nação, e mostravão estarem contentes de haverem vindo para a administração dos brancos, porem sem embargo de todo o contrato que lhe mandei fazer, em huma noite fugirão todos, e pode conseguirce o apanharem outra vez a mayor parte, porem sempre escaparão quatorze homens, alguns que ficarão, e as mulheres e creanças, se achão no Rio Claro, adonde se aldearão, para cujo effeito tenho mandado passar para aquelle districto o PP da Camp.^a, para q' os catequizassem, e com o tempo veção se os podem reduzir e q' fação vir mayor numero de gentios da sua mesma nação, q' não fica em grande distancia daquelle Arrayal.

Como na Aldeya q' se tinha dado principio no Rio das Velhas se tinhão plantado mantimentos mandey que estes se recolhessem com tempo conveniente, e que se mudassem por conta da Fazenda de S. Mag.^{de} para q' se repartice em alguma parte da despeza q' havia feyto com a mesma Aldeya, e q' todas as ferramentas se conduzissem, para a q' novamente se hade de fazer no Rio Claro, p.^a donde se havião comprar outras, a não haverem estas que chegarão m.^{to} brevem.^{te} com o P.^e da Comp.^ã q' estava naquelle districto''

(2) **Nota do copiador:** Esta carta revela-nos, pela primeira vez, como o famoso caçador de índios, cel. Antonio Pires de Campos, foi flexado no choque com os índios, desfazendo tudo que se tem escrito a esse respeito. Pires de Campos, de gênio violento, impetuoso e vingativo, nos seus encontros com os gentios selvagens, dominava-o sempre a vontade de matá-los, curvando-se, irritado e contrafeito, às ordens régias nem sempre acatadas e que freavam os seus instintos. Isso o martirizava.

Ferido pela primeira vez, o que não o impediu de prosseguir viagem até ao reduto dos curumarê, depois de convencer os índios ao recolhimento do Grêmio da Igreja, tocou-os sertões a dentro, e ao longo dos caminhos, nos rios e ribeiros, foi deixando a triste mancha de seu ódio e sua vingança, representada em mais de cem vidas imoladas da nação dos curumarê quando do seu bando se salvaram todos!

127 Carta datada de 28 de maio de 1753, de D. José, Rei de Portugal, a D. Marcos de Noronha:

D. José, nessa carta, respondendo a que recebera do Conde dos Arcos, com a data de 24 de janeiro de 1751, quando esse governador o avisava sobre as crueldades que o gentio caiapó fizera ao da nação arachá, estando para aldear-se, e a crueldade com que João Leme insultara a outros gentios, que “tão bem tinham pedido Missionarios, e de se ter estabelecido no Rio Claro hua aldea com alguns, que Antonio Pires de Campos pudera reduzir, com o que mandastes fazer varias despesas da Fazenda Real, declarava Fuy Servido por Resolução de 22 do corrente, se leve em conta esta despesa, recomendandovos de novo o particular cuidado com que deveis procurar a redução e a conversão dos indios; e quanto á crueldade praticada por João Leme mando tirar devassa”.

128 Carta de 12 de abril de 1751, do Conde dos Arcos:

Pelo que pertence ao ajuste q' o governador de S. Paulo fez com o cel. Antonio Pires de Campos, vay este homem cumprindo com a sua obrigação de q' tem resultado grande utilidade aos viandantes q' continuamente andão pelo caminho de S. Paulo p.^a estas Minas, adonde experimentavão grandes hostilidades do gentio cayapó, e são passados mais de dous annos q' estes tem cessado e andão livremente os comboeiros por esta estrada posto q' em algumas outras partes deste governo o mesmo gentio tenha cometido alguns excessos com tudo hé em districto muito diverso do q' se incluiu nomes no mesmo ajuste e sem embargo disto algumas vezes tenho ordenado ao mesmo Antonio Pires de Campos q' acuda com os seus Bororós e prontamente o tem feyto como se lhe determina.

As exorbitantes ofertas q' levão os Vigarios de S. Paulo das confições, baptizados e cazamentos, e enterros dos bororós não tem athe agora havido a mesma pratica nesta Vila.

Ao Provincial da Companhia de Jesus avizei logo q' cheguei ao R^o de Janeiro, q' mandasse para este Districto os Missionarios q' por ordem de V.M. de 11 de Julho de 1747 se lhe havião recomendado, prontamente mandou dous, de q' já dei conta a V.M. em 29 de Dezembro de 1749, e com hum destes missionarios está estabelecendo hua aldeya ao Rio das Velhas a

elle recomendei q' administre os sacramentos aos Bororós q' assistem em caza de Antonio Pires de Campos.

Ao Provedor da Faz.^a farei ter cuidado de por em arrecadações outavas de ouro q' por emprestimo se deram da Fazenda Real ao cel. Antonio Pires de Campos e cobradas q' seja se porão na boa arrecadação q' lhe hé devido''.

129 Caminho da cidade de S. Paulo e Vila de Santos até Vila Boa e desta à Vila de Cuiabá.

Por carta de 12 de janeiro de 1750, D. Marcos de Noronha informava ter enviado, também, um requerimento de Francisco Toce Colombino e vários outros sócios, que "tem ajustado de uma Comp.^a para porem em execução o projeto q' querem intentar de abrirem o caminho que vem da Cidade de S. Paulo e Villa de Santos até Vila Boa, e desta continua até a Vila de Cuyabá.

Pediam somente lhes concedam hum privilegio por tempo de dez anno, q' enquanto estes se não findarem, não possa pessoa alguma servir-se deste caminho com nenhuma conta de carruagem, porque o ouro destes pertencerá só privatim.^{te} a Companhia, e pedem mais q' na distancia de trez em tres legoas, se lhe conceda em partes meya legoa, com outras partes de tres legoas de terra, dadas por sesmarias''.

130 Carta de 15 de abril de 1751, do Conde dos Arcos:

Por uma provisão régia a que alude a carta acima, o Conde dos Arcos veio a saber que S. Mag.^{de} concedera a Francisco Toce Colombino e Cia., privilégio q' pretendeu por tempo de dez annos e demais concessões.

Francisco Toce Colombino ao ser notificado, alegou ao Conde dos Arcos que ele e os seus sócios "tem encontrado grandes difficuldades para executar o projecto na abertura dos caminhos, muitos desistindo e os que ainda estão unidos, não podem tomar sós sobre si todo este grande gasto.

Ia a cidade de S. Paulo ajustar nova companhia e, podendo conseguir, voltaria para abrir a picada para depois formar o caminho''.

Nota do copiadador: Na pesquisa que o autor continuou fazendo, verificou que a provisão régia a que alude a carta de 15 de abril de 1751, de D. Marcos de Noronha, tem a data de 6 de dezembro de 1750, sendo oportuno aditar mais, como elemento útil à história, que o autor localizou no Arquivo do Estado, na Procuradoria do Estado, sob o título SESMARIAS, estes dados:

“Francisco José Columbino & Companhia — Estrada de Goyaz — Concedida ordem de El-Rey, D. José, declarando que as vinte sesmarias concedidas por privilégio teriam de três a quatro legoas de fundo e que não excedessem de meia legoa de largo a face

da estrada que vão abrir para Goyaz. Arquivo do Estado — Livro 14 fls. 40 v.

Estas sesmarias de meia legoa de testado sendo dez de São Paulo-Goyaz e outras dez de Goyaz-Cuiabá — Arquivo do Estado — Livro 14 fls. 41 vs Livro fl. 160”.

O grande historiador Silva e Souza — O Descobrimento da Capitania de Goyaz — ao aludir ao governo de D. Marcos de Noronha diz que, “no seu tempo pretendeu Francisco Torre Columbina e companhia abrir uma estrada de carros e carretas de S. Paulo a Goiás, e daqui a Cuiabá, querendo o privilégio de rendimento dos carretes, por dez anos, e uma sesmaria de três léguas na estrada, e que lhe foi concedido por provisão de 6 de dezembro de 1750, porém, esta pretensão não passou de entusiasmo, e ficou na ordem daqueles projetos que só se empreendem e nunca se executam”.

Há um grande equívoco do ilustre padre historiador, quando faz menção da concessão régia de uma sesmaria de três léguas na estrada, quando o correto são vinte sesmarias, sendo dez (S. Paulo-Goiás) e outras dez (Goiás-Cuiabá). Já o historiador Zoroastro de Artiaga afirma que Toce havia requerido o privilégio para a construção de uma picada de Santos até a Vila, com data de 16 de novembro de 1750, “que não pode ser concedido, devido os privilégios do Ananguera”.

Esse historiador labora, também, em erro, porque a concessão régia foi feita por provisão régia de 6 de dezembro de 1750, embora fatores de ordem financeira impedissem que Toce lograsse realizar o seu grande feito, não estando certa a data de 16 de novembro de 1750, porque o requerimento do explorador foi enviado a el-Rei por carta de 12 de janeiro de 1750, de D. Marcos de Noronha.

131 Queixa do contratador de diamantes, João Fernandes de Oliveira, contra atos de violência do capitão-mor Domingos Álvares Ferreira.

O Conde dos Arcos recebeu uma carta de 8 de setembro de 1752, por ordem de S. Mag.^{de}, acompanhada de uma petição do contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, morador nas Minas Gerais, que se queixava da violência que vinha praticando naqueles sertões o capitão-mor Domingos Álvares Ferreira, determinando-se-lhe que fizesse o capitão repor todas ditas violências, demitindo os seus bens da sua administração.

Na carta do contratador de diamantes denunciava ele o capitão-mor, a quem especialmente deixara a administração de suas fazendas à ribeira do Paranã, a saber:

A fazenda da Ilha; a de Santana; a de Santa Rita; a de São João; a do Ginipapo; a de São Domingos; a de Santa Clara e a de

São Teodoro, todas de gado vacum e cavalari, e escravos, “sitas no dtº Governo de Goyaz ao capitão Mor Domingos Álvares Ferreira, ali morador, e qual depois da vinda do sup.^e se levantou inteiram.^{te} em tudo, remetendo, vendendo os gados contra os poderes, e ordens do sup.^e, induzindo os escravos, e dispondo de tudo a seu arbitrio, e mandando-lhe ordem para que fizesse entrega de tudo, e dessa conta ao cap.^{tao} Domingos Moreyra Granja, e a Miguel Francisco de Oliveira, aos quais hindo lá, lhe não quiz fazer de cousa alguma, chamando a tudo seu, e ameaçando aos ditos Procuradores, fiado na ausencia do sup.^e, e na distancia das justiças, no grande poder, e autoridade de que tem, de sorte que não ha quem contra este aceite procuração, e menos queira fazer diligencia alguma, ficando por este modo o sup.^e impossibilitado para haver as suas fazendas, gados, e escravos, e em tempo de perder tudo com prejuizo quase notorio de seus bens, e credito, ainda dos interessados, e da Real Faz.^{da}, a quem está obrigado, como rematante, e Fiador de continuar das rematações do referido Contrato de Diamantes”.

132 Carta de 28 de abril de 1752 de D. Marcos de Noronha a Sebastião José de Carvalho e Melo.

Em carta de 8 de abril de 1752, me avisa V. Ex.^a. de se haver rematado o contrato dos diamantes por seis annos a João Fernandes de Oliveira, com a condição de não serem obrigados apor negros e o Rio Claro, e Piloens, visto constar q’ não ha diamantes nos tais rios”.

133 Carta de 9 de setembro de 1753, de Conde D. Marcos de Noronha:

Em carta de 2 de agosto de 1752, me avisa V. Ex.^a. q’ S.M. he servido ordenar-me que de acordo com o Ouvidor desta Cap.^{nia} de toda ajuda e favor q’ couber no possivel aos procuradores de João Fernandes de Oliveira para q’ se desembarasse a livre administração dos seus bens de quaisquer estorvos q’ se lhe pretendam opor maliciosamente.

Esta mesma recomendação me faz V. Ex.^a em carta de 8 de 7brº do mesmo anno, as quais me foram entregues pelo P.^e Thomaz Lourenço de Aguiar, Procurador de João Fernandes de Oliveira nos ultimos dias do mez de Julho do anno q’ corre, e me asseverou estar metido de posse de todas as fazendas de João Fernandes de Oliveira de q’ foi administrador o capitão mor Domingos Alvz Ferreyra q’ he morto, e por parte da mulher, e dos herdeiros q’ ficaram, não houve a menor duvida q’ embaraçasse o entregarem-se as fazendas. Em quanto as mais pertençaens em q’ tem encontrada o Procurador de João Fernandes de Oliveira para ajustar contas com os herdeiros de Domingos Alvz Frr.^a, de todo tempo q’ administrou, e dellas não deu satisfação, hé

materia q' se hade averiguar judicialmente como tão bem as perdas e danos e damnificações q' tem as ditas fazendas o q' tudo pertendem haver os mesmos Procuradores.

Para se lhe remover os embaraços que lhes podiam sobrevir, ordeney aos Juizes de Trahyra q' não demorassem os papeis em seu poder maliciosamente, mas q' com abrevd.^e possivel o despachassem como fosse justiça, dando appellação, e aggravo p.^a a Relação a q' competisse''.

- oOo -

INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

Lena Castello Branco

(Aula Magna proferida na Fundação Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás, em 4 de agosto de 1980).

Impossibilitado de comparecer, determinou-me o Magnífico Reitor da Universidade Federal de Goiás que o representasse nessa solenidade e, em seu nome, trouxesse para a comunidade vilaboense a sua palavra de amizade e de incentivo.

Não é preciso dizer, nesse momento, o quanto me desvaneceu a delegação de que fui investida por Sua Magnificência, seja pela distinção que a incumbência reveste e que muito me honra, seja pelo fato de que, profissional e sentimentalmente, tenho estado vinculada, há longos anos, ao trabalho desenvolvido pela Fundação Educacional da Cidade de Goiás. Assim, é com alegria que aqui me encontro, no momento solene em que se reiniciam as atividades da Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás, com a instalação do semestre letivo que ora tem início.

De acordo com sugestão que recebi do Magnífico Reitor, desenvolverei o tema: **INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES**, sob o enfoque do processo evolutivo educacional do País e, em particular, do Estado de Goiás. A metodologia adotada será a de analisar alguns dos condicionamentos históricos e sociais que imprimiram ao ensino superior brasileiros suas características e seu ritmo próprio, para, em seguida, ressaltar essas mesmas peculiaridades dentro do espaço goiano.

Em uma visão abrangente, poder-se-á afirmar que a História do Ensino Superior divide-se, no Brasil, em dois períodos: o primeiro, que se estendeu por aproximadamente um século e meio, incluindo a criação e expansão do ensino superior na faixa litorânea; o segundo, compreendendo a disseminação de universidades no interior do País, nos últimos anos.

Como todos sabemos, a Universidade, enquanto instituição característica da civilização ocidental, remonta aos últimos séculos da Idade Média européia, associada à revitalização do pensamento que antecedeu o Renascimento. **Universitas magistrorum et**

studiorum — assim se denominava, sendo inicialmente uma corporação de mestres e alunos, evoluindo, gradualmente, até se afirmar como expressão do poder do conhecimento, em um mundo então pouco letrado e de reduzido domínio das ciências. Nessa fase inicial, a Universidade europeia, oferecendo embora cursos profissionalizantes — Medicina, Direito Civil, Direito Canônico — realizava-se verdadeiramente nos estudos desinteressados de Filosofia e de Teologia, definida esta como a síntese de todo o saber.

A Universidade chegou bem cedo ao Novo Mundo. Trouxeram-na os espanhóis, meio século depois de Colombo. Rapidamente, multiplicaram-se os estabelecimentos voltados para o ensino superior, na América Hispânica, de Santo Domingo aos Vice-Reinados do México, Peru e Prata, ora sob a forma de universidades canônicas, instituídas através de bulas pontifícias, ora como universidades imperiais, nascidas da deliberação dos monarcas espanhóis. Diferenciadas, embora, em suas origens e vinculação, essas universidades tiveram muitos pontos em comum, dentre os quais se deve destacar o fato de que atuaram como veículos de europeização das emergentes camadas crioulas. *Per se*, representaram a transposição de um modelo cultural, superado e arcaico, do Velho para o Novo Mundo, na medida em que se mantiveram presas à ortodoxia ibérica, fiéis ao Concílio Tridentino e defensoras da Contra-Reforma. Com poucas exceções, as primeiras universidades hispano-americanas caracterizaram-se como instrumentos da dominação colonial, em nada refletindo as tensões da Revolução Científica que marcaram a Idade Moderna, além dos Pireneus.

Na América Inglesa, os estabelecimentos de ensino superior datam do século XVII, voltados para a formação de clérigos, com o que objetivaram os colonos alcançar autonomia em relação à metrópole, inclusive no que dizia respeito à sua gestão espiritual. No terreno da educação superior como, aliás, na própria inspiração que os levara a abandonar a Inglaterra, os pioneiros das Treze Colônias buscavam romper as amarras com a Europa, e criar, no Novo Mundo, uma sociedade diversa daquela que os rejeitara e perseguira. Restritas à Costa Leste, a pouco e pouco as universidades americanas multiplicaram-se pelo interior do País, rumo à Costa Oeste. Em muitos casos, adquiriram feição própria, como os **Junior Colleges** e os **Land Grant Colleges**, estes de caráter predominantemente rural. Acanhadas a princípio — escolas provincianas, erguidas nas pontas dos trilhos, na medida em que as estradas de ferro ampliavam as fronteiras humanas — as universidades americanas adquiriram caracteres inconfundíveis, somando à tradição europeia de transmissão e criação do saber, a

idéia de prestação de serviços à comunidade, como a terceira das suas funções básicas.

Na América Portuguesa, as tendências centralizadoras da monarquia lusitana refletiram-se na política educacional, sobretudo a nível superior. A atuação dos jesuítas, na Colônia, incidiu sobre as áreas de ensino elementar e secundário pois, muito embora tivessem solicitado permissão para atuarem também no ensino superior, viram frustrada essa pretensão, a despeito de alguns dos seus alunos terem colado grau como Mestres em Artes e em Letras, no Colégio da Bahia (século XVII). Com as reformas pombalinas de instrução públicas (século XVIII), acentuou-se a centralização que se verificava na formação das classes dirigentes da metrópole e das colônias portuguesas. Os **mazombos** — assim denominados os naturais do Brasil — não estavam impedidos de seguir estudos superiores em Coimbra, até porque a velha universidade funcionava como agência de cooptação e de socialização das elites coloniais e, conseqüentemente, favorecia a perpetuação do **status quo**.

A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil resultou na instalação, no Rio de Janeiro, do **primeiro governo no exílio** registrado pela História. Reconhecendo sua própria incapacidade bélica para arrostar com o poderio militar francês, D. João, como Príncipe Regente, procurou manter a autoridade do seu governo, ao mesmo tempo que ensaiou a concretização de um velho sonho lusitano: transformar o Atlântico Sul em **mare nostrum** português. Em consequência, foi o Brasil elevado à condição de Vice-Reino, “unido ao de Portugal e Algarves” e, igualmente, a sede do Império Português que se estendia também por vastas terras de África.

Dentre as providências de amplo alcance, encetadas pelo Regente, tão logo aportou ao Novo Mundo, situa-se entre as mais relevantes a criação das primeiras escolas superiores brasileiras. É evidente, que nesse, como em inúmeros outros dos seus atos, motivaram D. João imposições de natureza pragmática, tais como a necessidade de formar quadros para a administração do governo recém-instalado, a par da conveniência de melhor se conhecer o Brasil, suas riquezas e suas potencialidades. De imediato, criaram-se escolas militares — e como a ameaça maior seria a invasão por via marítima, deu-se prioridade à Academia de Marinha. Seguiram-se cursos de Cirurgia, de Comércio, de Química, a Academia Militar, etc.

De acordo com a tradição européia, segundo a qual é a unjversidade produto da civilização urbana da Alta Idade Média, tais **cursos** foram instalados nas duas maiores cidades do País: Salvador da Bahia e Rio de Janeiro. Vale observar que não se

criaram universidades: mas **aulas** e **cursos**, que evoluíram para escolas superiores isoladas, de cunho formativo-profissional, predominantes no Brasil, até o fim da República Velha. Outro reparo a ser feito, é o de que, dentre os muitos **cursos** e **aulas** instituídos por D. João, não se criou, no Brasil, nenhum curso jurídico, continuando este a ser ministrado, com exclusividade, pela Universidade de Coimbra, que assim se manteve como a matriz das elites portuguesas, e mesmo brasileiras, até depois da nossa Independência. Nessa altura do retrospecto histórico que vimos fazendo, cabe a pergunta: por que D. João não cogitou de fundar universidades no Brasil, preferindo optar por aulas, cursos ou faculdades isoladas? A resposta será a constatação da existência de inegável hegemonia francesa sobre a educação e a cultura portuguesas, a despeito de momentâneas divergências e hostilidades. Em consequência, o menosprezo então reinante, em relação à Universidade, como instituição vinculada ao **Ancien Régime**, resultara em que se criassem, na França, **Écoles Normales** e **Ecoles Polytechniques**, que deveriam preparar os novos quadros exigidos pela evolução das ciências e das técnicas. De outra parte, a Reforma Napoleônica da Universidade Francesa havia consagrado, como regra geral, a autonomia das escolas e faculdades — e, dessa forma, nós as tivemos também autônomas e de cunho formativo profissional, ficando relegada, como obsoleta, a instituição universitária.

Com a Independência, predominaram na Assembléia Nacional Constituinte preocupações de natureza política, vinculadas à preservação da unidade territorial da nova Nação. A idéia da criação de uma Universidade brasileira, todavia, aflorava constantemente nos debates. Alguns dos seus propugnadores desejavam-na nos moldes de Coimbra; outros, preferiam-na de acordo com o modelo napoleônico, recém inaugurado, estatal e centralizado; uma terceira corrente preconizava-a segundo a reforma inaugurada por Humboldt, na Universidade de Berlim. As discussões prosseguiram acirradas, até que em 1.827 ficou resolvida a criação de duas Escolas de Direito, uma em São Paulo e outra em Olinda, deixando-se para quando houvesse condições mais favoráveis a instalação de uma Universidade. Essa decisão a respeito das nossas primeiras Faculdades de Direito teve a presidi-la critérios de natureza pragmática, tais como a fácil acessibilidade das cidades que as sediassem e a maior densidade populacional das regiões que viessem a atender. Ficavam distribuídas equitativamente as escolas superiores: em Pernambuco e São Paulo, as de Direito; na Bahia, a de Medicina; no Rio de Janeiro, as Academias Militares e outra Escola de Medicina. Todas, portanto, sediadas em capitais litorâneas — ou quase — e em estados cuja

influência política e cultural se fazia sentir. Esses, aliás, continuaram a ser os critérios dominantes para a instalação de novas escolas superiores, que surgiram após a proclamação da República, sendo a primeira incursão, rumo ao interior, a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto (1.876) e da Faculdade de Direito de Minas Gerais (1.891), logo seguidas pela Academia de Direito de Goyaz, fundada em 1.898 e instalada em 1.903.

A Universidade brasileira, entretanto, somente viria a ser criada em 1.920, como parte das comemorações do 1º Centenário da Independência. Nasceu acanhada e modesta, resultante da frouxa articulação de escolas pré-existentes e tendo como órgãos de cúpula a Reitoria e o Conselho Universitário. Este modelo de universidade, resultante da justaposição de faculdades formativo-profissionais é, ainda, o predominante entre nós, inexistindo universidades no Brasil que tenham surgido de núcleos de estudos desinteressados, tais como Filosofia ou Teologia.

É interessante observar como se processou a interiorização de estudos superiores no Brasil. No caso das Faculdades de Direito, núcleos, da formação dos bacharéis e políticos do Império e da República Velha, vamos encontrá-las, no apagar do século XIX, em Minas Gerais e na Cidade de Goiás. Até 1.930, elas chegaram a Manaus, Curitiba, Niterói, Pelotas, Juiz de Fora e Fortaleza. Depois da Revolução de 1.930, estenderam-se a todos os Estados, alcançando finalmente o Acre, em 1.965. No caso das Faculdades de Medicina, durante o Império restringiram-se às da Bahia e do Rio de Janeiro; até 1.930 foram criadas somente mais três: em Minas Gerais, Paraná e Pernambuco. Quanto aos cursos de Engenharia, sua multiplicação foi mais rápida, talvez por influência da filosofia positivista: ainda em 1.876, inaugurou-se a Escola de Minas de Ouro Preto, como tentativa de aproximar o centro de formação de especialistas da área de produção de minérios; até o fim do século XIX, criaram-se Escolas Politécnicas em Recife, Salvador e Porto Alegre.

Outro dado que parece relevante citar diz respeito à disseminação de Universidades no País, depois de criada a Universidade do Rio de Janeiro, em 1.920. Durante os 30 anos seguintes, puseram-se em funcionamento 11 Universidades, todas sediadas no Sul-Sudeste. Entre 1.950 e 1.959, mais 5 Universidades surgiram, sendo duas no interior: em Viçosa, Minas Gerais e em Goiânia, a Universidade Católica de Goiás. Entre 1.960 e 1.969, 27 Universidades foram fundadas, sendo 8 longe do litoral: a Universidade Federal de Goiás, a de Juiz de Fora e a de Santa Maria (RS), que iniciaram suas atividades em 1.960; a de Caxias do Sul (RS), em 1.967; a de Passo Fundo (RS), em 1.968; a de Ouro Preto (MG), a de São Carlos (SP) e a de São Leopoldo (RS)

em 1.969. Chegava ao auge a expansão do sistema universitário, com a média de quase 3 (três) universidades criadas por ano. De 1.970 em diante, o ritmo decresceu, mas foram atingidas regiões remotas: o Oeste do Paraná, Mato Grosso, Acre. A partir de então, surgiram as primeiras universidades particulares, não confessionais: a de Fortaleza (CE) e a de Mogi das Cruzes (SP).

Em Goiás, o ensino superior expandiu-se lentamente, a partir da fundação da Academia de Direito de Goyaz, depois transferida para Goiânia, e ora em vias de ser parcialmente devolvida aos vilaboenses, segundo estudos que estão sendo efetuados pela Universidade Federal de Goiás. As Faculdades de Farmácia e Odontologia, bem como a Faculdade de Filosofia (Católica) deram importante contribuição ao desenvolvimento do ensino superior no Estado, ainda na década de 50. Nascidas de iniciativas particulares, também foram as Escolas de Engenharia e de Medicina — todas elas enfim incorporadas às universidades goianas: à Católica, durante muitos anos dirigida pelos jesuítas; e à Federal, que hoje lidera o nosso sistema universitário. Ainda na Capital, em 1.973, por iniciativa de professores universitários, surgiu a Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, hoje com seus três cursos reconhecidos pelo Governo Federal. Finalmente, como contribuição do poder público estadual, a Escola Superior de Educação Física e a Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis têm prestado bons serviços.

Fora da Capital, o ensino superior em Goiás acha-se representado pelo complexo mantido pela Associação Educativa Evangélica, em Anápolis, com Faculdades de Direito, Filosofia e Odontologia, marchando decididamente para constituir-se em universidade de cunho confessional. É a mesma Associação a mantenedora da Faculdade de Filosofia de Ceres, voltada para a formação de professores e especialistas de Educação, nas áreas de Letras e de Pedagogia. Finalmente, em Rio Verde, o poder municipal fez criar e mantém uma Faculdade de Filosofia, que aspira ampliar sua área de atuação. Recentemente, foi autorizada a Faculdade de Filosofia de Itumbiara, ainda não instalada.

A História desta Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás, todos vós a conheceis, e muitos de vós a escrevestes, ou de algum modo dela participaram. Há mais de 8 anos, começou a funcionar, graças à persistência de seus idealizadores, tendo à frente Frei Simão Dorvi e a Professora Brasilete Ramos Caiado, tenazmente, com a ajuda de muitos idealistas, enfrentando obstáculos e incompreensões, a Faculdade vilaboense logrou sobreviver, em grande parte dada a ajuda que lhe tem emprestado a Universidade Federal de Goiás, através de convênios e de efetiva assistência didático-pedagógica. Hoje, aqui estamos a comemorar

a plena legalização dos atos da Faculdade, agora finalmente referendada pelo Conselho Federal de Educação.

Muito se tem criticado a expansão do ensino superior no Brasil. O aumento quantitativo de vagas e matrículas, assim como a criação de novas escolas isoladas e a disseminação de universidades vêm sendo duramente combatidas, como um mal absoluto. Desafortunadamente, a maior parte dos políticos com prestígio nacional ainda pertence ao eixo Rio-São Paulo, raciocinando em termos da sua realidade metropolitana. E assim forjou-se o mito do rebaixamento do nível do ensino, que seria resultado da expansão das oportunidades de educação, a nível superior.

Em verdade, ainda não se cogitou de analisar, em profundidade, todo o alcance da verdadeira revolução que está implícita no aumento de matrículas, assim como na expansão das fronteiras geográficas da universidade brasileira. Na verdade, homens e mulheres frustrados em suas potencialidades, por falta de recursos financeiros para se deslocarem para os centros litorâneos, estão assistindo e se rejubilando com as oportunidades que têm sido postas ao alcance de seus filhos e netos. São centenas, milhares de inteligências que vêm sendo colocadas a serviço do Brasil, dantes fadadas ao estiolamento e à ignorância. São horizontes que se abrem às novas gerações, permitindo que de arquipélago venhamos a ser realmente o continente poderoso que as dimensões deste País estão a reclamar.

Diversos são os entraves postos no caminho da expansão do ensino superior e da sua interiorização. Argumentos que datam do período colonial — como a inexistência de quadros docentes bem preparados — são repetidos exaustivamente, em um círculo vicioso; não se criam universidades porque não existem bons professores; não existem bons professores, porque não há onde prepará-los... E assim, indefinidamente. Mais recentemente, outra tem sido a bandeira dos que preferem permaneça o interior caudatário das metrópoles, e sobrevivam os Dois Brasis, de que nos fala Roger Bastide: um mestiço e primitivo; outro, urbano e intelectualizado. O novo estandarte no qual se inscrevem os preconceitos dos adversários da expansão geográfica e quantitativa do ensino superior, é o da adequação dessa expansão ao **mercado de trabalho**. Assim — afirma-se — somente se devem fundar escolas e universidades onde o mercado de trabalho estiver a reclamar profissionais qualificados, e as estatísticas comprovarem exaustivamente a carência dos mesmos. Que me perdoem os corifeus dessa falácia: nem a universidade existe unicamente para formar profissionais reclamáveis pelo mercado de trabalho; nem o mercado e trabalho é plenamente mensurável.

sendo ele por vezes resultante da própria evolução das ciências e das técnicas, que se processa no seio das universidades.

O Estado de Goiás vive, hoje, momento histórico comparável aquele atravessado pelo Estado do Paraná, há duas décadas. Lá, ontem, como aqui, hoje, ampliam-se as fronteiras agrícolas, expande-se a economia, somam-se as correntes migratórias. Foi exatamente nesse momento que o governo paranaense houve por bem criar inúmeras faculdades de filosofia no interior, como centros de formação de professores, na medida em que também ampliava a rede de ensino do 1º e 2º graus. Os resultados colhidos têm sido animadores: diversas dessas Faculdades cresceram e se tornaram pólos de irradiação cultural, evoluindo para universidades estaduais que, de muitas maneiras, vêm servindo ao desenvolvimento do Oeste e do Centro do Paraná.

O discernimento do atual Governo resolveu que a Fundação Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás se integrasse no sistema estadual, colocando-se a serviço da microregião educacional na qual se insere. Seja este o primeiro passo para uma efetiva interiorização do ensino superior em nosso Estado, para o que, tenho a certeza, será possível contar-se com o apoio e a participação entusiástica da Universidade Federal de Goiás — como de fato já se tem dado, seja pela ministração de cursos em cidades interioranas, seja pela oferta de oportunidades de aperfeiçoamento aos docentes dos estabelecimentos sediados fora da Capital.

Expressando aos dirigentes da Fundação Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás votos de profícua atuação, parablenzo-os pela vitória obtida, junto ao Governo do Estado e ao Conselho Federal de Educação. E, com maior ênfase, congratulo-me com o Governo de Goiás, pela importante decisão que lhe aprouve tomar, assumindo a Fundação e integrando-a em seu sistema educacional. Mais do que tudo, porém, rejubilo-me com os vilaboenses, na esperança de que este seja o passo inicial para que esta cidade centenária volte a ser importante centro cultural, como já o foi no passado. De certa forma, pela fibra dos seus homens de letras e de saber, ainda o é — mas que o seja com maior ênfase, doravante, marco de novos tempos na expansão do ensino superior no interior de Goiás.

A GUERRA DOS EMBOABAS

Manoel Onofre

Nas lutas travadas entre Emboabas e Paulistas, a história colonial do Brasil lançou contra os primeiros o libelo da chamada “Chacina do Capão da Traição”.

Ninguém melhor do que **Viriato Corrêa**, na esplêndida exposição didática da “História da Liberdade no Brasil”, focaliza o trecho acusatório.

Transcrevâmo-lo, pois: “Um acontecimento monstruoso vai acirrar os ódios naquela gente predisposta às pelejas sangrentas. É o episódio famoso do “Capão da Traição”. E relata que os paulistas foram vencidos em vários arraiais e se espalharam pelo rio das Mortes, sob o comando de Valentim Pedroso de Barros, visando a desalojar os emboabas das regiões de Minas, indo a cercar o arraial da Ponta do Morro. Então, os portugueses recorrem a **Nunes Viana**, que lhes envia 1.000 homens, sob o comando de **Bento do Amaral Coutinho**, intimidando os brasileiros por fama de crueldade, de modo que os mesmos abandonam o local, perseguidos, até que, sem pólvora, acabam por se render, levando a bandeira branca. Amaral Coutinho os recebe a sorrir, com a promessa de lhes poupar a vida; mas, entregues as armas, **Aníbal** lhes ordena o massacre e é o primeiro a matar um paulista, tudo num total de mais de 300 sacrificados”.

Com sua autoridade de historiador, **João Ribeiro** aceita a versão, à pág. 247 de sua clássica “História do Brasil”: “Conseguiu Amaral, com sua grande superioridade, sitiar a mata onde se refugiaram os paulistas. E estes, depois de algumas escaramuças, conhecendo a inutilidade da resistência, pediram e depuseram as armas: Coutinho preferiu desonrar a vitória, passando os trezentos a fio de espada”.

E se torna mais impressionante ver que o autorizado **Pedro Calmon** aceita a versão, à pág. 979 de sua inexcedida “História do Brasil (vo. 3): “Apenas os pilharam indefesos, os emboabas correram sobre eles e os mataram torpemente”.

- oOo -

Essa se tornará a versão dominante nas classes, por força dos mestres que a esposaram.

Mas um admirável investigador do tema, o sr. **Isaiás Golgher**, do Instituto Histórico de Minas Gerais, se abalançara impressionantemente à revisão da tese, na qual apelara, previamente, até para o concurso, entre outros, do então Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, tendo sido sua obra polêmica, portanto, lançada, em 1956, pela Editora Itatiaia Ltda. de Belo Horizonte.

E, à pág. 120, passa “a palavra a um participante nas refregas, para nos descrever a luta tanto em Ouro Preto como no rio das Mortes, ao mandante que chefiou essa ação, a **Bento do Amaral Coutinho**, a quem a História atribui falsamente as maiores atrocidades. É apontado como autor da inexistente chacina do célebre “Capão da Traição”.

Cita-lhe a carta enviada ao Governador e até o elogia como pessoa culta, que deixou o melhor documento sobre a guerra civil. E opina, em sua invocação, na nota 64: “Estamos em condições de afirmar, com amparo nos documentos que publicamos, que não houve a célebre chacina do Capão da Traição.

Nesse documento abrange todas as fases da luta e nele não encontramos a mais tênue alusão ao suposto ato de traição atribuído a **Bento do Amaral Coutinho**.

É verdade que não faltam delitos praticados pelo dito cabo de guerra. O próprio Governador **Fernando de Lencastre** acusou-o de ter matado e perpetrado outros desatinos antes e durante a guerra civil. **Certamente não o teria poupado se tivesse a seu crédito o suposto crime que teria perpetrado nas matas de S. João d’El-Rei**. Dom Fernando teria colocado no frontispício de suas acusações contra seu temível adversário esse nefando ato se, ao menos, estivesse em curso na época, mesmo em forma de “segundo consta”. E, no Conselho Ultramarino, onde foi julgado, não há nenhuma referência ao assunto. Ninguém ainda considerou que o chefe dos Paulistas da célebre batalha, **Valentim Pedroso**, morreu em Pitangui, muito após a guerra civil e jamais se referiu ao pretense ato de traição.

A retificação se impõe como meio de restaurar a verdade histórica, aliás o único motivo que nos move nesta questão”.

E o pesquisador e membro do Instituto Histórico de Minas Gerais se apoia na carta e, em páginas seguintes de argumentação, evidencia que o próprio governador, em ofício enviado a Lisboa, lhe cita apenas um crime de homicídio, não constando qualquer referência ao episódio de Capão da Traição.

BANDAS DE MÚSICA

As corporações musicais de todo o Estado de Goiás, que tiveram um papel importante na vida de nossa gente, ainda não mereceram por parte dos estudiosos um levantamento completo, com a preservação de seus arquivos preciosos, que estão apodrecendo em várias comunidades do interior. É uma pena.

Com o objetivo de registrar e defender de algum modo a memória de nossas bandinhas, reproduzimos hoje nesta revista um documento da maior importância: o relatório da “13 de Maio”, fundada em Corumbá no ano de 1890, referente ao exercício de 1917.

As pessoas interessadas vão encontrar aí alguns aspectos curiosos e dignos de atenção, quanto à história da antiga “Sociedade Musical 13 de Maio”, seus Estatutos, Receita, Instrumental, bem como aspectos financeiros da vida da instituição.

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, através de seu órgão oficial, deseja continuar a publicação desses importantes relatórios para a cultura estadual, aguardando para isto a colaboração dos atuais e ex-regentes de banda.

1917



≡
RELATORIO

DA

≡
CORPORAÇÃO MUSICAL

≡
"13 DE MAIO"

FUNDADA EM 1890

CORUMBÁ

(ESTADO DE GOYAZ)



1917

RELATORIO

DÁ CORPORAÇÃO MUSICAL
"13 DE MAIO"

FUNDADA EM 1890

CORUMBÁ' (ESTADO DE GOYAZ)



Secção de Obras do
"O ESTADO DE S. PAULO"
São Paulo

Ao seu Generoso e animado consocio
por Assis Rocha, a Corporação
musical 13 de Maio, apresenta o present
relatório.

O 1.º Secretario
João Valle

Srs. Consocios

Satisfazendo a u.
dispositivo do nosso
Estatuto, vimos dar-
vos uma rapida in-
formação sobre o
estado da "Socieda-
de Musical 13 de
Maio", cuja direcção
nos vem sendo con-
fiada, successiva-
mente, ha treze an-
nos. ❧



Banda Musical em 1906



Historico

Commemoramos jubilosos neste dia a data, por outro motivo já tão grande, em que, ha vinte e sete annos, fundou-se nesta então villa de Corumbá a "Sociedade Musical 13 de Maio".

Foi este commettimento nobre e patriotico filho da iniciativa e esforços de uma pleiadé de jovens, animados unicamente pelo amor á mais bella das artes.

Podemos dividir a historia da nossa Sociedade em duas phases: a primeira, que vae de sua fundação até 1903, a segunda deste anno para cá.

Occupar-nos-emos sómente deste segundo periodo que coincide com a nossa gestão.

Sabeis que, por motivo que não vem a pello citar, a Sociedade periclitou e quasi se extinguiu em 1903.

A Banda de musica, que a Sociedade tem por fim manter, chegou a se dissolver. Foi esse o termo da primeira phase.

Ao iniciarmos a segunda phase da Sociedade, só tres dos socios que faziam parte do grupo da primeira phase passaram a esta.

Foram elles os srs. Francisco Bruno do Rosario, Caetano Fleury de Amorim e Joaquim de Moraes Curado. Estes mesmos eram aprendizes.

Nenhum dos fundadores poude nos dar o seu concurso nessa occasião.

Logo depois, por uma desintelligencia entre os socios e um dos promotores do resurgimento da Sociedade, e por

proposta deste e acclamação unanime d'aquelles, fomos escolhidos para dirigir a Sociedade, passando a mesma a ter a sua séde em casa de residencia do Director actual, a 11 de Abril de 1904, e realizando o primeiro ensaio sob a gerencia do actual Gerente a 16 do mesmo mez e anno.

D'esta época até hoje tendes nos distinguido, conferindo-nos annualmente a direcção da Sociedade. E folgamos em constatar que alguma cousa temos feito.

Ao mesmo tempo que se ensaiava e se procurava melhorar a parte technica e artistica da Banda de musica, cuidava-se da parte material e administrativa.

Vamos dar, nos periodos que seguem, o balanço do que temos feito.



ESTATUTOS

Um dos nossos primeiros cuidados foi dar um Estatuto á Sociedade. Tivemos oportunidade de vê-lo approved e assignado por todos os socios a 7 de Agosto de 1904.

Ficou então estatuido que a Sociedade seria dirigida por uma Directoria, eleita annualmente com o concurso e presença da maioria dos socios e dos musicos — duas cathegorias em que foi dividida a Sociedade.

Comprehende-se que ficava prorogado o mandato, uma vez que não se pudesse effectuar a reunião no dia proprio, 13 de Maio, e nas condições acima mencionadas.

Distribuiu-se entre os Directores os encargos: Director com attribuições e interferencia em todos os assumptos attinentes-á Sociedade; Gerente, a cargo de quem ficava a direcção da parte artistica e a guarda do archivo; e mais tres funcionarios, Procurador, Secretario e The-soureiro, cujo cargo é exercido pelo mesmo director.

A receita consistiria tão sómente nas gratificações á Banda, pelas funcções em que tomasse parte: nenhuma contribuição ou mensalidade existiria. Dessa receita geral, 33 0|0 seriam escripturados em um livro a que se dava o nome de "Caixa de Manutenção" — constituindo um fundo sobre o qual nenhum musico ou socio teria direito e com o qual se occorreria ás despesas da Sociedade; e 67 0|0 seriam distribuidos pelos musicos.

Para a compra de instrumentos de musica, o que é um emprego de capital e não uma despesa, os musicos que o quizessem emprestariam os seus ganhos. Esta quantia

depositada na Sociedade seria escripturada em outro livro "Caixa de Depositos", representando a parte de cada socio em cada instrumento, parte que poderá ser transferida a outro e que a Sociedade irá pagando a medida que os depositantes o requisitarem. O pagamento desse deposito exclue o depositante da Sociedade. D'ahi as duas cathogorias da Sociedade: são musicos os que fazem parte da Banda, que a Sociédade mantem, e socios os que teem deposito na Caixa deste nome, seja ou não musico.

Eis, neste ligeiro esboço, dos nossos Estatutos, salientada a base em que se tem fundado a nossa prosperidade.

Receita

Tem oscillado bastante a nossa receita, dependendo o seu augmento dos contractos para funcções fóra desta cidade — o que é igualmente um factor da despesa. Ascende a receita geral a 7:057\$000 de 1911 a 1916.

Eil-a nos seis ultimos annos.

DATA	Receita Geral	Receita Social, entrada para a Caixa de Manutenção	Quantia distribuida aos musicos
1911	1:020\$000	361\$000	659\$000
1912	950\$000	342\$000	588\$000
1913	982\$000	391\$000	591\$000
1914	860\$000	325\$000	535\$000
1915	1:075\$000	377\$000	698\$000
1916	2:190\$000	836\$000	1:354\$000
	7:057\$000	2:632\$000	4:425\$000

Instrumental

Possuimos, além do uniforme que, devido ao systema economico pelo qual o conseguimos, custou á Sociedade

374\$400, e além do valioso archivo de musicas profanas e religiosas, os seguintes instrumentos:

- 1 Flautim em ré
- 1 Reuinta em mi bemol
- 2 Clarinetas em si bemol
- 3 Pistons em si bemol
- 1 Saxophone em mi bemol
- 1 Trompa oval em mi bemol
- 2 Saxes em mi bemol
- 1 Barythono em si bemol
- 1 Bombardino a Sax
- 2 Trombones Longos
- 2 " a Sax
- 1 Baixo Helicon em si bemol
- 1 Contra-Baixo Helicon em si bemol
- 1 " " a Sax
- 2 Bombos a tarracha
- 1 Par de Pratos
- 1 Tarol a tarracha
- 1 Tambor a tarracha
- 1 Par de Castanholas
- 1 Corneta para Chamadas.

Caixa de depositos

Sobem a 698\$690, os depositos desta Caixa, assim distribuidos:

Agnello Fleury	178\$020
José Ardelino Fleury Curado	141\$040
Francisco Bruno	80\$610
Caetano Fleury	77\$310
Ewerton Curado	67\$270
Francisco de Assis Rocha	31\$300
Othon Fleury	26\$890
Deolindo Lemos	23\$000
Jeronymo Fleury	20\$000
Manuel Domingues	14\$000
Luiz Maria Fleury	8\$750

João Abel	7\$000
Luiz Caetano Telles	6\$500
João Cesar Fleury	5\$000
José Soares de Assis	4\$000
José Silvestre	4\$000
Gerson Curado	4\$000

São estes Srs. os nossos socios actuaes. Claro está que, dissolvida a Sociedade, esses pagamentos deverão ser feitos com o producto da venda de todos os bens sociaes e proporcionalmente ao deposito de cada socio.

Destes depositos a Sociedade já pagou a importancia de 317\$580, aos Srs. abaixo mencionados, dos quaes alguns deixaram de ser socios:

José Jacintho.	78\$930
Joaquim Valle	37\$890
Luiz Gaudie Fleury	36\$560
José Soares de Assis	29\$310
José Francisco Veiga	28\$890
Sansão Jacintho	25\$390
Samuel Veiga	19\$520
Roldão Lobo	17\$800
João Soares de Assis	13\$290
Virgilio Veiga	12\$270
Aristêu Jacintho	6\$500
Luiz Caetano	5\$230
Lindolpho Jacintho	4\$000
Elesbão Soares	2\$000

Os pagamentos destes depositos, bem como as despesas da Sociedade, fazem-se com o producto da receita Social — 33 0|0 da receita Geral.

Despesa

Foi de Rs. 2:840\$240 a despesa no periodo de 1911 a 1916, como o demonstra o quadro abaixo, em que a collocamos ao lado da receita:

Data	Receita Social	Despesa
1911	361\$000	330\$890
1912	342\$000	440\$060
1913	363\$000	698\$920
1914	325\$000	344\$500
1915	383\$000	170\$500
1916	836\$000	855\$370

Sombras

Nem sómente de exitos e successos tem sido a vida da Sociedade; não nos tem faltado ultimamente dôres e peares.

Em dez mezes tivemos o desgosto de perder, por fallecimento, dois musicos. Foram estas as primeiras perdas ocorridas durante a nossa gestão e rogamos a Deus sejam as ultimas.

A 7 de Novembro de 1915 falleceu o musico, Attilano Haldock Fleury Curado e a 11 de Setembro de 1916, o musico e socio Elesbão Soares de Assis, cujo deposito foi pago ao seu progenitor. A Banda, como era de dever, compareceu ao enterro de ambos — ultima homenagem prestada a esses saudosos membros seus.

Por conta da Sociedade correu o funeral do musico Elesbão Soares de Assis e a missa mandada rezar ao 7.º dia do seu fallecimento.

Temos assim ter não sómente testemunhado o profundo pesar da nossa Sociedade pelo fallecimento desses jovens musicos, como tambem a gratidão pelo valioso curso que lhe vinham prestando.

Agradecimentos

D balanço que acabamos de fazer, pelo qual se verifique temos feito mais do que era licito esperar-se, um acto se evidencia: é que não tem faltado á Sociedade a bô vontade e o devotamento de seus socios e musicos, sem que a nossa aggremação nunca teria passado do

estado embrionario para uma vida real e vigorosa como a que actualmente goza.

Nem de outros factos precisamos para provar esse devotamento, que recordar a exactidão com que sempre temos satisfeito as nossas obrigações e a relativa facilidade com que empreendemos e realisamos uma viagem á cidade de Bomfim, em 1908, viagem tres annos seguidos á Romaria do Descoberto e o anno passado á Trindade, localidades afastadas muitas leguas desta Cidade e sem outro meio de transporte que o animal de sella. A' Romaria da Posse a Banda tem ido annualmente, ha mais de um decenio.

Sabemos avaliar o sacrificio que essas viagens representam para cada musico.

Aqui deixamos consignados os agradecimentos da Sociedade. Por outro lado, affirmamos que temos sempre grande prazer em prestar os nossos serviços gratuitos aos musicos ou socios que venham a carecer da Banda. Essa, aliás, tem sido a nossa norma de proceder até agora.

Situação actual

Terminando esta ligeira noticia, folgamos em constatar ser de franca prosperidade a nossa situação.

O instrumental está em optimo estado, tendo ainda este anno recebido reparos, em uma habil officina de S.Paulo sete instrumentos dos mais estragados.

O archivo vai sempre em augmento, quer pelas compras de musicas escolhidas, quer pelas que nos são offevidas, e, sobretudo, pelas constantes producções do nosso Gerente, cujas composições são das melhores do nosso repertorio.

A Sociedade tem hoje séde propria em uma casa lugada para tal fim. Mesmo financeiramente é lisongeo o estado da Sociedade.

Nada deve e encerrou o anno de 1916 com um saló de Rs. 261\$000.

Em conclusão

Sejam de agradecimentos as nossas ultimas palavras, agradecimentos aos que nos veem successivamente elegendo para a Directoria, cumprindo-nos affirmar que temos empregado o melhor dos nossos esforços para bem corresponder a essa prova de confiança e consideração; agradecimentos aos que veem prestando á Sociedade o seu concurso precioso e desinteressado.

Corumbá de Goyáz, 13 de Maio de 1917.

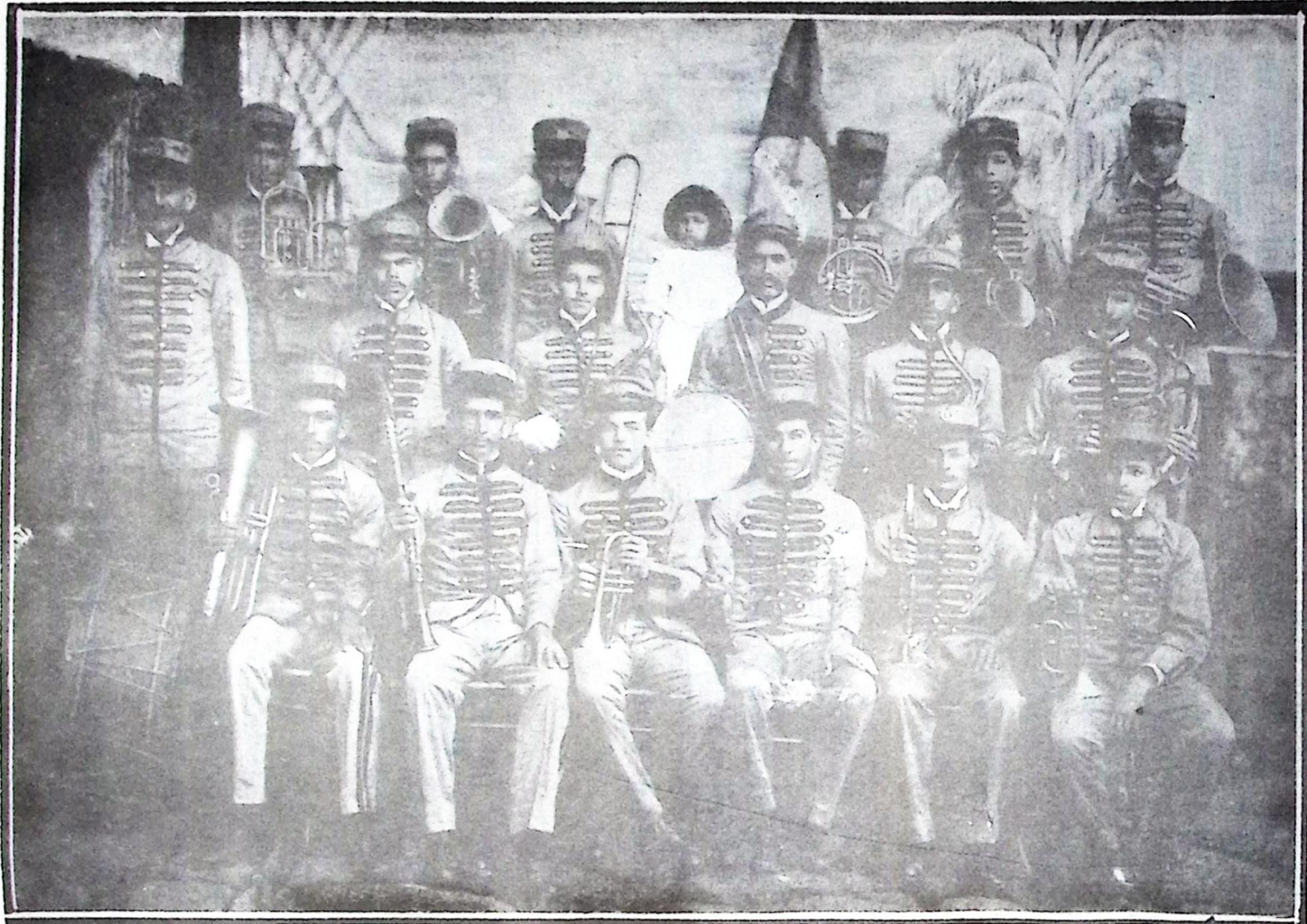
A Directoria:

José Ardelino Fleury Curado — Director e Thesoureiro

Francisco Bruno do Rosario — Gerente

José Gomes Viegas — Secretario

Caetano Fleury de Amorim — Procurador.



Banda Musical em 1915

76

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA CIGANOLOGIA NO BRASIL

Ático Vilas Boas da Mota (*)

A Celso Cunha, mestre e amigo.

As bases da história dos estudos ciganológicos no Brasil repousam em referências sumárias contidas nos documentos oficiais ou relatos de viajantes estrangeiros do séc. XIX que, de forma peregrina, registraram a presença dos ciganos entre nós⁽¹⁾. Muitas dessas informações estão eivadas de preconceitos com respeito aos nômades; outras pecam pela pressa e superficialidade, prejudicando, por conseguinte, o próprio caráter científico dos informes e relatórios.

Bastante antiga, é a presença dos ciganos no Brasil, geralmente constatada a partir do século XVII (Cf. alvará de 1686, que trata do degredo deles para o Maranhão). Habitualmente eram deportados para a África. Não lhes faltam alusões nas atas e provisões, nos alvarás e regulamentos de natureza diversa que, de forma clara e insistente, tratam de sua língua e indumentária, suas magias e superstições e, com menor freqüência, do seu aspecto físico. Amiúde são apresentados como elementos indesejáveis à sociedade portuguesa da época. Devem ter chegado ao Brasil de forma sub-reptícia, talvez fugindo às perseguições inquisitoriais⁽²⁾, não hesitando em trocar de nomes e trajes, simulando circunstancialmente a adoção de hábitos portugueses, o que nos faz pensar na tardia gravura de Debret que fixou um cigano do século XIX, dono de belíssimo palacete, morando ao lado, numa autêntica barraca... O atavismo é uma segunda natureza, diríamos nós!

Historiadores e viajantes atestam os ciganos envolvidos também no tráfico negreiro⁽³⁾, de modo que não seria temerário dizer que a presença deles no Brasil deve ser anterior aos séculos em que se mostraram expressivamente numerosos.

(*) Escritor. Professor de Folclore Íbero-Americano da Universidade Federal de Goiás. Premiado em concursos de âmbito nacional. Membro da *Association des Études Tsiganes* (Paris). Autor de obras no setor de literatura, história, dialetologia, etnografia e de folclore. Este artigo constitui um dos subcapítulos do livro em preparação: **HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA, DA ETNOGRAFIA E DO FOLCLORE DO BRASIL.**

— Endereço para correspondência: Rua 109, nº 183 - Setor Sul - CEP 74.000 - Goiânia - Estado de Goiás/Brasil - Tel.: (062)241-0957.

Sabe-se que a Inquisição desenvolveu terrível perseguição aos hereges, judeus, seguidores da religião maometana, moedeiros falsos, feiticeiros, bruxos e sodomitas. Entre os feiticeiros incluíam-se os ciganos. A prática de ler a sorte — **buena dicha** — fazia com que eles fossem considerados pelo diabólico tribunal como signatários de pacto infernal e, portanto, merecedores de castigos corporais e até mesmo de desterro. A legislação ibérica explica o posicionamento do poder civil e religioso em relação aos ciganos que eram considerados, ao lado dos judeus e, algumas vezes, dos fiéis de Maomé, elementos perniciosos; por conseguinte, ameaçadores da unidade espiritual dos países que na época dos descobrimentos marítimos representavam os baluartes da fé católica, cujos ideais de expansionismo, baseado na centralização do poder, não permitiam divergências quanto aos princípios dogmáticos; muito menos, quanto às práticas ou aos rituais que pudessem concorrer com os oficiais. Em nome dos bons costumes e da unidade da fé, e contra todos aqueles que eles não se subordinavam, foram tomadas medidas severas e muito distanciadas das páginas dos evangelhos. Os ciganos em sucessivas datas foram expulsos de Portugal, ora para terras da África, ora para o nosso país.

Muitas condenações ao degredo ou às galés foram comutadas em expulsão para o Brasil. Aliás, seria interessante lembrar que houve também redeportações isto é, depois de estarem entre nós, daqui foram mandados para a África, segundo nos informa Pereira da Costa nas páginas de **Anais Pernambucanos**⁽⁴⁾.

Ao que parece, historiadores e demais ciganólogos insistem em afirmar que ao cigano João de Torres se deve atribuir a presença pioneira no Brasil, pois dele se dá notícia através da resolução de D. Sebastião, em 1574, pela qual a pena de galés que lhe fora imposta foi comutada em desterro para o Brasil, podendo ele ir acompanhado de sua mulher e de seus filhos. A partir de 1686, como já vimos, generaliza-se o desterro, segundo A. Coelho, para uma parte do Brasil, o Maranhão. Bem acertado andou um de nossos ciganólogos, José B. d'Oliveira China, de quem falaremos mais adiante, ao afirmar no prefácio de sua importante obra — **Os ciganos do Brasil**: “Infelizmente, pouca coisa sabemos sobre os ciganos que, em bandos mais ou menos numerosos, vêm, há mais de dois séculos, portanto, em todas as direções, para o imenso território brasileiro e bem assim sobre os que, **nos tempos passados, formaram pequenos núcleos sedentários em diversos pontos do país** (o grifo é nosso)”⁽⁵⁾. As compilações de A. Coelho sobre o desterro ou degredo dos ciganos para o Brasil são aparentemente fartas, mas o período é muito longo: séculos XVI, XVII, XVIII.

Os estudos de ciganologia no Brasil ainda se mantêm quase no mesmo estágio constatado por Oliveira China, que afirmou categórico: "A ciganologia está atrasadíssima entre nós, apesar de constituir um campo que, explorado e cultivado, poderá revelar-nos coisas muito interessantes para elucidação de algumas de nossas questões etnográficas e filológicas sobre as quais pairam dúvidas e vacilações"(6).

CIGANÓLOGOS BRASILEIROS

Ainda não se fez um estudo abrangente sobre a entrada e permanência dos ciganos no território nacional, tomando-se como ponto de partida os documentos oficiais, sobretudo no âmbito municipal, somando-se a eles algumas referências fornecidas pela oralidade. Mas já podemos contar com estudos que podem ser considerados básicos para o levantamento horizontal e vertical da vida dos ciganos. Destacamos, em primeiro lugar, as obras de Melo Moraes Filho, pioneiro dos estudos ciganológicos no Brasil. Sua figura humana e científica será sempre lembrada por todos aqueles que desejarem realizar estudos dessa natureza. Valiosos são os estudos que nos legou Adolpho Coelho, um dos maiores ciganólogos da Europa, quando publicou a sua magistral monografia — **CIGANOS DE PORTUGAL**(7) — nela incluiu longo apêndice sobre os **Ciganos no Brasil** e, por não ter podido aqui realizar pesquisas de campo, achou por bem basear-se na obra de Melo Moraes Filho quando elaborava o respectivo capítulo, não lhe poupando elogios. Graças às suas pesquisas, podemos contar em nossos dias com dados que nos permitem analisar a forma de vida cigana no século XIX — os **calons** — que hoje coexistem com os seus irmãos que vieram antes, entre e depois das duas guerras mundiais, provenientes sobretudo da Europa balcânica.

Do pai, o cronista, médico e poeta Alexandre José de Melo Moraes herdou o pendor para os misteres literários. Casado com Dona Maria Alexandrina de Melo Moraes. Nasceu em Salvador, estado da Bahia, aos 23 de fevereiro de 1844 e faleceu no Rio de Janeiro, a 1º de abril de 1919. Não se pode dizer que teve uma infância marcada pelo conforto e amenidades. Seu progenitor decaiu rapidamente de fortuna e o filho viu-se obrigado a enfrentar dificuldades econômico-financeiras para prosseguir os estudos. Sílvio Romero, que pesquisou sua vida e obra, não esconde os embaraços que o adolescente teve de vencer para qualificar-se e conseguir um lugar ao Sol. Feitos os estudos preliminares, matriculou-se no Seminário de São José do Rio de Janeiro, conforme as duas opções que se ofereciam às classes menos favorecidas de ascenderem na escala social: a vida religiosa ou a car-

reira das armas. Contudo, não persistiu até a ordenação. Recebeu apenas ordens menores, chegando a pregar sermões, embora tivesse embarcado para Salvador com a intenção de ordenar-se padre. Ao chegar à velha e tradicional cidade de São Salvador, “Bahia de Todos os Santos (e de quase todos os pecados)” no dizer de Gilberto Freire⁽⁸⁾ foi logo travando relações amistosas com Lapa Pinto, Castro Alves, Pedro Moreira, Carvalho e outros. Não lhe faltaram ocasiões para saraus, serenatas e vivências nas irrequietas **repúblicas de estudantes** que lhes proporcionaram pouco a pouco, distanciamento do altar e da batina. Sílvio Romero, que rasteou os dias por ele vividas na cidade das mil tentações, concluiu: “o nosso quase padre (...) deixou de tomar ordens de presbítero. Tinha renunciado à carreira”⁽⁹⁾. Vale ainda o perfil de seu temperamento traçado por Sílvio Romero, que, em rápidas pinceladas, nele surpreendeu traços comuns a uma geração da qual participou também Castro Alves: “Naturezas sadias (refere-se a Melo Morais Filho e a Castro Alves) fortes, nativamente votadas à alegria, ao divertimento, à vida folgazã e despreocupada de nossas classes populares, naquilo que elas tinham de mais seleta, de mais original, de mais fundamentalmente puro, na província, há uns trinta ou quarenta anos atrás, os meus dois amigos conservaram sempre a espontaneidade da conversação, a graciosidade da pilhéria, o bom humor do trato, o repente dos ditos, a ironia despreziosa da réplica, alguma coisa que se pudera chamar a poesia do caráter nas almas boas”⁽¹⁰⁾. Não é mister explicar que as palavras do ilustre historiador de nossa literatura atestam a personalidade extrovertida de Melo Morais Filho.

Retornou, depois, ao Rio de Janeiro, onde teve de enfrentar sérias dificuldades, fazendo jornalismo e dedicando-se à literatura. Andava à procura de algo que lhe criasse condições sólidas para o trabalho intelectual. Mais tarde foi contratado para ir a Londres redigir o jornal **Eco Americano**. “A residência na Europa foi-lhe útil; extinto o periódico londrino, o poeta passou-se à Bélgica, onde fez o curso médico. As dificuldades vencidas então foram muitas, voltando, depois, ao Brasil, onde a literatura continuou a embriagá-lo”. Revalida o diploma de médico no Rio de Janeiro, defendendo tese em 1876. Foi diretor do Arquivo Municipal, aposentando-se em 1918. Sua paixão era o jornalismo, pois dele se servira para a divulgação de suas poesias e, principalmente, das pesquisas e dos estudos folclóricos. “Foi o primeiro tradicionalista de seu tempo, o ‘companheiro único’, como o chamava Sílvio Romero”⁽¹¹⁾. Além de escritor, pesquisador de nossas tradições populares e poeta, era também grande animador cultural. “Dirigiu uma verdadeiro campanha para a valorização das festas



ALEXANDRE JOSE DE MELO MORAES FILHO
(1844 - 1919)

tradicionais, encenando autos e bailes populares, fazendo-os representar''(12).

Talvez o seu apego às coisas do povo tenha contribuído para que voltasse as vistas para as camadas populares, não demorando em descobrir que os ciganos, apesar de constituírem minoria étnica, muito influenciaram os nossos costumes. Não faltaram críticos que viam em Melo Morais certo exagero e tendenciosidade no julgamento da contribuição zíngara à cultura brasileira(13). Não compartilham dessa corrente, pois ainda não foram feitos estudos exaustivos sobre o relacionamento entre ciganos e **gajões**(14). Acreditamos que só a partir da coleta de vasto material histórico, lingüístico e folclórico, seguida de minuciosas análises é que se pode adotar uma posição verdadeiramente científica.

A história da ciganologia no Brasil deveria começar com o livro de Adolpho Coelho — OS CIGANOS DE PORTUGAL — pelas alusões que faz às deportações dos nômades para o Brasil e terras d'África. Mas quando ele se decidiu a estudar de modo particular os ciganos no Brasil não teve outro recurso senão o de lançar mão dos estudos de Melo Morais Filho.

Eis por que, a bem da verdade científica e baseado na cronologia, o consideramos o iniciador da ciganologia em nosso País(15). Seus trabalhos constituíram uma revelação e, a partir deles, estavam lançadas as sementes da ciganologia no Brasil que haveriam de frutificar, e 50 anos mais tarde, refletidas nas obras de José B. d'Oliveira China e João Dornas Filho, entre outras que se apresentam sob a forma de artigos.

Importante é a trilogia de Melo Morais Filho que estuda as manifestações culturais dos ciganos de nossa terra:

I — **Cancioneiro dos Ciganos, poesia popular dos ciganos da Cidade Nova**, Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1885, 90 p. Parte dessa coletânea figura também no **Parnaso Brasileiro**, com o subtítulo: **Poesia popular dos ciganos da Cidade Nova**, Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1885, vol. 1: 609-624 e vol. 2: 19-22. Foram portanto inseridas nesta publicação 15 páginas que fazem parte do **Cancioneiro**;

II — **Os Ciganos no Brasil** (Contribuição etnográfica), Rio de Janeiro, Garnier, 1886, 203 p.

III — **Fatos e Memórias** (V. Parte III — **Quadrilhas de ciganos**, e Parte IV — **Memórias do Largo do Rocio**), Rio de Janeiro, Garnier, 109, 346 p.

No Rio de Janeiro, por volta de 1886, recolheu diretamente dos 500 ciganos remanescentes, informações que lhe permitiram a elaboração das obras que formam a importante trilogia acima mencionada. Não é preciso dispor de imaginação acrobática para

se atinar com o decréscimo populacional ocorrido entre os zingaros do Rio de Janeiro. Basta que se atente para o processo de transformação de vida por que passaram, isto é, de tão nômade que eram, para tão sedentários que vieram a ser. Explica-se também a inexpressiva quantidade de 500 pessoas pelo fato de muito delas levarem vida semi-sedentária. Entende-se por **ciganos semi-sedentários** aqueles que, segundo as estações do ano, ora compartilhavam da vida dos **gajões**, vivendo em casas, ora seguiam os seus padrões culturais, locomovendo-se de um lado para outro, abrigando-se em barracas, exatamente como muitos deles ainda o fazem em nossos dias⁽¹⁶⁾. Melo Moraes Filho valeu-se daqueles prestimosos informantes e deles recolheu o material básico para as suas referidas obras. Nem sempre o Autor seguiu, sobretudo em **Fatos e Memórias**, a orientação horizontal em seu discurso descritivo, como convém a obras dessa natureza. Algumas informações parecem pertencer, como já observou Oliveira China, a ciganos de outras gerações, anteriores à segunda metade do século XIX.

Em que pese o seu inegável valor como estudioso e memorialista, não deixava de ser também o poeta e, como tal, o objeto por ele descrito aparece diante de nossos olhos como manifestações que se apresentam entre o sonho e a realidade, cuja observação vamos encontrar em Adolpho Coelho. Este embora tenha reconhecido traços de pouco rigor científico nas obras do nosso pesquisador, delas fez bom uso em **Os Ciganos de Portugal**. Em nota de rodapé do apêndice intitulado **os Ciganos do Brasil**, fez as seguintes ressalvas: “Como se vê dos dados que dele extraímos, é interessante o livro de Dr. Melo Moraes, e mais o fora, se o autor não preferisse os efeitos literários ao rigor científico e conhecesse um pouco mais de perto a literatura etnográfica européia ou, na falta desse conhecimento, não se perdesse em teorias, contentando-se com um esboço puramente científico. É de lastimar que, sendo ele médico, não aproveitasse os seus conhecimentos especiais para nos dar um estudo antropológico dos ciganos brasileiros”.

Reconhecemos as limitações de Melo Moraes Filho e compreendemos o rigor de Adolpho Coelho para com o nosso primeiro ciganólogo, mas convém salientar que os recursos postos à disposição do pesquisador português⁽¹⁷⁾ naquela época não coincidem com os de um irrequieto estudioso, que sofreu muitos revesses ao longo da própria existência. A permanência de Melo Moraes Filho na Europa foi relativamente curta e todo o tempo de que dispôs foi dispensado ao jornalismo e aos estudos médicos. Quanto ao estímulo do meio ambiente brasileiro, seria bom recordar que apenas engatinhavam as nossas pesquisas de campo. E de antropologia física, nem se fala!...

MELLO MORAES FILHO

CANCIONEIRO
DOS
CIGANOS

Poesia popular dos ciganos da Cidade Nova.



A. M.

B. L. GARNIER, Editor

RIO DE JANEIRO

1885

Fac-símile da capa do
CANCIONEIRO DOS CIGANOS,
1ª edição, 1885.

A importância de Melo Morais Filho para os estudos de ciganologia no Brasil cresce dia a dia, porque não temos praticamente com quem compará-lo. A sua obra marcou o início de estudos que tardaram muito em consolidar-se até mesmo na Europa, convergindo para uma ciência atualmente de caráter interdisciplinar.

As sementes lançadas por Adolpho Coelho e Melo Morais Filho não caíram em terreno estéril. Transcorridos exatamente 43 anos da publicação de **Os ciganos de Portugal**, e 50 anos de **Os ciganos no Brasil**, vem a lume, em São Paulo, a opulenta monografia de José B. d'Oliveira China: **Os Ciganos do Brasil** (Subsídios históricos, etnográficos e lingüísticos)⁽¹⁸⁾. Ele mesmo reconhece o quanto deve às duas fontes anteriores e a coincidência cinquentenária: "Numerosas obras a esse respeito (refere-se à formação étnica do Brasil) têm sido lançadas recentemente à circulação, esforçando-se os seus autores por esclarecer os pontos mais obscuros e problemáticos de tais questões.

"Pensamos, pois, ser de grande oportunidade o aparecimento deste modesto trabalho em que tratamos dos ciganos brasileiros, dos quais uma parte também se teria fundido em nossas populações, acentuando assim, ainda mais, o seu cunho de hereditariedade.

"É certo que não podemos calcular com segurança até que ponto chegou a **influência** desse terceiro e pouco numeroso ingrediente étnico na formação da nacionalidade.

"Mas, por pequena que ela tenha sido, o caso é que o estudo ainda merece dos curiosos do assunto e dos especialistas na matéria.

"Foi, pois, nessa suposição, que, meio século depois da publicação das obras de Melo Morais Filho, incontestavelmente o precursor da ciganologia entre nós, resolvemos elaborar este trabalho que, por seu desenvolvimento, será, no gênero, o segundo que se publica no Brasil"⁽¹⁹⁾.

Admirável foi a vida de Oliveira China, exemplo de modéstia, persistência e amor às coisas do Brasil. Seu livro **Os ciganos do Brasil**⁽²⁰⁾ atesta a sua alta capacidade de superar obstáculos, olvidando as limitações do tempo e do espaço. De um de seus filhos, também interessado em ciganologia, Júlio Amaral de Oliveira⁽²¹⁾, indagado sobre as fontes bibliográficas do seu progenitor, obtivemos o seguinte testemunho: "Com relação à pergunta que fez sobre a 'biblioteca', devo-lhe dizer que meu pai mantinha numerosa prole e discreta pobreza e suponho que jamais tenha adquirido um livro de primeira mão. Foi assíduo frequentador dos sebos de São Paulo e do Rio de Janeiro; vasculhou arquivos e

coleções de jornais; fez centenas de entrevistas e se correspondeu com todas as pessoas que imaginava capazes de lhe dar informações que julgava preciosas. Tudo isso valoriza o imenso esforço empregado em atingir a cultura que pôde, já que era autodidata. Assim, o pouco que deixou era marcado pelo cunho absolutamente pessoal, calhamaços de cartas e papéis com anotações que só ele entendia e livros velhos, porque antigos e exaustivamente manuseados” (Trecho de uma carta-resposta. Data: São Paulo, 18 de janeiro de 1982).

Autodidata, sim, mas dos bons. Prestou relevantes serviços à cultura brasileira, quer como homem de estudos, quer como cidadão exemplar. Nasceu em Caçapava, São Paulo, região do Vale do Paraíba Paulista, a 3 de novembro de 1874 e faleceu na Capital daquele Estado a 10 de fevereiro de 1941, atingindo, por conseguinte a idade aproximada de 67 anos, quando dele ainda muito esperavam os estudos brasileiros. Frequentou as escolas primárias de seu torrão natal e da Capital do Estado, no período de 1886 a 1887. Também foi aluno do Curso Anexo e do de suficiência da Escola Normal (1888). A vocação pedagógica revelou-se nos tempos em que lecionou no **Colégio Taubaté**, do qual era proprietário e diretor. Além das experiências pedagógicas, soube acumular outras no setor da administração pública, exercendo, por muito tempo, o cargo de gerente da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, tendo sido, diversas vezes, diretor em comissão (1931-1939). De fino trato, sabia fazer amigos e conservá-los. Era um **gentleman**, afirmam os que o conheceram de perto. As atividades jornalísticas sempre atraíram a sua atenção, porque através delas divulgava idéias e projetos de pesquisas, além de conseguir dialogar com um público maior, fiéis leitores que não lhe sonegavam informações.

Por longo tempo foi assíduo colaborador do **Correio Paulistano** (1931-1939). Não se limitou contudo a esse periódico; escreveu também no **Diário Popular** (São Paulo), **Jornal do Comércio** (Rio de Janeiro), **Pátria Livre**, **Brasiliana**, **Revista da Língua Portuguesa**, **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo** e noutros veículos da imprensa nacional. Sua monografia: **OS CIGANOS DO BRASIL** (Subsídios históricos, etnográficos e lingüísticos)⁽²²⁾ veio justapor-se a outros estudos sobre gramática, filologia e lingüística portuguesa:

1 — **O emprego da crase em português**⁽²³⁾

2 — **Estudos de filologia e lingüística**⁽²⁴⁾ etc.

O gosto pelos estudos filológicos e lingüísticos levou-o a enfatizar, no livro sobre os **ciganos brasileiros**, a parte que trata da etimologia de palavras que constituem o vocabulário fundamental dos ciganos do mundo inteiro. Demonstrou, em

diversas passagens da obra, estar a par das melhores fontes bibliográficas no campo da ciganologia européia. Comparou palavras, apontando-lhes o espaço onde são empregadas. Aduziu-nos elementos que elucidam termos e expressões de gíria se se levar em conta a influência que os ciganos exerceram sobre os nossos falares.

O livro OS CIGANOS NO BRASIL (subsídios históricos, etnográficos e lingüísticos) divide-se em duas partes:

I — **Introdução Geral.** Nesta parte o Autor estuda teses sobre a origem e dispersão dos ciganos pelo mundo, optando pela procedência do Noroeste da Índia;

II — **Os ciganos do Brasil**, subdividida nas seguintes partes:

Parte I — **Subsídios históricos;**

Parte II — **Subsídios etnográficos;**

Parte III — **Subsídios lingüísticos.** Encontra-se no livro uma espécie de subcapítulo intitulado: **Etimologia de**

várias palavras do cigano - brasileiro citadas neste estudo. O Apêndice encerra material recolhido da imprensa nacional e estrangeira sobre acontecimentos que têm os ciganos como centro de interesse, concedendo destaque à eleição de um rei dos ciganos, durante o Congresso realizado em Rowne (Polônia). Na **bibliografia** incluem-se 13 obras básicas e uma lista de muitos dicionários e enciclopédias cujos verbetes são considerados importantes para o estudo dos problemas ciganológicos.

Afonso de E. Taunay abriu a obra, explicando o longo e paciente trabalho do Autor e reconhecendo que uma lacuna vinha de ser preenchida no campo da ciganologia brasileira. Reiterou tal opinião numa das sessões semanais da Academia Brasileira de Letras — (28.07.1936) — quando apresentou a referida obra aos seus pares, anunciando que o "escritor Oliveira China tem em preparo adiantado uma segunda memória sobre o mesmo assunto, compendiando numerosos elementos angariados ultimamente como complemento da memória agora vinda a lume". Infelizmente não foi possível o Autor concluir o que havia sido anunciado por Taunay. Espera-se que sua família reúna os inéditos e possa com eles formar um volume a que se poderia denominar de **Coletânea** ou **Miscelânea** de Oliveira China, na qual seguramente haveriam de figurar referências e novas contribuições aos estudos ciganológicos tão bem encaminhados pelo ilustre pesquisador cuja modéstia o compelia a tudo fazer sem se preocupar com a imortalidade.

Guiado por maravilhosa inclinação à pesquisa, soube aproveitar as fontes históricas primárias e secundárias, o que lhe permitiu estender as suas investigações a quase todos os estados do Brasil. Tomou como referências mais significativas as obras de

Adolpho Coelho e Melo Morais e com elas montou o seu discurso diacrônico enriquecido com testemunhos e confrontos sincrônicos: “Colhidas nessa primeira fonte (refere-se a **Os ciganos de Portugal** de Adolpho Coelho) as informações que mais convinham ao nosso confronto, procuramos ampliá-las com outras que encontramos em alguns trabalhos que possuímos não só sobre os **gitanos ou ciganos espanhóis**; como sobre os **ciganos extra-ibéricos**”(25).

Em parte alguma de sua monografia procurou ocultar os subsídios recolhidos em Melo Morais Filho: “Expostas estas coisas (trata-se de um reexame da entrada dos ciganos em terras da América e, especialmente, do Brasil) vejamos agora o que, sobre o assunto, há não só em trabalhos nacionais como em alguns documentos governamentais, existentes nos arquivos brasileiros e que, graças à boa vontade de colaboradores patrícios, conseguimos coligir”(26).

“Começamos pelas informações que, em **Os ciganos no Brasil**, nos dá Melo Morais, confrontando-as com as já dadas por A. Coelho e ampliando-as com as que obtivemos”(27). (As obras mencionadas por ele foram praticamente viradas pelo avesso, operação “**resenhal**” que as valoriza e melhor as divulga. Graças às persistentes buscas em arquivos e bibliotecas terminou por nos revelar trechos do artigo de Oliveira e Sousa(28), ao tempo em que nos anunciava o trabalho inédito desse autor, vocação de ciganólogo que, por motivos desconhecidos, não prosseguiu na carreira científica(29).

Recorreu a muitas pessoas e delas conseguiu rico material informativo, sustentáculo de grande parte de sua descrição. Dentre os seus correspondentes destaca-se a figura do historiador baiano — Mário Torres — que de modo solidário rebuscou nas bibliotecas e arquivos baianos documentos que atestam a presença expressiva dos ciganos em terras soteropolitanas. O Doutor Mário Torres talvez tenha sido aquele que mais proporcionou a Oliveira China subsídios históricos sobre os ciganos brasileiros. Por isso ele merece destaque especial como colaborador desinteressado, por ter sabido compreender as inquietações de outro pesquisador que não dispunha de recursos financeiros para empreender, naquela época, viagens de estudos por todo o território nacional(30).

Em São Paulo, quem o ajudou na localização de riquíssimo material histórico foi o Prof. Nuto Sant’Anna, encarregado da seção histórica do Arquivo Municipal de São Paulo(31). Oliveira China sabia, como ninguém, descobrir em vários rincões do país quem melhor pudesse ajudá-lo na árdua tarefa de recolher informações e garimpar, na memória local, fragmentos de notícias que lhe servissem de pistas e luzes necessárias ao trabalho de

destrinçar dados confusos ou caóticos. As vezes terminava criando uma cadeia de **informantes e co-informantes**, isto é, aquele a quem ele dirigia carta pedindo esclarecimentos recorria, por sua vez, a terceiros, tal como aconteceu com os depoimentos do Sr. Ignácio César, residente em São Luís do Paratinga. Este, por seu turno, conseguiu do Prof. Albérico Guimarães, lente do Ginásio de Taubaté, as necessárias informações que foram transcritas com o título de "**História do Norte Paulista**"(32).

Ainda em São Paulo teve como bom informante o Doutor Albérico Guimarães que, também, recorrera ao fazendeiro José Bonifácio de Moura, a fim de completar os informes sobre os ciganos. Em Minas Gerais, terra que até então não contara com quaisquer estudos sistemáticos sobre os nômades, Oliveira China foi encontrar na pessoa de um livreiro o seu informante ideal: "Ao Sr. Marcelino Machado, proprietário da **Livraria Comercial**, desta Capital, devemos — (afirma ele) — muito boas informações sobre os bandos de ciganos brasileiros que há cerca de 40 anos apareciam na zona compreendida pelo município mineiro de Guaxupé, pelos municípios paulistas de Mococa, Caconde e São José do Rio Pardo e suas cercanias"(33).

Apesar de autodidata, tinha plena consciência do que representava um bom informante etnográfico. Nada substituíra a vivência conferidora de autenticidade a informações dadas por terceiros:... "nascido em Minas Gerais, o Sr. M. Machado residiu por muito tempo em vários pontos da referida zona e ainda se lembra perfeitamente do que observou relativamente ao tipo e aos usos e costumes daqueles nômades, cujos acampamentos, por mera curiosidade, costumava freqüentar"(34). Eis como Oliveira China costumava delinear e escolher seus informantes.

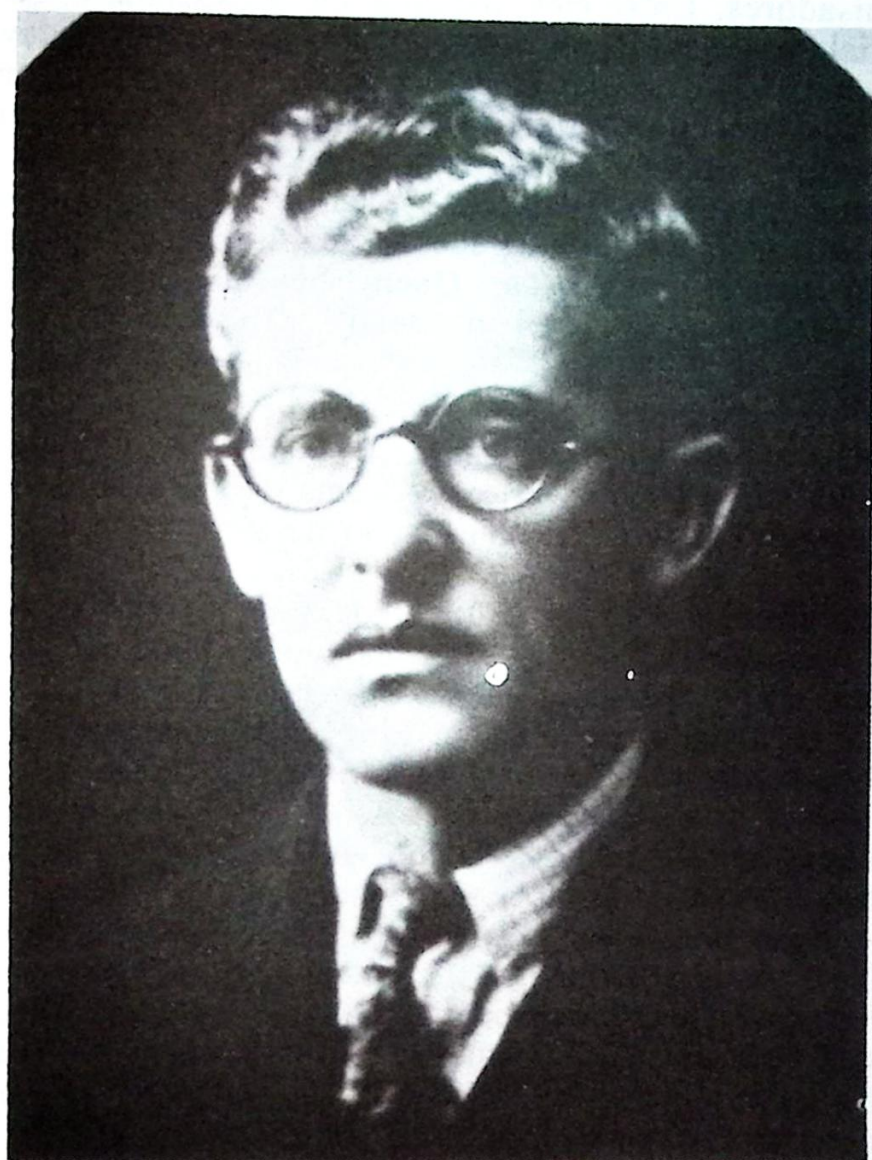
Em arquivos e bibliotecas buscou, com paciência e carinho, documentos, livros e periódicos, deles recolhendo subsídios que mereceram de sua inteligência e do seu espírito aberto o melhor tratamento possível. Com isso pretendemos afirmar que não procurou torcer a verdade, falseando a realidade. Não! Os ciganos são apresentados como membros de qualquer comunidade humana, ou seja, com seus defeitos e suas virtudes. Na Bahia utilizou os noticiários do **Diário da Bahia**; no Rio de Janeiro: **O Imparcial**, **O Dia**; em São Paulo: **Diário da Noite**, **A Platéia**, **Folha da Manhã**, **O Estado de S. Paulo**, no Rio Grande do Sul: **Almanach das Senhoras**

A Oliveira China se deve a interessante classificação dos ciganos que de há muito se encontram entre nós e daqueles de procedência mais recente:

- 1 - **Ciganos brasileiros ou patricios**, aqueles que aqui chegaram desde a época da colonização portuguesa;



José Benedito d'Oliveira China
(1874 - 1941)



Dr. Mario Torres

2 - **Ciganos estrangeiros ou extra-ibéricos**, aqueles que vieram de outras partes da Europa, principalmente da Península Balcânica, a partir de 1822⁽³⁵⁾.

Reservou metade de sua obra às discussões e aos registros de índole lingüística e filológica. A parte talvez mais viva e dinâmica do sistema da língua — a **gíria**, — vem merecendo a atenção de pesquisadores. Entre eles, inclui-se Oliveira China e, de maneira especial, os lexicólogos. Suas conclusões podem e devem ser revistas, mas, de qualquer forma, cabe-lhe a honra e o privilégio de ter sido um dos primeiros a examinar exaustivamente a matéria em relação à norma culta brasileira. Até então contávamos apenas com listagens de termos considerados de **gíria** ou **calão** que nem sequer mereceram análises mais apuradas por parte de nossos estudiosos. Quem pensou fazê-lo, fê-lo de maneira peregrina, a “vol d’oiseau”. Destacamos, entre os lexicólogos: Raul Pederneiras, na sua obra **Geringonça Carioca**⁽³⁶⁾; Antenor Nascentes, que, no seu **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**, registra alguns ciganismos introduzidos em nossa língua sob a forma de **gíria** e que figuraram no levantamento estatístico consignado no intróito de seu dicionário⁽³⁷⁾.

Preocupado com os estudos da **gíria** e, por conseguinte, com os **ciganismos**, podemos citar ainda Manuel Viotti, que iniciou em 1937, nas páginas de **Ciências e Letras** (São Paulo), uma série de artigos sob o título: **Linguajar: notas para o dicionário de brasileirismos**. Formou, posteriormente, com tais artigos, um dicionário que alcançou três edições. A última enriqueceu-se com o anexo de João Dornas Filho. Ao título segue-se um longo subtítulo que mostra o alcance da obra:

— **Novo dicionário da gíria brasileira**, 3ª edição (refundida, corrigida e muito aumentada). Brasileirismos, Regionalismos, Ditos, Frases Feitas, Provérbios, Modismos, A Gíria de Todas as Atividades Humanas: dos Músicos, dos Militares, dos Estudantes, dos Artistas, do Jornal, do Rádio e Televisão, dos Esportistas, do Futebol, Turfe etc.; dos Malandros, Jogadores e Ladrões; dos Garimpeiros, Caçadores e Pescadores; Vocabulário Completo dos Cultos Afro-Brasileiros (Umbanda, Quimbanda, dos Candomblés da Bahia e Terreiros do Rio e S. Paulo). Centenas de estrangeirismos de uso corrente na imprensa, rádio e televisão, e não constantes ainda dos apêndices aos grandes dicionários. EM ANEXO: Vocabulário Cigano e Vocabulário Quimbundo de autoria do Prof. João Dornas Filho, Rio de Janeiro, Livraria Tupã Editora, 1957, 476 p.

Como se pode perceber, o conceito de **gíria** de Manuel Viotti é bastante pessoal e abrangente e não coincide com o da



Nuto Santana
(1889 - 1975)

maioria dos estudiosos da matéria. Acreditamos que o mestre Celso Ferreira da Cunha foi quem melhor tratou deste assunto, graças a dois dos seus estudos:

1 — **Em torno dos conceitos de gíria e calão.** In **Miscelânea de Estudos em Honra de Antenor Nascentes**, Rio de Janeiro, s. ed. 1941, pp. 65-97;

2 — **Características do calão português**, **Voz de Portugal**, de 28 de agosto de 1951.

As palavras ciganas que mereceram de Oliveira China minuciosa análise foram, entre outras, as seguintes: **Rom**, **calon**, **gajão** e **chibe**. Estas palavras fazem parte de um vocabulário seletivo que ele teve o cuidado de comparar com fontes abalizadas e estabelecer correlações importantíssimas para o conceito de **vocabulário fundamental do romani**⁽³⁸⁾.

Não fosse a obra de Oliveira China, os estudos de ciganologia no Brasil estariam no mesmo ponto em que os havia deixado Melo Morais Filho!...

Antes de apresentarmos a vida e a obra de outros estudiosos das coisas ciganas, cumpre-nos, por dever de justiça, mencionar alguns escritores que, de modo sumaríssimo, trataram do assunto: José Américo de Almeida, em sua principal obra **A bagaceira**⁽³⁹⁾, e Gustavo Barroso (pseudônimo: João do Norte)⁽⁴⁰⁾. Outros escritores aproveitaram a matéria como sugestões para narrativas ficcionais. As obras literárias escapam ao interesse principal de nosso inventário histórico e pretendemos aproveitá-las em outras análises.

O mestre Luís da Câmara Cascudo, o **carvalho do folclore brasileiro**, em seu **Dicionário do Folclore Brasileiro** reservou à ciganologia brasileira dois importantes verbetes: o primeiro trata especificamente dos **Ciganos** e o segundo, de **Melo Morais Filho**⁽⁴¹⁾.

Excluimos também de nosso estudo as matérias que apareceram em jornais, em forma de artigos circunstanciais ou de noticiários, pelo que elas têm, na maioria das vezes, de distorcidas e de muito sensacionalistas.

Sem medo de incidir em erro, podemos afirmar que a ciganologia no Brasil caminhou a passo de tartaruga, embora os ciganos continuem a viver ao nosso lado, participando de nosso dia-a-dia, mais incompreendidos do que amados, o que atesta a condição de serem apenas tolerados pelos demais segmentos da sociedade, arrostando ao peso dos preconceitos raciais, salvando-se desse estigma apenas aqueles que se deixaram apanhar pela malha da **aculturação**, ou seja, quando renunciaram à sua maneira de ser e passam à condição de sedentários ou de cripto-ciganos.

Os ciganos não morreram, mas, onde estão, quem os estuda? Onde os intérpretes da cosmovisão deles? Onde os sociólogos, os antropólogos, os assistentes sociais que lhes auscultam a alma? Ninguém! Qase nada se fez! Deles apenas se sabe o tanto que transgridem as nossas leis que mal conhecem, por serem quase todos analfabetos e não contarem com representantes de sua etnia na Câmara e no Senado. Para avaliação de suas transgressões, disto se encarregam, casuisticamente, os prefeitos, os agentes policiais ou os representantes da magistratura. É uma lástima que a presença deles seja levada em conta através do seu lado negativo, a contravenção! Se as câmaras de cinema ou de televisão resolvem chegar até seu estranho mundo, talvez o façam por considerá-los seres misteriosos, exóticos e mágicos, excelente tema para a exploração sensacionalista!...

Muito tempo se passou até chegarmos a João Dornas Filho, espírito atento aos assuntos referentes às minorias étnicas. Sensível que era, aproximou-se da sua cultura e procurou sondar-lhes o passado.

João Dornas Filho nasceu em Itaúna, Minas Gerais, a 7 de agosto de 1902. Filho de João Dornas dos Santos e Dona Maria Eugênia Viana Dornas. Casou-se com Dona Maria Efigênia Viana Dornas, com quem não houve filhos.

Da infância guardou lembranças que o acompanharam por toda a vida. O escritor e jornalista Jorge Azevedo, que sabe entesourar retalhos de tempo e reavivar emoções, registrou parte de uma entrevista com João Dornas Filho: "Nasci com uma grande mancha branca no cabelo... A velha Teresa ao ver a minha cabeça assinalada por essa mancha alva e sedosa que minha mão atribuíra à cabra que iria me amamentar, sentenciou, gravemente, com aquele ar pensativo: 'nhá-nhá, esse menino vai ser... ou muito feliz ou muito infeliz'." (42).

Destacou-se como biógrafo e historiador de rara lucidez. No dizer do professor Aires da Mata Machado, "era um polígrafo" (43), exercitando na solidão do autodidatismo, no prazer de encontrar a verdade, vencendo o espichado tempo transcorrido e o acanhado espaço científico, custasse o que custasse. Era um polígrafo, sim senhor, mas com a alma e o coração dirigidos, antes de tudo, ao esclarecimento de nosso passado (43), sendo, por conseguinte, um especialista do vir a ser de nossa terra e de nossa gente (44).

Da infância guardou reminiscências e nunca esqueceu a preta velha Teresa, que lhe abriu as portas iluminadoras da oralidade, mostrando-lhe o horizonte do tesouro de nosso folclore que ele soube, como poucos, recolher e interpretar e com ele construir a obra que dignifica Minas Gerais e o Brasil.

Quando ainda criança, informa-nos a sua simpática irmã Dona Suzana, recebeu o “apelido de Zau, porque os irmãos pequeninos não conseguiam pronunciar direito a palavra João”. Era desde a infância, rebelde ao sistema de ensino autoritário, sobretudo o que se baseava na clausura: “Meu pai chegou” — diz-nos Dona Blandina, outra mana do escritor — “a colocá-lo interno no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, mas ele não conseguiu ficar lá. Sentia saudades e chorava muito! Comia até as cascas das bananas que minha mãe lhe mandava, porque as frutas eram de Itaúna... Durante toda a sua vida teve verdadeira paixão pela sua terra”(45). Quando morresse, confessava, queria ser enterrado num sítio de sua propriedade chamado S. Miguel. Mas tal não se deu. Foi sepultado na cidade de Belo Horizonte, da qual fez sua mesa e seu laboratório de estudos, convivendo com intelectuais, livreiros, acadêmicos e uma porção de amigos.

Era o sexto de 13 irmãos. Seu primeiro professor foi José Gonçalves Melo, que nele vislumbrou, apesar das peraltices de menino irrequieto, a centelha do talento e procurou incentivá-lo da melhor forma possível. Após o curso primário, o Prof. Gonçalves Melo ensinou-lhe também francês e português, consolidando-lhe as bases para a sua cultura humanística conseguida de fato por meios autodidáticos. O latim foi-lhe ensinado pelo Padre João Ferreira Álvares da Silva. Depois o encaminharam para Belo Horizonte, onde freqüentou o Ginásio Mineiro. Mas quem disse que haveria de se submeter à disciplina e ao programa dos estudos? As próprias irmãs o confessam: “Por pouco tempo ficaria em Belo Horizonte; nosso pai logo descobriu que ele gastava o dinheiro dos estudos em distrações, revistas etc. Voltou para Itaúna e foi trabalhar, como castigo, na fábrica de tecidos, durante cinco meses” (carta dirigida ao Autor por Dona Suzana Viana Dornas, datada de 17.02.82). Era o tribunal presidido pelo **pater-familias** aplicando sanção ao filho que ele bem desejaria fosse bacharel. Mas o moço queria mesmo era ser apenas escritor e um apaixonado das coisas populares e, sobretudo, de sua querida Itaúna...



João Dornas Filho
(1902 - 1963)

Sentia-se muito atraído também pelas atividades jornalísticas que exercia paralelamente às de pesquisador, folclorista, historiador e contista. em diversos jornais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Aliás, ele começou a dedicar-se ao jornalismo em 1922, quando foi trabalhar na Secretaria da Agricultura, escrevendo concomitantemente para os jornais locais daquela época.

A leitura era, em João Dornas Filho, uma espécie de segunda natureza. Todos que o conheceram de perto puderam testemunhar a sua entranhada paixão pelos livros: “Depois de abandonar o Colégio, — como já vimos, — não quis mais saber de nenhum deles. Havia descoberto o caminho do autodidatismo. Com a palavra a sua mana Suzana: “Aprendeu tudo sozinho, debruçando-se sobre os livros. Lia demais. Dava notícia de tudo...”

Quando jovem, foi leitor assíduo de *Eça de Queiroz*, por indicação de outro irmão de opa, o escritor Mário Matos. Leu também os mestres de *Eça*: Flaubert, Zola, Dickens, Maupassant, Balzac... Vivia para as coisas do espírito, embora gostasse de fumar e de tomar os seus traguinhos. Registram os arquivos da memória familiar: “Brigávamos com ele ” — diz uma de suas manas — “por sua maneira desleixada de vestir. Não cuidava em nada da aparência. Mandou fazer dentaduras e nunca as usou! Uma vez jantou com Getúlio Vargas, então presidente da República, sem sequer colocá-las”.

Apesar de gostar de ambientes calmos, não desprezava as vigílias literárias, as tertúlias, os encontros familiares que se estendiam madrugada a fora. Não resistia à tentação da vida boêmia, desde que pudesse contar com a companhia de literatos e intelectuais alimentadores da arte de conversar, afirmam todos aqueles que o conheceram em vida. Aliás, essa predileção lhe ocorreu desde os tempos em que vivia na **república de estudantes** da rua Pernambuco, em Belo Horizonte.

Gostava muito de meninos e, por isso, com eles mantinha um pacto de ternura e de bem querer. Casado sem filho, pois perdera o primeiro, que seria uma menina, amava as crianças como se todas fossem as suplentes dos rebentos que não tivera.

Foi oficial de gabinete do Secretário da Viação e Obras Públicas de Minas Gerais.

Ocupou a cadeira nº 12 da Academia Mineira de Letras. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Nele veio ecoar o ideário da Semana de Arte Moderna de São Paulo ao ocupar lugar de destaque no grupo em torno da publicação **Leite Crioulo**, fundada em 1929, da qual foi diretor, tendo como companheiros de vanguarda literária Achilles Vivacqua e Guilhermino César, entre outros⁽⁴⁶⁾. Acreditamos que as atividades de folclorista tenham contribuído muito para que João Dornas Filho se interessasse pelo estudo das minorias étnicas⁽⁴⁷⁾.

A pesquisa sobre os ciganos veio a lume primeiramente nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, que tinha como redator-chefe Salomão de Vasconcelos e como diretor-secretário Copérnico Pinto Coelho. Estávamos no ano de 1948, período pós-bélico, e o Brasil descalço, mal ajeitado, depois de jogar fora a apertada botina da ditadura, trôpego, mal conseguia caminhar, pois não sabia onde pôr os pés. Mas os pesquisadores, calejados, prosseguiram a trilha solitária de suas inquietações intelectuais em direção à verdade científica, em busca de novas interpretações da realidade brasileira. Entre eles, achava-se João Dornas Filho. O estudo — **Os Ciganos em Minas Gerais**⁽⁴⁸⁾ — compreende 46 páginas, várias fotografias, e um vocabulário cigano-português. João Dornas Filho propõe, logo no começo de seu trabalho, preencher uma lacuna, exprimindo: “É um estudo que ainda não foi feito em Minas, ao contrário de S. Paulo com Oliveira China, e outros Estados da Federação com Melo Morais Filho, o da infiltração e da influência do cigano no nosso mecanismo social”⁽⁴⁹⁾. Reconhece a remota origem dos ciganos e a sua procedência das margens do rio Ganges (Índia). De certa maneira rebate a tese de Adolpho Coelho de que os ciganos teriam simplesmente sido ignorados pelo Tribunal da Inquisição por se tratar de um povo desprezível; além de reconhecer a sua influência em nossa formação, embora sem apresentar os exageros de Melo Morais Filho: “A influência do cigano no complexo da nossa formação — (afirma) — não é desprezível. Começa que a sua presença no Brasil é anterior à do negro. Entre os primeiros degredados que de Portugal aqui vieram ter, encontravam-se ciganos. E quando, em 1591, Mendonça Furtado esteve na Bahia e em Pernambuco em visita ao Santo Ofício, várias dezenas de ciganos foram denunciadas ao visitador como

delinqüentes de crimes contra a religião e os bons costumes”(50). As primeiras páginas destinam-se à explicação da entrada dos ciganos no Brasil, indicando-nos os Estados que escolheram para suas andanças. Ressalta a influência dos ciganos, sobretudo sob a forma de sugestões literárias. Acredita que eles tenham entrado em Minas Gerais seguindo a direção Norte/Sul, isto é, “a introdução dos ciganos se observa desde os primórdios da sua história, sendo possível que tenham penetrado pelo rio São Francisco com as primeiras entradas baianas”(51). Vai tecendo o seu discurso histórico, apoiando-se em farta documentação que ora incrimina os ciganos, ora os inocenta, arrolando queixas das comunidades interioranas contra os atropelos e furtos dos ciganos e até mesmo as suas implicações em assaltos ao longo das estradas. Curiosos, portanto, o registro e a análise da presença dos ciganos em Minas Gerais, no período colonial, independente e republicano, até alcançar a década de 1920. Encerra seu trabalho com o vocabulário recolhido indiretamente de diversas fontes, mas principalmente do capitão Geraldo Joviano dos Santos, “inteligente oficial da Força Pública de Minas que tratou longamente com os ciganos”. E conclui: “É necessário frisar que este vocabulário foi colhido em Minas entre os ciganos que fazem as suas migrações no interior do Brasil, do Pará ao Mato Grosso pelo vale do São Francisco, o que quer dizer que foi recolhido de indivíduos de várias tribos, reforçando destarte a asserção de Oliveira China quanto à unidade do seu dialeto no Brasil e possivelmente em outros países”. Apesar dos inúmeros dialetos e subdialetos, a língua cigana (**romani**) apresenta surpreendente unidade, não só no Brasil como também em outros continentes, conforme se pode observar nas páginas do **Vocabulário Fundamental do Cigano da Europa**, recentemente publicado(52). Ao lado dos consagrados ciganólogos brasileiros juntam-se os nomes de estudiosos que poderiam ter concedido maior espaço ao estudo ciganológico em suas obras. Alguns apenas lhes reservam um capítulo ou, no máximo, uma página. Destacaremos, em primeiro lugar, o nome de **Arthur Ramos**(53), um dos melhores analistas da cultura brasileira. Apoiado em dados históricos, estatísticos e culturais, tentou delinear o perfil do homem brasileiro, tarefa não muito fácil se se levar em conta a nossa condição cultural surgente. Por isso Arthur Ramos, através de sua obra **Introdução à antropologia brasileira**, esforçou-se em somar o maior número possível de valores antropológicos que pudessem nos identificar.

Não teve medo da nossa condição de povo que vive praticamente os primeiros dias da **gênese cultural**. Não teve medo de arrolar o maior número possível de dados que sustentam a nossa sonhadora identidade cultural. O risco de perder-se no emaranhado da floresta bibliográfica não o amedrontou. Arrolou o que pôde. “E se mais houvera, lá chegara”... A última edição desta obra apresenta-se em quatro volumes: I — **As culturas Indígenas**; II — **As culturas negras**; III — **As culturas Européias e Europeizadas**; e IV — **Os contatos Raciais e Culturais**⁽⁵⁴⁾. Os ciganos são examinados de maneira resumida em **As culturas Européias e Europeizadas**, no capítulo IX, denominado **Eslavos e outros grupos**. Arthur Ramos, em sete páginas, conseguiu o que se poderia chamar de **milagre da síntese**. Escreveu pouco, mas exprimiu muito. Apoiou-se em Adolpho Coelho, Melo Morais Filho e Oliveira China ao chamar a nossa atenção para a presença dos ciganos em terras brasileiras. Não tomou posição quanto às discussões atinentes à origem dos ciganos. Embora tivesse arrolado na bibliografia específica mais de trinta nomes de conceituados ciganólogos (págs. 360 - 361), compreende-se o tratamento lacônico concedido ao assunto, tendo em vista a envergadura de um empreendimento científico que pretendeu levar em conta as diversas etnias que entraram e continuam entrando na formação de nossa população, tarefa que deveria ter sido executada por uma equipe de boa qualidade que pudesse contar, evidentemente, com a supervisão de um pesquisador lúcido como Arthur Ramos. O próprio autor reconheceu os vastos horizontes da obra e, por isso mesmo, denominou-a **Introdução** embora pudesse ter sido um **Tratado de Antropologia Brasileira**. Percebe-se que o principal escopo do antropólogo foi apontar caminhos, indicar fontes e abrir portas àqueles que pretendam verticalizar o estudo das minorias étnicas que compõem o nosso diversificado complexo cultural.

Gustavo Barroso: eis que outro ciganólogo que poderia ter sido, mas não o foi⁽⁵⁵⁾. Assinou com o pseudônimo de **João do Norte** o trecho intitulado que aparece na **Selecta Moderna**, organizada por Othoniel Mota⁽⁵⁶⁾. Aponta-nos rapidamente alguns braços do comportamento dos ciganos no Nordeste do Brasil e de alguns sertanejos que com eles se identificam. Os ciganos são apresentados como representantes máximos da esperteza e matreirice. Descreve-nos os seus truques, que chegam até às raias do riso, embora o polígrafo não faça qualquer alusão à predominância dos ciganos, segundo opinião de Oliveira China, nas enso-

laradas terras cearenses. Em outro livro de sua autoria — **Aquém da Atlântica** — no capítulo **Os ciganos**, com o mesmo pseudônimo, Gustavo Barroso tece um comentário geral sobre os ciganos, traçando o trajeto que teriam feito da Índia até Portugal, e conclui: “Daí passaram para a América e para o Brasil especialmente para o Ceará, onde várias de suas tribos foram despejadas por ordens régias ao tempo do grande Marquês de Pombal. E nesse fato muitos querem ver a fonte do espírito errante, do caráter nômade, da alma andeja dos filhos da Terra do Sol”⁽⁵⁷⁾. Não acreditamos que apenas os ciganos tenham concorrido para caracterizar a tendência andarilha dos cearenses e de outros filhos do Nordeste. Os ciganos devem ter contribuído muito, mas a explicação deve ser procurada no substrato indígena, sobretudo nas tribos interioranas denominadas genericamente **tapuias** (os que falavam língua travada) em oposição aos **tupis** do litoral de Pindorama. Os tapuias eram nômades por excelência, conforme testemunhos históricos. De qualquer forma, torna-se necessária a realização de estudos destituídos de preconceitos que possibilitem melhores esclarecimentos sobre o comportamento integral de nossa população, levando-se em consideração as diversas etnias que fazem parte do nosso complexo cultural.

É o que vimos procurando fazer, há muitos anos, quando nos abalamos a retomar o fio das pesquisas encetadas pelos ciganólogos que nos antecederam⁽⁵⁸⁾. Ao concluirmos, fazemos nossas as palavras de João Dornas Filho: “Num balanço metucoso da nossa vida social e econômica, o cigano é um dado que não pode ser desdenhado pelos estudiosos e é esta a razão que justifica o presente trabalho, feito simplesmente com o fim de dar uma pequena contribuição ao assunto de tão pobre bibliografia no Brasil”⁽⁵⁹⁾.

NOTAS

(1) — Dentre outros, destaca-se: Henry Koster, com o seu relato **Voyages dans la partie septentrionale du Brésil depuis 1809 jusqu'en 1815**. Comprenant les Provinces de Pernambuco (Fernambouc), Seara (sic) Paraíba, Marangan etc., par... traduit de l'anglais par M.A. Jay.

Henry Koster nasceu em Portugal. Seus pais eram ingleses. Residiu por muitos anos em Pernambuco, onde era proprietário de dois importantes engenhos de açúcar. Viajou através de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e Maranhão. Deixou o Brasil em 1815 para retornar à Inglaterra.

(2) — Adolpho Coelho tentou descartar a perseguição da Inquisição, chegando a afirmar que os ciganos eram considerados partes de um segmento social desprezível e, por conseguinte, aquele Tribunal não iria perder o tempo com quem não merecia. A opinião de Adolpho Coelho pode ser considerada, até certo ponto, iso-

lada. O que se pode aceitar, com pouca margem de erro, é que o terror das fogueiras inquisitoriais não atingira os ciganos, como acontecera com os judeus, por motivos de ordem econômico-financeira. Outras explicações parecem-nos mais aceitáveis: primeira, a de que os ciganos não dispunham de bens materiais que pudessem despertar a cobiça dos inquisidores que viviam de olho no patrimônio dos judeus e, ao confiscá-lo, enchiam as burras da Coroa. Segunda, os ciganos tinham na conta de manipuladores de terríveis forças ocultas. Acreditamos que isso talvez tenha concorrido para livrá-los das fogueiras. Além do mais, corriam no seio do povo muitas lendas, inclusive aquela de que teria sido um cigano que, movido pela compaixão, furtara um dos cravos que deveria completar a série de quatro, no ato da crucificação de Cristo. Se o pensamento do renomado ciganólogo Adolpho Coelho for levado em conta, como explicar as expulsões e condenações dos ciganos às galés? Melhor não esposar a sua tese, como o fez, recentemente, o pesquisador E. Leão Maia em **O Testamento Mágico dos Ciganos**: "É uma opinião refere-se à Adolpho Coelho que não deixa de entrar em contradição com os inúmeros decretos, alvarás e leis postos em vigor pelos reinos e governos dos países em que viviam, em que as penas iam desde a proibição de vestuário tradicional à extradição para o Brasil, Angola ou Cabo Verde, e à marca com ferro em brasa seguida de pena de morte" (Lisboa, Editorial Vega, pág. 26).

E. Leão Maia, por sua vez, esqueceu-se de que o poder civil e o religioso constituíam o verso e reverso da mesma medalha, ou seja, praticamente não havia, no período a que se refere, separação nítida entre a Igreja e o Estado. Distráido, afirmou: "Estranho é, no entanto, e inexplicável, que as perseguições eram desencadeadas pela polícia civil e não religiosa. Enquanto os feiticeiros não ciganos e os judeus iam para a fogueira da Inquisição, os ciganos iam para as galés ou cumprir trabalhos forçados nas colônias" (op. cit. pág. 26). E prossegue: "As acusações de que eram alvo (os ciganos) eram, no entanto, mais graves que as formulações contra os outros. Além de «heréticos», eram «párias», «ladrões», «feiticeiros», e «ateus», ao passo que os judeus eram considerados somente «heréticos»" (op. cit. pág. 26). Eis aí uma contradição: se os ciganos representavam tudo de ruim além de serem heréticos e ateus, a Inquisição deveria ocupar-se muito mais destes do que daqueles. Acontece, como já vimos, que eles não tinham bens para serem confiscados. A discussão deve girar em torno de interesses econômico-financeiros disfarçados em interesses religiosos, políticos e sociais.

(3) — Cf., por exemplo:

GENDRIN, Victor Athanase, **Recits historiques exacts et sincères des sept voyages par mer & part terre faits au Brésil, au Chili, aux Cordillères des Andes, a Mendoza, dans le désert et à Buenos-Ayres**, par... Extrait de la publication de 1856. Versailles, Gendrin, 1860:

Consultar também o Tomo I da **Histoire traitant du Brésil**, que faz parte da obra de Louis Claude Desausles de Freycinet: **Voyage autour du monde entrepris par ordre du roi sous le ministère et conformément aux instructions de S. Exc. M. le Viconte du Bouchage, secrétaire d'Etat au département de la marine**. Paris, Pillet aîné, 1826 - 1842, 9 v.

(4) — Costa, F.A. Pereira da, **Anais Pernambucanos**, vol. V (1701 - 1739), Arquivo Público Estadual, Recife, Pernambuco, 1953. Transcrevo a passagem dos **Anais** que explica a redeportação dos ciganos: "21 de julho de 1704 — Carta régia, comunicando ao governador de Pernambuco Francisco de Castro Morais, que os ouvidores podiam sentenciar os vadios, que infestavam a capitania, com a pena de degredo para Angola, já havendo anteriormente outras disposições régias providenciando, não somente de livrá-la de tais vadios, como ainda dos malfeitores que houvesse.

"Os vadios, vagabundos, malfeitores e facínoras eram degredados para as possessões portuguesas da África, como consta da provisão de 23 de agosto de 1724, mandando expulsar os ciganos para Angola (o grifo é nosso).

“Por carta régia de 5 de junho de 1731, foi louvado o zelo e o cuidado com que o Governador Duarte Sodré Pereira se houve na remessa da gente criminosa para Angola, correndo a respectiva despesa pelo tributo da dízima.

“Mandando o governo da metrópole observar o Regimento dos Carcereiros decretado em 1681, determinou, por alvará de 24 de abril de 1738, remetendo o mencionado Regimento do Governador de Pernambuco para mandar vigorar na capitania, que o degredo que o mesmo Regimento impunha para o Estado do Brasil se devia praticar para o reino de Angola.

“Por carta régia de 1740 foi resolvido que vadios e sujeitos prejudiciais, cujos crimes coubessem a pena de degredo para a Angola, fossem deportados para ali a fim de servirem no exército.

“Finalmente, a provisão de 20 de julho de 1740, dirigida ao governador da capitania, declarara que, mediante sentença do ouvidor, fossem degredados para Angola — os vadios e indivíduos prejudiciais, cujos crimes coubessem a pena de degredo para aquela possessão, e na proporção que lhes pudesse acomodar, — sendo tais indivíduos destinados a servir no exército. As deportações para Angola vigoraram até que a ilha de Fernando de Noronha foi constituída em degredo ou presídio”, págs.: 66-67.

(5) — CHINA, José B. d'Oliveira China, *Os Ciganos do Brasil* (Subsídios históricos, etnográficos e lingüísticos), São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936, prefácio, pág. I.

(6) — Idem, *ibidem*, pág. III - IV.

(7) — COELHO, F. Adolpho, S.S.G.L., *Os Ciganos de Portugal*. Com um estudo sobre o calão, memória destinada à X Sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas por... Lisboa Sociedade de Geografia de Lisboa, 1892.

(8) — Cf. BANDEIRA, Manuel, *Antologia de Poetas Brasileiros Bissexto Contemporâneos*, Rio de Janeiro, Livraria Editora Zélio Valverde S.A., 1946, pág. 63.

(9) — Menezes, Raimundo de — *Dicionário Literário Brasileiro*, São Paulo, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2ª ed. 1978.

(10) — ROMERO, Sílvio, prefácio de *Festas e Tradições Populares* por Melo Morais Filho, 2ª edição, Rio de Janeiro, Garnier, 1901, pág. XIII.

(11) — CASCUDO, Luís da Câmara, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, 4ª ed. rev. e aum. São Paulo, Melhoramentos, INL, 1979 (Cf. verbete: Melo Morais Filho).

(12) — Idem, *ibidem*.

(13) — Idem, *ibidem*.

(14) — China, José B. d'Oliveira — Op. cit. prefácio, III.

(15) — Idem, *ibidem*.

(16) — Idem, *ibidem*, pág. 66.

(17) — Nome completo: Francisco Adolpho Coelho. Nasceu em Coimbra em 15 de janeiro de 1847 e faleceu em Carcavelos a 9 de fevereiro de 1919. Filho de João Gaspar Coelho e D^a. Francisca do Carmo Coelho. Renomado erudito. Insigne filólogo. Publicou o seu primeiro trabalho — *A Língua Portuguesa* — em 1868. Autor de várias obras lingüísticas, filológicas e literárias. Ocupou a cadeira de Filologia Comparada no Curso Superior de Letras. Em 1871 fez parte do grupo coimbrão que tanto deu que falar pelas suas idéias avançadas e foi o conferencista duma das célebres Conferências do Cassino que o Marquês de Ávila e Bolama mandou suspender. Teórico do ensino e da educação. Vasta é a sua bibliografia. Destacaremos apenas as obras que podem ser consignadas na área de Antropologia Cultural e Etnografia: — 1 — *Romances sacros* — orações e ensalmos populares do Minho, România, Paris 3, 1874 : 263-278; — 2 — *Materiais para o estudo da origem e transmissão dos contos populares*, O Positivismo, Porto I, 1878-1879 : 74-83; — 3 — *Contos Populares Porgugueses*, Lisboa, 1879; — 4 — *Materiais para o estudo das festas, crenças e costumes populares portugueses*, Revista de Etnologia e de Glotologia, Lisboa I, 1880: 5-34; — 5 — *Os dialetos românicos ou neolatinos na Ásia, África e América*. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1880, 1882, 1886; — 6 — *Ensaio de Onomamatologia celto-ibérica*, Rev. de Etnologia de Glotologia, Lisboa I, 1880 : 34-41; — 7 — *Variedades* (Rimas infantis), Rev.

de Etnologia e Glotologia, Lisboa I, 1880 : 48; — 8 — **Etnografia Portuguesa**, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 22 de Setembro, Lisboa, 1880-1881 403-433 e 633-688; — 9 — **Materiais para o estudo das festas, crenças e costumes populares portugueses**, Rev. de Etnologia e Glotologia, Lisboa, IV, 1881 : 145-207; — 10 — **Estudo para a história dos contos tradicionais**, Rev. de Etnologia e Glotologia, Lisboa II-III, 1881 : 108-144; — 11 — **As lendas da Serra da Estrela**, Pero Galego, Viana do Castelo I, 30, 1882 : 2-3; — 12 — **Ditados Tópicos de Portugal**, Anuário para o Estudo das Tradições Populares Portuguesas, Porto I, 1883 : 47-49; — 13 — **A Oliveira de Guimarães**, Anuário para o Estudo das Tradições Populares Portuguesas, Porto I : 17-18; — 14 — **Etnologia** — As superstições portuguesas, Revista Científica, Porto, 1883 : 512-528, 501-578; — 15 — **Jogos e rimas infantis** (2º volume da **Biblioteca da Educação Nacional**), Porto, 1883, 95 p.; — 16 — **Os jogos** — e as rimas infantis de Portugal — coleção — e estudo para servirem à história da transmissão das tradições populares. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — 4ª série, Lisboa, 1883 : 567-595; — 17 — **As maravilhas do velho**. Revista do Minho, Barcelos I, 1886 : 61-62; — 18 — **A filha que amamentou o pai**. Revista do Minho, Barcelos I, 1886 : 73; — 19 — **Notas e paralelos folklóricos**. I — Tradições relativas a S. Cipriano — Revista Lusitana, Porto I, 1887 : 166-174, 246-259, 320-325, 326-331; — 20 — **Nomes de deuses lusitanos**, Revista Lusitana, Porto I, 1887-1889 : 351-378; — 21 — **OS CIGANOS DE PORTUGAL**, com um estudo sobre o calão. Memória destinada à X sessão do Congresso Internacional de Orientalistas, Lisboa, 1892. Parte desta monografia foi anteriormente publicada com o mesmo título na Revista Lusitana, Porto I, 1887 : 3-20; — 22 — **Tradições populares portuguesas** — o quebranto, Revista de Ciências Naturais e Sociais, Porto III, 1891 : 117-124, 169-185; — 23 — **Exposição etnográfica portuguesa** — Portugal e Ilhas Adjacentes, Lisboa, 1896, 46 p. s/nº; — 24 — **A morte e o Inverno**, A Tradição, Serpa I, 1899 : 33-38; — 25 — **O estudo das tradições populares nos países românicos**, Rev. Lusitana, Lisboa, XV, 1912 : 1-70; — 26 — **Alfaia Agrícola portuguesa**, Portugália, Porto I, 1903 : 398-416, 633-649, 23 figs.; — 27 — **Palavras coisas**, Rev. Lusitana, Lisboa, XVII, 1914 : 1-16.

Publicou em francês: *Note sur les cultes peninsulaires à la domination romaine; Sur les relations pretendues des macrocephales d'Hippocrate avec les cimbres*, etc. Memórias que apresentou ao Congresso Antropológico de Lisboa, de que foi secretário. Colaborou em vários periódicos científicos de Portugal e do Exterior.

(18) — A obra de Oliveira China veio à luz no ano de 1936.

(19) — Idem, *ibidem*, pág.

(20) — China, José B. d'Oliveira — **Os Ciganos do Brasil** (Subsídios históricos, etnográficos e lingüísticos, S. Paulo, 1936, 329 p.).

(21) — Residente em São Paulo. Herdou do progenitor o apreço pelos estudos ciganológicos. Recolheu, 40 anos depois da pesquisa realizada por Oliveira China, na mesma localidade — Tatuí, Estado de São Paulo — pequeno vocabulário que lhe foi ditado por ciganos **calons** (sedentarizados). O pesquisador teve a gentileza de enviar-me uma cópia datilografada desse vocabulário que se compõe de 151 termos e alguns sintagmas.

(22) — Cf. nota 20.

(23) — China, José B. d'Oliveira — **O Emprego da Crase**, S. Paulo, Ed. Pocaí & Cia, 1917, 79 p.

(24) — Idem — **Estudos de Filologia e Lingüística**, S. Paulo, Ed. Spadari & Cia, 1924, 36 p.

Foi um dos pioneiros no estudo da língua romena no Brasil. Dentre vários artigos destaca-se aquele que corrigiu a opinião errônea e muito difundida que diz não ter a palavra **saudade** tradução em outros idiomas. O seu artigo "**Dor**" e "**Saudade**" recebeu do jornal romeno *Rampa*, de Bucarest (29 de março de 1926) entusiástica resenha.

(25) — China, José B. d'Oliveira, *op. cit.* pág. 132.

(26) — Idem, *ibidem*, pág. 61.

(27) — Coelho, Adolpho — **Os Ciganos em Portugal**, com um estudo sobre o calão, Lisboa, 1892 — Morais Filho, Alexandre José de Melo — **Os Ciganos no Brasil**, Rio de Janeiro, 1886.

(28) — Sousa, Augusto de Oliveira — **Questões Sociais, Os Ciganos brasileiros**. Revista do Brasil, março, 1921.

(29) — **China, José B. d'Oliveira** — op. cit. pág. 97 e segs.: 152 e segs.

(30) — Não podíamos deixar de registrar neste balanço o resumo biográfico de um dos mais prestimosos e ativos colaboradores de Oliveira China, condignamente já realçado nas páginas da referida monografia: Mário Torres! Nasceu a 28 de janeiro de 1884, no município de Condeúba, Estado da Bahia. Faleceu em Salvador (BA) a 14 de outubro de 1965. Era filho de juiz de direito, escritor e historiador, Doutor Tranquilino Leovigildo Torres, e de Dona Maria da Purificação Torres. Primeiro dos sete irmãos. Formado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1908. Casou-se a 12 de fevereiro de 1927 com Dona Ester de Seixas Torres (viúva com três filhos) com quem não houve filhos. Desde os tempos de estudante foi funcionário dos Correios e Telégrafos, chegando a Diretor Regional dessa repartição. Aposentou-se nesse cargo. Era homem muito dedicado às pesquisas históricas e à prática de filantropia. Ajudou a fundar a Sociedade de Combate à Lepra. Sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, bem assim fundador do Instituto Genealógico da Bahia. Colaborou nas revistas de ambos os Institutos, nelas registrando várias pesquisas de caráter genealógico. Deixou inéditos. Seus trabalhos deveriam ser reunidos em livro(s). Estes dados me foram fornecidos pela família Torres, em Salvador, graças à interferência do ilustre Professor Rui Simões, atual diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (1982).

(31) — **Nuto Sant'Anna**: nome literário de Benevenuto Silvério de Arruda. Nasceu em Itirapina, Estado de São Paulo, a 5 de setembro de 1889 e faleceu na Capital paulista a 2 de janeiro de 1975. Filho de Joaquim Silvério de Santana Júnior e Dona Francisca de Arruda Penteadó Santana. Iniciou as atividades jornalísticas em Rio Claro (São Paulo), como colaborador e, depois, redator do jornal **O Alfa**. Mudou-se para a capital de São Paulo em 1910, indo trabalhar, segundo sua primeira vocação, como redator da seção bibliográfica, no **Correio Paulistano**, cuja experiência no trato com os livros e com a cronologia, revelou e consolidou a sua verdadeira vocação de historiador. Diremos melhor: revelou-lhe uma vertente paralela que o acompanharia por toda a vida. Participou do grupo literário do **Pirralho**, em 1912. Diplomou-se pela Escola de Farmácia e Odontologia, da Universidade de São Paulo, em 1914. Ao tempo de Adolfo Araújo e Cásper Líbero, redatoriu **A Gazeta** (1918-1929). Colaborou com assiduidade em **O Estado de S. Paulo**. Criou, em 1930, com o irmão Leopoldo Santana, o jornal **O Dia**. Fundou e dirigiu a **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, orientada depois por Sérgio Milliet, organizou e publicou para o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a vasta publicação **Documentos interessantes, inventários e testamentos e sesmarias** (12 volumes). Membro da Academia Paulista de Letras, onde ocupou a cadeira nº 7, que tem por patrono José Bonifácio, O moço. Poeta. Romancista. Indiretamente muito lhe deve a ciganologia brasileira, mercê da ajuda histórica prestada a Oliveira China.

— Agradecemos a gentileza da Academia Paulista de Letras de São Paulo na pessoa da bibliotecária Srta. Cilséia B. Belo, que atendeu ao nosso pedido no sentido de localizar nos arquivos iconográficos daquela instituição de cultura uma fotografia do Prof. Nuto Sant'Anna que se estampa neste balanço de história da ciganologia.

(32) — **China, José B. d'Oliveira** — op. cit. pág. 98 e segs.

(33) — Idem, ibidem, pág. 115-116

(34) — Idem, ibidem.

(35) — **China, José B. d'Oliveira** — : "... «ciganos brasileiros» — designação que, estritamente, temos dado aos descendentes dos degredados dos tempos coloniais, em oposição aos «ciganos estrangeiros» ou «extra-ibéricos», que aqui têm chegado

depois de nossa emancipação política, tanto nos tempos do Império como nos da República", op. cit. pág. 132.

(36) — **PEDERNEIRAS, Raul Paranhos, Geringonça Carioca**, verbetes para um dicionário da gíria. Rio de Janeiro, 1910, 50 p. O autor nasceu no Rio de Janeiro, a 15 de agosto de 1874. Faleceu no Rio de Janeiro a 10 de maio de 1953. Poeta. Caricaturista. Satirizou o futurismo brasileiro com a sua peça teatral **O chá de sa-bugueiro** (1922). Escreveu várias obras de teatro.

(37) — **ANTENOR (de Veras) NASCENTES** — nasceu no Rio de Janeiro a 17 de junho de 1886 e faleceu no Rio de Janeiro a 6 de setembro de 1972. Filólogo de renome. Autor de importantes obras que tratam da língua portuguesa. Duas obras de sua autoria abordam, esparsamente, a contribuição cigana à língua portuguesa do Brasil: 1 — **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, Tomo I : 1932; Tomo II : 1952; — 2 — **A gíria brasileira**, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1953; — 3 — Escreveu também um artigo que realça a influência cigana na lexicologia luso-brasileira. Cf. **Elementos Ciganos. Revista de Cultura**, Rio de Janeiro, 1937, fasc. 130 : 209.

Antenor Nascentes sempre atentou para os diversos níveis de fala brasileira e nunca fechou os ouvidos e a alma às sugestões que lhe chegavam das camadas ditas inferiores de nossa pirâmide social.

(38) — Denominação científica que se dá à língua cigana. Existem outros termos, considerados vulgares, usados sobretudo pelos não-ciganos (**gajões**): **calão, geringonça (ou gerigonça) e cigano**. Cf. Robert Saille, **Vocabulaire Fondamentale du Tsigane d'Europe**, Paris, G. - P. Maisonneuve et Larose, 1979; Siegmund A. Wolf, **Grosses Wörterbuch der Zigeuner Sprache (Romani tsiuw)**, Mannheim, Bibliographische Institut, 1960; Francis Lang, **Tsiganes, Gitans, Romanichels et autres distinctions**, Études Tsiganes, Paris, 12e. année, n° 1-2, juin, 1966 : 11-21.

(39) — Almeida, José Américo de — **A Bagaceira**, Rio de Janeiro, Andersen Editores, 5ª edição.

(40) — Apud Othoniel Mota, **Selecta Moderna**, 2ª edição, S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1932, pág. 70-73.

Ver também: Barroso, Gustavo (com o pseudônimo de João do Norte), **Aquém da Atlântida**, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1931.

(41) — Cascudo, Luís da Câmara, **Dicionário do Folclore Brasileiro**, São Paulo, Edições Melhoramentos em convênio com o Instituto Nacional do Livro, 4ª ed. rev. e aum. 1979.

(42) — AZEVEDO (Ferreira), Jorge, **Eles Deixaram Saudades**, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1966. A entrevista de João Dornas Filho concedida ao autor desta obra foi republicada no jornal "**Estado de Minas**", Belo Horizonte (17 de fevereiro de 1966), acompanhada da fotografia do saudoso cigánólogo.

(43) — Cf. entrevista concedida por Aires da Matta Machado a **Panorama Itauen-se**, Itáuna (MG) ano I, n° 5, 1980, pág. 11.

(44) — Do acervo bibliográfico de João Dornas Filho constam: 1 — Área de História e Literatura; — 1 - **Contribuição para a História do Município**, Belo Horizonte, Gráfica Queirós Breiner, 1936 : 2 — 2 - **Silva Jardim**, São Paulo, Cia. Editora Nacional Brasileira, 1936. — 3 - **Os Andradas na História do Brasil**, Belo Horizonte, Gráfica Queirós Breiner Ltda, 1937. — 4 - **O padroado e a igreja brasileira**, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938. — 5 - **Escravidão no Brasil**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, S.A. 1939. — 6 - **Bagana apagada** (contos), Curitiba, Editora Guaíra, 1940. — 7 - **Apontamentos para a história da República**, Curitiba, Editora Guaíra, 1942. — 8 - **Eça e Camilo**, Curitiba, Editora Guapura, 1945, Caderno Azul n° 21. — 9 - **Júlio Ribeiro**, Belo Horizonte, Livraria Cultura Brasileira, Cadernos da Província, n° 2. — 10 - **Antônio Torres**, Curitiba, Editora Guaíra, 1948, Caderno Azul, n° 31. — 11 - **Figuras da província**, Belo Horizonte, Movimento Editorial Panorama, 1949. — 12 - **Discurso de recepção a Academia Mineira de Letras**, Belo Horizonte, Edições Calasans, 1952. — 13 - **Efemérides Itauenses**, Belo Horizonte, Edições Calasans, 1952. — 14 - **O ouro das Gerais e a civilização da Capitania**, S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1957, Coleção Brasileira, V.

293. — 15 - **Aspectos da Economia Nacional**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1957. A R T I G O S: 1 - **O primeiro imperador**, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, II : 40; — 2 - **Evaristo da Veiga, o publicista da Regência**, Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, VI : 235; — 3 - **Minas Gerais no esforço militar do Brasil** Revista do Inst. Hist. e Geográfico de Minas Gerais, VII : 426; — 4 - **As mudanças das Capitais de Portugal e do Brasil**, Revista do Inst. Hist. e Geográfico de Minas Gerais. VIII : 7. — II — Area de Antropologia Cultural, Etnografia, Folclores, Lingüística e Sociologia; — 1 - **Achegas de Etnografia e Folclore**, Belo Horizonte, Imprensa/Publicações, 1972. — 2 - **A influência social do negro brasileiro**, Curitiba, Editora Guaira, 1943. — 3 - **Um folguedo, do povo: o bumba-meu-boi** (Ensaio de história e folclore). Maceió, Ed. Caeté, 1957. A R T I G O S: 1 - **Algumas questões de folclore**, Revista do Arquivo Municipal (SP), 4 (46) : 145-180, abril, 1938; — 2 - **Cantigas dos capinadores de rua de Belo Horizonte**, Rev. do Arquivo Municipal (SP), 5 (50) : 89-92, setembro, 1938; — 3 - **A influência social do negro brasileiro**, Revista do Arquivo Municipal (SP), 5 (51) : 95-134, out. 1938; — 4 - **Vocabulário quimbundo**, Revista do Arq. Municipal (SP), 5 (49) : 143-150, jul. ago. 1928; — 5 - **O reisado ou congado em Itaúna**. Euclides, Rio de Janeiro, 2 (8) : 113-116, jun. 1941; — 6 - **O jubileu do S. Bom Jesus da Lapa**. Cultura Política, Rio de Janeiro, 5 (49) : 138-141, fev. 1945; — 7 - **A abolição e a musa popular em 1831**, Cultura Política, Rio de Janeiro, 4 (41) : 155-159, jun. 1944; — 8 - **O Natal e os fenômenos de aculturação em Minas Gerais**. Revista Brasileira (RJ) 5 (14) : 136-145, set. 1945; — 9 - **O parto, a parturiente e o diabo na crendice popular do Brasil**, Revista Brasileira, Rio de Janeiro, 5 (12) : 72-80, mar, 1945; — 10 - **Folclore do Jogo**, Folha de Minas Literária, de 05.09.1948; — 11 - **Idéias e práticas sobre o parto e a criança em Minas Gerais**. Sociologia, São Paulo, 12 (3) : 247-258, jul/set. 1950; — 12 - **Folclore dos garimpos**, Boletim Catarinense de Folclore, Florianópolis, 2 (8) : 88-89, jun. 1951; — 13 - **A influência do meio sobre o fenômeno folclórico**. Folclore, São Paulo, 1952, 1 (13) : 60-69, 1952; — 14 - **Apontamentos lingüísticos**. Separata da Revista Investigações. São Paulo, 4 (41) : 94-110, maio, 1952; 8 orig. 29 — 16 - **Três fichas de etnografia**, Cadernos Mineiros, Belo Horizonte, Minas Gerais, 30.03.1952; — 17 - **Aspectos da mestiçagem nas Alagoas**, Maceió, Imprensa Oficial, 1955 (separata da Revista do Inst. Histórico e Geográfico de Alagoas, vol. 27, 1951-1953; — 18 - **Devoções e festas juninas alagoanas**. Boletim Alagoano de Folclore, 2 (2) : 26-29, jun. 1957; — 19 - **Amanhã é Domingo**. Folclore, 8 (51-54) : 3, nov. dez. 1957/jan. jun. 1958; — 20 - **Paus de arara**. Boletim Alagoano de Folclore, 5-6 (1-2) : 33-34, 1960-61; — 22 - **Abracadabra**. A Gazeta, São Paulo, 05.03.1960; — 23 - **Minas Gerais e o culto da Aparecida do Norte**, Estado de Minas, Belo Horizonte, 12.03.1961 etc. etc.

Grande parte destes artigos foi incluída no livro **Achegas de Etnografia e Folclore**, publicação póstuma. Procuramos incluir neste estudo as referências constantes de nossos fichários, tendo em vista a pouca divulgação da obra de João Dornas Filho e, ao mesmo tempo, com a esperança de ajudar alguma instituição que porventura se interesse pela publicação da obra completa de quem representa um exemplo de capacidade de trabalho e de amor às coisas populares. Reparem que João Dornas Filho sabia muito bem pesquisar as duas vertentes da cultura brasileira: a **erudita** e a **popular**, incluindo-se na última os ciganos presentes no processo histórico-cultural de Minas Gerais.

(45) — Cf. a homenagem prestada a João Dornas Filho pelo periódico de sua terra natal — **Panorama Itauense** — com uma página intitulada **Memória**, na qual se transcrevem alguns depoimentos das irmãs do escritor (Ano I, nº 5, 1980, pág. 11).

(46) — Seu falecimento repercutiu não apenas em Minas Gerais, mas em outras Capitais, onde o ciclo de amigos também fora construído. Edmundo Lys, companheiro de geração, evocou muito comovido a figura humana do ilustre estudioso, na coluna **Porta de Livraria** (**O Globo**, 26.12.62): "A voz comóvida de um amigo nos deu a triste notícia: morreu o Dornas. Então, ficamos pensando no amigo que

partiu, neste dezembro, enchendo de mágoa o coração dos que o estimavam: morreu o polígrafo João Dornas Filho, historiador, ensaísta, sociólogo, folclorista, contista, tantas coisas e todas com brilho e autenticidade, com dedicação e compostura. Por muito tempo assinou na imprensa de Belo Horizonte colunas de erudição, de caráter crítico e histórico. Entre essas, lembra-nos particularmente uma, deliciosa sob todos os aspectos, que intitulou «Serões de um alfarrabista» e onde, com seu gosto da pesquisa e seu sentimento do fato, focalizou muitas figuras e acontecimentos que, embora de suma importância, só graças a ele saíram da poeira dos arquivos. Parece-nos que um de seus livros, «Figuras da Província», dos melhores que nos deu e em que focalizou muitos esquecidos provincianos ilustres — saiu desse labor jornalístico que exercia com correção e escrupulo, servindo ao leitor apressado, entre a reportagem política e o caso de polícia, uma primorosa e bem documentada lição de história, *sans en avoir l'air*.

“Lembrando João Dornas, não estamos apenas lamentando a morte de um dos mais puros e sólidos valores literários das letras mineiras e brasileiras. Estamos, ambém, recordando um amigo e velha data, cordial e atento, sem derramadas manifestações, sincero e solícito, sem trombetear sua estima e seus obséquios. Dornas pertence à nossa geração, à turma de 22 que tanto agitou a pacata Minas e o pacatíssimo Belo Horizonte daqueles idos. Foi ele que, com Guilhermino César e Aquiles Vivacqua, lançou a revista “Leite Crioulo”, órgão pioneiro do nacionalismo literário das Alterosas, como a “Verde”, de Cataguases. Foi ele um dos nomes respeitáveis da renovação, dando seriedade ao movimento e lhe granjeando crédito entre os conservadores espíritos montanheses. (...) Embora em certa época tenha exercido cargos públicos, a política não prendeu o arredo itaunense. Sua vida foi antes a do alfarrabista — como a si mesmo se chamou — votado aos poeirentos arquivos, aos códices e *in folios*, de onde, minerador atilado, extraía as pepitas áureas da história que seu talento criador apresentava já trabalhadas numa ourivesaria inspirada, para os encantos ornamentais da amada Clio. A Dornas devemos muita descoberta e muita revelação no campo dos alfarrábios que tanto o fascinaram. (...) Mas, em tudo o que escreveu, de sério e de impecável, ficou o documento de um alto e esclarecido espírito, de um artista que se escondia, com discrição e pudor, no fundo do discreto e paciente alfarrabista”.

(47) — Cf. nota 44, II.

(48) — Dornas Filho, João — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1948. — vol. III : 138-187 (Deste artigo fez-se uma separata e um ano depois apareceu sob a forma de um opúsculo ampliado, 70 páginas editado em Belo Horizonte pelo Movimento Editorial Panorama).

(49) — Idem, *ibidem* : 138

(50) — Idem, *ibidem* : 138-139

(51) — Idem, *ibidem* : 151

(52) — Cf. nota 38

(53) — **Ramos, Artur de Araújo Pereira** — dedicou-se aos estudos de antropologia e folclore. Nasceu em Pilar (atualmente Mangaba), Estado de Alagoas, a 7 de junho de 1903 e faleceu em Paris a 31 de outubro de 1949. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia — (1926), onde ocupou a cadeira de clínica psiquiátrica (1928). Da Bahia herdou a tradição da escola de Nina Rodrigues, conseguindo, pelo talento e esforço, alargar os horizontes do seu espírito e superar algumas limitações dessa escola. Mudou-se para o Rio de Janeiro. Fundou e dirigiu a seção de higiene mental do então Ministério da Educação e Saúde (1934). Lecionou Psicologia Social na Universidade do Brasil (1935). Fundou a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia do Rio de Janeiro (1941). Ao falecer, ocupava a função de diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. De sua rica bagagem científica destacam-se: — 1 - *O negro brasileiro* (1934); — 2 - *O folclore negro no Brasil* (1935); — 3 - *As culturas negras do Novo Mundo* (1937); — 4 - *A aculturação negra do Brasil* (1942); — 5 - *Introdução à antropologia Brasileira* (4 volumes): I — *As culturas Indígenas*; II — *As Culturas Negras*; III — *As Culturas Européias e Europeizadas* e IV — *Os Contatos Raciais e Culturais*. Todos esses li-

vros foram publicados pela Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil e inseridos na coleção que leva o nome do autor; — 6 - **Estudos de folclore** (1952). (54) — Ramos, Artur — **Introdução à Antropologia Brasileira: As Culturas Europeias e Europeizadas**, 3ª ed., vol. IV, Rio de Janeiro, Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil e MEC/DAC, 1975.

(55) — Assinou parte de suas obras com o pseudônimo de João do Norte. Nasceu em Fortaleza, Ceará, a 29 de dezembro de 1888. Faleceu no Rio de Janeiro a 3 de dezembro de 1959. Polígrafo. Várias de suas obras tratam de folclore, etnografia e antropologia e nelas os ciganos aparecem de forma fragmentária e peregrina.

(56) — Idem, Cf. nota 40.

(57) — Idem, Cf. nota 40

(58) — Há muitos anos estamos pesquisando os ciganos em terras goianas. Já publicamos, em jornais de Goiás, alguns artigos a respeito do assunto. Na antologia que publicamos de parceria com Modesto Gomes: — **Aspectos da Cultura Goiana** (1971), transcrevemos um dos artigos, intitulado **Os ciganos em Goiás**. As dificuldades encontradas até agora têm sido inumeráveis. Bastaria que se atentasse para a pobreza de nossos arquivos, ou melhor, para a falta de organização sistemática de nossos centros de documentação e, o que é muito pior, as barreiras que tivemos de enfrentar com relação aos ciganos que renunciaram à vida nômade e se integraram na sedentária, muitos deles personalidades que hoje participam da política, economia e cultura do Estado de Goiás. Não querem nem ouvir falar de seus antepassados que viviam em barracas, barganhavam cavalos ou soldavam tachos!... A rendição diante da força dos preconceitos raciais é muito maior do que a heróica aceitação do berço de onde vieram. Reconhecemos que a culpa cabe muito mais a nós, os não ciganos (os gajões), que ajudamos também a manter a desconfiança mútua entre as duas etnias.

() — Dornas Filho, João, **Os ciganos em Minas Gerais**, pág. 181.

CRONOLOGIA DOS ESTUDOS CIGANOLÓGICOS NO BRASIL

1885 — MORAIS FILHO, Alexandre José de Mello — **Cancioneiro dos ciganos; poesia popular dos ciganos da Cidade Nova**. Rio de Janeiro, Garnier, 1885.

1886 — MORAIS FILHO, Alexandre José de MELLO — **Os ciganos do Brasil; contribuição etnográfica**, Rio de Janeiro, Garnier, 1886.

1892 — COELHO, (Francisco) ADOLPHO — **Os ciganos de Portugal**. Com um estudo sobre o calão. Memória destinada à X Sessão do Congresso Internacional de Orientalistas, Lisboa, 1892. — (Trata-se de um dos mais ilustres ciganólogos da Europa. Cita-se o seu nome nesta cronologia pelo fato de haver incluído, em sua obra, farta documentação histórica sobre os ciganos que foram deportados para o nosso País. O apêndice que trata especialmente dos **Ciganos do Brasil** foi baseado, segundo confissão do próprio autor, nas obras de Melo Morais Filho).

1904 — MORAIS FILHO, Alexandre José MELLO — **Fatos e Memórias**, Rio de Janeiro, H. Garnier, 1904.

1910 — PEDERNEIRAS, RAUL Paranhos — **Geringonça carioca, verbetes para um dicionário da gíria**, Rio de Janeiro, s. ed. 1910. (Mário de Andrade considerou esta obra "tentativa num âmbito quase inexplorado". Cf. **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros**, sob a direção de Rubens Borba de Moraes, Rio de Janeiro, Gráfica Editora Sousa, 1949, pág. 276).

1921 — SOUSA, Augusto de Oliveira e — **Questões sociais, os ciganos brasileiros**. *Revista do Brasil* (Seção: Debates e Pesquisas), Rio de Janeiro, março de 1921.

1922 — PEDERNEIRAS, RAUL Paranhos — **Geringonça carioca. Verbetes para um dicionário de gíria**. Rio de Janeiro, Oficina Gráfica do *Jornal do Brasil*, 1922.

1931 — BARROSO, Gustavo (pseudônimo: João do Norte) — **Aquém da Atlântida**, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1931. (Examina rapidamente a presença dos ciganos no Nordeste do Brasil. Cf. 1933 — Othoniel Mota, **Seleta Moderna**).

1932 — NASCENTES, ANTENOR — **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, 1932. (No balanço dos

elementos estrangeiros que entraram no léxico português, arrolou vários **ciganismos**).

1933 — MOTA, Othoniel — **Seleta Moderna**, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1933. (Nesta antologia o organizador achou por bem incluir um capítulo intitulado — **A raça** — de autoria de João do Norte (pseudônimo de Gustavo Barroso) que registra a passagem e a permanência dos ciganos no Ceará).

1934 — 1936 — CHINA, José B. d'Oliveira — **Elementos ciganos na gíria brasileira**. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, ANO I, vol. 2 : 19-24; Vol. III : 17-22; Vol. IV : 32-40; Vol. V : 21-28; Vol. VII : 35-45; Vol. IX : 27-35; Vol. XII : 25-38. - ANO II, Vol. XIII : 19-32; Vol. XIV : 15-24; Vol. XV : 121-130; Vol. XVI : 113-125; Vol. XVII : 231-240. - ANO III, Vol. XXX : 119-126. O último artigo que foi estampado no Vol. XXX ostenta o título: **Elementos ciganos na gíria dos delinquentes brasileiros**. (Versam todos diversas palavras da gíria brasileira, procurando depreendê-las de certas raízes léxicas da língua dos ciganos (**romani** ou **caló**)).

1936 — CHINA, José B. d'Oliveira — **Os ciganos do Brasil (Subsídios históricos, etnográficos e lingüísticos)**, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936. (Trata-se de um dos mais ricos repositórios de ciganologia brasileira. Pesquisas de gabinete e de campo foram levadas a efeito pelo autor paulista, além de ter podido contar com a colaboração de alguns pesquisadores de outros Estados que lhe franquearam os arquivos históricos, por exemplo Mário Torres (Bahia) e Nuto Santana (S. Paulo).

1936 — CHINA, José B. d'Oliveira — **Os ciganos do Brasil (Subsídios históricos, etnográficos e lingüísticos)** S. Paulo, Imprensa Oficial, 1936. (Trata-se de uma separata da **Revista do Museu Paulista**, Tomo XXI).

1937 — NASCENTES, Antenor — **Elementos ciganos**. **Revista de Cultura**, Rio de Janeiro, 1937, fasc. 130 : 209.

1941 — CUNHA, CELSO Ferreira da — **Em torno dos conceitos de gíria e calão**. In **Miscelânea de Estudos em honra de Antenor Nascentes**, Rio de Janeiro, 1941 : 65-97.

1947 — RAMOS, ARTHUR — **Introdução à Antropologia Brasileira**, vol. II : **As culturas européias e os contatos raciais e culturais**, Rio de Janeiro, Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1947.

1948 — DORNAS FILHO, João — **Os ciganos em Minas Gerais**. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Vol. III (1946-1947), 1948 : 138-187.

1949 — DORNAS FILHO, João — **Os ciganos em Minas Gerais**, Belo Horizonte (MG), Movimento Editorial Panorama, 1949. (Trata-se de uma separata da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, 1948, vol. III : 138-187).

1951 — CUNHA, CELSO Ferreira da — **Características do calão português**. *Voz de Portugal*, 28 de agosto de 1951.

1954 — CASCUDO, Luís da CÂMARA — **Dicionário do Folclore Brasileiro**, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro. (Este dicionário já alcançou 4 edições. Dele já se fizeram algumas tiragens, inclusive uma de cunho popular (Coleção Ouro). Dentre vários verbetes em que se citam os ciganos, destacamos: **Ciganos e Mello Moraes Filho**, pela extensão que lhes foi concedida).

— Idem. **Dicionário do Folclore Brasileiro**, 2ª edição revista e aumentada, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954, 2 vol. (*Enciclopédia Brasileira*, Biblioteca de obras subsidiárias).

1957 — VIOTTI, Manuel — **Novo Dicionário da Gíria Brasileira**, 3ª edição refundida e aumentada, Rio de Janeiro, Livraria Tupã, 1957. (Em anexo: **Vocabulário cigano e vocabulário quimbundo** de João Dornas Filho).

— DORNAS FILHO, João — Cf. Viotti, Manuel — **Dicionário da Gíria Brasileira**, anteriormente citado.

1961 — RAMOS, ARTHUR — **Introdução à antropologia brasileira**, 2ª edição, 3 volumes. Rio de Janeiro, Editora Casa do Estudante do Brasil, 1961-1962.

1965 — MOTA, Ático Vilas Boas da — **Os ciganos em Goiás**. *Goiás Agora* (periódico cultural editado pelos irmãos Resende, proprietários da Livraria Brasil Central Editora) Goiânia - (GO), julho de 1965, Ano I, Nº 2, pág. 12.

1971 — MOTA, Ático Vilas Boas da — **Os ciganos em Goiás**. In **Aspectos da Cultura Goiana**, organizada por ... e Modesto Gomes, Goiânia, Departamento Estadual de Cultura, Gráfica Oriente, 1971, Vol. 2, pág. 162-165.

1972 — CASCUDO, Luís da Câmara — **Dicionário do Folclore Brasileiro**, 3ª edição, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1972, Cf. 1954 - Idem -

1975 — RAMOS, ARTHUR — **Introdução à antropologia brasileira**, Vol. IV : **As culturas européias e europeizadas**, Rio de Janeiro, 3ª edição, Rio de Janeiro, Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, MEC/DAC, 1975, pág. 255-261, 360-361.

1979 — CASCUDO, Luís da CÂMARA — **Dicionário do Folclore Brasileiro**, 4ª edição revista e aumentada, São Paulo: Melhoramentos/Brasília; Instituto Nacional do Livro, 1979. Cf. 1954 - Idem.

1982 — MOTA, Ático Vilas Boas da — **Contribuição à História da Ciganologia no Brasil**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, Goiânia(GO), Ano IX, Nº 10, 1982. (Fez-se uma separata deste artigo-balanço).

RESUMÉ

Il s'agit du premier **BILAN HISTORIQUE DES ÉTUDES DE TSIANOLOGIE AU BRÉSIL**./Cette étude a essayé de réunir toutes les informations, recherches, documents actuellement disponibles au Brésil dans une synthèse historique qui se veut la plus complète et ample dans ce domaine./Les grands tsiyanologues brésiliens: MELO MORAIS FILHO, OLIVEIRA CHINA et JOÃO DORNAS FILHO furent mis en valeur à travers leurs écrits et leurs activités./Arthur Ramos, l'un de seuls anthropologues brésiliens qui se soit intéressé, et bien que rapidement, au problème des tsiyanes a, lui aussi, été rappelé./Furent écartés les essais des journalistes et des publicistes qui, dans leur majorité, s'intéressent au sujet d'une manière sensationnaliste./Les écrivains qui se sont inspirés de thèmes tsiyanes composeront une autre étude de l'Auteur./Cet article est le résultat d'une recherche extensive dans les bibliothèques, archives et musées, en plus du questionnaire envoyé à toutes les académies littéraires, à différents instituts et aux centres de documentation nationaux./En appendice, on trouvera une **Chronologie des Études Tsiyanologiques au Brésil**, à l'exception des thèses et monographies universitaires qui ne sont pas trouvées facilement à cause de leur circulation interne./Ce bilan révèle aussi la condition encore peu développée des études tsiyanologiques au Brésil, malgré la présence considérable des tsiyanes dans tout le pays.

Adresse de l'auteur: Rua 109, nº 183, Setor Sul, 74.000 - Goiânia - Goiás/BRÉSIL

ABSTRACT

This work presents the first **HISTORICAL EVALUATION OF GIPSY RESEARCHES IN BRAZIL**. Three outstanding figures: MELLO MORAIS FILHO, OLIVEIRA CHINA and JOÃO DORNAS FILHO, who were pioneers in the field, deserve special mention in this comprehensive inventory./This paper also records the contribution of some people who worked along with the researches mentioned above./Moreover this research reveals the results obtained by the anthropologist — Arthur Ramos — who, though in condensed way, dealt with the matter effectively./The names of reporters and newspaper men who wrote about gypsies in Brazil are not mentioned because their articles are full of sensationalism./On the other hand, the names of writers, who used gipsy themes in their works, were also discarded in this evaluation as they are part of another field of research./This paper resulted from the research in libraries, archi-

ves, museums and correspondence with several institutions (litterary academies and documentary centers)./Theses and monographies were not included here due to the nature of their internal circulation./A **Chronological Appendix** of the matter is added to the paper./This provisional historical inventory of the gipsy researches in Brazil confirms the gapes and the delayed development of this studies in our country.

Andress of the Author: Rua 109, nº 183, Setor Sul, 74.000 - Goiânia - Goiás - BRÉSIL.

HOMENAGEM A COLEMAR NATAL E SILVA

No dia 14 de dezembro do ano passado a Universidade Federal de Goiás realizou sessão plenária solene convocada pelo então Magnífico Reitor José Cruciano de Araújo para concessão do título de Doutor Honoris Causa ao Deputado Gerson de Castro Costa, além dos títulos de professores eméritos ao Dr. José Bernardo Félix de Souza e Dr. Romeu Pires de Campos Barros.

Escolhido para saudar, em nome da Universidade Federal, o Dr. Castro Costa, o Professor Colemar Natal e Silva ao fazê-lo salientou a justiça do ato e pôs em evidência a significação da data que registra a criação da Universidade Federal de Goiás.

Aclamado na época Presidente da Comissão de Criação integrada de todos os diretores das cinco unidades de ensino superior no Estado, o Professor Colemar lembrou, em síntese, as diversas fases dos trabalhos realizados que culminaram com o advento da lei nº 3.834-C sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira, publicamente, na sacada do Palácio das Esmeraldas, sendo Governador do Estado o Dr. José Feliciano Ferreira.

Eis o seu discurso:

Magnífico Reitor Professor José Cruciano de Araújo:

A Universidade Federal de Goiás confere ao ex-Deputado Federal, ilustre jurista e advogado — Dr. GÉRSO DE CASTRO COSTA — o diploma de Doutor “Honoris Causa”.

O ato reveste sentidos distintos:

o 1º é o da justiça, de honra ao mérito;

o 2º é o de significação da data e que é conferido: aniversário da fundação da Universidade, nenhum momento mais próprio para homenagear o autor da lei de criação.

Escolhido para saudar o homenageado, essa missão não tem, para mim, apenas, o sentido de compartilhar da justiça de concessão do título a quem tanto fez para merecê-lo.

Quero e posso dar-lhe, também, o caráter de um depoimento de testemunho.

A data aniversária autoriza a evocação da luta pioneira, da qual resultou a criação que hoje é comemorada.

Procurado pelos estudantes da Faculdade de Direito e da Faculdade de Farmácia e Odontologia, confiaram-me eles a missão de ser o intérprete de sua aspiração na luta pelo ideal da

criação de uma universidade federal para Goiás, e que eu fosse o portador dessa bandeira que eles levantaram.

Apoiei e aplaudi, integralmente, a idéia.

As unidades de ensino que iriam pleitear, eram cinco: a Faculdade de Direito, a única já federalizada; a Faculdade de Farmácia e Odontologia; a Escola de Engenharia; a Faculdade de Medicina e o Conservatório Goiano de Música.

Em contacto direto com as diretorias, professores e alunos dessas escolas, promovemos, na Faculdade de Direito da Rua 20, uma reunião, pela qual foi fundada e instalada a Comissão Pró-criação da Universidade Federal.

Castro Costa, ao descer do avião vindo do Rio de Janeiro, onde desempenhava a função de deputado federal por Goiás, viu os cartazes pregados pelas ruas de Goiânia pedindo uma universidade federal para Goiás.

Endossou a idéia, com firmeza e entusiasmo.

No desempenho da missão a mim confiada e aclamado Presidente da Comissão Pró-criação, dinamizamos o plano, buscando e obtendo o apoio, quer do Governo José Feliciano, quer do Presidente do Tribunal de Justiça — Des. Alceu Velasco, quer do Presidente da Assembléia Legislativa — Iris Rezende Machado, quer da Câmara dos Vereadores, quer das associações de classe, como Ordem dos Advogados, Associação Goiana de Imprensa, Associação Comercial, Federações, Maçonaria, e outras.

Entra aí a concretização do ideal, com a elaboração do projeto Castro Costa.

Falando em nome da Comissão partimos para o Rio de Janeiro, buscando contactos com o Ministério da Educação.

Para ser apresentado, já de acordo com as normas exigidas pelo Ministério, foram sugeridas algumas alterações no projeto primitivo.

Procurado por Castro Costa, encaminhamos o assunto, que recebeu, à época, em Goiânia, colaboração do Professor Basileu Toledo França e Alberto Rodrigues da Silva, sendo o projeto apresentado à Câmara Federal, ainda no Rio de Janeiro e, em seguida, para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

Marcada a data da reunião desta, recebi um chamado de Castro Costa para que, como representante de todas as unidades de ensino superior interessadas, fosse ao Rio lutar junto àquela Comissão, onde havia um parecer contrário da autoria de Pedro Aleixo, figura de grande prestígio na Câmara.

Valendo Castro Costa de suas excelentes relações ali, e obtendo nós o apoio de Alfredo Nasser, conseguiu-se a necessária aprovação do parecer favorável ao projeto de criação.

A 14 de dezembro de 1960, esse grande e inesquecível

Presidente da República que foi Juscelino Kubitschek de Oliveira, sancionou, de público, da sacada do Palácio das Esmeraldas, a lei nº 3.834-C.

E a Universidade Federal foi por nós, já investidos na função de 1º Reitor, instalada solenemente no dia 7 de março de 1961, no Cine Teatro Goiânia.

A Universidade era integrada pelas cinco unidades iniciais.

De 1961 a 1963 foram criadas mais duas escolas superiores: a Faculdade de Filosofia e a Escola de Agronomia e Veterinária.

Já se lutava para que a Universidade funcionasse à base de institutos, tendo então sido criados e instalados os institutos de Microbiologia, de Industrialização Farmacêutica, de Matemática e Física, o Centro de Estudos Brasileiros, e Centro de Estudos Latino-Americanos, a Imprensa Universitária, a Rádio Universitária.

Ao comemorar a data de sua criação, não é demais uma referência ao que ela passou a realizar.

Já àquela época sustentávamos ser imperioso e inadiável uma nova concepção à própria missão da universidade, para que ela se constituísse, realmente, num agente ativo do progresso, criando novas condições de maior bem estar social para a coletividade.

Embora verdadeiras potencialidades capazes de impulsionar o progresso, ainda era pequena a contribuição das universidades, tendo em vista a extensão do âmbito de suas finalidades maiores que ela poderia vir a alcançar, dentro de novos moldes:

seria a universidade como um elo de paz e harmonia sociais, levando os benefícios da cultura ao povo, de quem provinham os recursos necessários à manutenção do elevadíssimo custo das atividades educacionais.

Enquanto pregávamos o funcionamento universitário à base dos institutos, dava início a essa prática.

Adeptos da reforma universitária, lutamos abertamente por ela que, adotada mais tarde, não produziu o almejado resultado por falta de uma infra-estrutura adequada.

Seria injusto deixar de reconhecer que, sem embargo de todas as limitações existentes, a Universidade Federal apresenta, no curso de sua existência, até hoje, serviços relevantes a Goiás e ao Brasil.

Dentre eles avulta a sua expansão para outras regiões de nosso Estado, difundindo o ensino e ativando a pesquisa, criando e instalando novos cursos, como os de extensão, de pós-graduação e muitos outros.

Pela justeza dos conceitos e sua manifesta oportunidade, muito me apraz citar, em complemento a considerações já expendidas, a respeito, as observações feitas pelo Magnífico Reitor José Cruciano de Araújo:

“Hoje a Universidade reveste funções diversificadas — de um lado, recolhe, transmite e consolida teorias e práticas; de outro, inova, em busca de constante atualização do saber para, finalmente, extravasar de seus próprios limites e espalhar-se sob a forma de serviços, interagindo com a comunidade, na qual se insere”.

É mais est’outra observação: “Muito há de ser aperfeiçoado; a reforma deverá ser reformada, na medida em que o crescimento e a mutação são constantes de trabalho intelectual, do qual as universidades são “anima matar”.”

A solenidade de entrega do título de Doutor “Honoris Causa” a Castro Costa, sobre ser de suma justiça, como autor da lei, tem também outro sentido de uma significação muito grata para mim: é o meu reencontro com a Universidade, através da condição de Professor Emérito, com direito a voz e voto no Conselho Universitário, cuja presidência exerci por vários anos.

Saudá-lo, Doutor Gérson, é uma grande alegria, ao mesmo tempo que uma honra em proclamar o valor inestimável da conquista que concretizou a aspiração mais forte e mais ardente de professores e alunos, de dotar o nosso Estado de uma Universidade Federal.

Magnífico Reitor Professor José Cruciano de Araújo:

Antes de encerrar esta saudação, e tendo em vista a circunstância do término de seu mandato, desejo deixar registrado que sua gestão à frente da Universidade Federal de Goiás, fica como marco indestrutível de dedicação, de trabalho, e de esforços contínuos em prol do ensino superior, no contexto de suas maiores necessidades, enfrentando e vencendo uma série de obstáculos e de dificuldades de diversas naturezas e de diversificada complexidade.

Sereno, ao mesmo tempo brando e altivo, sem nunca haver usado de opressão, aberto ao diálogo, sem subserviência ao poder superior, cõscio das responsabilidades e da sua alta missão, buscou resolver tudo pelo entendimento, sem abusar dos poderes nem praticar perseguições ou mesquinhasias, Vossa Magnificência soube honrar e dignificar o cargo, deixando um lastro apreciável de realizações e adoção de medidas de real utilidade à comunidade universitária.

O BÁLSAMO DE FERRABRÁS

* Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo

I — INTRODUÇÃO

O livro **História de Carlos Magno e dos Doze Pares de Franca** que tanto circulou pelo Nordeste, inspirando cantores e poetas populares que poetizaram capítulos como, **Prisão de Oliveiros, Batalha de Carlos Magno com Malaco, rei de Fez, O cavaleiro Roldão, Roldão no Leão de Ouro, Traição de Gala e a morte dos doze pares de Franca**, ofereceu a Leandro Gomes de Barros tema para o poema **A batalha de Oliveiros com Ferrabrás**. No Capítulo II, **A fé de Carlos Magno, as batalhas e façanhas dos doze pares de Franca, que culminaram com a completa derrota e morte do Almirante Balão**, narra-se a batalha travada entre Oliveiros e Ferrabrás que o poeta aproveitou quase integralmente, conforme observa-se quando comparados trechos do capítulo com versos do poema. Sobre o assunto, deve ser lembrado o trabalho realizado por Sebastião Nunes Batista (1 : 143) que trata de um estudo comparativo relacionado ao mesmo poema e o texto em prosa encontrado no livro de Carlos Magno. Focalizarei neste trabalho o episódio da apreensão do bálsamo milagroso que estava em poder de Ferrabrás, o uso que dele fez Oliveiros, curando-se e vencendo a batalha com o mouro. Como se sabe, o poema relata como o destemido turco Ferrabrás, rei de Alexandrina e filho do Almirante Balão, procura um rei para pelejar. Sabendo que corria pela Europa a fama de Carlos Magno e seus doze pares, como valentes guerreiros, com insultos e menosprezo propõe ao imperador um desafio para pôr em prova quem era o mais forte, pois julgava capaz de, sozinho, ir contra um exército francês. Carlos Magno manda Roldão, mas este recusa-se a ir. Então, vai Oliveiros que, embora ainda muito ferido em consequência das últimas lutas, se apresenta para o desafio. Ferrabrás ao se deparar com seu contendor, vendo-o tão pequenino, com desprezo lhe diz que só pode lutar com quem de sangue real. Oliveiros fala de sua origem nobre e diz ser Guarim de Lorena, aquele que o levará preso ou morto ao seu senhor. Ao dar início a luta, o turco percebe que tinha à sua frente, não um pobre soldado, mas um dos valentes guerreiros de Carlos Magno e pergunta-lhe qual dos pares era ele. Oliveiros se identifica e Ferrabrás se desculpa por não tê-lo recebido como um fidalgo guerreiro, propondo que não continuem a luta, devido aos ferimentos que primeiro deveriam ser curados. É neste momento que Ferrabrás oferece-lhe o bálsamo milagroso capaz de fechar suas feridas e restituir-lhe as forças perdidas. Oliveiros, embora com a vida em risco, não aceita dizendo que só se serviria dele se o tomasse pela espada. A batalha continua e o turco que é ferido por Oliveiros, toma o bálsamo e se cura, deixando seu inimigo entristecido. Por fim, o valente cavaleiro, cobrindo-se com seu escudo, sai em direção a Ferrabrás, conseguindo com sua espada arrancar-lhe o bálsamo, bebê-lo e jogar o restante em um rio, após sentir-se curado e

* Professora universitária. Conferencista da Universidade de São Paulo na área de Medicina Popular. Assessora do Instituto Nacional de Folclore (MEC/FUNARTE). Autora de vários trabalhos sobre folclore, sendo alguns deles assinalados por premiação em concursos de âmbito nacional. (N.R.).

com as forças restituídas. A luta prossegue por mais algum tempo e terminando Oliveiros como vencedor que, desejando a conversão do mouro, poupa-lhe a vida diante da promessa que este lhe fizera de se batizar.

A partir de uma pesquisa bibliográfica e de uma análise histórico-comparativa foi possível levantar algumas hipóteses sobre as relações existentes entre o **bálsamo** do poema, os bálsamos bíblicos e o **Bálsamo de Ferrabrás**, fórmula farmacêutica surgida no século XVI, citado por Cervantes em sua obra **Don Quijote de la Mancha**.

São, também, acrescentadas algumas considerações sobre plantas medicinais relacionadas a tais bálsamos, à medicina popular e a fatos históricos ligados a Carlos Magno.

2 — O BÁLSAMO DO POEMA E OS BÁLSAMOS BÍBLICOS:

O bálsamo`citado no poema de Leandro Gomes de Barros, **A batalha de Oliveiros com Ferrabrás**, poema calcado no Capítulo II de livro de Carlos Magno (op. cit.) e que, provavelmente tenha sua origem na canção de gesta do século XII que leva o nome Ferrabrás e, segundo a ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL (8 : 1243), "... relata uma fabulosa cruzada de Carlos Magno al Oriente, en busca de precioso bálsamo, que servió para él entierro de Cristo y que retenía en su poder el emir de Egipto. Describe extraordinarios combates, siendo el más notable de ellos, uno que da comienzo el poema y que tiene lugar entre Oliveiros, uno de los Doce Pares y Fierabrás hijo del emir. Oliveiros resulta vencedor pero á consecuencia de otras aventuras, los Doce Pares caen prisioneros...", deixa transparecer uma marcante influência bíblica fácil de ser constatada se compararmos versos do poema de Leandro com citações referentes a bálsamos que a Bíblia Sagrada apresenta:

Nas edições de 1909, 1913 e 1920, segundo a LITERATURA POPULAR EM VERSO - ANTOLOGIA TOMO II (18 : 152, 197, 250), lêem-se os seguintes versos:

"Eu tenho o bálsamo sagrado
Com que teu Deus foi ungido,
Bebe-o porque estás ferido
Bebendo ficas curado".

Comparando esses versos com o texto narrado no livro **História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de Franca** (13 : 33), verificamos como o poeta aproveitou quase as mesmas palavras para poetizar esse episódio. "... e deste bálsamo foi teu Deus ungido e embalsamado, quando o desceram da cruz e foi posto no sepulcro; bebe-o que logo sararás de todas as feridas e ficarás com as tuas forças dobradas".

No Novo Testamento da Bíblia Sagrada podemos encontrar nos evangelhos a descrição da crucificação e sepultamento de Jesus. Assim, temos por exemplo em São João cap. 19, ver. 39 e 40: "E Nicodemos, o que havia ido de noite buscar a Jesus, veio também trazendo uma composição de quase cem libras de **mirra** e de **áloes**. Tomaram pois o corpo de Jesus, e o ligaram envolto em lençóis depois de embalsamado com aromas da maneira que os judeus têm por costume sepultar os mortos" (BÍBLIA SAGRADA, 2 : 97).

O **bálsamo** usado por Ferrabrás e Oliveiros pode estar perfeitamente relacionado com a composição de **mirra** e **áloes** citados por São João em seu Evangelho, uma vez que estes já foram componentes usados em medicamentos denominados

bálsamos, que se popularizaram no Brasil através dos dicionários e formulários médicos muito encontrados nos lares brasileiros do fim do século passado e começo deste, a exemplo de LANGGAARD (1873:248) e CHERNOVIZ (1908:396, 1052) que apresentam as fórmulas do Bálsamo do Comendador, Bálsamo de Fioravante e o Bálsamo de Gilead ou de Salomão, que leva em seu nome, influência bíblica.

Quanto à propriedade revitalizadora do **bálsamo** com que Deus foi ungido, apregoado por Ferrabrás, pode-se fazer uma comparação com o que diz o Salmo 89, ver 20 "Achei o Davi, meu servo; com meu **santo óleo o ungi**. 21 Com ele minha mão ficará firme e o meu braço o fortalecerá. 22 O inimigo não o importunará, nem o filho da perversidade o afligirá. 23 E eu derribarei os seus inimigos perante a sua força, e ferirei os que o aborrecem". BÍBLIA SAGRADA (1967:) O Santo óleo aí mencionado deve estar relacionado com aquele em Êxodo cap. 30, ver. 22 "Falou mais o Senhor a Moisés, dizendo: 23 Tu pois toma para ti das principais especiarias, a mais pura **mirra** quinhentos siclos +, e de **canela aromática** e metade, a saber, 250 siclos, e de **cálamo aromático** 250 siclos. 24 E de **cassia** 500 segundo o siclo do Santuário, e de **azeite de oliva** 1 hin ++. 25 E disto fará o **azeite da Santa Unção**, o perfume composto a obra do perfumista;... " (BÍBLIA SAGRADA, 2:).

A **mirra** citada no Evangelho de São João cap. 19, ver. 19, ver. 39 e em Êxodo cap. 30, ver. 23, está também na bebida que deram a Jesus na hora da crucificação, conforme descrito em São Marcos cap. 15, ver. 23 "E deram-lhe a beber vinho misturado com **mirra**; e não o tomou". Porém, em São Mateus cap. 27, ver. 34, em lugar de **mirra** está **fel**, da mesma maneira que Leandro Gomes de Barros cita em seu poema, nos seguintes versos da edição de 1920:

427 Pelo vinagre e fel
428 Que Cristo bebeu na Cruz.

Consultando o dicionário que acompanha a Bíblia Sagrada (2 : 104), encontramos a seguinte referência ao **fel**: "Um ingrediente desta espécie chamado **fel** em Mt 27,34 ou **mirra** em Mc 15,23, foi oferecido a Cristo, misturado com vinho, antes de sua crucificação, como aliás era oferecido a todos os crucificados como analgésico que lhes mitigasse um pouco o sofrimento, mas Jesus recusou".

Moldenk (13 : 314) pesquisador da flora bíblica (21 : 314) opina a respeito: "O vinho com a **mirra** foi oferecido bondosamente a Jesus antes da crucificação para mitigar-lhe o sofrimento como antes do tempo da anestesia se davam bebidas inebriantes aos pacientes por ocasião de grandes operações". Mas Jesus não aceitou para suportar com consequência as dores de ser pregado na cruz.

Vejamos como Leandro pôs em versos o episódio, onde Oliveiros recusa o

bálsamo oferecido por Ferrabrás:
387 Estou com a vida arriscada
388 Sei do poder que tem elle
389 Porém só me sirvo d'elle
390 Tomando-o pela espada.

+ Siclo do Templo ou Santuário tinha cerca de 15 gramas e valia um pouco mais que o siclo profano.
++ hin, cerca de 6 litros.

Mas, só se serve dele com o pôder de sua espada, como nos mostram os versos seguintes:

- 473 E deu uma cutilada
- 474 Que desceu arnéis e tudo,
- 475 E dando outra a miúdo,
- 476 A Ferrabrás offendeu
- 477 O céu o favoreceu
- 478 Um revez escapoliu
- 479 O bálsamo delle cahiu
- 480 E Oliveiros bebeu
- Assim, Oliveiros se cura:
- 485 Viu Oliveiros curado
- 486 De todas suas feridas

3 — O BÁLSAMO DE FERRABRÁS

3.1. **O Bálsamo de Ferrabrás**, composição medicinal, segundo GRAND LAROUSSE (10 : 1004), foi preparado no século XVI por Hervé Fierabrás, cirurgião charlatão que em 1550 publicou “Méthode briefe et facile de garder la santé, d’éviter la malade avec aucuns de l’âme, non encorre ruis en Lumière”

Esse bálsamo que também foi dicionarizado no LELLO UNIVERSAL EM DOIS VOLUMES (17 : 1007), na GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA (11 : 136) e no GRAND DICTIONNAIRE UNIVERSEL DU XIX^e Siècle (9 : 393) sem apresentar sua fórmula, apresenta neste último, a seguinte informação: “**Baume de fier-à-bras**, baume légendaire et merveilleux, fameux dans les romances de chevalerie, et qui avait le vertu de guérir toutes les blessures. Don Quichotte L’invoque, à chaque norion qu’il a reçu”.

3.2. Hipóteses quanto à origem do nome Bálsamo de Ferrabrás.

3.2.1. **Bálsamo de Ferrabrás**, medicamento surgido no século XVI teria recebido o nome de Ferrabrás por influência daquela canção de gesta do século XII que também leva esse nome e narra a batalha entre Oliveiros e Ferrabrás, o sarraceno que tinha em seu poder o bálsamo de poderes miraculosos, capaz de fechar feridas e restituir forças perdidas.

3.2.2. O nome Ferrabrás teria surgido de “Guillaume au court nez (ou au courb nez), appelé aussi Guillaume d’Orange, ou Guillaume **Fièrbrace** (ferabracia), ou Guillaume de Narbonne, ...” (GRANGES, 12 : 37). Segundo RÉAU & COHEN (21 : 228, 230, 240), “Guillermo de la nariz corta, o **Fierbrace** (brazo poderoso), en el **Cantar de Guillermo** (Ciclo de Guillermo de Orange). Su sobrenombre de terrible brazo (fièrbrace) del que humoristicamente hará Cervantes el **Fierabrás** del Quijote”

3.2.3. Hipótese provável.

Esta última hipótese parece ser a mais viável, uma vez que está relacionada com as citações que, realmente, Cervantes faz em seu **Don Quichote de la Mancha** nos capítulos X e XVII. “... se eu tivesse lembrado de preparar uma redoma de **bálsamo de Ferrabrás**...”. “É um bálsamo — respondeu D. Quichote — de que eu tenho a receita na memória, com o qual ninguém pode ter medo da morte, nem se morre de ferida alguma... basta dois tragos do dito bálsamo, e vêr-me-hás ficar são que um pêro”. Mais adiante, Cervantes apresenta com detalhes e maneira de prepará-lo. “... e faze que me tragam um pouco de azeite, vinho, sal e rosmaninho, para o salutífero bálsamo”. “... pelo que ficou inteira-

mente convencido de que havia atinado com o **bálsamo de Ferrabrás**, e podia d'ali em diante metter-se em qualquer rixas, pendenciais, e batalhas, sem medo nenhum, por mais perigosas que fosse". (SAAVEDRA, 5 : 52, 90-1).

4 — ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROVÁVEIS COMPONENTES DOS BÁLSAMOS E SOBRE PLANTAS MEDICINAIS POPULARMENTE CONHECIDAS POR BÁLSAMOS.

Segundo KELLER (15 : 190), a origem do bálsamo bíblico já deu motivos a muitas discussões, principalmente quanto à origem de seus componentes e identificação botânica. Mas, não é o objetivo deste trabalho penetrar nesse campo de investigação. Pretende apenas, nesta parte do trabalho, fazer algumas considerações relativas a certos componentes que, presumivelmente, tanto fazem parte do bálsamo a que Ferrabrás se refere como sendo o óleo com que Deus foi ungido, como do bálsamo referido por Cervantes em seu **Don Quichote de la Mancha** e a outras plantas denominadas **bálsamos** que estão ligadas a fatos documentados pela nossa História.

Segundo HOEHNE (14 : 159), as **mirras e bálsamos** usados pelos egípcios para prepararem as múmias e pela Igreja Romana para os incensários e defumadores, são as **Commiphorae**, com mais de 60 espécies existentes nas regiões da África Tropical, Madagascar e Índia. São da Família BURSERACEAE não existentes mas, pertencentes à mesma família botânica temos **Bursera Balsamifera** no Brasil, **B. gumifera** Jacq., **B. icariba** Baill., **B. leptophloes** Martius, também chamadas imburana, umburana, almacega e icica, que, segundo o mesmo autor, Anchieta identificou-as como sucedâneas das verdadeiras e consagrou-as para os cultos e, também, segundo se sabe, os indígenas usavam nas rupturas de epiderme.

O bálsamo de Ferrabrás mencionado por Cervantes nos capítulos X e XVII, de seu livro **Don Quichote de la Mancha**, continha **rosmarino**. Esse componente não aparece nenhuma vez nos bálsamos bíblicos que foram localizados na Bíblia Sagrada para a realização deste trabalho. O rosmarino, cientificamente denominado **Rosmarinus officinalis**, Linné, é o nosso alecrim tão conhecido e empregado na medicina popular, e o nosso Bálsamo Tranquilo e do Vinho Aromático à base de alecrim, indicado para ferimentos, segundo CHERNOVIZ (6 : 600).

"Dicese que fue Arnan de Vilanova el primero que obteve la esencia de romero en disolución alcohólica, hacia el año 1300... una medicina que es igual del bálsamo. Un poco más tarde, durante el siglo XVI, empezó a prepararse el **Agua de la Reina de Hungria**, destilando com alcohol las sumidades floridas de romeno. (QUER, 20 : 653)".

Como se pode verificar, foi por essa época que surgiu o **Bálsamo de Ferrabrás**, ou seja, no século XVI.

5 — CARLOS MAGNO E AS PLANTAS MEDICINAIS

Na Idade Média, segundo CARMO (4 : 281), no Império de Carlos Magno, uma das célebres Capitulares, a denominada "De Villis", se ocupava dos problemas agrícolas e regulamentava o plantio de plantas medicinais. Dentre as plantas das quais Carlos Magno se ocupou e apregoou as virtudes, estava a **Sempervivum tectorum**, Linné, de família Crassulaceae, uma planta que chamou sua atenção,

não só pelas suas propriedades medicinais, como também pelo seu poder de evitar raios, quando plantadas sobre as coberturas das casas. QUER (20 : 300) diz: "Carlos Magno llegó a ordenar que se plantara en los tejados de las casas de labor de las fincas imperiales". Deram-lhe, então, o nome de "joubarbe" ou barba-de-júpiter, nome pelo qual essa planta é até hoje conhecida na França.

Segundo o mesmo autor acima citado, há cerca de 1300 espécies de *Cassulaceas* espalhadas pelas regiões do globo. No Brasil, por não existir exatamente a espécie recomendada por Carlos Magno, outras da mesma família botânica ocupam lugar de destaque, uma vez que são empregadas na medicina popular devido às suas comprovadas propriedades balsâmicas. As mais conhecidas são as dos gêneros *Kalanchoe*, (*K. brasiliensis* e *K. thursiflorae*) *Bedum*, (*S. heptapetalum*) e *Bryophyllum*, (*B. calicinum*), segundo CA MINHOÁ (3 : 2176).

Essas espécies botânicas são conhecidas vulgarmente por: *saião*, *sempervivum-tectorum*, segundo MEIRA PENNA (19: = 227); *folha-de-fortuna*, *folha-de-costa*, *folha-da-bahia*, segundo CAMINHOÁ (3 : 2176) e *bálsamo*, de acordo com CRUZ (7 : 148) e outros informantes de diversas regiões do Brasil, que também atribuem os nomes: *coirama-branca*, *coerama*, *coerama-do-pernambuco*, *para-tudo-de-alagoas*.

Para concluir, faço lembrar a ênfase que Leandro Gomes de Barros dá ao bálsamo em seu poema *A Batalha de Oliveiros com Ferrabrás*, emprestando-lhe um aspecto mítico, tal como o faz Don Quichote ao se referir ao bálsamo de Ferrabrás. O mesmo ocorre com as composições balsâmicas ou plantas medicinais com tais propriedades que, vendidas hoje em dia em feiras ou mercados, são apregoadas por seus vendedores como sendo os bálsamos maravilhosos, capazes de curar tudo.

6 — REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1 — BATISTA, Sebastião Nunes. *Carlos Magno na poesia popular nordestina*. In: *Rev. Brasileira de Folclore*, Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, MEC, 1971, ano XI, nº 30, : 143-170.
- 2 — BÍBLIA SAGRADA. Rio de Janeiro, Barsa, dicionário anexo.
- 3 — CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro. *Elementos de botânica geral e médica*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1877 2^o v.
- 4 — CARMO, J. Messias do. *Idade Média*, In: *Rev. da Flora Medicinal*, ano XIV, nº 6, junho, Rio de Janeiro, 1947 : 281-284.
- 5 — CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Don Quichote de la Mancha*. Porto, Chardron, ilustr., 1929, 2 v.
- 6 — CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Formulário e guia médico*. Paris, Typ Roger e Chernoviz, 1908.
- 7 — CRUZ, G.L. *Livro verde das plantas medicinais e industriais do Brasil*, Belo Horizonte, Velloso, 1965, 2 v.
- 8 — ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL ILUSTRADA EUROPE-AMERICANA. Madri, Espasa-Calpe, s.d., 72v.
- 9 — GRAND DICTIONNAIRE UNIVERSEL DU XIX^e SIÈCLE. Paris, Larousse et Boyer, 1867.
- 10 — GRAND LAROUSSE ENCYCLOPÉDIQUE. Paris, Larousse, 1961.
- 11 — GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa, Editorial Enciclopédia, s.d.
- 12 — GRANGES, Ch. M. des. *Histoire de la littérature française*. Paris. Libr. Hatier, 1921.

- 13 — HISTÓRIA DO IMPERADOR CARLOS MAGNO E DOS DOZE PARES DE FRANÇA. São Paulo, Fittipaldi Editora, s.d.
- 14 — HOEHNE, F.C. **Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais.** São Paulo, Rio de Janeiro, Graphicars, 1939.
- 15 — KELLER, Werner. **E a bíblia tinha razão...** São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1958.
- 16 — LANGGAARD, Theodoro J.H. **Diccionario de Medicina Doméstica e Popular.** Rio de Janeiro, Laemmert, 1873. 3v.
- 17 — LELLO UNIVERSAL EM DOIS VOLUMES. Porto, Lello e Irmãos, s.d.
- 18 — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, Fundação Casa de Ruy Barbosa, Fundação Universidade Regional do Nordeste. **LITERATURA POPULAR EM VERSO - ANTOLOGIA - TOMO II.** Rio de Janeiro, Graf. Olímpica, 1976.
- 19 — PENNA, Meira, **Dicionário Brasileiro de Plantas Medicinais,** 3ª ed., Rio de Janeiro, Kosmos, 1946.
- 20 — QUER, Font. **Plantas medicinales — el Dioscórides renovado.** 4ª ed., Barcelona, Ed. Labor, 1978.
- 21 — RÉAUL, L. y COHEN, G. **El arte de la Edad Media y la civilización francesa.** México, Editorial Hispano Americana, 1956.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O INVENTÁRIO DE VEIGA VALLE — UMA ANÁLISE HISTÓRICO-ARTÍSTICA

Heliana Angotti Salgueiro

1) — INTRODUÇÃO

Entre as várias fontes pesquisadas para uma dissertação de mestrado em História (a ser apresentada à Universidade Federal de Goiás) sobre a imaginária de José Joaquim da Veiga Valle, encontramos, no Cartório de Família da cidade de Goiás, um documento que possibilita uma abordagem preliminar. Trata-se do inventário de José Joaquim, que ilumina o tema em estudo a partir do enfoque de seu cotidiano e da sua condição social e econômica.

Em história da arte, lida-se com um instrumental de análise parcialmente limitado. As fontes diretas, como: diários, autobiografias e concertos pessoais sobre o que se produz, são raridade no caso dos artistas sacros brasileiros dos séculos XVIII e XIX. Conta-se portanto, como principal fonte direta, com a própria obra. Por outro lado, a profusão das fontes indiretas ou casuais, como antigos livros das igrejas, arquivos de cartórios, declarações de bens, inventários de irmandades, relatos de viajantes, gravuras, recibos, etc., requerem uma atenção especial do pesquisador às perguntas e analogias que estes documentos venham a despertar. Essas fontes denominadas indiretas, podem por vezes, mencionar uma obra do artista, as suas condições de trabalho, o seu perfil social, mentalidade e cultura; elas também fornecem outras informações, como por exemplo, dados sobre os valores monetários para uma reconstituição da época.

Hannah Levy, num artigo notável sobre “A pintura Colonial no Rio de Janeiro — Notas sobre suas Fontes e alguns de seus Aspectos”, (*Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* Vol. 8, 1944, Rio) considera os inventários das igrejas e os legados e testamentos de particulares, fonte preciosa. A sua utilização fornece dados sobre as obras que, num certo período eram conhecidas por determinado artista, evidenciando as

influências por ele sofridas. Através destes documentos se pode conhecer a pobreza ou riqueza artística, os detentores das obras de arte e o que é mais importante: como estas eram encaradas, se objetos de culto ou de valor artístico, evidenciando o seu papel na mentalidade coletiva.

Além disso, a análise de inventários em Goiás entre 1840 e 1870, tem-nos dado o índice de frequência do aparecimento da imagem sacra no âmbito doméstico e o seu preço.

Vários estudos paralelos, além do grau de religiosidade, podem surgir desta fonte para o enriquecimento da historiografia regional. Numa visão genérica, temas como: levantamento demográfico, análise da estrutura social e econômica, nível cultural, estudos comparados e quantitativos, encontram aí, dados a serem trabalhados para a elaboração da história global de uma época.

2) — O INVENTÁRIO DE VEIGA VALLE — DESCRIÇÃO E ANÁLISE

O inventário do Major José Joaquim da Veiga Valle, é um documento que contém 80 folhas e se iniciou a 11 de maio de 1874, tendo o santeiro falecido a 29 de janeiro do mesmo ano, com 68 anos de idade, sem testamento.

A inventariante é a viúva Joaquina Porfíria Jardim, filha do Coronel José Rodrigues Jardim, presidente da Província de 1831 a 1837 e vice de 1839 e 1841, na presidência de D. José de Assis Mascarenhas⁽¹⁾. A mãe dela, Ângela Ludovico de Almeida, era neta paterna do Alferes Silvestre Rodrigues Jardim, natural de São Vicente de Alcebidexe, patriarcado de Lisboa, e de Leonor de Lemos Moraes, natural de São Paulo (Americano do Brasil, afirmava que a quase totalidade das famílias goianas do século XIX eram originárias de Portugal pelo lado paterno e de São Paulo pelo materno, “No convívio com as traças”, GO-1920). Os Rodrigues Jardim e os Ludovico de Almeida eram famílias de destaque na política e na cultura de Goiás do século XIX. A tradição de casamentos endogâmicos vem da colônia, tendo contribuído para o fortalecimento de grupos familiares que estão na gênese das oligarquias típicas da sociedade goiana. As famílias citadas dominam por vários decênios o quadro político regional. O sogro de José Joaquim era, pois, figura de destaque na Província, sendo um dos primeiros goianos a desfrutar de prestígio político na área nacional como senador do Império. O seu interesse cultural se patenteia, para nós, quando adquire a tipografia da

(1) Cronologia dos Governantes de Goiás — de 1722 a 1975. Publicação do Arquivo Histórico de Goiânia.

Matutina Meiapontense, que circulou em Pirenópolis entre 1830 e 1834, dando origem em 1837 ao **Correio Oficial**. Pelo lado paterno, José Joaquim descende, igualmente, de uma família de projeção: seu pai, Capitão Joaquim Pereira Valle, do corpo de Ordenanças, aparece várias vezes ao lado de personalidades influentes em sua Pirenópolis natal, como o Comendador Joaquim Alves de Oliveira, em documentos relativos à reconstrução da Matriz, também tendo ocupado os cargos de vereador, juiz municipal, além de participar da irmandade do SS. Sacramento, tradicionalmente uma associação de elite. Em documento encontrado na Biblioteca Nacional do Rio na Seção de Manuscritos, o Capitão Pereira Valle afirma “que tem constantemente desde 1801 servido diversos cargos de emprego público”, enumerando-os a seguir, e por “ter se portado em todos eles com probidade, honra e desinteresse de um servidor do Estado... recorre ao Throno Augusto de V.M.I”, pedindo a graça de um hábito da Ordem Imperial do Cruzeiro.

O título de Major a Veiga Valle provém da Guarda Nacional. Esta instituição, inicialmente de caráter democrático, substituiu em 1831 as Ordenanças, mas a partir das reformas de 1850 e 1873 transformou-se numa força política, aristocratizando-se em âmbito local. Passou a ser uma tropa de oficiais sem soldados, com finalidades político-eleitorais. A divisão em serviço ativo e reserva apoiavam-se numa discriminação: o serviço tivo recaía sobre os humildes, sendo os elementos da reserva via de regra autoridades administrativas ou judiciais, bem como os que ocupavam cargos na vida pública nacional: Senadores, deputados, presidentes e conselheiros de província. O alistamento, baseado no prestígio social ou econômico, foi um meio que a sociedade estamental do Império criou para substituir a falta de uma aristocracia de linhagem⁽²⁾.

Veiga Valle, por decreto de 22.09.1855, foi reformado no posto de Major da Antiga Guarda Nacional, da cidade de Meiaponte, pagando a quantia de 49\$160 rs. (Livro de Registro de Patentes, 1855-1874 Arquivo Histórico de Goiânia). Além de Major, José Joaquim participou por vários anos da Assembléia Legislativa Provincial como deputado. A votação que obtinha nos colégios da província, a participação nas sessões e o significado do cargo estão sendo também objeto de pesquisa.

Voltando ao documento em questão, às fls 4, Joaquina Porfíria, que assina Profíria, na época com cinquenta anos, “pede a avaliação dos bens do casal para dar partilha aos herdeiros”, os seus oito filhos com José Joaquim:

(2) Castro, Jeanne Berrance de. “A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850.” Ed. Nacional, SP. Brasileira, v. 359.

- Ângela Belizaria da Veiga Jardim, 31 anos, casada com José Rodrigues Jardim.
- José Augusto da Veiga Jardim, 27 anos, casado com Francisca Xavier da Veiga Jardim.
- Henrique Ernesto da Veiga Jardim, 25 anos.
- Joaquim Gustavo da Veiga Jardim, 24 anos.
- Maria Adélia da Veiga Jardim, 20 anos.
- Antônio Benedicto da Veiga Jardim, 19 anos.
- Manoel Baptista da Veiga Jardim, 12 anos.
- João Baptista da Veiga Jardim, 7 anos.

Verifica-se que o sobrenome Valle desapareceu nos filhos. A professora Maria Augusta Santana de Moraes, em seu livro sobre a oligarquia dos Bulhões, parte da tradição oral como fonte para afirmar a força do sobrenome Jardim: “Narrou-nos um dos filhos de Leopoldo Bulhões que sua avó (que era irmã de Joaquim Porfíria) teria dito ao nascer o seu primeiro filho: ‘o nome Jardim não pode morrer’”. Assim, todos assinavam Bulhões Jardim, como também transferindo o exemplo para o nosso estudo, os filhos de José Joaquim da Veiga Valle tomaram o sobrenome Veiga Jardim. Comprova-se, assim que o patriarcalismo goiano é peculiar, pois na maior parte dos casos, determinante é a projeção social ou econômica, não ocupando o homem, necessariamente, o papel proeminente.

Após o “Juramento do Curador” e o dos “Louvados” ou avaliadores, (capitães) Joaquim Martim Xavier Serra Dourada e Constâncio Ribeiro de Maya, segue-se a descrição dos bens à pág. 5, começando com os “Móveis”, que são: Ouro, Prata, Cobre, Ferro, Ferramentas, Trastes, Livros, Semoventes e Raiz. O móvel (ou móveis) de uma casa era, na definição de Moraes Silva, o mesmo que os trastes de serviço, bem como o adorno pessoal, e é com este sentido que a palavra aparece no inventário de José Joaquim. O termo “móveis” era empregado numa forma ainda próxima da sua origem semântica de “bens móveis”:

Primeiramente, são descritas e avaliadas as jóias de ouro, às págs. 5 e 6 como por exemplo: cordões, voltas de contas, pulseiras, anéis, brincos, rosários com cruz, botões, etc. Os objetos de ouro citados atingem o total de 700\$74rs, sendo que na época a oitava do ouro estava em média a 4 mil réis. Uma oitava equivale a 3 gramas e pouco mais de meia. A oitava na época da mineração oscilou entre 1\$200 a 1\$500rs⁽³⁾. Sabe-se que as jóias constituíam um elemento essencial na indumentária de um indivíduo abastado do Império — mas no caso de José Joaquim, não significava muito então, se formos comparar o total que atingiram,

(3) Palacin, Luis. “O século de Ouro em Goiás” — 3ª Ed. Oriente, GO.

com o preço de um escravo adulto jovem, que variava, segundo inventários da mesma época entre 800\$000rs a 1 conto de réis.

É preciso ter em mente o costume de se avaliar por baixo os bens inventariados, pois, depreciando-se o seu valor, os impostos seriam menores. Analisando o inventário do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, a professora Lena Castelo Branco F. Costa considera os valores mais modestos do que os consagrados pela tradição popular (**Arraial e Coronel: dois estudos de história social**).

A partir do verso da folha 6, são enumerados os bens em **Prata**, como: castiçais, colheres, esporas, um copo, um afiador de espada, uma salva, cabos de facas... A prata estava a 240rs a oitava e os bens neste metal somam 836\$14rs, portanto superior (embora em menor quantidade) à soma dos objetos de ouro.

É particularmente interessante para nós a descrição dos utensílios de cobre, ferro e ferramentas, que se segue, pois, entre estes, identificamos algumas peças que poderiam ter sido usadas nos trabalhos de José Joaquim. O **cobre** estava avaliado em mil réis a libra e o total de objetos deste material, como tachos grandes e pequenos, bacias, caçarolas, latas de forno e balanças, atinge 513\$200rs. Podemos assim, comprovar novamente que as jóias arroladas não valiam muito, apenas 200 rs a mais que os utensílios de cobre e ambos, por sua vez, menos do que um escravo. Quanto à presença de tachos de cobre, pudemos encontrá-los em muitos dos inventários entre os 60 até agora analisados, e que cobrem os anos de 1872, 73 e 74. Também arrolados aparecem bacias de cobre, sendo que a maior delas pesava 3 arrobas e oito libras, estimada em 140\$000rs.

Já se afirmou que José Joaquim, como os santeiros baianos, depois de esculpir as imagens no cedro, as fervia em bacias grandes de cobre com raízes e óleos para evitar que a madeira rachasse devido ao clima seco da região. Entretanto, estudiosos de arte sacra baiana não endossam tal opinião: o requintado processo de cozinhar as imagens antes do estofamento e da policromia por V.V., era totalmente desconhecido dos santeiros da Bahia, procedimento dispensável no clima úmido do litoral. Diferentes também são as técnicas de douração e pintura: nas imagens baianas raramente cobria-se a peça toda com as folhas de ouro; era mais comum aplicarem-se estas folhas onde iam surgir os florões, sempre maiores e com padrões peculiares, com a pintura ao redor. A técnica do "esgrafiado", ou seja, a de se desenhar com estilete sobre a tinta úmida que recobria todo o

“esgrafiado” é peculiar da policromia da Veiga Valle, permitindo juntamente com outros traços característicos, identificar a autoria. A análise da especificidade de cada região e técnicas requer, de mais, a consideração de outros elementos.

Voltando ao inventário, temos os utensílios de ferro, como alavancas, pesos, machados, enxada e par de balanças de folha — a libra estava avaliada em 500 rs., sendo o total destes 26\$370 rs.

Segue-se a enumeração das ferramentas, em que aparecem “quatorze formões sortidos, em mau estado, e duzentos e quarenta réis cada um, trez mil trezentos e sessenta réis; uma grossa em mau estado, por quinhentos réis; uma lima idem idem, por quinhentos réis; uma serra grande de mão, por trez mil réis; um serrote pequeno por oitocentos réis; uma enchó já velha, por oitocentos réis; um sepilho em mau estado por hum mil réis; um machado grande, bom, por quatro mil réis”, totalizando 13\$960 rs. Pode-se afirmar que essas ferramentas usadas para se fazer imagens e o fato de estarem em mau estado de conservação leva-nos a indagar se o fato de trabalhar com instrumentos nessas condições não seria uma evidência de Veiga Valle não haver produzido obras nos últimos anos de sua vida? As únicas datas concretas de encomendas até agora localizadas estão nas sete cópias de cartas arquivadas no Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1858, 1859, 1862, 1864, 1865 — portanto anos antes de sua morte⁽⁴⁾. Segundo os descendentes de Veiga Valle, sabe-se que este vinha sofrendo de reumatismo deformante. A causa de sua morte, referida pelo Correio Oficial de 31 de janeiro de 1874, foi uma dor ciática “que sofreu por mais de oito meses”.

Deparamo-nos com um grande obstáculo da história da arte sacra brasileira: a dificuldade de periodizar obras de artistas que não datavam ou assinavam suas peças. Mário de Andrade, em seu último livro, que trata justamente da obra pictórica do Padre Jesuíno do Monte Carmelo (1944), afirma que para o artista religioso daqueles tempos “o anonimato era de preceito” e que “eles só tinham nome para ganhar a vida, ainda descuidados de ganhar a glória”. Hoje nós temos na maioria dos casos “que ir lhes buscar os nomes não na poliantéia dos gloriosos, mas nos livros de despesas do culto, recibos e lançamentos”.

Em alguns inventários contemporâneos do de Veiga Valle, também aparecem formões, como o de Isidoro Lourenço de Souza, (1874), de diversas características e tamanhos com a média de avaliação não passando dos 200 rs. Entre os “trastes” arrolados neste inventário, aparece um banco de marceneiro, justificando-se a presença de 50 formões: tratava-se, pois de um carapina e não de um torêuta, como Veiga Valle.

(4) A referência a uma destas cartas é de Regina Lacerda no artigo “O Barroco em Goiás: Veiga Valle” (Revista Cultura nº 12, 1974).

Segue-se a enumeração dos “Trastes” no verso das págs. 8, 9 e verso desta. Segundo a Professora Maria Beatriz Nizza da Silva (**Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro 1808 - 1821**), no início do século XIX, o termo “Trastes” ainda não adquirira sentido pejorativo. Designava apenas “peças de uso e serviços: bancas, cadeiras, camas, espadas, jóias” — podia ser usado como sinônimo de móveis, palavra que possuía um significado muito mais amplo do que o de peças do mobiliário, como foi assinalado anteriormente.

Entre os “trastes” de Veiga Valle, estão objetos tradicionais utilitários, como: xícaras de porcelana, garrafões, fornos de queijo de leite, caçarola de ferro batido, ferro de engomar com grelha, cadeiras, tamboretas, canastras, prateleiras, selas, 26 quadros (não se especifica o tipo), todos estes objetos com a respectiva avaliação. A soma destes atinge 418\$588 rs. É curioso aparecerem aqui, quatro objetos utilizados no seu ofício: “uma pedra de moer tinta de mármore, usada, por um mil réis” e “trez ditas de burnir, a quinhentos réis cada uma”. Com a primeira amassava e misturava os pigmentos e com as outras polia o ouro.

Os livreiros do Rio de Janeiro sempre anunciavam nos jornais a venda de estampas e quadros, o que significa que eram muito procurados na época como “ornamento de casa”. Seria importante conhecer os motivos retratados nos 26 quadros que aparecem neste inventário, pois poderiam ter sido fonte de inspiração para algumas das obras de Veiga⁽⁵⁾. Na partilha dos bens, seus quadros couberam à filha mais velha, Angela, cujo inventário incompleto localizamos; tendo falecido em 1917, verifica-se que nessa época já não mais se arrolavam os bens com a minudência do século anterior.

Em comparação com o despojamento e modéstia dos trastes da maior parte dos inventários analisados, o de José Joaquim é mais pormenorizado, o que indicaria a sua relativa pobreza, (já que não se relacionam bens de maior valor) ou talvez um certo requinte familiar. No entanto é espantoso que nenhuma imagem estivesse incluída, pois em outros inventários, encontramos o registro delas. Era comum no século XIX ter-se um oratório em casa; em muitos sítios e fazendas se rezava a missa, daí a posse de imagens, relicários e outros objetos litúrgi-

(5) O confronto da obra de artistas nacionais estabelecendo ligações com estampas e gravuras européias é procedimento de vários estudiosos de arte. Luís Jardim e Salomão Vasconcelos identificaram influências na pintura de Ataíde, à partir de uma Bíblia ilustrada. O próprio Aleijadinho inspirou-se em Lorenzo Ghiberti em uma de suas obras, segundo Lourival Gomes Machado (“Barroco Mineiro, Edusp, 1969). O resultado destas “cópias” porém, têm demonstrado que nossos artistas souberam manter a unidade estilística e as ligações com o seu tempo, imprimindo às suas obras marcantes traços pessoais.

cos por leigos, constituindo o seu registro um indício importante do grau de religiosidade de um grupo social.

Em 1872, em Goiás, entre 21 inventários, 4 continham oratórios, sendo que um destes chega a ter 7 imagens, o conjunto recebendo a avaliação de 8\$000 rs. Além deste assinalam-se um oratório com 5 imagens estimado em 12\$600 rs., e outro avaliado em 15\$000 rs. Em 1873, entre 16 inventários, 2 registram imagens, e no ano do falecimento de José Joaquim (1874) há 2 que constam vários santos. Em Pirenópolis, no inventário do Pe. Antonio Justino M. Taveira (1875), localizamos uma imagem do Menino Deus de um palmo, avaliada em 50\$000 rs., e comprovamos que esta peça foi feita por Veiga Valle o que de certa maneira indica o seu valor elevado para a época. O fato de seu inventário não se referir a imagens requer atenção — poderia indicar que trabalhava somente por encomenda e que devido a procura, em casa nada lhe ficava, nem mesmo para o culto doméstico. Também é um dado para se reafirmar que Veiga Valle, não produziu nos últimos anos de sua vida. Na maior parte dos inventários aparecem escravos em número variável entre 3 a 15, cuja avaliação pode ser objeto de outro estudo. No de José Joaquim não aparecem escravos; um de seus descendentes, o Sr. Veiga Neto, disse-me que ele possuía uma escrava alforriada que porém continuara a serviço da família, o que era muito comum.

No verso da pág. 9 e na 10, seguem-se os “Livros”. Em comparação com os 60 inventários até agora levantados, em apenas dois aparecem livros.

É interessante pois, a transcrição dos de José Joaquim: — “um jogo de Dicionário Francez, um dito de dito Portuguez um dicionário latim-protuguez, seis selectas latinas, um volume de grammatica franceza, doze e meio cadernos de pão de ouro, cinco e meio cadernos de prata, quatro ditos de dita inferior, um livro do mez de Maria, dous ditos Anos de Jesus Christo, um Manual de Missa já usado, um livro de Philosophia do verdadeiro Christão, um dito viagem a Terra Santa, dous volumes Formidório e Zelinda Romana e um Luzíadas”. Sem falarmos nos que revelam certa erudição como o conhecimento da língua francesa, detemo-nos naqueles que se referem à religiosidade. Os livros de devoção ensinavam a cumprir os ritos religiosos e eram comprados por todos os alfabetizados, assim como também as pastorais e orações sagradas, versões da Bíblia ou livros relacionados com a história eclesiástica, evidentemente também encontráveis nos inventários do Rio e Salvador, no século XIX. Estes livros de devoção, continham ilustrações e práticas piedosas para a vivência cotidiana da religião.

Por sua vez, “os cadernos de pão de ouro”, são pequenos bloquinhos com as folhas de ouro, importadas, finíssimas e que

eram colocadas sobre o "aparelho" da imagem. Este consistia nas sucessivas camadas à base de giz e cola, lixadas, que recobriam a madeira e que molhadas com água ou albumina (clara de ovo), possibilitavam a aderência perfeita das folhas à peça, seguindo-se a pintura.

Após a enumeração dos livros, segue-se a dos **semoventes** que são: "duas vacas paridas a dezesseis mil réis cada uma, duas solteiras a doze mil cada uma, duas novilhas de dois anos... dezesseis mil réis, um garrotinho de dois anos a oito mil réis", totalizando portanto: 50\$000 rs.

Em seguida aparecem os bens de raiz, de que consta: "uma morada de casas, número onze, sitas no Largo do Rosário com dois lanços, e entre casas do Capitão Sant'Anna e Joaquim Theophilo C. Viana, com trez janelas e uma porta de frente e quintal fechado, avaliada em trez contos de réis". Num outro inventário do mesmo ano, o do Tenente Joaquim Luiz da Silva Brandão, aparece entre os bens de raiz, uma casa no Largo da Matriz, avaliada também por três contos de réis. Este possuía seis escravos de idades diversas que totalizavam 2\$350.000 rs., quase o valor da casa.

Finalizando a avaliação, os bens do Major Veiga Valle atingem a soma de 4\$848.014 rs.

No "Encerramento", a inventariante afirma existir em Meiaponte uma morada de casas pertencente ao casal e declara ser usufrutuária de uma chácara distante da cidade de Goiás um quarto de légua, denominada Carreiro, doação materna, assim como também declara ser a herança devedora de 1\$075.166 rs.

A carta precatória, encaminhada pelo Juiz de Orfãos de Goiás ao de Meiaponte vem em seguida pedindo a avaliação de uma morada de casas nesta cidade, anexando o título. Esta casa pertencia ao Patrimônio da Senhora do Carmo e, em hasta pública (1832) foi arrematada por 100 mil réis e vendida posteriormente a Veiga Valle por este preço. A 16 de julho de 1874, foi avaliada "a casa de dous lanços sita a rua direita" por 240\$000 rs.

À pág. 23 do inventário, a viúva e os filhos concordam com as avaliações e requerem a partilha, que é feita a 30 de novembro (pág. 27), importando o total dos bens em 5\$088.014 rs.; a dívida passiva em 1\$075.160 rs, restando portanto 4\$012.854 rs., recebendo a viúva o equivalente a 2\$006.427 rs., e cada um dos herdeiros 250\$803 rs.

Para o pagamento da dívida passiva, juntam-se alguns bens em ouro, prata, trastes, a grande bacia de cobre, os formões e outras ferramentas, a pedra de moer tinta e as de burnir, alguns móveis, semoventes e parte da casa em que moravam para cobrir o total, já que José Joaquim não possuía nenhum dinheiro.

Os demais bens são divididos entre a meeira (a viúva) e os filhos, que vão herdar objetos e parte da casa do largo do Rosário. As despesas com o inventário, os juízes avaliadores, os autos e as cartas precatórias ficaram em 208\$890 rs., cabendo a metade delas à viúva e as restantes aos seis herdeiros mais velhos.

3) Conclusão

Procurou-se no decorrer da análise deste inventário acrescentar alguns dados sobre a origem familiar, a participação social, política e a técnica de Veiga Valle como santeiro.

Este documento permitiu-nos conhecer aspectos materiais e culturais da vida do escultor, como por exemplo, as referências ao instrumental que empregava no seu trabalho, seus pertences (ouro, prata, cobre, ferramentas, trastes, livros e bens imóveis) e sua situação econômica. As informações embora numerosas, prendem-se ao seu cotidiano e são pouco explícitas no tocante à sua atividade artística — não há nada específico sobre sua obra, apenas o arrolamento de ferramentas de trabalho — afigura-nos como um paradoxo o fato de não ser arrolada nenhuma imagem.

Vimos que as fontes indiretas, entre as quais este inventário é um exemplo, não são suficientes mas auxiliares e ricas em dados paralelos, embora, muitas vezes ignorem certos fatos.

Portanto, é imprescindível que os historiadores da arte brasileira controlem todas as fontes (intencionais e casuais, diretas e indiretas) umas pelas outras, na tentativa de explicar um fenômeno artístico como é o caso de José Joaquim da Veiga Valle.

A pesquisa prossegue buscando o que há de singular na sua obra e reforçando o papel da arte como meio de comunicação e expressão da mentalidade e aspirações dos diversos grupos sociais.

HISTÓRIA DE UM LIVRO *

Basileu Toledo França

Embora os povos antigos já conhecessem a importância excepcional da História, vários séculos atrás, e tudo fizessem para preservar a memória social do seu tempo, em escrituras, monumentos e obras de arte, ainda hoje muita gente continua ignorando — por falta de esclarecimento — o valor da Mestra da Vida, que liga o passado ao presente e abre, de modo seguro, perspectivas para um futuro melhor. Ela guarda acervo insubstituível de dados e informações sobre a escalada do homem rumo à civilização. Representa, através de papéis, livros e material iconográfico, a crônica palpitante dos que nos precederam. Traz sempre em suas páginas a lição de vida e sabedoria de que necessitamos para errar menos. Por isto, não exagera quem a compara com uma bússola, da qual se servem os governantes bem avisados, na direção de um país, de um estado ou de uma cidade.

Ninguém pode conduzir com segurança o povo, sem conhecer-lhe a história. Suas tendências e sua vocação, no transcorrer do tempo.

Isto é indiscutível e fundamental.

Da historiografia

Apesar deste truísmo, que nenhuma pessoa de bom senso contradiz, torna-se preciso não esquecer que a história — diferentemente da ficção literária — se faz com base em documentos. Sem documento não há história.

Daí vêm os ensinamentos dos doutores em matéria de heurística e hermenêutica, que tratam da busca, coleta e classificação

* Palestra proferida no dia 18 de março de 1982, a convite da municipalidade de S. J. do Rio Preto, Estado de S. Paulo, no auditório do "Centro Cultural Prof. Dauid Jorge Simão" daquela cidade.

de documentos, bem como da arte de interpretá-los, em benefício da verdade e dos ensinamentos que eles possam encerrar.

Este trabalho — muitas vezes comparável ao esforço braçal, pelo que significa de transpiração — que muitos julgam sem nenhum atrativo e sem nenhum encanto, tem para os pesquisadores aspectos desconhecidos da maioria. Em primeiro lugar, é um desafio à inteligência e capacidade de qualquer pessoa, portanto não constitui tarefa para espíritos fracos, levianos ou sem constância na perseguição de algum ideal. Em segundo lugar, quando alguém revolve os fastos de uma época, não está em busca da morte, ele procura — como já disseram — a vida, no que ela tenha de mais autêntico e representativo. Por fim, deve ficar bem claro: os papéis, documentos e fotografias não nos interessam apenas em seus aspectos materiais ou nas informações que eventualmente nos trazem. Atrás de todos eles — quem pesquisa sabe disto — está sempre alguém. Um ser humano como nós, que deixou sua contribuição, de maneira brilhante ou obscura, não importa, para se construir no passar dos anos uma instituição, uma coletividade, um centro urbano. Gente de carne e osso, que trabalhou, sofreu, amou, criou os filhos e depois foi dormir no seio da terra, a grande e piedosa mãe de todos nós.

Essas figuras estão por toda parte, nas ruas e praças — que nem sempre os recordam — nos colégios e centros culturais, nas repartições públicas e nas oficinas. Onde quer que tenham deixado qualquer parcela de esforço, em benefício da coletividade e do seu espaço.

Contudo — eis um pormenor curioso — não são apenas os mais ilustres e doutos que permanecem no reconhecimento da posteridade e nos registros dos livros. Felizmente, pois, ainda que alguns estudiosos acreditem que a biografia de personalidades fortes — como fez Emil Ludwig — possa representar um período, pelos seus feitos individuais, sou daqueles que enaltecem o homem simples e comum — uomo qualunque, dos italianos — como factor maior da crônica dos povos. A ele todos os louros.

Início da obra

Com estas e outras idéias simples e bem definidas, encontrei em 1945 grande massa de dados, muitos jornais antigos inúmeras fotos do passado de Rio Preto, ciosamente guardados

na redação do jornal “A Notícia”, na rua general Glicério, onde funcionou até há bem pouco tempo.

Meu sogro, o conhecido jornalista Leonardo Gomes, hoje imortalizado em nome de praça pública, tinha colaborado de modo brilhante na comemoração do cinquentenário da cidade, a 19 de julho de 1944, e ali estava aquele material precioso e rico, sem destinação especial, porquanto não havia entre nós arquivo decente e organizado para guardá-lo. De vez em quando, alguém ia buscar o exemplar de um antigo semanário, que dera por empréstimo, ou a fotografia de algum ente querido. Pouca gente, na verdade. O grande acervo permanecia nas gavetas e prateleiras do velho diário, fundado por Dario de Jesus e Nelson da Veiga. E aquilo se tornou logo logo um desafio incontornável para mim, que passei a examinar cuidadosamente peça por peça. Lia e anotava, sem qualquer plano, com o único objetivo de satisfazer a minha própria curiosidade. Eu sabia de sua importância extraordinária, como repositório de subsídios magníficos da história e da cultura riopretense, e — sem definição ainda do que desejava de fato realizar — pensei em preservar do esquecimento tudo que me parecesse digno de registro. Datas. Ocorrências. Fatos de relevo. Curiosidades. Mas, de modo muito especial, as pessoas. Gente.

Na primeira leitura, constatei com surpresa que, a despeito do volume de papéis, faltava ao conjunto muita coisa para uma verdadeira crônica local. Se era considerável a contribuição do ângulo jornalístico, por exemplo, cobrindo o período da década de 20, por outro lado ali não se encontravam muitas informações das fontes primárias, os documentos básicos do início de tudo. Desde o distante desbravamento no século passado, bem anterior a 1850, até o povoamento regular e constante da região, nos últimos decênios de 1800 e início do século XX. Com ênfase especial, após a criação da Comarca, em 1904, e a chegada auspiciosa da Estrada de Ferro Araraquara, em 1912.

Comecei então a anotar tudo, a fim de fazer uma cronologia. Cronologia ilustrada, sem pretensão a escrever a História Local propriamente dita, mas, sim, reunir elementos com este método auxiliar, o máximo de elementos para o futuro historiógrafo. De modo a que nada se perdesse e alguém pudesse um dia escrever a nossa trajetória no tempo, como habitantes de vasta e prodigiosa área de São Paulo. A imensa mesopotâmia entre o Tietê, Grande e Paraná, com cerca de 25.000 quilômetros quadrados.



Da esquerda para a direita: prof. Daúd Jorge Simão, Diretor do Centro Cultural que tem o seu nome; escritora Dinorah do Valle; jornalista Nivaldo Carrazzne, Diretor da "A Notícia"; Dr. Adail Vetorazzo, prefeito municipal de S. J. do Rio Preto e conferencista.

Cartórios e outras fontes

Depois de ler e copiar o que ali se encontrava, apaixonei-me de tal modo pelo assunto que, com o passar dos meses, eu já tinha ampliado, sem me aperceber, o campo da pesquisa. Deparei-me comigo mesmo debruçado em cima dos livros da Câmara Municipal, onde li todas as atas de reunião dos edis, seus debates e suas proposituras. Analisei e copiei carinhosamente as leis municipais, que me pareciam importantes. Passei à correspondência e expediente do Executivo Municipal, seu relacionamento oficial com o Governo do Estado e outros Municípios, os projetos mais significativos dos vários intendentes e, depois, prefeitos municipais. Em seguida, como desdobramento da tarefa, naturalmente cheguei aos livros de nossos cartórios, para extrair deles longa série de documentos do maior valor, desde o início da ordenação legal da vida desta comuna — com raízes em Araraquara e Jaboticabal, a que fomos subordinados administrativamente — até chegar ao Arquivo Histórico de São Paulo, na Capital.

Vejamos como estavam as fontes históricas locais, naquele distante 1945:

I — Livro do Tombo

Em virtude de um princípio de incêndio na igreja matriz, o reverendíssimo Bispo de S. Carlos do Pinhal, Dom José Marcondes Homem de Melo, ordenou que o secretário da diocese, cônego João da Ressurreição Paiva, organizasse um Livro do Tombo em que ficasse reconstituído o que havia de mais importante nos livros parcialmente danificados pelo fogo.

A informação foi dada pelo então Monsenhor José Joaquim Gonçalves, sendo que o trabalho de síntese e registro começou no dia 13 de agosto de 1914.

Esta a fonte mais antiga do bispado local, que se encontrava em bom estado de conservação.

II — Cartório de Paz

O livro nº 1, portanto o mais antigo, tinha início com documentos de 1863, embora o Distrito de Paz houvesse sido criado em 20 de março de 1855. Os demais livros estavam conservados e acessíveis, fáceis de se consultarem. Baseado nos seus registros, o sr. Antônio Tavares de Almeida escreveu em 1940, mais ou menos, uma interpretação sociológica de nosso passado. Estudou

o “melting pot” em terras riopretenses, denominando o seu trabalho “Oeste Paulista”.

III — Cartório de Registro e Hipotecas

Os livros eram de 1904, ano em que se criou a Comarca, e todos eles se encontravam em bom estado de conservação. Ali se viam informações e dados de grande importância para o estudo da vida local e regional, tais como: registros de escrituras, doações e tudo mais que se referia ao período de intensa compra e venda de terras, incrementadas pela criação da Comarca e chegada da estrada de ferro.

Achavam-se ainda naquele cartório os livros de uma unidade da Guarda Nacional, comandada pelo coronel Cândido Spínola Castro, o serventuário.

IV — Cartórios de 1º e 2º Ofício.

Possuíam livros em bom estado, fáceis de se consultar pela ordem em que foram guardados. Além de outros, podíamos encontrar ali:

- a) processos divisórios de antigas fazendas, inventários, etc;
- b) escrituras de compra e venda;
- c) procurações e muitos outros registros, que podem interessar, conforme o assunto a ser estudado.

V — Arquivo da Prefeitura Municipal.

Encontrava-se em verdadeira desordem, sob o telheiro de um barracão sem segurança e não contava sequer com um funcionário encarregado de zelar pelos livros, documentos, coleções de jornais e pacotes de papéis.

Nesse arquivo podíamos consultar:

- a) os livros de contabilidade de 1894 em diante;
- b) cabe aqui uma observação: em 1914 e 2 ou 3 anos seguintes desapareceram os livros correspondentes, porque — segundo a tradição oral — foram enterrados em uma cisterna, a fim de cobrir responsabilidade dos políticos dominantes na época;
- c) coleção de jornais de 1922 em diante.

VI — Arquivo da Câmara de Vereadores.

Existiam lá, em boa ordem:

- a) livros de atas das sessões, de 1894 a 1929;
- b) atas das eleições;

- c) livros de registro de leis — abrangendo o período de 1894 a 1913 (depois de saltar alguns anos, recomeçava normalmente);
- d) atos de Chefes do Executivo;
- e) correspondência oficial de 1902 a 1908 e outras mais recentes;
- f) livros de Termos de Compromisso.

Este era o quadro geral de nossas fontes históricas locais.

Colaboradores eventuais

Devo confessar que durante a evolução do trabalho, quando ia sendo norteadado pela intuição de jovem jornalista e por meu grande amor a esta terra ensolarada, contei sempre com a simpatia, a compreensão e, às vezes, o decidido apoio de várias pessoas, que, por razões de consciência, não posso e não devo esquecer.

Na Câmara Municipal preciso lembrar o sr. Ernando Nora, chefe da secretaria, que me franqueou de boa vontade todos os livros e registros lá existentes. Também me auxiliou de modo incansável naquela casa, em penosa tarefa de dactilografar notas e apontamentos, a srta. Hilda César, dinâmica colaboradora, que pouco tempo depois faleceria prematuramente, no viço de seus vinte e poucos anos.

No Cartório de Paz, encontrei o capitão João Gomide — velho amigo de meu avô materno, que vivera boa parte do passado que eu perquiria — e ao lado de seu depoimento pessoal, tão rico e tão valioso, ele me ofereceu para estudo os papéis e livros mais antigos existentes aqui sobre o pretérito de S. J. do Rio Preto. Esse gesto amável e inteligente do antigo maestro de nossa Lira Riopretense, eu pude ver continuado depois por seu filho Ábner Gomide. Com a mesma paciência e a mesma solicitude.

Em S. Paulo, tive a felicidade incomum de encontrar no Arquivo Estadual um funcionário dedicado e culto, que me assessorou graciosamente em várias buscas. Nas gavetas, pacotes, coleções de folhas amarelecidas. Onde quer que chegasse a minha curiosidade, de que participava sinceramente, lado a lado, sem se esmorecer. Ele se chamava Leôncio Lorena, um nome para ser guardado com as várias cartas, que mantenho entre os papéis de maior valor.

Assim os anos foram se passando e a minha curiosidade crescendo, crescendo cada vez mais. Por fim o trabalho, que de

quando em quando revia ajudado por minha mulher, começava a tomar corpo e forma definitiva. Por volta de 1948, mais ou menos — três anos depois do início — eu tinha 365 envelopes, distribuídos em várias caixas, e fui colecionando neles, por data, tudo que havia reunido pacientemente. Sem pressa. E aí surgiu uma necessidade nova, do ponto de vista intelectual do projeto, quando comecei a imaginar aquele material em forma de livro, para a juventude estudiosa.

Iconografia

Quem ilustraria tudo para mim, a fim de se visualizar melhor a realidade do passado, que pretendia reconstruir através de fotos, mapas, caminhos de boiada, embarcações e velhas igrejas? Principalmente com os tipos humanos mais importantes da época. Importantes quanto ao seu papel na sociedade em estudo.

Tomei duas urgentes medidas, que me pareciam indispensáveis na ocasião. Consegui a colaboração espontânea de um fotógrafo amigo, o Quim-quim (apelido carinhoso do bom baiano Joaquim Portela dos Santos), com o objetivo de ilustrar a coluna dominical “Nossos velhos”, onde eu registrava depoimentos e fatos de maior relevo, guardados na memória dos mais vividos, e ao mesmo tempo contratei, com exclusividade, o trabalho notável de um desenhista, que, ao final de vários meses, nada quis me cobrar pela tarefa. Antônio Vargas — dileto e inesquecível companheiro de muitas horas — fez todos os bicos de pena da cronologia, além de mapas e gráficos estatísticos, com exceção do retrato do engenheiro Ugolino Ugolini, que devo a outro artista plástico, o meu irmão de ideal Antônio Portela.

Da imprensa

Enquanto Quim-quim retratava tipos humanos, de acordo com a minha escolha e orientação, e Antônio Vargas ia fazendo belos desenhos de caminhos de boiada, pontas de gado em marcha, velhas igrejas das Colônias Militares do Avandava e Itapura, descobri novos filões da história regional, que — embora não tivessem o valor de documentos cartorários — vinham completar o meu arquivo, diversificando as fontes, em que fui beber os ensinamentos e, sem dúvida alguma, confirmavam muitos papéis

antigos ou traziam para eles a glosa popular, o vulgo-saber de nossa gente.

Esses preciosíssimos veios eram os órgãos de imprensa mais antigos e a tradição oral, a que me dediquei com imenso carinho e severo espírito crítico, a fim de separar criteriosamente o trigo do joio.

Descobri, por exemplo, nas primeiras buscas com amigos da Loja Maçônica — Vicente Filizola, Nagib Gabriel, José Alexandre Benfica e outros — verdadeira raridade: dois exemplares da revista “Cosmos”, o primeiro órgão da imprensa local, que circulou no dia 15 de janeiro de 1901, por iniciativa do prof. Adolfo Guimarães Correa, um dos mais operosos líderes políticos e intelectuais da região. Ela foi impressa em Jaboticabal, nas oficinas do Jornal “O Combate”, circulando ao que se sabe apenas três números. Eu obtive o nº 1 e o nº 3, com matéria substancial e séria, assinada por vários colaboradores ilustres, entre eles o notável engenheiro Ugolino Ugolini, aqui radicado.

Na redação de “A Notícia”, em cartórios, no Arquivo Municipal e nas mãos de particulares, encontrei exemplares amarelecidos e algumas coleções incompletas do jornal “O Porvir” — primeiro a circular entre nós, de 1902 a 1912, com várias interrupções em sua tiragem — e ainda “O Poder Moderador”, lembrando D. Pedro II no título, de 1911, bem como “A Cidade”, de 1912. Nada escapou ao meu interesse, e de todos extraí o que me pareceu merecedor de registro especial. Inclusive os verzejadores anônimos, ou escondidos sob a capa de pseudônimos, glosando tipos e fatos da época. A alma do povo.

Contudo, a pesquisa não se circunscreveu apenas aos periódicos antigos, esquecendo as buscas e lições mais recentes sobre aquele passado. De forma alguma. Conseguí achar, ler e esquadrihar o “Álbum de Rio Preto” — editado por Oiticica Lins e Raul Silva, em 1918/19 — uma publicação pioneira no gênero, feita com espírito bastante objetivo, no que se refere às origens de nossa cidade.

Na qualidade de amigo íntimo de Paulo Laurito — apesar da diferença de idade que nos separava — conversei longamente com ele, sobre o seu “Álbum da Comarca de Rio Preto”, monumental levantamento jornalístico, que todos admiramos, e ali pude garimpar, através de demorada leitura, várias informações valiosas diluídas nas longas reportagens comerciais. Nesse tipo de publicação é insuperável.

Li também jornais antigos de Araraquara e Jaboticabal, para retirar de suas páginas o que interessasse para a cronologia, sem esquecer em nenhum momento, como norma constante de trabalho, as pessoas realmente ligadas à crônica riopretense, em seus primeiros decênios. Era uma exigência do levantamento a que me propus, tendo em vista a subordinação administrativa e judicial desta terra àquelas duas comunas.

Da tradição oral

Simultaneamente, entre um álbum e um jornal, tratei logo de ouvir as pessoas mais velhas, aprender com elas, pedir-lhes sugestões, levar-lhes problemas embaraçosos de interpretação de fatos e documentos. Talvez tenha sido a parte mais agradável do projeto, porque pude gozar do privilégio intraduzível de falar diretamente com inúmeros personagens vivos de um período já transcorrido.

(1) — Dona Avelina Gonçalves Diniz, neta de João Bernardino de Seixas Ribeiro, foi uma das primeiras pessoas antigas do lugar que ouvi, por razões óbvias. E dela recebi informações sobre a família, originária de S. João del Rey e Ouro Preto, que reforçaram os dados transcritos de livros e documentos da história local, contando ainda curiosidades e fatos pitorescos como estes:

“Sempre ouvi dizer entre os meus que um dos velhos tinha sido guarda de D. Pedro I. O tenente Bernardino, pai de meu bisavô, tataravô, portanto, mudou-se para Casa Branca, ficando João a estudar no Rio de Janeiro. Depois este veio também para o Estado de S. Paulo. Casou-se com Mariana Inácia Ribeiro, uma moça de seu Estado, e o “padrinho Vicente” — como ouvia dizer — deu a eles um casal de escravos, mãe e filho. Chamava-se Maria Madalena e Silvestre Elias. Deu-lhes ainda um carro de bois com oito juntas. Somente depois de nascidos todos os filhos, o casal resolveu mudar-se para Rio Preto. Os rebentos eram, do mais velho para o mais moço: Canuto Bernardino, José Bernardino de Seixas S^o, Joaquim Mariano, Luíza Mariana”.

Ela ainda nos confidenciou isto: “... assim que chegaram, eles encontraram aqui (década de 1850) alguns

bugres mansos, chefiados pelo “Capitão Vitorino”. Esses é que os ajudaram a formar fazendas. Tudo em troca de pinga e fumo. De vez em quando uma roupinha vermelha, que punham no corpo e só tiravam quando caía de podre. Outra curiosidade: dormiam ao relento, em volta do fogo”.

Quanto à imagem de S. José de Botas, ela confirmou a tradição oral:

“Um dia, minha avó e a negra Maria Madalena encontraram, no mesmo local da igreja de hoje, uma imagem de São José, aquela que ali está ainda. O santo achava-se no interior de um rancho”.

Como se vê, a devoção ao orago carpinteiro é anterior à chegada dos Seixas Ribeiro, e — sabemos todos — deve-se ao casal de doadores do principal patrimônio: Luís Antônio da Silveira e sua mulher Teresa Francisca de Jesus. Não há dúvidas quanto a isto.

(2) — Outra figura respeitável, que procurei focalizar através de entrevista, foi Miguel Landucci — ex-auxiliar do dr. Ugolino Ugolini — já velho e muito doente no fundo de uma cama. Tão doente que não me pôde adiantar quase nada. Sua memória claudicava a todo momento e, em razão disto, optei pelo testemunho de sua mulher, dona Lindolfa Landucci, menos idosa do que ele e em plena lucidez.

O casal vivia, então, na vila Redentora, em modesta morada; e ela se dispôs a me responder o que sabia a respeito da vida e morte do autor da primeira planta da cidade. De modo particular sobre o seu fim, que ocorreu na residência dos Landucci, dos quais era hóspede, na rua general Glicério, onde mais tarde seria construída a Empresa de Transportes do grande Feliciano Sales Cunha.

Dona Lindolfa, que nascera no dia 13 de dezembro de 1886, estava naquela ocasião com 66 anos de idade, era a segunda esposa do ex-auxiliar de Dr. Ugolino Ugolini, com quem Landucci tinha medido, ao longo dos anos, grandes áreas de terra e construído muitas estradas e pontes na região.

Dizia a bondosa testemunha dos fatos:

— Dr. Ugolino Ugolini sofria de “dores fulgurantes”, três ou quatro vezes por mês.

Era da espinha e quando atacado tinha que tomar calmantes. Sofria bastante.

Talvez percebendo que piorava, resolveu arranjar tudo o que era seu. Já havia mesmo remetido para a Itália um baú de coisas. Passava horas nesse trabalho. Certo dia, sentindo que ia morrer, mandou chamar o coronel Adolfo Guimarães Correa, dr. Arlindo Carneiro e Vítor Brito Bastos para fazer o seu testamento. Fui de casa em casa, mas ninguém apareceu. Felizmente o engenheiro não faleceu, continuou naquela vida, muito tristonho, sem receber visitas.

Na manhã de 1º de agosto de 1915, eu estava dando milho às galinhas e vi a janela do quarto do dr. Ugolino aberta. Lá dentro ele arrumava seus objetos. De repente, tossiu umas vezes, me gritou e bateu na nuca sem poder falar. Corri pela cozinha e fui encontrar o nosso amigo e hóspede com ar cansado e as mãos estendidas. Sentei-o no chão de tijolo, dei-lhe um paletó e, enquanto ele o dobrava como travesseiro e deitava-se, fui correndo chamar o sr. José Elias, nosso vizinho. Quando voltei, o dr. Ugolino estava morto, deitado no piso, a cabeça apoiada no paletó dobrado”.

Miguel Landucci estava então no Estado de Mato Grosso, a serviço, e só recebeu a notícia dias depois, através do sr. Ézio Pazzotti, um amigo. Não conseguiu, portanto, vir a tempo de assistir ao enterro. Isto seria impossível, pelo tempo e pela distância.

— “O corpo ficou em casa a noite toda — continuou dona Lindolfa — e muita gente apareceu para o velório. No dia seguinte, os maçons — tendo à frente o cel. Adolfo Guimarães Correa — promoveram um enterro importante. Bem bonito”.

Depois de tantos anos, a mulher continuava sinceramente pesarosa pelas circunstâncias em que desaparecera o amigo da família. E fez questão de expressar com amargura este sentimento.

“Uma coisa é triste: que tenha morrido na miséria, depois de ter trabalhado tanto. E creio que o principal causador de sua morte foi o dr. Cunha Glória, também o dr. Furquim, que lhe deram grande prejuízo, uns 20 e tantos contos naquela época. Desde aí ficou doente, nunca mais arribou. E Landucci perdeu um grande amigo, com quem trabalhava cerca de 13 anos”.

(3) — Um dia soube que o primeiro estafeta do nosso correio ainda vivia e, emocionado, fui à sua procura, graças à gentileza de Domingos Munia, que me levou de automóvel à antiga fazenda Piedade, onde estava o ex-transportador de malas postais.

Em casa simples, tipicamente mineira, Orozimbo Miguel de Abreu nos mandou entrar, pelas duas ou três horas da tarde, e quando o informei para o que ia, mostrou-se discretamente satisfeito com aquela curiosidade. Prontificou-se a falar. Apesar da dificuldade em ouvir as perguntas, pois já estava bastante surdo, contou-me que por volta de 1885 a primeira Agente do Correio, dona Ana de Paula, mulher do escrivão Teodolino José de Paula, contratou-o para levar e trazer malas de correspondência de Araraquara até Rio Preto. Fazia duas viagens por mês, no dia 1º e no dia 15, ganhando então 25 mil réis por vez. Na estação das chuvas os rios aumentavam de volume e era preciso abarracar-se nas suas margens, à espera de que as águas baixassem. De quando em quando surgia o perigo de onças por esses caminhos desertos, que atravessavam as matas da região. Muitas matas.

Alguns anos mais tarde, o itinerário era outro: ele levava e trazia malas de Jabuticabal, porque ali chegaram os trilhos da E. de Ferro Paulista e era mais perto de Rio Preto, além de cabeça administrativa da região.

Orozimbo Miguel de Abreu, sobre quem escrevi longa matéria a fim de abrir o único número da revista “Casa de Cultura”, em 1947, era uma figura alta, magra, queimada de sol, com grande calva e falava pouco. Lembrava-se com saudade daquela vida trabalhosa, em um período em que a vila era quase uma ficção geográfica no mapa do Estado de S. Paulo.

Ele trabalhou como estafeta durante vinte anos consecutivos e depois cedeu o lugar para um baiano chamado Jove. Jove de Tal, pois não se recordava de todo o nome do substituto.

Antes de nos despedirmos, falou ainda de dois pormenores dignos de nota: o eclipse solar, ocorrido em 1890, que deixou o povo amedrontadíssimo, pensando no fim do mundo, e a casinha de madeira que conservava ao lado da residência de alvenaria, onde morava com a família.

— Meu filho, esta foi a primeira casa que eu construí. Estou conservando para os netos.

— Quanto tempo o senhor vive aqui?

Quis saber.

— Nas duas moradas já faz 60 anos, sim senhor.

Uma existência. Simples, longa e operosa, que enriqueceu a minha experiência pessoal de repórter e bisbilhoteiro da história local.

(4) — Na Galeria de velhos inesquecíveis, que entrevistei longamente para aprender coisas de nosso passado, há uma figura interessante e ágil, inteligente e jocosa, que viveu boa quadra do período que eu estudava, e a quem devo muitas informações reunidas em meu trabalho.

Refiro-me ao capitão José Verdi. Italiano de nascimento, ele veio para cá em 1890. na companhia do tio Verdi Sperandiu, excelente construtor. que deixando Ribeirão Preto renovou o padrão e o estilo de nossas casas da época, melhorando o aspecto da cidade.

O “Verdinho” — como era chamado em garoto — foi um dos melhores jóqueis do fim do século passado, quando a raia para corridas era na atual rua Bernardino de Campos, do cemitério — hoje Forum local — à praça da igreja. Ali se realizavam em domingos e dias de festa as disputas barulhentas entre os melhores parceiros. E “Verdinho” ganhou sem dificuldade muitas corridas, apenas pelo prazer de correr e ouvir os aplausos da pequena assistência.

Na mocidade casou-se com uma filha do velho Santa Fé, povoador da cidade do Oeste que traz hoje seu nome, dona Lavínia de Oliveira, parenta próxima de meus avós maternos de Sta. Ana do Paranaíba, em Mato Grosso. Por isto, com eles sempre estive ligado por laços de parentesco e amizade. Cap. José Verdi era um homem bastante alegre e vivido, do qual por certo muita gente ainda se lembra em Rio Preto, com justificada saudade. A ele também o meu preito de reconhecimento, nesta referência ligeira e sem brilho, mas que traz o sinal da sinceridade e o calor da admiração.

Os marcos do período estudado

Depois de ouvir e registrar o depoimento de todos os nossos idosos mais representativos, que deram alguma contribuição ao passado do lugar e da região, pareceu-me completo o conjunto de dados para contar, de modo vivo e bastante ilustrado, o período heróico de nossa querida cidade. Para isto, estabeleci os marcos do estudo, tomando como fundamentais dois acontecimentos de valor histórico indiscutível:

a doação do patrimônio de São José e a chegada da Estrada de Ferro Araraquara. Seis decênios, com perspectiva suficiente para eu examinar tudo com absoluta isenção.

Um rodapé

Como desejasse então testar o acervo recolhido e, ao mesmo tempo, ir dando certa ordem ao material, enquanto passava os originais a limpo, cotejando nota por nota com as folhas dactilografadas ou manuscritas, iniciei um rodapé de meia página, no “Diário da Região”, por oferecimento de Eufly Jales, que se entusiasmou com aquele mergulho na crônica riopretense.

Assim que começaram a chegar às minhas mãos as críticas favoráveis e as manifestações de agrado, não só expendidas por amigos e colegas de jornalismo, mas também por ilustres historiadores e intelectuais de outras comunas, fiquei com a convicção de que estava certo ao iniciar a coleta de tudo que reunira no transcorrer de vários anos.

Lembro-me bem de que o pedagogo e professor de literatura Antônio d’Ávila, quando recebeu alguns rodapés, de S. Paulo me escreveu com entusiasmo algumas linhas, para estimular o principiante. Coisas como estas:

“Prezado Basileu.

Estou recebendo com regularidade números do “Diário da Região”, com os rodapés de seu trabalho *Um município no tempo*, chegando-me às mãos hoje o 4º trecho do mesmo. É desnecessário dizer que tenho apreciado muito o que resolveu fazer, pesquisa histórica de alto valor como documentário de uma das mais fecundas e prósperas regiões do Estado. V. tomou a incumbência que é, sem dúvida, fundamental aos trabalhos históricos, isto é, o desbravamento do caminho, a procura de dados, a colheita de documentos. A interpretação, a comparação, a avaliação do que foi feito, através dos tempos, não poderão ser realizadas sem o esforço pertinaz, beneditino de quem cava os primeiros sulcos, lê os documentos poídos e amarelecidos, decifra pontos obscuros, rebusca arcas e armários. Parabéns pelo que está tentando em favor da história, salvando do esquecimento e do

abandono uma bela porção de nosso passado administrativo, político, social e cultural. Antes desses parabéns, que lhe envio, já você alcançava louvor no artigo de Aluizio de Almeida que acabo de ler, publicado no "Estado de São Paulo", de 23.06.51, em artigo sobre Afonso d'E. Taunay.

Um abraço do

a) *Ávila*

S. Paulo, 18.07.1951''

Meu coração encheu-se de alegria. O esforço e o cansaço de longas horas, dias e meses estavam sendo compreendidos. Era a minha melhor paga e eu nada mais desejava. Entretanto, outras recompensas iguais chegariam daqui e dali, a ponto de achar em momentos de auto-crítica que não as merecia, porque em verdade nunca as esperei tão generosas e tão cativantes.

O cônego Luís Castanho de Almeida, conhecido e ilustre historiador de Sorocaba, com quem troquei algumas cartas na época, enviou-me o seguinte parecer sobre o futuro livro:

“Minha opinião sincera sobre seu trabalho:

1º — o sr. deve publicá-lo como vem fazendo, aceitando informações etc. O sr. revelou-se pesquisador e intérprete valioso.

2º — depois de acabada essa publicação, o sr. fará com ela a “documentação” ou 2ª parte do seu livro, em letra miúda.

Seja menos modesto e chame a esse grande livro assim feito HISTÓRIA DE RIO PRETO, e poderá dizer com o vate «non omnis maior».

a) Cônego Luís Castanho de Almeida.

Sorocaba, 1951''

O jornalista riopretense, e estudioso das coisas locais, dr. Olímpio Rodrigues dos Santos, escreveu-me também uma carta para se congratular com a publicação daquele rodapé, nos seguintes termos:

“Caro Amigo

Basileu Toledo França.

Um abraço.

Li o “Histórico da Cidade de Rio Preto” — agosto — caderno nº 2.

A coleção de dados da crônica local, pelo seu método, é interessantíssima e, se completa, fornecerá material insubstituível para a tarefa maior da sintetização crítica do que há de ser de futuro um vigoroso capítulo da nossa história, além de fornecer vasto material para o sociólogo. É um trabalho beneditino, que confirma os seus louváveis pendores para a investigação histórica. Você será chamado, mais adiante, o nosso “Fernão Lopes”.

Continue, porque a tarefa é meritória, tanto mais quanto você se empenha nessa ordem de atividades numa quadra em que impera soberano o espírito do negócio.

Escrevo-lhe para aproveitar a ocasião de dizer-lhe, por esta forma, da minha sincera admiração por seu espírito e caráter e para reassegurar-lhe que sou afetuosamente, o:

Amigo

a) Olímpio Rodrigues

S. J. do Rio Preto, 05.11.1950”

Com tamanhas provas de agrado, vindas de pessoas realmente credenciadas para fazê-lo do alto de sua competência, eu procurei reler o meu trabalho com espírito crítico, na certeza agora da grande responsabilidade que o empreendimento me colocara sobre os ombros. Quase entrei em pânico. Finalmente o

concluí e resolvi guardá-lo, na impossibilidade de uma edição imediata, para o famoso “chá de gaveta”, aconselhado por Mário de Andrade.

Duas consequências de ordem prática surgiram logo após a conclusão da obra em dois volumes e um grande álbum de ilustrações, zelosamente engavetados.

Plano Diretor

A primeira delas foi servir aquele material, recolhido e interpretado por mim de 1945 a 1951, como fonte de dados para o urbanista Luis Saya, do Instituto Nacional de Arquitetos, Seção de S. Paulo, realizar o primeiro Plano Diretor de S. J. do Rio Preto, a convite da nossa municipalidade. Ele tinha sido contratado para isto.

Um dia recebi a visita daquele técnico, que dirigia também o Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, na capital paulista. Ele chegou, acompanhado do médico e deputado Joaquim Nunes Coutinho Cavalcanti, a minha casa na rua Benjamin Constant, próximo ao córrego Borá, e, assim que fomos apresentados, se apressou em dizer porque me procurou.

— Soube que escreveu longo trabalho sobre o passado de Rio Preto e aqui vim pedir, com o aval do Cavalcanti, que me empreste o livro. Preciso muito de conhecê-lo, a fim de fazer o Plano Diretor para a cidade.

Como leigo, estranhei de início as ligações da história com o urbanismo, mas, depois, diante da insistência e explicações de Luis Saya, secundado pelo generoso médico e amigo, resolvi ceder-lhe por alguns meses os meus originais.

— Pode acreditar — ele dizia — é muito importante para mim conhecer através dos anos a tendência desta gente e desta terra, nos caminhos do progresso. De modo especial as iniciativas mais significativas dos políticos e administradores, ao lado da legislação municipal que você recolheu para o livro.

Assim, mais pelo interesse também demonstrado por Coutinho Cavalcanti, dei-lhe tudo que já tinha organizado até então: o primeiro volume, que ia de 1º de janeiro a 30 de junho, julgado pelo arquiteto como suficiente, por se tratar de corte vertical, onde aparecia o essencial do período estudado.

Contudo, qual não foi a minha surpresa, quando tempos depois Luis Saya apresentou às autoridades riopretenses o seu plano e nem sequer fez referência aos subsídios que lhe forneci!

O fato me desagradou profundamente, de modo especial por um pormenor de suma gravidade: não me devolveu os originais, como seria de obrigação, apesar de algumas cartas que lhe dirigi. Por fim, transcorridos cerca de seis meses, fui a S. Paulo e de lá trouxe, apesar da relutância dos seus auxiliares, o volume escamoteado e registrei em jornal da época o meu espanto com este incidente desagradável, a fim de que ninguém ignorasse daí em diante a colaboração de “Um município no tempo”, ao primeiro Plano Diretor da cidade. Só por isto.

“Centenário”

Outra consequência direta do farto inventário histórico da obra, foi a publicação de uma revista no I Centenário de Doação do Patrimônio de S. José, de que muitos ainda se recordam aqui, certamente.

O dr. Filadelfo Gouveia Neto, prefeito municipal em 1952, resolveu instituir uma Comissão Organizadora encarregada de promover as comemorações de 19 de março daquele ano. Fui convidado a participar do grupo, onde havia várias pessoas ilustres e renomadas, tendo ali recebido a incumbência honrosa de editar uma revista de cunho histórico, com o que me parecesse mais relevante. Em dois meses apenas, ajudado pelo colega Luis Pietsch Júnior e a cooperação publicitário do comércio local, publiquei “Centenário”, trazendo na capa o brasão do município e na abertura uma bonita mensagem manuscrita do Chefe do Executivo.

Essa publicação, hoje rara, obteve admirável repercussão graças em grande parte ao caderno absolutamente original intitulado “Rio Preto de ontem”, baseado todo ele na pesquisa e interpretação original do trabalho. Ela foi composta nas oficinas do “Diário da Região” e impressa com bom gosto na gráfica dos “Irmãos Cal”. Tudo feito em nossa cidade.

Deste modo, iniciava-se a trajetória do meu livro, acima e independente do autor, antes mesmo de ser publicado, para servir à coletividade. E, tal como nos bons vinhos — perdoem-me a falta de modéstia — a sua qualidade irá com certeza se aprimorando com o passar dos janeiros, pois quanto mais velho melhor o acervo de documentos, jornais, testemunhos e papéis, que utilizei para escrevê-lo.

No momento, quando entrego estes originais à Municipalidade, aqui representada pelo Centro Cultural “Daud

Jorge Simão”, a fim de que sejam divulgados, estou convicto de que, com o excelente índice-dicionário do prof. Ático Vilas Boas da Mota, “Um município no tempo” não será nunca cemitério de informações, como outros trabalhos do gênero. Muito pelo contrário, servirá de consulta permanente e buscas constantes para outros estudiosos; em vários campos das ciências humanas.

É o que espero e desejo de coração.

DO GABINETE LITERÁRIO GOIANO

Élder Camargo de Passos.

A fim de facilitar o trabalho dos pesquisadores, publicamos aqui a ata de instalação em 10 de abril de 1864, relação nominal dos presidentes e resumos de atas de 1864 a 1982, do Gabinete Literário Goiano, uma das mais nobres e respeitáveis instituições culturais do nosso Estado.

I — ACTA DA INSTALAÇÃO DO “GABINETE LITTERARIO GOYANO” EM 10 DE ABRIL DE 1864

Achando-se presentes as 11 horas do dia nas casas do Lycêo d'esta Cidade os Snr.er Raymundo Sardinha da Costa — João Baptista Carneiro — Conego Manoel José do Coutto Guimarães — Bento José Pereira — Capitão José Rodrigues Jardim — Ignácio Xavier da Silva — Eusebio Joaquim Rodrigues — Vicente Moretti Foggia — Constancio Ribeiro da Maya — Joaquim Luiz Teixeira Brandão — João Corrêa Vianna — Pedro Gomes d'Oliveira — José Gonzaga Socrates de Sá — Joaquim Augusto Teixeira de Carvalho e Silva — Francisco de Faria Albernaz — Ignacio de Faria Albernaz — Joaquim Vieira de Aguiar — Porfírio Leite de Barros — Pedro Ribeiro da Silva — Luiz Gonzaga Confucio de Sá — Padre Vicente José Vieira — Padre Nocilão d'Almeida Pinto Vieira — Urbano Marques Lopes Fogaça — Francisco Manoel da Silva Caldas — Joaquim Maria Salomé Pereira — Pacífico Antonio Xavier de Barros Junior — Joaquim Justiniano de Vellasco — Vicente José de Azevedo — Luiz Marcellino de Camargo — Paulo Francisco Pova — Amancio Procopio Seixo de Britto — Paulo Marcos de Arruda — Manoel Denimy — Joaquim Manoel de Menesco — Francisco Gonzaga Cicero de Sá e João Baptista Moretti Foggia — foi pelo Snr. Sardinha apresentado o seguinte projecto: —

“O abaixo assignado conhecendo a utilidade de um Gabinete Litterario nesta Capital, anima-se a convidar aos seus concidadãos à subscreverem com a quantia de cinco mil réis de

entrada e mil réis mensal para compra e remonta de livros e mais despesas do Gabinete, e promete apresentar à Directoria que for eleita os Estatutos afim de serem discutidos e approvados. — Goyaz 4 de Fevereiro de 1864 — Raymundo Sardinha da Costa” — com cem assignaturas, sendo 35 dos Snr.^{es} acima mencionados e 65 do Exmo. N. Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira — Brigadeiros José Pedroso Duarte, e Joaquim Bruno Pitaluga Caiapó — e Snr.^{es} Francisco Ferreira dos Santos — Antônio José de Castro — José Rodrigues de Moraes — Antônio Augusto de Padua Fleury — João Nunes da Silva — José Ignacio Teixeira da Fonseca — João Fleury de Campos Curado — Antônio Pereira de Abreu — José Vicente da Silva — Elizeu Xavier Leal — Francisco Victorino Xavier de Britto — Manoel Baptista Ribeiro de Faria — João José da Silveira Pinto — Joaquim Ferreira de Paiva — Antônio José Caiado — Ignacio Antonio da Silva — Francisco Marques Lopes Fogaça — Antonio José Ribeiro — Benedicto Roriz de Moraes — Antonio Gonçalves Dias — Tulio Theodoro d’Oliveira — Antonio Alexandrino Ferreira da Silva — Antonio José Martins — Joaquim Alves d’Oliveira — Pedro Ludovico d’Almeida — Felicissimo do Espirito Santo — Luiz Pedro Xavier dos Guimarães — João Caetano d’Azeredo — João Maria Berquó — João Fleury Alves de Amorim — José d’Oliveira Calheiros d’Albuquerque — João Fleury de Camargo — Jorge José d’Artiaga — João Rodrigues Fraga — Beraldo José d’Araujo — José Manoel dos Santos — João Rodrigues de Moraes — Joaquim Duarte Teixeira — Antonio Gomes d’Oliveira — Joaquim M. Xavier Serradourada — Ayres Feliciano de Mendonça — Joaquim Ignacio da Silveira — Joaquim Rodrigues Jardim — Doutores João Augusto de Padua Fleury — Jeronymo José de Campos Curado Fleury — Benedicto Felix de Sousa — Pe. Pio Joaquim Marques — Pe. José Irias Xavier Serradourada — Pe. Joaquim Vicente de Azevedo — Pe. Ignacio Francisco de Campos — Herculano José Carneiro de Mendonça — José da Costa Xavier de Barrós — Pedro Luiz Xavier Brandão — Tristão Luiz Brandão — Ricardo José de Azevedo — Frankelim da Rocha Lima — Angelo José de Gusmão — Miguel Theophilo de Sousa — Joaquim Fernandes de Carvalho — Sebastião Manoel de Andrade — Miguel José Vieira e João Cornélio Brom; e bem assim um requerimento assignado pelo mesmo Snr. “Sardinha com despacho do Exmo. Snr.” Presidente da Provincia de 28 de março ultimo, concedendo autorização para crear-se o referido Gabinete, e em seguida foi aclamado Presidente interino o Snr. João Baptista Carneiro que convidou para tomar assento na Meza os Snrs. Conego Manoel José do Coutto Guimarães, Vicente Moretti Foggia — Pe. Vicente José Vieira e Bento José Pereira,

sendo este para Secretário, que recebendo das mãos do Presidente aclamado um projecto de Estatutos, apresentado pelo instituidor da associação passou a fazer a sua leitura e concluída, o V. Presidente declarou aberta a Sessão por estar presente mais de um terço dos Socios, e convidou aos mesmos para elegerem a Directoria do Gabinete, o que verificou-se sendo o resultado da eleição o seguinte: — Para Presidente o Snr. “Sardinha obteve 25 votos — Carneiro 6 — Foggia 2 — Cícero de Sá 1; para Directores Ignacio Antonio 27 — Camargo 16 — Foggia 13 — Dr. Benedicto 3 — Socrates 3 — Porfirio 2 — Carneiro, Teixeira Brandão, Confucio e Urbano 1 voto cada um; para Secretario Pe. Pio 20 — Carvalho e Silva e Pacífico 8 — Salomé 7 — Urbano 6 — Caldas 4 — Socrates 3 — Cicero 2 — Bento José Pereira, Porfirio, Correa Vianna, Confucio, Menezes e Dinamy 1 voto cada um; para Tesoureiro Conego Coutto 21 — Francisco de Faria 4 — Pe. Vicente e Amancio 3 cada um e Socrates 2; para Procurador Cicero 27 — Pe. Vicente e Arruda 2 cada um — Ignacio Xavier e Correa Vianna 1 voto cada um — que foi lido pelo secretario e logo foram reconhecidos: — Presidente o Snr. Raymundo Sardinha da Costa — Directores Ignacio Antonio da Silva e Luiz Marcellino de Camargo — 1º Secretario Pe. Pio Joaquim Marques — 2º Secretario Joaquim Augusto Teixeira de Carvalho e Silva por ter obtido a sorte de desempate — Thesoureiro Conego Manoel José do Coutto Guimarães — Procurador Francisco Gonzaga Cicero de Sá, que logo entrarão em exercicio, e por nada mais haver à tratar-se o Sr. Presidente encerrou a Sessão a 1 hora e 35 minutos da tarde e para constar mandou lavrar a presente Acta que vai assignada por todos os sócios presentes e eu Joaquim Augusto Teixeira de Carvalho e Silva, segundo secretario que a escrevi no impedimento do 1º. Seguem as assinaturas dos presentes, já mencionados no corpo da ata.

II — PRESIDENTES DA ENTIDADE

— 10.04.1864 — Raimundo Sardinha da Costa

— 12.02.1865 — Inácio Antônio da Silva (interino) e Raimundo Sardinha Costa

— 08.10.1865 — Evaristo Cintra (interino)

— 24.12.1865 — Jerônimo José de Campos Curado Fleury

— 19.05.1866 — Cel. Antônio José de Castro

- 09.02.1868 — Ignácio Antônio da Silva (interino)
- 1871-1872 — Antônio Félix de Bulhões Jardim
- 07.04.1872 — Francisco Antônio de Azeredo
- 27.09.1882 — Francisco Antônio de Azeredo
- 25.09.1884 — Manoelkoscuisko Pereira da Silva (interino)
- 19.04.1885 — Manoelkoscuizsko Pereira da Silva (eleito)
- 20.09.1885 — Antônio Fleury Curado (substituindo o anterior por ter o mesmo que se retirar para a Prov. de Mato Grosso)
- 27.10.1887 — Luiz Gaudie Fleury (indicado interinamente, por que o anterior renunciou a presidência que fora eleito em 7 de agosto de 1887)
- 27.10.1887 — Francisco Xavier de Brito
- 15.11.1887 — Luiz Gaudie Fleury
- 29.05.1892 — Paulo Póvoa (convoca para eleger nova diretoria)
- 21.04.1895 — Luiz Gonzaga Jaime Carvalho Ramos
- 02.05.1897 — Dr. Vicente Miguel da Silva Abreu
- 08.05.1898 — Dr. Coriolando Augusto de Loyola
- 28.05.1899 — Antônio Ramos Caiado
- 24.05.1900 — Coriolando Augusto de Loyola
- 05.02.1901 — José Gonzaga Socrates de Sá (interino)
- 20.04.1901 — Coriolando Augusto de Loyola
- 1º.06.1901 — Luiz Guedes de Amorim
- 24.06.1903 — Desor. Luiz Gonzaga Jaime
- 04.09.1904 — João Alves de Castro
- 21.04.1909 — Emílio Francisco Póvoa
- 11.06.1916 — Mário de Alencastro Caiado
- 27.05.1920 — Emílio Francisco Póvoa
- 02.02.1925 — (última ata do livro 2 págs. 88 a 89)
- 25.04.1926 a 1929 — Emílio Francisco Póvoa
- 28.04.1929 a 1932 — Consuelo Ramos Caiado
- 21.04.1932 a 1935 — Altair Caiado de Castro
- 21.04.1935 a 1938 — Alfredo Nasser
- 14.09.1938 a 1943 — Goiás do Couto
- 04.07.1943 a 1946 — Artur Napoleão Gomes Pereira

III — Resumos de Atas

— Livro 1 de Atas — 1864-1882

— 10.04.1864 — Instalação do Gabinete. — Raimundo Sardinha da Costa e + 100 sócios.

— 1ª Diretoria

- P. - Raimundo Sardinha da Costa
- O. - Ignácio Antônio da Silva
- O. - Luiz Marcelino de Camargo
- 1º S. - Padre Pio Joaquim Marques
- 2º S. - Joaquim Augusto Teixeira de Carvalho e Silva
- T. - Cônego Manoel José do Couto Guimarães

— P. - Francisco Gonzaga Cícero de Sá

— 24.04.1864 — Foi feita a discussão dos artigos do Estatuto.

— 13.05.1864 — O Presidente fez ver a conveniência da escolha de Jornais e livros para a Biblioteca e assinaram por seis meses os seguintes jornais:

- A Cruz
- Biblioteca Brasileira
- Correio Mercantil
- Jornal do Comércio
- Diário do Rio de Janeiro
- Constitucional
- Indicador Militar
- Revista Médica

— Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
— Le Brezil
— Jornal das Famílias, e se mandasse comprar as seguintes obras:
— A Bíblia (contendo o Novo e Velho Testamento tradução do Padre Antônio Pereira de Figueiredo)
— Vida dos Santos
— Vários dicionários, tudo no valor (importância) de 399\$900 réis.

— 26.06.1864 — Vários assuntos:
1º — Pagamento à Joaquim Ignácio da Silva pelo serviço de escrituração.
2º — Cobranças das entradas e mensalidades.
3º — Que se pedisse a Assembléa Provincial a sulvenção de hum conto de réis com um voto contra.
4º — Nova lista de obras para a biblioteca.
5º — Que se comprasse 3 mesas e 12 tamboretos forrados de palinha.

— 21.08.1864 — Foi presente uma carta do encarregado da compra de livros constantes de duas relações.
— Oferecimento de livros.
— Tomaram várias resoluções:
1ª — Que o prazo para a leitura de jornais seria de um dia para cada número.
2ª — Deliberam sobre pagamento.
3ª — Entrada de novos honorários.
4ª — Pedido ao Presidente da Província para a publicação dos extratos das Atas no Correio Oficial gratuitamente.

— 15.09.1864 — Abertura de 2 caixotes entregues ao Sr. Pedro Gomes de Oliveira recebidos na Corte do Sr. José Moura da Trindade encarregado das compras. — Marcaram prazos para ser lido cada volume.

— 02.10.1864 — Procederam a eleição dos secretários cujos lugares estavam vagos. — Por Silveira Porto foi proposto em sinal de gratidão que se

tivesse um retrato do Sr. Sardinha e este fosse colocado em uma das salas do Gabinete, proposta unanimemente aprovada.

— 13.11.1864 — Escolha dos jornais que devem ser assinados para o ano vindouro e submeter a Diretoria um Ofício solicitando o Diploma de Sócio.

— 04.12.1864 — Expediente — registro de doações públicas e particulares pedido da Diretoria ao Presidente da Província para reconhecer o Gabinete como utilidade pública e a isenção do pagamento do respectivo sello.

— 18.12.1864 — Sugestão para a compra de livros.

— 12.02.1865 — Agradecimentos de sócios honorários.

— 05.04.1865 — Prazos para leitura das obras. — Compra no Rio de Janeiro de uma nova lista de livros.

— 23.04.1865 — Apresentou relatório do Estado do Gabinete. — Eleição - Presidente: Jerônimo José de Campos Curado Fleury. — Diretores: Evaristo de Araújo Cintra - Benedito Félix de Souza. — 1º Secretário: Joaquim Maria Salomé Pereira. — 2º Secretário: Luiz Gonzaga Confereio de Sá. — Tesoureiro: Pe. Nicolau d'Almeida Pinto Vieira. — Procurador: José Ignácio da Luz.

— 08.10.1865 — Tratou-se da assinatura de novos:
— Jornais e compras de livros.
— Jornal do Comércio. Folha ilustrada.

— 24.12.1865 — Várias doações.
— O Sr. Confúncio apresentou inventário dos livros existentes no Gabinete.
— O Presidente sugeriu a colocação do retrato do fundador do Gabinete, Sr.

Raimundo S. da Costa já falecido.
— Aprovação de nomes para sócio sob proposta do Presidente nomeasse uma comissão para o fim de manifestar a S. Magestade O Imperador o , de que se acha possuída esta Associação não só pela vitória do Uruguai com a rendição das forças Paraguaia, entreincheiradas na Uruguiana como também pela próspera volta e chegada do Excelso Monarca a Corte.

— 08.05.1866 — Leitura de um ofício que fora enviado a S.M.O. Imperador.
— Aprovação de novos sócios.
— 19.05.1866 — Retirada da Sociedade o Sr. Ignácio Soares de Bulhões — Eleição 1866-67 — comp. 19
— Presidente: Antônio José de Castro
— Diretores: Ignácio Antônio da Silva e Evaristo de Araújo Cintra
— 1º Sec.: Joaquim Maria Salomé Pereira
— 2º Sec.: Luiz Pedro Xavier Guimarães
— Tesoureiro: João Fleury de Campos Curado
— Procurador: Paulo Marcos de Arruda.
— 09.02.1868 — Oferecimento de Obras.
— Tem ele por fim solucionar o problema de pagamento do bibliotecário, pois, a entidade não conta com nada por se ter retirado quase todos os sócios.
— Sugere convocar uma assembléia geral para ver que destino deve-se dar aos objetos ou antes que se restabeleça o Gabinete.
— Foram convocados os sócios para assembléia no dia 16.02, ficando para enquanto fechado o Gabinete.

— 01.03.1868 — Compareceram 7 - Convocando a comparecer os sócios para decidir se o G.L. deve ou não continuar.
— Resolveu-se que ficasse tudo

suspenso até a ocasião da Assembléia Legislativa e os livros do G.L. depositados no lugar cujo fim se deve pedir a Presidência a necessária faculdade, podendo ali gozar do benefício da leitura daqueles que quisessem continuar contribuir para esta associação.

— 19.02.1871 — Presidente: Ignácio Antônio da Silva.

— Compareceram 7.

— Resolveu sobre a continuação da sociedade de conformidade com a resolução Provincial nº 447 de 14.09.1870 - houve 2 votos contrários, esperando p/ resolver em número maior de sócios. Os outros 5 são a favor. O Sr. Bulhões declara tomar sobre a responsabilidade desta deliberação.

— 26.03.1871 — Presidente: Ignácio Antônio.

— Comp. - O Presidente abre a sessão declarando o estado em que se encontra a sociedade e a necessidade de nova eleição mas que a vista do pequeno número de sócios que confirmaram.

— Consultava primeiro a respeito.

— Ficou a eleição para o domingo de Páscoa, dia 16.04.71.

— E apresentada uma lista de Sras. e Cavalheiros que queriam fazer parte da sociedade.

— 16.04.1871 — Presidente: Ignácio Antônio da Silva.

— Eleição dos Membros da Diretoria.

— Entrada de Sócios = 17 sócios.

— Presidente: Antônio Félix de Bulhões Jardim.

— Diretores: Francisco Antônio de Azeredo e Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim.

— 1º Sec.: Joaquim Maria Salomé Pereira.

— 2º Sec.: João Xavier da Silva.

— Tesoureiro: Antônio José Martins

— Produtor: Francisco Antônio

Cardoso de Santa Cruz.

O Sr. Ignácio lembra a necessidade de colocar o retrato do fundador em uma das salas do Gabinete. Saudando uma dívida de gratidão, e que o retrato está com a família do finado. O novo presidente apresenta as seguintes propostas que serão aprovadas: — Que inclua nos estatutos o seguinte artigo: “As senhoras que forem sócias do Gabinete, e não puderem vir, não quiserem concorrer pessoalmente às sessões podem fazerem-se representar por uma terceira pessoa expressamente autorizada para isso”.

— 26.04.1871 — Tratam da compra de livro para o Gabinete com o produto das mensalidades. Pelo baixo preço passam a comprar obras românticas de 2ª mão, do que mandadas buscar na Corte. Que se cobre multa por cada dia de atraso no prazo do leitor o direito real.

— 16.08.1871 — Pres. Bulhões.
Eleição da Diretoria - 71/73.
Presidente: Francisco Antônio de Azeredo.
Diretor: Joaquim Rodrigues de Marcos Jardim.
Diretor: Joaquim Vicente de Azeredo.
1º Secretário: Joaquim Maria Salomé.
2º Secretário: Francisco Vitorino Xavier de Brito.
Tesoureiro: Antônio José Martins.

— 07.04.1872 — Pres. Francisco Antônio.
Tomada de conta do tesoureiro.
Aquisição de novos sócios.
Adiantamento de 200\$000 ao Coronel Caiado para compra de livros na Corte. Que se abrisse o Gabinete em todos os dias úteis às mesmas horas que funciona o Liceu: das 8 às 12 da tarde e das 4 às 6 da tarde e nos domingos, dias Santos e Feriados até o meio-dia, ficando nessa parte alterados os estatutos. Compra de um sinete para marcar os livros do G.L.

— 02.05.1872 — Pres. F.A. Azeredo.
Para pedir autorização para mandar comprar na Corte, pelo Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira no valor de 150\$000 alguns livros cuja relação submete a aprovação, que é aceita. Falta de Diplomas aos sócios, que já se eleva a 90, resolvem que se mandasse 100 exemplares.

— 17.06.1872 — Oferecimento de Obras e entrada de sócios honorários.

— 06.07.1872 — É lida uma carta do Sr. Bulhões da Costa datada de 21 de maio participando ter comprado para o G.L. 200\$000 que recebeu do Caiado as obras restantes de uma relação.

— 04.08.1872 — Ofícios de aceite como sócios honorários de Bonfim e Anicuns.
Compra de livros da Biblioteca Mariano L. Cabral, do Rio de Janeiro, e assinatura de obras somantes a 6\$000 por semestre. Entrada de sócios.

— 23.07.1872 — O presidente apresenta a fatura dos livros chegados ultimamente. Compra chegada pela tropa do Dr. Ignácio Soares de Bulhões.

— 19.10.1872 — O Presidente apresenta um Atlas histórico da Guerra do Paraguai.
Manda fazer quadro para os retratos e molduras para os mapas.

— 18.11.1872 — O presidente ponderou a conveniência por todos os meios que for possível adquirir para o G.L. quaisquer documentos e obras relativas a história e geografia da Província de Goiás. Foi aprovada a resolução e encarregado o Presidente a nomear uma comissão.

— 19.12.1872 — Foi feito um levantamento das obras existentes no Gabinete, as escritas em língua

nacional e estrangeira, as impressas no Império, o nº de obras do G.L. e o nº de consultas desde janeiro.

Trabalho exigido pela diretoria geral de Estatística.

Fez-se encomenda de livros sobre obras no G.L.

Fez-se assinatura do Jornal Literário "Luz".

— 09.01.1873 — Pres. Azeredq.
O Sr. Presidente propõe ao sócio honorário Dr. Alfredo d'Esgragnote Tournay e do Dr. Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim e B.L. Gourmier, livreiro do Rio de Janeiro.

— 26.02.1873 — Agradecer a Tournay a doação de várias obras. Pagou-se a Francisco de Faria Albernaz o frete de livros do Rio de Janeiro a Goiás. A José Joaquim da Veiga Valle a importância de 16\$000 porque doou um quadro dos heróis da Guerra do Paraguai.

Encarregou-se o Sr. A. Azeredo e ao Sr. Joaquim Rodrigues a reverem os Estatutos para serem submetidos à Assembléia Geral na próxima semana.

— 28.03.1873 — Reforma dos Estatutos.
Nova Eleição — 1873/74.
Pres.: Francisco Antônio d'Azevedo.
Diretor: Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim.
Diretor: Joaquim Vicente de Azevedo.
1º Sec.: Vicente Vitorino Xavier Brito Jr.
2º Sec.: Joaquim Fernandes de Carvalho.

Tesoureiro: Antônio José Martins.
— 23.04.1873 — Aprovam contas do ano social findo. Compra de peças theatrais. Resolve que realize a compra das obras visto ser limitado o número das que existem no Gabinete.

— 14.06.1873 — Aprovam as contas do tesoureiro. É apresentada uma conta de Tournay, sócio honorário do Gabinete

em que expõe a urgente necessidade que tinha de uma relação das obras da sociedade, porque pretende brindar a mesma com maiores volumes.

Expede ofício ao Sr. B.L. Gourmier remetendo-lhe pedido de peças theatrais.

— 19.07.1873 — Foram recebido 74 volumes do Sr. Francisco Xavier de Almeida, compradas da livraria B.L. Guarnier.

— 28.09.1873 — Assuntos administrativos.

— 04.11.1873 — Pagar ao Sr. José Ignácio da Luz a quantia de 13\$000, pelo trabalho de confeccionar um catálogo das obras existentes no J.L. Donativos de Obras.

— 23.12.1873 — Relação de obras compradas na Corte. Foi nomeado na Corte o Sr. Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim para procurador do Gabinete na Corte, a fim de fazer a compra de livros já que a livraria B.L. Guarnier não está cumprindo.

— 17.01.1874 — Foram recebidas 3 cxs. de livros enviados por Tournay num total de 163 volumes.

— 13.03.1874 — Marca-se a sessão magna da eleição para 12.04. Compra de obras e doações.

— 16.04.1874 — Registra-se queixa de vários sócios que o G.L. não abre. Entrada de novos sócios.

— 19.04.1874 — Eleição - 1874-1875.
Pres.: Francisco Antônio de Azevedo.
Diretor: Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim.
Diretor: Antônio José Pereira.
1º Sec.: Francisco Vitorino Maria de Brito Jr.
2º Sec.: José Inácio da Luz Azeredo.
Tes.: João Caetano de Azeredo.

— 12.05.1874 — Exame de contas do Tesoureiro. Aprova relação de compra de livros. Doações.

— 07.07.1874 — Pedido de livros aos Srs. Magalhães, Graça S. Cia. negociante na Corte que deverão mandar os livros pela tropa do Dr. João José Correia de Moraes.

— 18.09.1874 — Que em todas as sessões o Sr. Bibliotecário apresentasse nota dos sócios que estavam sócios com a entidade. Organização de catálogos. Doações.

— 29.11.1874 — Recebimento e abertura de caixotes comprados a B.L. Guarnier e enviado pela tropa do Sr. João José Correia de Moraes (85\$000) pelo frete.

— 10.01.1875 — Organizar uma relação das obras do Gabinete Literário para enviar Ministério do Império.

— 08.03.1875 — Exame de relação de livros para compra. Doações.

— 21.04.1875 — Prestação de contas. Marcou eleição.

— 30.04.1875 — Apres. Relatório do Presidente. Em seguida o Sr. Antônio Cícero de Assis tomou a palavra e demonstrando a utilidade das conferências públicas em voga em quase todas as cidades civilizadas, propôs que o G.L. inaugurasse nesta Capital essas conferências, marcando previamente pelo menos 1 dia em cada mês, para nele terem lugar. Foi aprovada por unanimidade.
Eleição - 1875-1876.

P.: Francisco Antônio de Azeredo.

D.: Ramiro Teixeira de Abreu

D.: Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim

1º S.: Francisco Vitoriano Xavier de Brito Júnior.

2º S.: Joaquim Gomes de Oliveira.

T.: João Gonzaga de Siqueira.

— 20.05.1875 — Aprovam contas.

— 06.07.1875 — O tesouro irá a Corte. Escolha para substituí-lo e dar ao mesmo a quantia de 500\$000 para compra de livros e ordem para acertar contas do Gab. com B.L. Guarnier. O Sr. Azeredo apresentou um recibo a 3\$000 que despendeu com a compra de jogos para se gastarem com a festa da sessão anual do Gabinete.

— 13.08.1875 — Aprovam contas.

— 23.10.1875 — Aprovam contas. Entrada de sócios.

— 20.11.1875 — Contas com Guarnier. Relação de livros.

— 26.12.1875 — Contas. Compra de livros.

— 28.03.1876 — Compra de livros.

— 11.04.1876 — Marcam a sessão geral para 23.

— 23.04.1876 — Eleição.

P.: Francisco A. Azeredo

D.: Ramiro P. de Abreu

D.: Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim

1º S.: Francisco Vitorino

2º S.: Joaquim Gomes de Oliveira

T.: João Gonzaga de Siqueira

— 18.06.1876 — Aprovam contas.

— 19.08.1876 — Aprovam contas. Encomenda de livros.

— 27.12.1876 — Mandam fazer um novo retrato do fundador do Gabinete.

— 31.01.1877 — Compra de livros.

— 27.03.1877 — Marcam eleição para 08.04. Autorizam o tesoureiro a fazer

as despesas com a solenidade.

— 08.04.1877 — Foram eleitos os mesmos do mandato anterior. O Presidente fez uma dissertação sobre “Espírito de Associação”.

— 14.04.1877 — Contas. Novo bibliotecário. Compra de livros.

— 14.05.1877 — Aprovam contas. Submetem também a proposta do Presidente para que o Gabinete Literário subscrevesse com a quantia de 5\$000 para a manutenção do “Correio Particular” que se vai estabelecer desta Capital a de São Paulo.

— 14.07.1877 — Que se fizesse encomenda de livros todos os meses de agora em diante, mas somente na quantia de 50\$000 e depositar o saldo restante na Caixa Econômica desta Província.

— 27.08.1877 — Recebimento de obras e encomenda de outras. Dar balanço na Biblioteca.

— 02.09.1877 — Para que o Bibliotecário não admita ninguém sem ordem da Presidência.

— 09.11.1877 — Abertura de caixote de livros que trouxe o tropeiro Antônio de Castro Ribeiro. Pagou-se o carreto de 62\$000.

— 15.12.1877 — O Sr. Presidente reclamou para que se declarasse em ata a decisão que nesse dia se havia tornado de mandar vir do Rio um PLANETARIUM e com essa correção foi a ata aprovada. E mandou vir do Rio grades (molduras) e verniz para dois quadros da Rendição de Uruguaiana e do Ataque na Ilha da Redenção.

— 19.01.1878 — Por proposta do

Presidente resolveu-se mandar celebrar uma missa pela alma do Conselheiro José Martiniano de Alencar, Sócio Honorário do Gabinete.

— 13.03.1878 — Oferecimento de obras. Mandou-se encadernar diversas obras estragadas, isso pelo nosso consócio Francisco Manoel de Sá Caldas.

— 11.04.1878 — Foi doada uma coleção da Matutina, jornal impresso em Meia Ponte - donativo do Dr. Virgílio Abiz de Mello Franco. Convoca-se os sócios para o dia 28 eleger a nova Diretoria.

— 28.04.1878 — Tomou parte o Sr. Presidente da Província (Antero Cícero de Assis) que era sócio. O Presidente do Gabinete leu um discurso sobre “O amor da Pátria”. Foi aclamada a diretoria anterior para o período 79/79.

— 04.05.1878 — Prestação de contas. Abertura de um caixote de livros

— 26.08.1878 — Contas.

— 23.11.1878 — Contas. Doações de livros.

— 14.12.1878 — Doações de livros.

— 15.02.1878 — Resolveu que se pague a D^a. Leonor Gertrudes Fialho dos Guimarães a quantia de 34\$000 importância de encadernação, bem como à viúva do nosso finado sócio Francisco Manoel da Silva Caldas.

— 03.04.1879 — Proposta para venda de livros para o Gabinete.

— 09.04.1879 — Convocação para eleição dia 20.

— 20.04.1879 — O Presidente leu um importante trabalho seu sobre “Economia Política e Finanças”.

P.: Francisco A. de Azeredo.
D.: Manoel Noscuzko Pereira da Silva.
D.: José Gonzaga Sócrates de Sá.
1º S.: Francisco Vitorino Xavier de Brito.
2º S.: João Batista Soares da Maia.
T.: Francisco de Faria Albernaz.

— 13.05.1879 — Nada de importante.

— 11.06.1879 — Contas.

— 21.07.1879 — Nada de importante.

— 02.10.1879 — Abertura de caixotes de livros.

— 15.01.1880 — Contas. (Prestação).

— 30.03.1880 — Contas.

— 11.04.1880 — Eleição. Presente o Presidente da Província Dr. Aristides de Souza Spíndola.

P.: Francisco Antônio Azeredo.

D.: Antônio Fleury Curado.

D.: Manoel Noscuzko P. da Silva.

1º S.: João Batista Soares da Maia.

2º S.: Francisco Vitorino Xavier de Brito.

T.: Constâncio Ribeiro da Maia.

— 24.04.1880 — Prestação de contas.

— 25.05.1880 — Nada de Importante.

— 08.06.1880 — Nada de Importante.

— 15.07.1880 — O Sr. Presidente declarando existirem em Cx. a quantia de 80\$000 manifesta o desejo de dar aplicação a mesma seja em livros ou seja numa máquina recentemente inventada de extração de cópias de manuscritos e denominada VELOCIGRAPHO - que a diretoria dá o seu consentimento.

— 18.09.1880 — Novos livros chegaram pelo Correio de 17. Como para atender a requisição feita pelo Sr.

Dr. Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim - Agente do Arquivo Público, quanto a remessa à Corte das cópias autênticas das atas de instalação e restauração do Gabinete.

— 19.09.1880 — Distribuição de relatórios para se tirar cópias.

— 26.10.1880 — Assinar o Diário Oficial de janeiro em diante.

— 11.11.1880 — Nada de importante.

— 31.12.1880 — Nada de importante.

— 18.02.1881 — Consignar em ata a recepção do VELOCIGRAPHO e de várias obras.

— 31.03.1881 — Nada de importante.

— 18.04.1881 — Marcando sessão geral para 08.05.1881. E, para isso são distribuídos os seguintes serviços: de detalhes dos fatos mais importantes dados durante o ano social, ao Sr. Brito. Do ornamento da sala e outros preparos para a sessão magna ao Bibliotecário e do registro dos atos ao Secretário.

— 08.05.1881 — O Sr. Presidente procedeu a um desenvolvimento de observação e notícias sobre "higiene" Na eleição foi aclamada a mesma Diretoria.

— 27.05.1881 — Nada de importante.

— 03.08.1881 — Contas. Pedido de jornais e revistas.

— 07.11.1881 — Criação de um livros de termos de sócios para registrar suas entradas e saídas. Aumento da sala do Gabinete.

— 27.12.1881 — Eliminação dos sócios que atrasarem 3 meses suas mensalidades.

— 20.02.1881 — Propõe o Sr. Presidente o custeio da iluminação do lampeão colocado em frente ao Lyceu com uma cota que não passasse de 2\$000 mensais.

— 18.03.1882 — Foi apresentado um ofício do Clube Juvenil desta cidade que ofereceria em benefício do G.L. o produto de uma representação destinada para o dia 8 de abril vindouro no Teatro S. Joaquim, pedindo alguma coadjuvação a dita Diretoria. Foi aceita tão importante oferta agradecendo e assegurando prestar-lhes a coadjuvação.

— 13.04.1882 — Nada de importante.

— 30.04.1882 — Sessão magna. Achavam-se sobre a mesa diversos papéis e sobre uma outra entre as muitas que ornavam a sala com seus jarros de variadas flores e resplandentes lustres estava um rico quadro com o retrato de Presidente da Sociedade Dr. Francisco Antônio de Azeredo, ali colocado pelos ilustres consórcios e amigos, seus admiradores. O Sr. Presidente seguido de um brilhante desenvolvimento de higiene especializado nas bebidas. Após foi feita a aclamação da antiga Diretoria. A sessão foi assistida pelos ilustrados jovens do Clube Juvenil e abrilhantada por várias e primorosas peças de música, executadas por uma excelente Banda.

— 30.05.1882. — Nada de importante.

— 14.07.1882 — Nada de importante.

— 31.08.1882 — Pedido de ajuda ao Presidente da Província, para levantar uma parede do Lyceu que ameaça ruir junto à Biblioteca.

— 27.09.1882 — Vinda de livros. (Última ata do Livro 1).

— LIVRO 2 —

Atas de 1882 a 1925.

— 30.11.1882 — Compra de um Almanak e Dicionário de Pedagogia.

— 20.12.1882 — Nada de importante.

— 13.01.1883 — Nada de importate.

— 31.03.1883 — Marca sessão magna para 8 de abril. Compra de foguetes. Requisitam a Banda de Música do Batalhão 20, para tocar grátis.

— 08.04.1883 — Eleição. Foi reeleita a mesma Diretoria. Inauguração da nova sala da Biblioteca. Em seguida, o Presidente pronunciou um importante discurso sobre alimentos em geral, um dos objetos especiais de higiene.

— 15.04.1883 — Nada de importante.

— 18.04.1883 — Nada de importante.

— 28.09.1883 — Contas.

— 16.11.1883 — Lista de novos livros.

— 13.03.1884 — Nada de importante.

— 02.04.1884 — Determina sessão magna para 3 de maio. Mandou celebrar missa pela alma de Bernardo Guimarães.

— 03.05.1884 — Rojões e Banda de Música do 20. Presença do Presidente da Província, Dr. Camilo Augusto Maria de Brito. Leitura do Relatório acompanhado de dissertação sobre sociabilidade. Foi aclamada novamente a Diretoria anterior.

— 25.09.1884 — Sob a direção do Sr. Koscunzsko declarou que o fim da presente reunião era comunicar à Diretoria a **infausta morte do seu** u

Presidente Dr. Francisco Antônio de Azeredo, a fim de que se pronunciasse sobre a sua substituição. Ficou como Presidente o Sr. Noscunzko, até a próxima assembléia. O Sr. Presidente, em frases sentidas recorda a perda que acaba de sofrer a sociedade com a morte de seu Presidente e põe em relevo o quanto concorreu ele para a prosperidade dessa associação de cuja administração tomou conta desde 26 de março de 1872, desenvolvendo nesse longo período de 12 anos toda a atividade que era capaz em benefício do Gabinete, muitas vezes negando repouso ao corpo, pelos grandes trabalhos de que esteve sempre sobrecarregado como Médico, quase único que nesta cidade existia. Mostra haver ele conseguido conservar sempre o Gabinete um número de sócios superior a 60.

— 27.12.1884 — Pagamento ao Livreiro B.L. Garnier. Compra de novos livros.

— 19.04.1885 — Sessão geral. O Presidente interino Manoel Koscunzko Pereira da Silva leu o relatório concluída a leitura o sócio Manoel de Faria Albernaz retira-se do recinto protestando contra a abertura da sessão com o número de 15 sócios.

— Eleição por aclamação.
P.: Manoel Noskunzko P. da Silva
D.: Antônio Fleury Curado
D.: João Batista Soares da Maia
1º S.: Francisco Vitorino X. de Brito
2º S.: João Gustavo de Sant'Ana
T.: João Fleury de Camargo

— 04.05.1885 — Nada importante.

— 10.07.1885 — Nada de importante.

— 20.07.1885 — Contas. Novo prédio ao livreiro Garnier. O Presidente declarou que tendo que retirar-se para a Província de Mato Grosso passava a

Presidência ao Diretor Antônio Fleury Curado.

— 04.11.1885 — Pedido de livros.

— 10.02.1886 — Foi resolvido requerer-se à Província o pagamento da subvenção de 400\$000 conforme Lei Provincial nº 734 de 29.08.1884. Resolveu-se auxiliar na publicação do Dicionário Histórico e Geográfico do Brasil por meio de compra de um mais exemplar ou por meio de uma contribuição.

— 10.06.1886 — Marca para 20 de junho a sessão magna. Para economia do Gabinete se dispensasse a música e os foguetes. Resolveu-se escrever ao livreiro Bernardo Luiz Garnier sobre a remessa de livros para o Gabinete.

— 20.06.1886 — Eleição por aclamação. Eleita a mesma Diretoria. Ata retrospectiva dos fatos ocorridos de 20.06.1886 a 1887, do Gabinete. Pagamento a Garnier. Encarregou-se ao Dr. Francisco de Paula Ferreira Gomes de representar o Gabinete na sessão fúnebre que se celebrou em honra do finado Dr. Félix de Bulhões, ex-Presidente deste Gabinete. Ofertas de livros.

— 07.08.1887 — Reuniram-se vários sócios e aclamaram a seguinte Diretoria:
P.: Antônio Fleury Curado
D.: Luiz Gaudie Fleury
D.: Paulo Francisco Póvoa
1º S.: Luiz Guedes d'Amorim
2º S.: Francisco Xavier de Brito
T.: João Fleury de Camargo.

— 27.10.1887 — Antônio Fleury Curado renuncia ao cargo de Presidente. Assume Luiz Gaudie Fleury e para 2º S.: Raphael F. Torres.

— 15.11.1887 — Contas do Gabinete.

Pedido à Assembléia Provincial de uma verba a fim de abrir mais uma sala no edificio do Gabinete.

— 05.12.1887 — Reunião ordinária e sem nada de importante.

— 05.01.1888 — Nada de importante.

— 29.05.1888 — O sócio Paulo Póvoa declara haver convocado a actual sessão na qualidade de Director do Gabinete para eleger uma Directoria e rever os estatutos. Foi convidado para presidir a sessão o Dr. Jaime que falou no deplorável estado em que se encontra o Gabinete.

P.: Dr. Jaime (Luiz Gonzaga Jaime)

D.: Emílio Póvoa

D.: Carvalho Ramos

1º S.: Dr. Ribeiro

2º S.: Chiappine

T.: Moisés Sant'Ana

Nomeou comissão para que em 15 dias apresente novo estatuto. São eles: Emílio Póvoa - Carvalho Ramos e Ribeiro. O Sr. Henrique Silva pede que a comissão seja toda ela em contrário. O Sr. Henrique Silva propõe que se construa nova sede e se propõe em ajuda com 300\$000 sendo 50\$000 seus e 250\$000 saldo existente na cx. do Centro Goiano.

— 21.04.1895 — Eleição.

P.: Luiz Gonzaga Jaime

V.P.: Emílio Póvoa

D.: Carvalho Ramos

T.: Olímpio Costa

Feita a eleição, assim ficou:

P.: Carvalho Ramos

V.P.: Artur Napoleão

D.: Jerônimo de Moraes

F.: Olímpio Costa

1º S.: Antônio Cupertino

2º S.: Francisco de Faria

T.: Luiz Guedes d'Amorim

Terminada a votação o Dr. Leopoldo de Bulhões pediu a palavra e falou a respeito da necessidade de por em prática os artigos dos Estatutos

relativos às conferências públicas, o art. 9º que trata do Museu em anexo.

• — 03.05.1896 — O Sr. Presidente referindo-se às Conferências Literárias que tem de ser levadas a efeito por deliberação anteriormente tomada, propõe que estas sejam seguidas de **Kermesses**. Houve eleição e foi aclamada a Directoria anterior.

— 08.12.1896 — Nada de importante.

— 02.05.1897 — Eleição

P.: Dr. Vicente Miguel da Silva Abreu

VP.: Cel. Cincinato da Motta Pedreira

O.: Antônio Ramos Caiado

F.: Augusto Alves

1º S.: Manoel Brandão

2º S.: Marcelo da Silva

T.: Luiz Guedes d'Amorim

— 08.05.1898 — Foi pedido pelo Dr. Félix Fleury, para ser nomeada uma comissão para rever o regulamento do Gabinete por não mais satisfazer os interesses, o actual.

Eleição.

P.: Coriolano Loyola

VP.: Sócrates

1º S.: Manoel Brandão

2º S.: André de Alencastro

T.: Luiz Guedes d'Amorim

F.: Felicíssimo do E. Santo

— 12.05.1898 — Compra de livros e manda confeccionar os Diplomas.

— 07.08.1898 — Compra de livros e de 1 dz de cadeiras com palhinha. Informou-se dos poderes competentes do Estado, se o terreno em que se acha edificado o prédio do Gabinete lhe foi doado. O Sr. Luiz Guedes d'Amorim entregou saldo da comissão encarregada de erigir o busto de Félix de Bulhões: 365\$851.

— 14.08.1898 — Compra de livros.

— 06.11.1898 — Doação de livros pelo

Visconde de Taunay.

— 20.11.1898 — Nada de importante.

— 04.12.1898 — Nada de importante.

— 18.12.1898 — Revisão dos estatutos e pedido de permissão ao Estado para aumentar o Gabinete, caso fosse negada a Diretoria pudesse comprar um prédio para funcionar.

— 18.03.1899 — Nada de importante.

— 30.04.1899 — Nada de importante.

— 22.05.1899 — Marcar reunião magna para 28.05. Eleição.

— 28.05.1899 — Eleição.

P.: Antônio Ramos Caiado

VP.: José Gonzaga Sócrates de Sá

1º S.: Vicente Pereira de Abreu

2º S.: Augusto Bartolomeu Jr.

T.: Joaquim Guedes d'Amorim

F.: Felicíssimo do E. Santo

O.: Luiz G. Jaime.

— 07.02.1900 — Compra de um prédio para o Gabinete. Seria um prédio pertencente ao Min. da Guerra.

— 24.05.1900 — Eleição.

P.: Coriolano Loyola

V.: José Gonzaga Sócrates de Sá

1º S.: Vicente Miguel da Silva Abreu

2º S.: Maçoel Luiz da Silva Brandão

O.: Luiz Gonzaga Jaime

T.: Joaquim Guedes d'Amorim

F.: Mariano de Araújo Lima

— 29.06.1900 — Compra de novos livros. Assinatura da Enciclopédia Portuguesa.

— 27.07.1900 — Apresentação da fatura dos livros comprados em Portugal.

— 20.02.1901 — Conferência dos livros chegados.

— 14.05.1901 — Foi lido um ofício do tesoureiro da Associação "Monumento Félix de Bulhões", o Sr. Torquato Ramos Caiado, versando sobre uma ação Cível que alguns cidadãos promoveram contra o mesmo, para reaver a importância doada ao Gabinete pela referida associação, pedindo por isso para depositar em mãos de 3ºs. a dita quantia, a fim de ser entregue a quem de direito no caso de ser declarado ilegítimo o ato da referida associação.

— 27.05.1901 — Ordena que a quantia doada, referida na ata anterior seja entregue ao tesoureiro a espera do veredito.

— 01.06.1901 — Eleição.

P.: Luiz Guedes d'Amorim

V.: José Gonzaga Sócrates de Sá

1º S.: Joaquim José de Sant'Ana

2º S.: Joaquim de Sant'Ana Andrade

O.: Vicente Miguel da Silva

F.: Moysés Lopes Zedes

T.: Joaquim Guedes d'Amorim

— 01.05.1902 — O livreiro O.

Mascarenhas, livreiro-editor do Rio de Janeiro, escreveu oferecendo vender livros a preços excepcionais por estar liquidando a livraria para a qual enviara um catálogo. Foram encomendadas as obras mais vantajosas.

— 08.06.1902 — Eleição. Reeleita a Diretoria anterior. E, as pessoas que quisessem serem sócias deveriam pagar uma quantia referente a um trimestre.

— 24.06.1903 — Eleição.

P.: Luiz Gonzaga Jaime

V.: Artur Napoleão

1º S.: Jerônimo de Moraes

2º S.: Dr. João Alves de Castro

O.: Matias da Gama e Silva

T.: Vicente de Abreu

— 05.07.1903 — Posse aos elementos eleitos e que não compareceram.

Revisão dos estatutos do Gabinete e organização de um Catálogo da Biblioteca, designando para o 1º, o Sr. Presidente e os membros da Diretoria Vicente de Abreu e Alves de Castro, e para o 2º, o sócio Francisco Xavier de Almeida Jr.

— 05.07.1903 — Reunião extraordinária do Gabinete e Associação “Monumento Félix de Bulhões”. O Presidente declarou que convocou essa sessão a fim de tomar uma deliberação que viesse por fim a irritante questão existente entre as duas associações oriunda do fato de haverem 3 membros da primitiva associação “M.F.B.” resolvido em maioria, doar ao Gabinete a quantia de 6 contos, 365 mil, 851 réis (6:365\$851) que havia sido colhida por meio de subscrição popular para erigir um monumento a Félix de Bulhões. Foi proposto que o Gabinete contrairá com o Estado um empréstimo de 10 contos de réis a juros de 5% ao ano e com a obrigação de amortizá-lo na razão de 2 contos por ano a contar-se de 1904 dando como garantia a dotação de 14 contos de réis que lhe dera o Congresso Federal. Reunida essa quantia com a de 6:365\$851 em mãos do Sr. Torquato Ramos Caiado se promoverá a compra de um terreno e se construirá um edifício em que se funcione o Gabinete e que tenha as necessárias acomodações. Devendo esse edifício ter na frente um ajardinado de grades onde se elevará uma homenagem a Félix de Bulhões ou seja um busto ou uma estatueta, mas que não exceda os limites econômicos das duas associações. Foi nomeada uma comissão de 6 membros, sendo 3 de cada uma. Ata aprovada e registrada em Cartório.

— 19.07.1903 — 2ª reunião da Diretoria das duas Associações. Entrega do dinheiro com juros no valor de 661.105 réis.

— 28.08.1904 — Eleição.
P.: Dr. João Alves de Castro
V.: Miguel da Rocha Lima
1º S.: Jerônimo Rodrigues de Moraes
2º S.: Augusto F. Rios
T.: Joaquim J. de Amorim
F.: Antônio Perilo
O.: Vicente Miguel da Silva Abreu.

— 04.09.1904 — Nada de importante.

— 12.03.1905 — Reforma dos Estatutos. Emendas acrescentadas.

— 09.04.1905 — Eleição. Aparecem os nomes, votando de Joaquim Bonifácio de Siqueira e Dr. Luiz do Couto.
P.: João Alves de Castro
V.: Miguel da Rocha Lima
1º S.: Artur Abdon Póvoa
2º S.: Gastão de Deus Victos Rodrigues
T.: Rodolfo Marques
O.: Augusto F. Rios
F.: Coriolano Loyola

— 22.05.1905 — Nada de importante

— 12.01.1906 — O Sr. Presidente com um ofício do Sr. Luiz Ramos de O. Couto, propondo-se a realizar uma conferência literária. Na forma do art. 45 dos Estatutos a Diretoria resolveu que a conferência se realizaria no Edifício do curso anexo à Escola Normal, no dia 14 do corrente.

— 14.01.1906 — Conferência do Sr. Luiz do Couto, ao meio dia, e se propunha discorrer sobre a lágrima. Ninguém mais pediu a palavra. Foi encerrada pelo Sr. Presidente às 2 horas da tarde, a sessão, ao toque do Hino Nacional executado pela Corporação Musical que funcionou durante o ato.

— 23.08.1906 — Eleição para tesoureiro e 1º Secretário.
1º S.: Luiz do Couto

T.: Joaquim Guedes d'Amorim
Tendo sido presente a mesa um officio do sócio Luiz do Couto em que de acordo com o art. 44 dos Estatuto pedia designação de lugar, dia e hora para efetuação de uma sua conferência sobre "A Mulher".

— 25.08.1906 — Resolveu que a conferência fosse feita no edificio do Curso Anexo à Escola Normal, ao meio dia.

— 26.08.1906 — Aberta a sessão às 12 horas. Apresentou o conferencista Gastão de Deus. Luiz do Couto discorreu sobre "A Mulher". Foi encerrada a sessão às 12h30min da tarde ao som do Hino Nacional pela Corporação da Polícia que funcionou durante o ato.

— 20.06.1907 — Nada de importante.

— 01.07.1907 — Nada de importante.
Prestação de contas.

— 20.08.1907 — O Presidente dá conhecimento do contrato feito com o cidadão Aloysio Mair para a construção do edificio destinado ao Gabinete, de acordo com os termos firmados com a Associação "Monumento Félix de Bulhões" e que tendo de se retirar da Capital o Sr. Luiz do Couto... etc...

— 25.03.1908 — Nada de importante.

— 12.04.1908 — Contas.

— 21.04.1908 — Eleição.

P.: João Alves de Castro

V.: Miguel da Rocha Lima

1º S.: Pedro Adalberto Gomes de Oliveira

2º S.: João Cardoso D'Avila

T.: Dr. Adolfo Augusto Guedes de Amorim

O.: Francisco Xavier de Almeida - Dr.

F.: Coriolano Augusto de Loyola.

— 25.04.1908 — Nada de importante.

— 14.03.1909 — O Presidente de ter motivado o fim de convocação fez as seguintes consultas:

1º estando rescendido o prédio contratado com o Sr. Aloysio Mair, edificado pelo seu fiador que reclama indenização por prejuízos, qual o proceder da Diretoria.

2º Não tendo o Gabinete fundo necessário para completar o pagamento da importância restante do contrato, de que recursos deverá usar?

3º Não tendo sido possível ainda a confecção do busto de Félix de Bulhões, o que ficará realizado inteiramente o acordo firmado pelas Associações deve esta Diretoria inaugurar o novo prédio já? Submetida a consideração dos sócios as consultas supra do Sr. Vicente Miguel da Silva Abreu, depois de diversas considerações, o seguinte:

— Ficar a Diretoria autorizada a proceder como for de direito, quanto ao pedido de indenização feito pelo fiador do contratante ausente Aloysio Mair, Cel. Martiniano de Faria, que realizou a construção do prédio com excesso da importância constante do contrato lavrado em 27 de julho de 1907. Podendo contrair empréstimo sob garantia do próprio prédio.

— Que se faça a inauguração depois que se adquirir a estátua de Félix Bulhões.

— 16.03.1909 — Foi apresentada uma petição do Cel. José Martiniano de Faria, fiador de Aloysio Mair, pedindo indenização da quantia de 9:316\$000, que gastou para mais (nove contos e trezentos e dezesseis mil réis), na construção do prédio do Gabinete. Foi autorizada pela Diretoria por falta de fundos, adquirir empréstimos, pois sobra em caixa 4:118\$370.

— 19.03.1909 — O Presidente não

consequira empréstimo no Estado. O Cel. José Martiniano de Faria, resolveu dar a quantia de 6:000\$000, por conta da de 7:500\$000, última prestação constante do contrato em 27.07.1907 e passar-lhe uma escritura de dívida no valor de 10:800\$000 a prazo de 6 meses e na falta, pagando os juros de 8% ao ano, sob a garantia do prédio construído.

— 21.04.1909 — Contratou o cidadão Nenen Gomes, para tomar conta do novo prédio e fazer a respectiva ajardinagem a 25\$000 mensais.

— 15.11.1909 — Eleição.
P.: Emílio Francisco Póvoa
O.: Eurico Curado
T.: Alencastro Veiga.
Foi autorizada a Diretoria a resolver a questão do prédio, podendo vendê-lo ou arrendá-lo a fim de saldar o débito.

— 16.11.1909 — Nada de importante.

— 29.11.1909 — Alencastro Veiga, pede autorização para contratar a construção de 4 armários envidraçados, apresentou duas propostas, uma de 650\$000 e outra de 800\$000, sendo autorizada a primeira.
O Presidente deverá contratar com o Governo, a venda ou o aluguel do prédio novo nas condições que achar conveniente.

— 31.03.1910 — Compra de livros com editoras de Portugal. Uma resolução acusa do débito com a construção do novo prédio na Praça 1º de Junho.

— 03.05.1910 — Nada de importante.

— 08.05.1910 — Paga devida novo prédio.

— 03.05.1911 — Eleição.
P.: Emílio Póvoa
F.: Coriolano Loyola
T.: José Alencastro Veiga

2º S.: João Cardoso
VP.: Bernardo Antônio
O.: Moysés Sant'Ana.
Foi também apresentado officio da fundação e eleição do Clube Bibliotecário Bonfinense.

— 06.05.1912 — Foi entregue pelo presidente à Diretoria uma medalha de bronze com a effigie do Barão de Rio Branco, oferta do Gabinete, pelo Presidente do Estado, Sr. Dr. Urbano Coelho Gouvea.

— 17.11.1912 — Nada de importante.

— 12.01.1913 — Eleição para orador e 2º Secretário.
O.: Francisco Ferreira Martins Ribeiro
2º S.: Renato Marcondes de Lacerda.

— 13.05.1914 — Responder um questionário, proposto pela Diretoria e Estatística do Rio, com relação a Sociedade.

— 26.07.1914 — Reparos no prédio pertencente ao Gabinete, na praça 1º de Junho. Expor ao Presidente as péssimas condições em que se acha o telhado. Propunha trocar as telhas francesas pelas coloniais o Sr. Argemiro F. dos Santos.

— 11.06.1916 — Eleição.
P.: Mário de Alencastro Caiado
VP.: Luiz Marcelino de Camargo - Dr.
1º S.: Joaquim Bonifácio de Siqueira
2º S.: Constâncio Gomes de Oliveira
T.: José de Alencastro Veiga
O.: Jovelino de Campos
F.: João da Mota Leite.

— 11.07.1916 — Reconstrução do prédio do Gabinete na praça 1º de Junho. Foi feito contrato com a construtora André Spenciere, para a mesma construção.

— 10.05.1918 — Officio do Diretor do Lyceu, declarando para melhor

funcionamento era necessário ampliar seu edifício pedindo para se fazer a mudança do Gabinete.

— 30.05.1918 — Nada de importante.

— 02.06.1918 — Pedindo o terreno onde fora edificado o salão do mesmo há mais de 30 anos. O Sr. Alencastro Veiga propôs que se mudasse, porém mediante indenização do Governo que respondesse o valor das obras que tinham sido edificadas em 1881 com produto de donativos e de sua própria economia e que igualmente se vendesse ao Governo o edifício na praça 1º de Junho e que com o produto da indenização e da venda se amortizasse a dívida desse instituto e que com o remanescente se adquirisse ou alugasse um prédio mais modesto no centro da Cidade a fim de ser nele instalada a biblioteca. Deliberação aprovada.

— 27.05.1920 — Eleição.

P.: Emílio F. Póvoa
VP.: Bernardo A. de F. Albernaz
1º S.: Claro de Godoy
2º S.: José de Carvalho Azevedo
T.: José Alencastro Veiga
O.: Jovelino de Campos
F.: Augusto Jungmann
Pelo tesoureiro foi apresentado um saldo em caixa de 452\$089 réis.

— 22.01.1921 — Venda dos dois prédios próprios pertencentes à Sociedade, ao Estado pelo preço de 11:500\$000, sendo o situado na rua Dr. Corumbá, por 1:500\$000 e o da praça 1º de Junho 10:000\$000. A mudança para o prédio sito à rua Dr. Couto Magalhães, pertencente ao Dr. Cel. Moysés Lopes Zedes, mediante o aluguel mensal de 45\$000. A substituição da Bibliotecária D^a. Silvina Ermelinda Xavier de Brito, pela D^a. Angélica Pereira.

— 28.04.1921 — Nada de importante.

— 26.04.1923 — Pede que a nova diretoria tenha autorização para comprar um prédio onde possa funcionar livre de aluguel. Proposta aprovada.

P.: Emílio F. Póvoa
V.: Maurílio A. Curado Fleury
1º S.: Joaquim Augusto, digo, José Carvalho Santos Azevedo
2º S.: Joaquim Augusto Perilo
T.: José Alencastro Veiga
O.: Benjamin Luz Vieira
F.: Luiz Ramos O. Couto.

— 02.02.1925 — O Presidente pede autorização para comprar um prédio.

— 25.04.1926 — Eleição.

P.: Emílio Póvoa
V.: Frederico Sócrates
T.: José de Carvalho
1º S.: Joaquim Perilo
2º S.: João Abreu
F.: Luiz do Couto
O.: Jubé Jr.

— 28.04.1929 — Eleição.

P.: Consuelo Caiado
V.: Anita Perilo
1º S.: Noeme L. de Castro
2º S.: Carlota Guedes
O.: Jenésy de Castro
T.: Argentina Monteiro Guimarães.

— 09.06.1929 — Conferência de Alfredo Nasser. "Aquilo que emurchece" homenagem ao poeta Paulo Gonçalves.

— 11.07.1929 — Conferência de Jubé Júnior. "Ritmos da Vida".

— 19.07.1929 — Conferência do Dr. Xavier Júnior. "O Irmão das Cigarras, o brilhante poeta Olegário Mariano".

— 11.08.1929 — Conferência de Vasco dos Reis. "Causas Difíceis".

— 05.10.1929 — Dada a palavra ao Sr.

Benjamin Luz Vieira propõe que o Sr. Xavier (Luz Vieira) Jr. e Srta. Floracy Artiaga conhecidos declamadores recitassem algumas poesias.

— 11.11.1929 — Conferência Jubé Jr. “A dor na Psicologia de Todas as épocas”.

— 11.12.1929 — Conferência Victor D’Almeida “Origem da Alma Humana”.

— 18.12.1929 — Conferência não diz de quem falou sobre “Panadismo Fidinismo”.

— 03.01.1930 — Conferência Floracy Artiaga. Conferência poética dedicada à Presidente.

— 04.01.1930 — Conferência Alfredo Nasser. “Noturno”.

— 10.02.1930 — Conferência Valporé de Castro. “Causas do hermitismo”.

— 12.02.1930 — Conferência do Dr. Colemar Natal e Silva. “Outro Brasil”.

— 02.04.1930 — Conferência de César Borba. “A poesia Revolucionária”.

— 18.05.1930 — Votação para oradora Floracy Artiaga.

— 21.05.1930 — Conferência Ubirajara do Carmo. “A mulher”. No final, a pedido de Alfredo Nasser a declamadora Francisca Lobo se fez ouvir na poesia “As três Almas”.

— 28.06.1930 — Conferência de Alcebiades Bitencourt sobre dois fatores históricos esquecidos.

— 08.08.1930 — Conferência de Ubirajara do Carmo. “Desde o primeiro sorriso”.

— 29.09.1930 — Conferência do Sr.

César Borba. “Sociologia Metafísica”.

— 30.09.1930 — Conferência de José Mattos. “Gente Esquecida”.

— 11.03.1931 — Conferência de Alfredo Nasser. “Lança de Pekin”.

— 21.04.1932 — Eleição. Relatório. O grande número de obras adquiridas. Aumento do número de sócios e a entrada e saída de livro.

P.: Altair de Castro Cabral.

VP.: Acácia Martins Ribeiro

1º S.: Lélia Caulda de Jesus.

2º S.: Laura Costa Nunes

T.: Sebastiana Almeida Hermano

O.: Anhanguerina Sant’Ana

F.: Maria Jardim Almeida

— 24.02.1934 — Tendo o Gabinete recebido do Estado a quantia de 14 contos (14:000\$000) em apólices correspondente a subvenção estadual.

— 05.12.1934 — Nada de importante.

— 21.04.1935 — Eleição.

P.: Alfredo Nasser

V.: Gioconda Fleury

1º S.: João da Silva Pimenta

2º S.: Goiandira do Couto

T.: Doracy Sant’Ana

F.: Edilberto Sant’Ana

O.: Antônio Juruena Di Guimarães.

— 16.05.1935 — Nada de importante.

— 14.09.1938 — Eleição.

P.: Goiás do Couto

V.: Milton da Rocha Lima

1º S.: Joaquim Gomes Filho

2º S.: João Ferreira de Azevedo

O.: Eleafar Abud

T.: Garibaldi Rizo de Castro

F.: Antônio da Costa Oliveira

— 04.07.1943 — Eleição.

P.: Artur Napoleão Gomes Pereira

VP.: Luiz do Couto

1º S.: Gioconda Fleury

2º S.: José Rodrigues de Carvalho
T.: Doralice Camargo Campos
O.: Dr. Francisco Brishinsk
F.: Farraht Saggi

— LIVRO DE ATAS Nº 3 —

— 20.05.1929 — Verificação das condições do Gabinete e a observância de seus estatutos. Inscreveu-se para fazer uma conferência o Beletrista Dr. Alfredo Nasser, no dia 1º de junho. Foi proposto pelo Dr. Alfredo Nasser que o Gabinete tomasse como órgão oficial para publicação do seu expediente e do que lhe pudesse interessar em um dos periódicos que se publica nesta Capital.

— 22.05.1929 — Verificação das condições do Gabinete. Como órgão oficial do Gabinete, decidiu-se tomar o "Correio Oficial".

— 01.06.1929 — Nada de importante.

— 29.06.1929 — Tomaram conhecimento da inscrição do Dr. Jubé Júnior para uma palestra literária "Rithmos da Vida" a se realizar no dia 11 às 18 horas.

— 07.07.1929 — Foi perante todos, lida uma carta do Dr. Collemar Natal e Silva solicitando da Diretoria, a remessa de alguns relatórios dos Presidentes de Goyaz. Verificou-se porém, que são relatórios não existentes no Gabinete. Falaram sobre o que deveria responder ao tópico da "Voz do Povo". Resolvendo assegurar o "Jornal do Comércio".

— 07.08.1929 — Aproveitaram a oportunidade que foi imposta à Diretoria, a decisão sobre a pena que deveria sofrer a bibliotecária nos casos da infracção do art. 55.

— 13.08.1929 — Nada de importante.

— 02.09.1929 — Resolveu-se naquela sessão que se chamaria a atenção dos ditos sociais.

— 19.09.1929 — Nada de importante.

— 30.09.1929 — Nada de importante.

— 14.09.1929 — Nada de importante.

— 14.12.1929 — Por votação de todos os sócios, foi eleita uma nova Diretoria em substituição a antiga.

— 29.12.1929 — Nada de importante.

— 28.01.1930 — Foi tratado o dia, hora e local para a conferência "Causas do hermetismo" do Sr. Walporé de Castro.

— 07.02.1930 — Nada de importante.

— 20.03.1930 — Depois de tomar conhecimento da inscrição do Sr. César Borba para uma conferência intitulada "Poesia Revolucionária" a Diretoria resolveu marcar o dia 2 de abril para a realização da mesma.

— 11.05.1930 — Ouve renúncia ao cargo de Oradora do Gabinete.

— 20.05.1930 — Tomou posse do seu cargo a nova Oradora, ficando também como Diretora da Revista "Folha Goyana".

— 22.06.1930 — Essa reunião tinha por fim designar-se o dia em que se devia reabrir a conferência do Sr. Alcibiades Bittencourt. Resolveu-se, também, festejar a Maria Augusta da Rocha Lima, eleita "Miss Capital" no concurso internacional da beleza promovido pela "A Noite".

— 03.08.1930 — Ventilando a questão que motivara a reunião, resolveu-se que as conferências do Sr. Ubirajara do Carmo e Alfredo Nasser teriam lugar respectivamente nos dias 8 e 9 de agosto, no salão do Gabinete, às 19 hs.

— 07.03.1931 — Nada de importante.

— 14.03.1931 — Nada de importante.

— 11.04.1931 — Foi discutida a proposta da Presidente sobre a realização de uma festa para comemorar o aniversário da fundação do Gabinete.

— 09.05.1931 — Resolveu-se 1º, mandar o horário da bibliotecária. 2º - Resolver, amigavelmente com D^a. Angélica Póvoa a questão de sua reclamação a uma pequena importância restante nos seus vencimentos e ao mesmo tempo, convidá-la mais uma vez, a prestar contas do movimento do Gabinete durante o tempo que lá esteve.

— 18.07.1931 — Foi comunicado aos membros da Diretoria que “Voz do Povo”, jornal que se edita nesta Capital, havia publicado uma nota sobre o Gabinete Literário Goyano, acrescentando que diversos dos seus sócios haviam levado à redação daquele jornal, certas reclamações.

— 10.10.1931 — Nada de importate.

— 19.02.1932 — O primeiro assunto ventilado foi a resolução tomada na 25ª sessão, relativa à exclusão dos sócios, a qual foi considerada sem efeito. Resolveu-se em seguida que os livros consumidos pelos sócios seriam substituídos por outros idênticos.

— 30.03.1932 — A Diretoria comunicou que o livro de “Inventário”, existiam 2.382 obras conforme recebemos a consta da acta nº 4, que conseguimos rehâver por cobrança até essa data, 348 obras e que somadas à 595 adquiridas por donativos ou compra, perfazem 3.325.

— 07.04.1967 — Nova sede do Gabinete Literário, sito à Rua Couto Magalhães, nº 9, nesta cidade, a diretoria recém-eleita, tomou conhecimento do estado de quase

miséria em que se encontra a sede e considerável ponto dos livros em mau estado, com possibilidade de perda de 70%. Diante disso deliberou que a presidência fique autorizada a tomar as urgentes providências, que segue o assunto.

— 21.04.1967 — Reuniu-se em Assembléia Geral os sócios do Gabinete Literário Goiano, sob a presidência do senhor Dr. João Nicolau, previamente convocadas, a fim de eleger a nova diretoria da entidade. Procedendo a votação. Isto feito e procedida a apuração, eleita a seguinte diretoria e em seguida proclamada.

P.: Dr. João Nicolau

VP.: Prof^a. Divina Soares de Camargo

1º S.: Srt^a. Astréia Ramos Caiado

2º S.: Srt^a Leonina Ramos Caiado

Orador: Dr. Ernesto Roller

Tesour.: Sr. João Vicente da Silva

Fiscal: Sr. Luiz Gonzaga Brandão.

— 09.12.1967 — Reuniram-se na sede do Gabinete Literário Goiano, os sócios da Instituição a fim de tratar de assuntos relativos ainda do nosso Gabinete. Após estudados, foi aprovado por unanimidade, o seguinte:

- 1 — Incinerar as folhas de livros não aproveitáveis e estragados pelo tempo e pelo cupim.

- 2 — Instituir uma classe de sócios pobres, com a contribuição mensal de NCr\$ 5,00, provisoriamente.

- 3 — Convidar para conferência de instalação do Gabinete a escritora conterrânea Professora Regina Lacerda.

- 4 — Aproveitar os livros para escrituração, como medida de economia.

- 5 — Convidar as principais autoridades para a conferência programada.

— 20.01.1968 — Foi decidido para 4 de fevereiro próximo a reabertura da

biblioteca. Participou que os Srs. Kléber Machado, escritor Gilberto Mendonça Teles, Jornalista Jaime Câmara e escritora Regina Lacerda doaram liros à biblioteca.

— 04.02.1968 — Foi instalada sessão comemorativa de reabertura do Gabinete Literário Goiano.

— 24.02.1968 — Abriu a reunião, dizendo existir dois assuntos a tratar:
1 — Mensalidade dos interessados na leitura de livros da Biblioteca;
2 — Escolha da data para conferência do acadêmico Élder Camargo de Passos.

— A mensalidade será cobrada da seguinte maneira:

1) NCr\$ 2,00 mensais, para quem retirar livros do Gabinete, não podendo ficar com o livro para mais de uma quinzena, no máximo;

— Para quem pesquisar na biblioteca, sem levar o livro NCr\$ 1,00 mensal;

— O sócio Octugamys Baylão indicou o dia 9 de março, próximo, às 20h30min para a conferência do acadêmico Élder Camargo de Passos.

Essas proposições postas em discussão, com elas concordaram os presentes que na votação de cada uma, separadamente, aprovaram por unanimidade, ficando, por assim, estabelecidas como normas, as decisões supra.

— 09.03.1968 — Sendo concordado para fazer uma conferência nesta data o acadêmico Élder Camargo de Passos, conferência com o título de "Obras de Arte da Cidade de Goiás e seus artistas no passado e no presente".

(Com a palavra o conferencista, o Sr. Élder Camargo de Passos).

— 21.04.1968 a 21.04.1969 — Reuniu-se em Assembléia Geral Ordinária, convocados pela presidência, com antecipação de 10 dias, anunciando que

ia proceder a votação. Por unanimidade os abaixo designados que proclamados eleitos, tomaram posse nos respectivos cargos sob palmas calorosas.

Presidente - Dr. João Nicolau

Vice-Presidente - Dr. Jerônimo de Carvalho Bueno

1º Secretário - Srtª. Circe Camargo Ferreira

2º Secretário - Sr. José Aureliano Moreira Diniz

Orador - Dr. Ernesto Roller

Tesoureiro - Sr. João Vicente da Silva

Fiscal - Profª. Diva Soares de Camargo.

— 21.04.1969 a 21.04.1970 — O Sr.

Presidente iniciando a reunião, declarou ser a mesma destinada à eleição de nossa Diretoria para o exercício 1969/70. Por unanimidade, tomando posse nos respectivos lugares, sob vibrante salva de palmas.

Presidente - Dr. João Nicolau

Vice-Presidente - Dr. Jerônimo de Carvalho Bueno

1º Secretário - Srtª. Circe Camargo Ferreira

2º Secretário - Dr. José Aureliano Moreira Diniz

Orador - Dr. Ernesto Roller

Tesoureiro - Sr. João Vicente da Silva

Fiscal - Profª. Diva Soares de Camargo

Diretora da Biblioteca - Srtª. Maria Aparecida Coutinho

— 15.05.1969 — Abrindo a reunião o presidente da entidade, Dr. João Nicolau, declarou que os assuntos a serem tratados seriam gerais.

— 12.07.1969 — Por convocação prévia da Presidência, reuniram-se os diretores da entidade a fim de tratar de assuntos gerais e tomarem conhecimento da vida da instituição.

— 15.11.1969 — Inicialmente, pela Secretária, foi lido o expediente, inclusive a correspondência em que a

presidência pleiteia uma ajuda do Estado. Semana de Estudos Históricos e Geográficos, promovida pela Seção de História da Universidade Federal. Após historiar a atual vida da instituição a presidência solicitou a cooperação de todos os senhores diretores para que se possa, em verdade, restaurar o Gabinete e pô-lo à altura e apto para suas finalidades.

— 21.02.1970 — Inicialmente, ser motivo da presente reunião a participação que recebeu do Senhor Diretor do Departamento de Cultura Estadual a notícia de que em “vista o regime de compreensão de despesas posta em prática pelo Governo do Estado, foi impossível liberar a ajuda financeira solicitada por esse Gabinete”, fato que veio desapontar a Diretoria e fornecer as esperanças de dias melhores para a entidade.

— 21.04.1970 — Reuniu-se em Assembléia Geral, por convocação prévia do Presidente Dr. João Nicolau, os atuais sócios da instituição. Após dizer da finalidade da reunião e composta a mesa, o Senhor Presidente declarou que seria realizada a eleição da diretoria para exercício 1970/1971. Após, apurados, verificou-se haver sido eleita a seguinte Diretoria:
Presidente de Honra - Dr. Jerônimo de C. Bueno
Presidente - Dr. João Nicolau
Vice-Presidente - Sr. Benedito Molinari
1º Secretário - Srt^a. Circe Camargo Ferreira
2º Secretário - Sr. Osthugamys Gomes dos S. Bailão
Orador - Dr. Ernesto Roller
Tesoureiro - Sr. João Vicente Miguel da Silva
Fiscal - Sr. Wilson Cardoso Amaral
Diretora da Biblioteca - Prof^a. Diva Soares Camargo.

— 17.12.1977 — Ata da reunião extraordinária para a eleição da nova

Diretoria para o período de 17 de dezembro de 1977 a 21 de abril de 1979.

Presidente de Honra - Jerônimo de Carvalho Bueno

Presidente - Dr. Élder Camargo de Passos

Vice-Presidente - Brasilete Ramos Caiado

1º Secretário - Iracema Francisca Malhinos

2º Secretário - Alzilina Lacerda Oliveira

Orador - Arthur da Costa Ferreira

Tesoureiro - Jaime Nascimento Costa

Fiscal - Benedito Molinari

Bibliotecário - Maria Lurdes Lacerda Oliveira

Aux. e ajudante da Biblioteca - Marlene Gomes Velasco

— 01.04.1978 — Tema principal da reunião: a programação da reabertura do referido Gabinete. O Presidente explanou sobre suas atividades em pról do Gabinete, dizendo haver falado com o Sr. Miguel Antônio, diretor da LEG, sobre as verbas, as quais o Gabinete tem direito e foi informado de que esta só seria recebida através da Supac.

— 21.04.1978 — Reuniram-se em sessão solene a convite da Diretoria, em exercício, autoridades e sócios desta instituição para reabertura do referido Gabinete. O Sr. Presidente Dr. Élder Camargo de Passos convidando as autoridades presentes para compor a mesa: Sra. Ana Maria C. de M. Pacheco, DD. Secretária da Educação e Cultura do Estado de Goiás; Prof. João J. Pèclat, DD. Delegado do Ministério da Educ. e Cultura; D. Augusta da R.F. Curado, DD. Representante do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás; Sra. Cora Coralina, DD. Representante da Academia Feminina de Letras; Frei Simão Dorvi O.P., DD. Presidente da Fecigo e Diretor do Instituto Histórico

e Geográfico de Goiás, Departamento Vila-Boa.

— 04.11.1978 — Reuniram-se, por convocação prévia da presidência, a diretoria desta entidade, a fim de tratar de assuntos de seu interesse.

— 02.12.1978 — O Sr. Presidente, dá início a sessão, participando aos presentes que havia recebido uma parcela do dinheiro doado ao Gabinete, pelo Governo do Estado de Goiás, através da então Secretária da Educação e Cultura, Sra. Ana Maria Taveira C. de M. Pacheco, a quantia de Cr\$ 100.000,00 — que deverão ser empregados em restauração de livros e encadernamento de jornais antigos.

— 28.04.1979 — Abrindo a sessão o Sr. Presidente declarou que esta era destinada a eleição da nova Diretoria, para o exercício do ano de 1979 a 1981, prestando contas dos serviços prestados durante sua gestão. Na gestão do Presidente Dr. Élder Camargo de Passos foram conseguidos vários melhoramentos:

1 — Formação de uma nova Sociedade contando com o nº de 68 sócios;

2 — Tendo sido solucionados os assuntos da nova Diretoria, passando aos assuntos gerais, também ligados ao Gabinete, como uma homenagem às personalidades goianas que se distinguem no mundo das Artes.

— 21.04.1981 — Abrindo a sessão o Sr. Presidente declarou que esta era destinada à eleição da nova Diretoria, para o período de 21 de abril de 1981 a 21 de abril de 1983. O Presidente passou a fazer o relatório sobre atividades deste biênio. Deu-se início à votação, que, foi feita por aclamação. Os sócios presentes acharam por bem, reeleger a mesma Diretoria.

Ficando assim a nova Diretoria:
Presidente - Dr. Élder C. de Passos
Vice-Presidente - Brasilete R. Caiado
1ª Secretária - Iracema Francisco Malheiros

2ª Secretária - Alzelina de Oliveira
Tesoureira - Antolinda B. Baia
Orador - Prof. Artur da Costa Ferreira
Bibliotecária - Maria de Lourdes L. Oliveira.

Ficou marcada a posse da Diretoria dia nove de maio deste ano. Nada mais tendo a tratar, o Senhor Presidente mandou lavrar a presente ata.

RESENHAS

1. FRANÇA, Basileu Toledo — **Cavalo de Rodas**, Goiânia (GO), Oriente, 1979, 320 p.

O Professor Basileu Toledo França, incansável pesquisador, lançou mais um ensaio na área historiográfica. Dele já temos: **O Sudoeste**, tentativa de interpretação (Ensaio sócio-econômico, que propõe a implantação da Estrada de Ferro Araraquara em Goiás, pelo Canal São Simão, 1959); **Estudos de Educação**, com sugestivos apelos à reflexão sobre os palpitantes problemas educacionais e à análise de nossa realidade social; **Música e Maestros**, ensaio de sociologia da arte musical, na qual se registram vários nomes de músicos e bandinhas interioranos, enriquecendo a memória cultural de Goiás, além de salvar muita coisa do terrível esquecimento. Somam-se ainda estudos introdutórios que acompanham as reedições de obras de Americano do Brasil, polígrafo goiano que encontrou no Professor Basileu o seu maior intérprete e divulgador persistente. Além de várias obras em andamento, lançou, não faz muito tempo, **Cavalo de Rodas**. Trata-se de valiosa monografia que procura registrar a introdução do automóvel em terras anhanguerinas, enfatizando o espaço sudoestino ao qual se liga pelos laços de berço. A 1ª parte apresenta-se de maneira tripartida:

a) **A história do homem: um mundo só**; b) **Capítulo do automóvel, das origens ao Ford Modelo T**; c) **O homem e o automóvel nos sertões de Goiás**. A 2ª parte compõe-se de 10 capítulos com seu alfa e ômega: **O sudoeste antes do automóvel e O sudoeste depois do automóvel**. A obra enriqueceu-se com um **Apêndice** contendo cartas, dados biográficos, depoimentos, atas da Companhia de Auto-Viação Sul Goiana. Livro importante pela clareza, fidelidade quanto ao manuseio de fontes históricas primárias e secundárias. Indispensável aos estudos de nossa evolução econômica e, de maneira muito particular, valioso para a história dos transportes no Planalto Central.

2. ALVAR, Júlio & ALVAR, Janine — **Guaraqueçaba, Mar e Mato**, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1979, 2 volumes. O Professor Júlio Alvar é um dos mais renomados etnólogos espanhóis. Autor de várias obras baseadas em longas pesquisas de campo e, sobretudo, no íntimo contato com as coisas populares. A Universidade Federal do Paraná mais uma vez lavra um tento científico ao convidar o ilustre Professor e sua excelentíssima senhora — Professora Janine — para juntos elaborarem um profundo levantamento da vida de uma comunidade da baía de Paranaguá (PR), que resultou em dois grossos volumes editados por aquela Universidade. Os trabalhos de campo desenvolveram-se conforme rigoroso planejamento incluindo-se meses de contato com a realidade local, entrevistas, conversas, fotografias e rabiscos que se transformaram em ma-

ravilhosas lâminas ilustrativas, graças ao talento artístico do Professor Alvar que sabe também se utilizar do desenho como recurso auxiliar na documentação etnológica. O 1º volume contém: **Introdução; Alguns Dados Geográficos e Históricos; Notas para um Atlas; O Mar; O Mato; Questionário Etnológico; Ficha Etnográfica; Vocabulário; Etnografia Descritiva; Análise Guaraqueçaba 74; Mapas Etnográficos.** O 2º volume compõe-se de 233 (!) lâminas com as respectivas descrições. Apesar dos autores falarem fluentemente o português, preferiram que os textos em espanhol fossem traduzidos pela prof^a. Cecília Maria Westphalen.

Profundidade, rigor científico, unidade, alta capacidade de levantar o véu de uma comunidade aparentemente desprovida de valores contrastivos para nos mostrar a sua identidade cultural, eis os principais traços que definem o valor intrínseco desta obra científica, um marco na história da etnografia brasileira.

3. CEAUSESCU, Nicolae — **Concepções Sobre a Nova Ordem Econômica Internacional**, Pref. de Afonso Arinos de Melo Franco, Rio de Janeiro, Editora Paralelo, 1981, 126 p.

A história das idéias políticas e econômicas se renovam à medida que as correntes de pensamento se cruzam em busca de reflexões que possibilitem a abertura do espírito, segundo critérios humanísticos considerados iluminadores. Este livro é tradução do original romeno — **Conceptia asupra noii ordinii economice internationale** — que reúne considerações, declarações, pronunciamentos e discursos do Presidente Nicolae Ceausescu proferidos justamente no mais difícil período da história moderna, momento assinalado por contradições e pelo perigo de ruptura da **praxis** da coexistência pacífica, anulando esforços que buscam a harmonia entre os povos, apesar das diversas dificuldades decorrentes da triste herança da Segunda Guerra Mundial. O historiador brasileiro que por ventura se interessar pelo estudo comparativo do ideário político que se aplica às nações em via de desenvolvimento, certamente há de encontrar nesta obra excelentes subsídios para aferir a evolução do pensamento de um dos estadistas europeus porta-vozes das nações que aspiram a autodeterminação dos povos e a harmonia internacional. O livro enriqueceu-se com prefácio do renomado jurista e político brasileiro — Professor Afonso Arinos de Melo Franco — que conseguiu sintetizar a importância do passado da Romênia e seus vínculos culturais latinos que a colocam mais perto da comunidade espiritual brasileira. Não hesitamos em recomendar a leitura desta obra paralelamente a outras já traduzidas para o português: **Para onde vai a Romênia** (1971) e **Palavras à América do Sul** (1975), ambas do mesmo autor.

4. PALACÍN, Luís, S.J. — **Sociedade Colonial, 1549**, pref. Ático Vilas-Boas da Mota, Goiânia, Editora da Universidade Federal de Goiás, 1981, 336 p. de história do Brasil compreendendo um período importante para consolidação do domínio português em terras americanas. Focaliza as bases da sociedade colonial. Nele se encontram análises e registros dos valores que servem para se tentar esboçar um modelo de sociedade colonial brasileira que poderá ser comparado com os da América Anglo-Saxônica e Hispano-Americana, levando-se em conta os referentes que os aproximam e os diferenciam. Corajoso nas passagens em que focaliza o choque com as comunidades indígenas que posteriormente entraram no processo de distribalização. O autor soube utilizar de forma percuciente fontes históricas de centros de documentação do Brasil e da Europa.

5. GÖRÖG, Veronika — **Literature orale d'Afrique Noire**, Paris, Editions G.-P. Maisonneuve et Larose, 1981, 394 p. A história de muitos povos ágrafos evidentemente só poderá ser apresentada a partir da oralidade. A maioria dos povos africanos gostaria que o Ocidente branco melhor os conhecesse através da própria visão que os africanos têm de si mesmos. Eis porque julgamos de suma importância o lançamento desta obra constituída de 2.883 referências bibliográficas que dela fazem um verdadeiro **banco de dados literários orais**. Trabalho paciente e estribado em absoluto rigor científico. As análises críticas constituem lúcidas ementas que põem à disposição de estudiosos e pesquisadores de antropologia, etnografia, folclore, linguística etc., preciosas informações bibliográficas que os encaminham ao tesouro literário oral, o qual, por sua vez, confunde-se com a própria história de povos que constituem agora promissoras nações que esperam, reinterpretadas a partir de nova dimensão humana. A obra divide-se em 4 seções: 1. **Obras e artigos: Anônimos**; 2. **Teses e memórias**; 3. **Índice**: a) Índice etno-linguístico; b) Índice de gêneros; 4. **Anexo**: A literatura oral africana, crescimento e fisionomia de uma disciplina.

5. COSTA, Lena Castelo Branco Ferreira — **Arraial e coronel, dois estudos de história social**, pref. Ático Vilas Boas da Mota, São Paulo, Cultrix, 1978, 206 p.

Estudo monográfico que esclarece a vida de um dos burgos goianos — Meiaponte — hoje Pirenópolis — com sua gente e sua nobreza rural marcada pela força do trabalho escravo. Destacou a figura do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, o patriarca da imprensa goiana. A autora procurou reunir documentação suficiente para sustentar os seus pontos de vista, evitando a gratuidade das afirmações e o vazio do discurso histórico. Contribuição valiosa, como já afirmamos em várias circunstâncias, ao melhor conhecimento do período que consolidou a ocupação do espaço goiano por contingentes humanos oriundos de Portugal e de outras partes do Brasil. Modelo de explicação do dever de nossas comunidades interioranas apoiadas em personalidades entranhadamente envolvidas com a estrutura do poder, umas iluminadas, outras embaçadas. O Comendador, tanto pela sua maneira de ser, como pelo que fez, embora por sugestões de outrem, pode ser considerado avançado no tempo e, sobretudo, no espaço em que viveu e atuou.

ÍNDICE GERAL E REMISSIVO

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS (VOL. I - X)

Observação: os títulos dos artigos aparecem grifados.

Acervo Documental do Serviço de Documentação do Estado de Goiás, IV:41-60.

Acre, III:9-37; VIII:67-79.

Agropecuária, VIII:100-104.

Água Santa, IX:105-106.

Almeida Filho, Humberto Ludovico (discurso), VIII:161-162.

Alvar, Janine, X:183

Alvar, Júlio, X:183

Álvares Júnior, João Teixeira, VII:99-106.

Anapolis, IV:9-28.

Anotações Históricas sobre a Cartografia de Goiás, I:103-106.

Antônio Cândido de Carvalho, um grande sertanista goiano, IV:29-40.

Antropologia (conceito), III:57-80

Antropologia e Medicina, I:15-19 - Medicina I:15-19

Araguaia (rio) - VII:65-73.

Arqueologia (projetos), IV:189-204.

Artiaga, Zoroastro (homenagem póstuma), I:141.

Ata da Instalação Solene do Departamento de História e Geografia da Cidade de Goiás. VII:159-165.

Ata de Instalação do Gabinete Literário Goiano em 16 de abril de 1864.

Atividades do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás no ano de 1976. V:233-247.

— Idem (1977), VI:95-107.

— Idem (1978), VII:167-189.

Azevedo, Francisco Ferreira dos Santos (bibliografia). III:45-54.

Azevedo, Prof. Francisco Ferreira dos Santos (homenagem póstuma) I:141.

B.(asileu) T.(oledo) F.(rança), **Relatório de 1917 da Corporação Musical 13 de Maio de Corumbá (GO)**, X:63

Boi (toponímia), I:20-61.

Bálsamo de Ferrabrás, X:121

Bernardes, Arthur (biografia), V:135-158,

Bertran, Paulo, VIII:97-104,

Bibliografia Goiana, III:100-110.

(o) Boi na Geografia de Goiás:21-61.

Borges, H.(umberto) Crispim, III:45-54; IV:9-28;

V:103-108; VI:17-20.

- Brasil, Antônio, VIII:47-66;
IX:109-154; X: 17
- Brasil, Antônio Americano do,
II:61-70; VII:21-29.
- Brasília, IV:83-175; IX:24-26.
- Bretas, Genesco Ferreira
(tradução), V:187-226,
- Bulhões Jardim, Antônio Félix.
(1 poesia), VI:123-125,
- Bulhões, Leopoldo de.
IV:177-187; VIII:11-16, 17-24
25-35, 37-46.
- Câmara em Goiás (família),
VIII:145.
- Câmara, Jaime, VII:111-117.
- Camargo, Maria Teresa Lemos
de, Bálamo de Ferrabrás,
X:121
- Campos, Wagner Estelita,
VIII:17-24.
- Carlos Magno (ciclo de), X: 121
- Cartografia de Goiás, I:103-106.
- Carvalho, Antônio Cândido de,
IV:29-40.
- Castelo Branco, Lena, v.
- Ceausescu, Nicolae, X:184
- Costa, Lena Castelo Branco
Ferreira.
- Castro, Prof. Alfredo de Faria
(homenagem póstuma), I:141.
- Castro, Plácido de
VIII:67-79,
- Catequese (índios), v. Índios
(catequese).
- Chaim, Marivone Matos,
IV:41-60; V:59-80.
- Ciclo do ouro, v. Mineração.
- Ciclos Evolutivos da Economia
Goiana,**
IX:15-29.
- Cidade de Goiás (Instalação do
Departamento de História e
Geografia da...),** VII:159-165.
- Cidades (Goiás), VI:129-163.
- Ciganos - Brasil, X: 77
- Comemoração da Instalação dos
Cursos Jurídicos no Estado de
Goiás (Conferência),**
III:115-126.
- Comunidades urbanas (Goiás),
VI:129-163.
- Conjuntura Econômica,
Administrativa e Política de
Goiás nas primeiras décadas do
século XIX,** VI:27-37.
- Considerações sobre o inventário
de Veiga Valle,** X:129
- Contribuição à História da
Ciganologia no Brasil,** X:77
- Contribuição ao estudo das
aulas régias em Goiás,**
VII:75-98.
- Copérnico, Nicolau,** II:133-136.
- Corporação Musical 13 de Maio
de Corumbá(GO) - Relatório
1917, X:61
- Correia, Pio, III:41-43.
- Costa, Lena Castelo Branco
Ferreira, VI:129-163;
VII:119-158; X:51-185
- Costa, Waldir Luís, V:133-158;
VII:107-117; IX:15-29.
- Coutinho, M. da Glória
Scartezini de Azevedo,
V:227-248, 233-248.
- Couto, Dr. Luiz Ramos de
Oliveira (homenagem póstuma),
I:141.
- Crispiniano Tavares,
V:109-124.
- Cultura (conceito), III:57-80.

- Cultura (mudança). III:57-80.
- Cunha Mattos. v. Mattos.
Raymundo da Cunha.
- Curado, Prof. Agnello A.
Fleury. (homenagem
póstuma). II:91-100.
- Curado. Antônio Miguel
Fleury. IX:31-78.
- Curado. Augusto Fleury.
IV:61-81; V:169-175.
- Curado. Érico (1 poesia).
VI:126.
- Curado. Dr. Sebastião Fleury
(homenagem póstuma). I:141.
- Curso de Cultura Goiana.
III:81-90.
- Cursos Jurídicos no Estado de
Goiás.** III:115-126.
- (O) **Desenvolvimento das
Comunidades Urbanas
de Goiás.** VI:129-163.
- Determinismo geográfico.**
IX:16-17.
- Do Gabinete Literário Goiano.**
X:159
- Documentos Históricos.**
I:107-108.
- Documentos históricos da
Capitania de Goiás.**
VIII:47-66; IX:109-154.
- Documentos Históricos de Goiás.**
X:17
- Doles. Dalísia Elizabeth
Martins & Chaim. Marivone
Matos.** IV:41-60; V:87-100;
VII:65-73.
- Dominicanas em Goiás.**
V:187-226.
- (Os) **Dominicanos em Goiás -
um livro inédito de Frei
Germano.** V:39-57.
- Dumont, Santos.** II:129-132.
- Economia Goiana.** IX:15-29.
- Ecos da Semana da Pátria.**
VI:11-15.
- Editorial (homenagem ao 50º
Aniversário da morte de
Antônio Americano do Brasil).**
X: 9
- Educação em Goiás (história
da...).** VII:75-98; 119-154.
- Eleição da atual diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico
para o biênio 1973 / 1975.**
II:11-13.
- Emboabas (Guerra dos...).** X: 59
- Encomendação das Almas.**
VII:22-24.
- Encontro Nacional.** IX:13-14.
- Ensaio Genealógico,
ramificações e atividades da
família Câmara em Goiás:**
VIII:145.
- Estilística.** VI:21-25.
- Evangelino Meireles no tempo e
no espaço.** VII:13-19.
- Evocação de Maria Elvira.**
VI:127.
- Família Câmara (Família).**
VIII:145
- FARIA, Prof. Luiz Gonzaga
de.** I:62-73; III:39-43.
- Ferrabrás (Bálsamo de...).** X:121
- Ferreira, Prof. Joaquim
Carvalho (homenagem
póstuma).** I:141.
- Final acertado poesia.** VI:126.
- Fleury, André Augusto de
Pádua.** V:171-175.
- Folclore goiano.** VII:21-29.
- França, Basileu Toledo,**
I:20-61; II:61-70; III:9-36;

- IV:29-40; V:25-38;
 VI:109-113; VII:31-64;
 VIII:25-35; IX:11-12,
 181-245; X:15-139-183
- Frei Germano (Llech), V:39-57,
 187-226.
- Frei Germano (livro inédito),
 V:39-57.
- Gabinete Literário Goiano (Ata
 de 16 de abril de 1864), X:159
- Garcia, José Godoy (2 poesias),
 VI:127.
- Godoy, desembargador João de
 Oliveira (homenagem
 postuma), I:141
- Goiás (formação étnica),
 II:71-87.
- Goiás - Século XIX, VI:27-37.
- Gomes, Modesto, I:109-137.
- Gonçalves, Dr. Vasco dos Reis
 (homenagem póstuma), I:141.
- Gonzaga, Dr. Gustavo
 Görög, Veronika, X:185
 (homenagem póstuma), I:141.
- Guerra do Paraguai, I:81-96;
 V:159-168.
- Guerra dos Emboabas, X:59
- Há cem anos Santos Dumont
 veio ao mundo sob os céus do
 Brasil, II:129-132.
- Há cinco séculos, na Polônia,
 nascia um gênio: Nicolau
 Copérnico, II:133-136.
- (A) Hélade (poesia), VI:126.
- Hervi Goiano da II Grande
 Guerra, V:25-38.
- História (Conceito de...),
 I:74-76; V:125-132.
- História da Ciganologia no
 Brasil, X:111
- História de um Livro, X:137
- História do Instituto dos
 Advogados em Goiás, IV:61.**
- História Econômica de Goiás —
 periodização: 1726-1854.**
 VII:97-104.
- História / Literatura, I:109-137.**
- História: Nova Conceituação.**
 I:74-76.
- (O) **Homem que logrou o
 diabo, Vol. VII:27-29.**
- Homenagem a Colemar Natal e
 Silva (Universidade Federal de
 Goiás), X:117
- Homenagem póstuma, I:141.
- (A) **Idade do Ouro e a
 paisagem social goiana, V:59-79.**
- Índios (Catequese), II:17-57.
- Indústria, IX:26-29.
- (A) **influência da mulher,
 dentro da problemática
 social.**
 IX:91-102.
- Instalação do Poder
 Judiciário
 em Jataí, IX:31.**
- Instituto dos Advogados em
 Goiás (histórico), IV:61-81.
- Instituto Histórico e Geográfico
 Brasileiro, V:177-185.
- Interiorização das
 Universidades, X:51**
- Jaime, Jarbas (homenagem
 póstuma), I:141
- Jardim, Dona Diva Fagundes
 Caiado, I:107-108.
- Jataí Poder Judiciário,
 IX:31-78.
- Jataí (Tábua Cronológica de...),
 IX:181-245.
- Joaquim Gilberto, VII:13-19.
- Jubé, A.G. Ramos, VI:115-124.

- Jubé, Prof. Alcides Celso Ramos (homenagem póstuma), I:141.
- Legalista e revolucionário**, V:133-158.
- (A) **Lei Rivadávia: sua aplicação em Goiás**, VII:119-158.
- Literatura em Goiás (História da...), V:9-29
- Literatura Oral**, VI:109-113
- Llech, Germano. v. Frei Germano (Llech)
- Lobo, José (homenagem póstuma), I:141
- Loyola, Cleomar de Barros, III:115-126.
- Macedo, Nertan, VI:63-79.
- (Os) **mandarins do Brasil Imperial**, VIII:105-143.
- Mattos, Raymundo da Cunha, I:62-73; V:103-108.
- Meireles, Evangelino, VII:13-19.
- Memorandum (A real situação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás), III:91-95.
- Menezes, Diomar, V:25-38.
- Migração**, VIII:101-104.
- Mineração**, VIII:81-95, 97-100; IX:17-19
- Missão da História na conjuntura atual**, V:125-132.
- Mota, Ático Vilas-Boas da, IX:155-180; X:
- Moraes, Maria Augusta de Sant'ana, VI:27-37.
- Moura, Carlos Francisco, VI:165-203.
- Mudança da Capital Goiás, IX:22-24.
- Mulher/Sociedade, IX:91-102.
- Nascimento, Bráulio do, VI:39-41, 49-61.
- Nascimento, Zilda Augusta do, I:81-96; II:101-128.
- Nascimento, Zilda Augusta de, I:81-96.
- Neiva, Antônio Theodoro da Silva, I:15-19; II:73-87; III:55-80.
- Olival, Moema de Castró e, VI:21.
- Oliveira, José Normanha, VII:99-106.
- (A) **onça, o veado e o coelho**, Vol. VII:25-26.
- Onofre, Manuel, V:159-168; VIII:67-80; X:59
- Oriente, Esther Barbosa, VIII:37.
- Pacheco, Altamiro de Moura, I:77-80; II:89-100; IV:83-175; IX:81-90.
- Paisagem gozada poesia, VI:127.
- Palacin Gomez, Luís, s.j. (padre), VIII:81-93.
- Pang, Eul Soo, VIII:105-143.
- Passos, Élder Camargo de, X:159
- Pecuária, VIII:86-95; IX:19-20, v.tb. Agropecuária.
- Pedreira, Cincinato da Motta, IX:81-90
- Perfil de um Homem Lúcido**, X:9
- Pioneiros**, IX:17-18.
- “Pioneiros” romance de Basileu Toledo França, IX:181-245.
- Poesia de Goiás**, VI:115-124.
- Polônia: 133-136

- Póvoa, Desembargador Emílio Francisco (homenagem póstuma), I:141.
- Povoamento de Goiás**, VIII:81-93.
- Primórdios de Brasília**, IV:83-175.
- Profissão de Fé, I:77-80.
- Projeto Arqueológico Alto Tocantins, Goiás, IV:189-204.
- Quando a literatura é história**, I:109-137.
- Rego do Saia Velha, IX:103-107.
- Reis, Gelmires, IX:103-107.
- Relatório correspondente ao ano de 1917 da Corporação Musical 13 de Maio de Corumbá (GO)**, X: 63
- Relatório da Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, X:
- Relatório de Atividades: março de 77 / maio de 78: 167-189.
— Idem, maio de 78 / junho de 79, VIII:163-182.
— Idem, junho de 1979 / junho 1980, IX:253-274
- (O) Retrato, VI:128.
- (A) **Revolução de 1902 e a integração do Acre na Comunidade Brasileira**, III:9-37.
- Romanização da Dacia (A)**, IX:155-180.
- Romênia (história da...), 155-180.
- Roteiro do Urbano, IX:106.
- Sabino Júnior, Oscar. III:111-114.
- Salgueiro, Heliana Angoti — **Considerações sobre o inventário de Veiga Valle**, X:129
- Salles, Vicente, VI:39-41, 43-47.
- Saudação a Colemar Natal e Silva, fundador da Universidade Federal de Goiás. IX:181-245.
- Saudades poesia**, VI:125.
- II Guerra Mundial: herói goiano**, V:25-38.
- Semana da Pátria, VI:11-15.
- Seminário de Cultura Goiana. V:81-85.
- O sentido histórico da literatura**. V:86-100.
- (Os) **Sertões goiazes — a conquista da terra e a catequese do índio**, II:17-57.
- Silva, Colemar Natal e, I:74-75; II:17-57; III:87-110; IV:177-187; V:125-132; VI:11-15; VIII:13-16; IX:13-14, 247-251; X:117
- Silva, Henrique, I:97-102.
- Silva, Ignácio Xavier da — o Yamerô. V:227-231.
- Silva, Luiz Alves de Lima e, VI:11-15.
- Silva, Nancy Ribeiro de Araújo e, VII:75-79; IX:247-251.
- Silva, Vicente Miguel da, I:81-96.
- Sousa, Antônio Pireneus de (1879-1936), VI:17-20.
- Sousa, Dr. José Honorato da Silva e, (homenagem póstuma). I:141.

- Sousa, Luís Antônio da
Silva e V:9-38; VI:81-93.
- Sousa, Dr. Vasco de
(homenagem póstuma), I:141
- (O) **Sudoeste: tentativa de
interpretação**, VII:31-64.
Tábua cronológica de Jataí,
IX:181-245.
- Taunay, Afonso de E. —
transcrição do Prefácio
do livro: "Goiaz".
- Tavares, Crispiniano,
V:109-124.
- Teatro em Goiás (História
do...), V:9-24.
- Teles, José Mendonça,
V:39-57.
- Tocantins (rio), VII:65-73.
- Toponímia (Goiás), 20-61.
- Tournier, Frei Reginaldo
(homenagem póstuma), I:141.
Três estudos antropológicos,
III:55-80.
- (Os) **três povoamentos de
Goiás**, VIII:81-93.
Um estadista do Império,
V:169-175.
- Um estudo de história social**,
IX:181-245.
- Uma vida e um exemplo** João
Teixeira Álvares Júnior,
VII:99-106.
- Universidade Federal de Goiás
(homenagem a Colemar
Natal e Silva), X:117
- Urbano (Roteiro do...). IX:106.
Valadão, Maria Bahia Peixoto,
IX:91-102.
- (Os) **vales dos grandes rios**,
VII:65-73.
- Valle, Veiga (inventário), X:129
- Viagem através de Goiás e Mato
Grosso em 1722**, VI:165-203.
- Viajantes, VI:165-203.
- Vicente Miguel, v. Silva,
- Vicente Miguel da.
- Vilas-Boas da Mota, Ático, v.
Mota, Ático Vilas-Boas da.
Yameró, v. Silva, Ignácio
Xavier da, V:227-232.
- Este índice foi elaborado por
A.V.B.M. (março de 1982)

RELAÇÃO DOS SÓCIOS EFETIVOS DO IHGG, COM SEUS RESPECTIVOS PATRONOS E CADEIRAS

Nº da Cadeira	Nome	Patrono
1.	Altamiro de M. Pacheco	Henrique Silva
2	Antônio Th. da Silva Neiva	Antônio Americano do Brasil
3	Ático Frota Vilas Boas da Mota	J. Pereira de Alencastre
4	Augusto da Paixão Fleury Curado	Luiz do Couto
5	Basileu Toledo França	Crispiniano Tavares
6	Belkiss S.C. de Mendonça	Maria Angélica do Couto Brandão (Nhanhá do Couto)
7	Bernardo Élis	Francisco Tosi Colombina
8	Claro A. de Godoy	Desor. João Francisco de O. Godoy
9	Colemar Natal e Silva	Capistrano de Abreu
10	Dalísia M. Doies	J. Emanuel Pohl
11	Darcy S.B. de Mello	Sebastião Fleury Curado
12	Eli Brasiliense	Cândido Mariano da Silva Rondon
13	Euclides Félix de Souza	—
14	Gelmires Reis	Joseph de Melo Álvares
15	Gilberto Mendonça Teles	Manuel Aires de Cazal
16	Humberto C. Borges	Raimundo José da Cunha Matos
17	José Lopes Rodrigues	Rufino Teotônio Segurado
18	José Mendonça Teles	Pe. Luís Antônio da Silva e Souza
19	Lena C.B. Ferreira Costa	Francis Castelnau
20	Luiz Gonzaga de Faria	José Vieira Couto de Magalhães
21	Manoel Onofre de Andrade	Bernardo de Azevedo da Silva Ramos
22	Maria Augusta Santana Moraes	—
23	Maria do Rosário Fleury	Jarbas Jayme
24	Marivone Matos Chaim	Auguste Saint-Hilaire
25	Modesto Gomes	Afonso E. Taunay
26	Nacy Ribeiro de Araújo e Silva	José Roiz Barala
27	Raul Floriano da Silva	Lúcio José dos Santos
28	Waldir do E.S. de Castro Quinta	Zoroastro Artiaga
29	Waldir Luiz Costa	José Trindade da Fonseca e Silva
30	Jaime Câmara	Francisco Ferreira dos Santos Azevedo
31	Braz Wilson Pompeu de Pina	Sebastião Pompeu de Pina
32	Jerônimo de Carvalho Bueno	—
33	Acary dos Passos Oliveira	—
34	Antônio Brasil	Francisco Henrique Raimundo
		Frigant des Genetes
35	Pe. Luiz Palacin Gomez	W.L. Von Eschwege
36	Regina Lacerda	Dom Emmanuel Gomes de Oliveira

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

— Fundado em 1933 e considerado de utilidade pública pelo decreto-lei nº 2.593 de 21 de novembro de 1939.

Diretoria:

Presidente: Colemar Natal e Silva

Secretário-Geral: Luiz Gonzaga de Faria

Secretário: Ático Vilas Boas da Motta

Tesoureiro: Jaime Câmara

Orador: Altamiro de Moura Pacheco

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Bráulio do Nascimento (Rio de Janeiro -

Buenô de Azevedo Filho (São Paulo - SP)

Claro Augusto de Godoy (Rio de Janeiro - RJ)

Cornélio Ramos (Catalão - GO)

Darcy S. Bandeira de Mello (Poços de Caldas - MG)

Edgard Bahiense D'Almeida e Brito e Vitor (Brasília - DF)

Eul-Soo Pang (Estados Unidos)

Euclides Félix de Souza (Rio de Janeiro - RJ)

Germano Dias Machado (Salvador - BA)

Gelmires Reis (Luziânia - GO)

Guilherme Neves (Vitória - ES)

Hildegardes Vianna (Salvador - BA)

Isócrates de Oliveira (Pirenópolis - GO)

José Peixoto da Silveira (Brasília - DF)

Jerônimo Carvalho Bueno (Cidade de Goiás - GO)

Joaquim Thomaz (Rio de Janeiro - RJ)

Joaquim Gilberto (Luziânia - GO)

Luís-Philippe Pereira Leite (Cuiabá - MT)

Manuel Diégues Júnior (Rio de Janeiro - RJ)

Manoel Rodrigues Ferreira (São Paulo - SP)

Nertan Macêdo (Rio de Janeiro - RJ)

Raul Floriano da Silva (Rio de Janeiro - RJ)

Rubens Mendonça (Cuiabá - MT)

Sebastião Almeida de Oliveira (Tanabi - SP)

Simão Dorvi-Frei (Cidade de Goiás - GO)

Sílvio Augustos Bastos Meira (Belém - PA)

Tito Lívio Ferreira (São Paulo - SP)

Vicente Salles (Brasília - DF)



Composição e Impressão
GRÁFICA EDITORA LÍDER
Av. Anhanguera, 1.244 - Fone: 251-1700
CEP. 74 000 — Goiânia - Goiás

A publicação desta revista, em seu 10º número, deve-se a uma gentileza da SUDECO e de seu Presidente, dr. René Pompeu de Pina.